

Arqueologia do Velho Testamento

בראשית
האדם
האדם
האדם
2



MERRIL F. UNGER

Arqueologia do Velho Testamento

Arqueologia do Velho Testamento

por

MERRIL F. UNGER, ThD., PhD.,

Professor de Velho Testamento
no Seminário Teológico de Dallas

Publicado pela



Imprensa Batista Regular

"LITERATURA EVANGÉLICA PARA O BRASIL"

Rua Kansas 770, Brooklin — 04558 — São Paulo — SP.

1980

Título do original em inglês
Archeology and the Old Testament
Copyright em 1954, por
Zondervan Publishing House
Grand Rapids, Michigan, Estados Unidos

Tradução — Yolanda M. Krievin
Primeira Edição, 1980

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS NA LÍNGUA PORTUGUESA
IMPrensa BATISTA REGULAR DO BRASIL

Impresso nas oficinas da
Associação Religiosa
Imprensa da Fé
C.P. 18918
São Paulo - Brasil

Publicado pela



Imprensa Batista Regular
"LITERATURA EVANGÉLICA PARA O BRASIL"

Rua Kansas 770, Brooklin — 04558 — São Paulo — SP.

1980

ÍNDICE

	Página
I. O Papel da Arqueologia no Estudo do Velho Testamento	1
1. O Significado do Velho Testamento	2
2. Contribuições da Arqueologia ao Estudo do Velho Testamento	4
II. Narrativas da Criação: Bíblica e Babilônica	10
1. A Descoberta das Tábuas da Criação	10
2. Narrativa Babilônica da Criação	11
3. Comparação das Narrativas Bíblica e Babilônica	13
4. Explicação dos Paralelos Bíblicos	15
III. Tradições Primitivas e Primórdios Bíblicos	17
1. As Tradições Primitivas e a Queda	17
2. As Modernas Escavações e a Civilização Primitiva	19
IV. O Dilúvio na Tradição Suméria e Babilônica	21
1. O Dilúvio e a Lista dos Reis Sumérios	21
2. Narrativa Suméria do Dilúvio	22
3. Narrativa Babilônica do Dilúvio	23
V. Narrativas do Dilúvio: Bíblica e Babilônica	27
1. Semelhanças	27
2. As Diferenças	33
3. A Explicação das Semelhanças	34
VI. O Rol das Nações e Povos Jafetitas	37
1. Profecia da História Moral e Espiritual das Nações	37
2. As Nações Jafetitas	40
VII. Os Camitas e o Império Primitivo	42
1. As Nações Camitas	42
2. O Poder Imperial Camita	44
3. Outras Nações Camitas	46
VIII. Os Semitas e os Construtores de Babel	49
1. As Nações Semitas	49
2. Os Construtores de Babel	51

IX.	Abraão e Sua Época	54
	1. Abraão no Contexto da História Contemporânea	54
	2. Abraão em Harã e em Canaã	57
X.	A Historicidade dos Patriarcas	61
	1. Opinião Crítica das Narrativas Patriarcais	61
	2. As Narrativas Patriarcais e as Recentes Descobertas Arqueológicas.	61
XI.	Estada de Israel no Egito.	66
	1. Evidências da Estada de Israel no Egito	66
	2. Moisés, O Libertador	68
XII.	A Data do Êxodo	71
	1. A Data Bíblica	71
	2. Objeções à Data Bíblica	75
XIII.	Leis Mosaicas e Leis Orientais Antigas Paralelas.	78
	1. Leis Mosaicas e Outros Códigos	78
	2. Leis Mosaicas e O Código de Hamurábi	79
XIV.	Conquista dos Cananeus	81
	1. Invasão de Canaã.	81
	2. A Data da Conquista	82
	3. A Extensão da Conquista	84
XV.	A Religião dos Cananeus.	85
	1. Velhas e Novas Fontes de Conhecimento	85
	2. O Panteão Cananeu	86
	3. Caráter Geral dos Cultos Cananeus	88
XVI.	O Período dos Juízes	90
	1. Cronologia do Período	90
	2. Eventos do Período Fixados na Cronologia.	92
XVII.	Israel no Limiar da Monarquia	95
	1. Contraste entre Israel e as Nações Adjacentes	95
	2. Vizinhos de Israel no Século XI A.C.	96
XVIII.	Saul e a Monarquia	99
	1. Prosperidade Inicial do Reino	99
	2. Fracasso de Saul como Rei	101
XIX.	O Reino de Davi	103
	1. Atividades Primeiras de Davi como Rei	103
	2. Inovações Políticas e Religiosas de Davi.	106

XX.	O Império de Salomão	111
	1. A Notável Prosperidade da Época de Salomão.	112
	2. O Templo de Salomão	116
XXI.	Israel e os Arameus	119
	1. Israel sob o Domínio de Jeroboão I.	119
	2. Israel e a Ascensão do Poder Aramaico	121
	3. Israel e Arã em Conflito	122
XXII.	Israel e os Assírios	127
	1. Israel e o Declínio de Damasco.	127
	2. Israel e a Ascensão da Assíria.	129
	3. Israel e o Triunfo da Assíria.	131
XXIII.	Judá e o Apogeu da Assíria	133
	1. Ezequias e a Campanha Ocidental de Senaqueribe	133
	2. Ezequias e a Inscrição de Siloé	137
XXIV.	Os Últimos Anos de Judá	140
	1. Declínio da Monarquia Hebraica.	140
	2. A Queda de Jerusalém	144
XXV.	Judá no Exílio	147
	1. Nabucodonosor II e os Cativos Judeus.	147
	2. Últimos Acontecimentos no Império Neo-Babilônico	151
XXVI.	Judá Sob o Domínio Persa	154
	1. A Pérsia e a Restauração de Judá	154
	2. Judá e o Fim do Período Velho-Testamentário	158
	Índice das Citações do Conteúdo	162
	Índice dos Nomes Próprios do Conteúdo	169
	Seção de Mapas, Esquemas e Ilustrações.	177

— oOo —

AGRADECIMENTOS

O autor tem um débito de gratidão para com muitos grupos e muitas pessoas, por sua ajuda em várias formas, especialmente por terem dado permissão para que ele fizesse citações de seus escritos que tinham direitos reservados, para que fizesse uso de fotografias e reproduzisse objetos de interesse arqueológico. O Professor G. Ernest Wright, do Seminário McCormick, de Chigago, Estados Unidos, prestou inestimável assistência, fornecendo grande número de recortes da revista *O Arqueólogo Bíblico*, e dando permissão para o seu uso. O Sr. Lawrence Sinclair, também do Seminário McCormick, selecionou aqueles recortes e os apresentou em condições de serem usados.

O Sr. Jack Cochrane, do Seminário Teológico de Dallas, Estado do Texas, Estados Unidos, executou os desenhos espalhados por todo o livro, e desenhou também os mapas e plantas, e além disso idealizou a capa. A Sra. Henerson Fox, de Dallas, datilografou o manuscrito original.

A srta. Jessie Abbott, secretária de informações do Instituto Oriental da Universidade de Chicago, Estados Unidos, providenciou grande número de fotografias do Instituto, para que fossem usadas. O Sr. Ray Claveland, do Seminário Oriental da Universidade John Hopkins, substituindo o Professor W. F. Albright, forneceu várias fotografias do *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*. A Srta. Carolina Gordon Dosker, registradora assistente encarregada das fotografias, no Museu da Universidade de Pensilvânia, pôs à disposição, com permissão do Museu, várias fotografias. O Sr. Walter Hauser, curador do Museu Metropolitano de Arte, também deu assistência com sábios conselhos.

O Professor John Garstang, presidente do Instituto Britânico de Arqueologia de Ancara (Turquia), permitiu graciosamente a reprodução de figuras e de placas de *The Story of Jericho*. O Sr. André Parrot, de Paris, França, o Sr. Nelson Glueck, presidente do Colégio Hebraico União, em Charleston, Estado da Virgínia Oriental, Estados Unidos, o Professor Ernest Lacheman, do Colégio Wellesley, e o Sr. E. G. Howland, de Troy, Ohio, Estados Unidos, também permitiram o uso de recortes e fotografias, bem como o Museu Britânico, a Academia Britânica e os procuradores do falecido Sir Henry Wellcome.

Permissão para fazer breves citações de material com direitos reservados, foi outorgada pela Imprensa da Universidade de Chicago, pela Escola Americana de Pesquisa Oriental, pelos filhos de Charles Scribner, por Ventor Publishers, por Harper e Irmãos, pela Imprensa John Hopkins, pela Imprensa da Universidade de Princeton, pela Imprensa Muehlenberg, pela Companhia Impressora e Publicadora do Pacífico, pela Casa do Livro Baker, e outros.

A todos os que ajudaram, de alguma forma, a tornar possível *Arqueologia do Velho Testamento*, especialmente à casa publicadora que editou a primeira tiragem em inglês, Zondervan Publishing House, sediada em Grand Rapids, o autor é profundamente agradecido.

Capítulo I

O PAPEL DA ARQUEOLOGIA NO ESTUDO DO VELHO TESTAMENTO

A arqueologia geral, como ciência baseada na escavação, decifração e avaliação crítica dos registros do passado, é assunto perenemente fascinante. De maior interesse ainda é o campo mais restrito da arqueologia bíblica. Lidando com a escavação, decifração e avaliação crítica de registros antigos que têm a ver direta ou indiretamente com a Bíblia e sua mensagem, a arqueologia bíblica tem atraído a atenção cada vez mais de maior número de investigadores entusiásticos, estudiosos e leitores da Bíblia em geral.

A razão para o crescente entusiasmo pela arqueologia bíblica, não é difícil de ser encontrada. Reside na suprema importância da mensagem e significado da Bíblia em si mesma. As Escrituras, em virtude do caráter que têm, como a revelação inspirada de Deus ao homem, satisfazendo as mais prementes necessidades humanas, hoje, como no passado, alcançaram, inevitavelmente, uma posição de supremacia nos interesses e nas afeições da humanidade. Nenhum outro livro se pode comparar aos Escritos Sagrados no chamar a atenção do homem, ou em ministrar às suas necessidades.

A arqueologia bíblica, lançando luz sobre o panorama histórico e a vida contemporânea da época em que as Escrituras Sagradas foram produzidas, bem como iluminando e ilustrando as suas páginas com as suas verdadeiramente notáveis descobertas, necessariamente deve muito ao interesse que a ela se presta, à sua conexão com a Bíblia. De fato, uma forma segura de ficar famoso como arqueólogo, é fazer alguma descoberta que sirva de apoio significativo para estudos bíblicos.

Nenhum campo de pesquisa tem oferecido maiores desafios e promessas do que a arqueologia velho-testamentária. Até o começo do século dezenove, muito pouco era conhecido a respeito dos tempos bíblicos, exceto o que aparecia nas páginas das próprias Escrituras, ou o que, casualmente, fora preservado nos escritos da antiguidade clássica. Esse material era considerável em relação à era neo-testamentária, mas praticamente nulo no que concernia ao Velho Testamento, visto que os historiadores gregos e latinos haviam catalogado muito poucas informações de épocas anteriores ao quinto século A. C. Conseqüentemente, o que se sabia a respeito do período velho-testamentário era confinado à própria Bíblia, e ainda isso, segundo o ponto de vista da história secular contemporânea, era bem esparso. O resultado era que, antes do advento da arqueologia moderna, praticamente não havia nada disponível para ilustrar a história e a literatura do Velho Testamento.

Pode-se imaginar o fervor suscitado entre os estudantes sérios da Bíblia, pelas iluminadoras descobertas feitas nas terras bíblicas, especialmente desde o ano 1800 até agora. Pode-se dizer que a arqueologia moderna teve o seu início em 1798, quando as ricas antiguidades do Vale do Nilo foram abertas para estudo científico pela Expedição de Napoleão. Os tesouros da Assíria e da Babilônia, todavia, não foram descobertos até pouco antes da metade do século XIX, como resultado do trabalho de Paul Emile Botta, Austin Henry Layard, Henry C. Rawlinson e outros. Com a decifração da Pedra da Rosetta, que revelou os hieróglifos egípcios, e a decifração da Ins-

crição de Behistun, que forneceu a chave para a compreensão dos caracteres cuneiformes assírio-babilônicos, foi liberada abundante cópia de material concernente ao Velho Testamento. A descoberta da Pedra Moabita, em 1868, criou verdadeira sensação, devido à sua íntima relação com a história do Velho Testamento, excitando interesse generalizado pelas escavações palestinas.

No entanto, a maior parte das notáveis descobertas que tinham conexão com a Bíblia, e particularmente o Velho Testamento, não foram feitas até mais ou menos meio século atrás. Achados tais como o Código de Hamurábi (1901), o Papiro Elefantino (1903), os monumentos hititas em Bogazqueui (1906), o túmulo de Tutankhamun (1922), o Sarcófago de Abruão de Biblos (1923), os textos de Ras Shamra (1929-1937), as Cartas de Mari, o Óstraco de Laquis (1935-1938) e os "Rolos do Mar Morto" (1947), são famosos, em grande parte, devido à sua íntima conexão com a literatura e a história do Velho Testamento. Sendo isto verdade, alguém pode perguntar: o que é que há no caráter e no significado do Velho Testamento, que assegurou a sua preservação através dos séculos, e o entesourou no coração da humanidade com interesse com que é comunicado à pessoa ou à coisa, que serve de ajuda para expor e aclarar a sua mensagem perpetuamente atualizada e tão necessária para a humanidade?

I. O SIGNIFICADO DO VELHO TESTAMENTO

O que é o Velho Testamento, e o que ele realiza no seu ministério para com a humanidade, é o segredo do seu permanente interesse. Mui freqüentemente, o erudito e o arqueólogo profissional focalizam a sua atenção de maneira tão absorvente sobre os fundamentos e a estrutura do Velho Testamento, e se ocupam tão detalhadamente em examinar, individualmente, as pedras que compõem a sua construção, que perdem de vista ou falham completamente em vê-lo como um todo, e como o magnífico templo da verdade espiritual que ele é.

Embora o estudo de alguns eruditos bíblicos esteja *por detrás* ao invés de estar *no* Velho Testamento (e a importância e a necessidade de tal pesquisa não pode ser negada por um momento sequer), esse tipo de investigação, que coloca o significado e a mensagem do Velho Testamento na periferia ou completamente fora do círculo de interesse, é sempre sujeito a perigos. Freqüentemente, é muito desvinculado da mensagem do Velho Testamento, e se torna, em si mesmo, um objetivo estéril. Ainda mais freqüentemente, devido à falha em ver a natureza do Velho Testamento como uma unidade, fatos e descobertas trazidos à luz pelo investigador, são analisados e interpretados erradamente, e usados como base para críticas destrutivas.

A combinação ideal será sempre o investigador cuidadoso, bem informado técnica e cientificamente, que tenha também opinião adequada a respeito do significado do Velho Testamento para o Israel de outrora, para a Igreja Cristã e para a humanidade em geral. Na verdade, a arqueologia só pode prestar a sua melhor contribuição ao estudo do Velho Testamento, à medida em que o estudante comum, bem como o técnico ou erudito, tiverem em mente, de maneira clara, o que é o Velho Testamento.

1. O Velho Testamento é a Revelação Inspirada de Deus ao Homem. O testemunho claro do Novo Testamento em relação ao Velho, é de que "todo" ele é "inspirado" ou "dado por Deus" e "útil" (II Timóteo 3:16), e que veio a existir "não por vontade humana," mas ao escrevê-lo, "homens falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo" (II Pedro 1: 21). Uma exegese cuidadosa dessas passagens-chaves do Novo Testamento, revela que elas não ensinam apenas que a inspiração se estende igualmente a todas as partes das Santas Escrituras, mas que inclui também cada palavra. Esta opinião "verbal plenária" é quase universalmente negada pelos críticos hodiernos, a despeito das claras afirmações da Bíblia.

Contudo, por toda a parte, no Velho Testamento, há abundantes evidências que confirmam as declarações do Novo, de que as antigas Escrituras Hebraicas tiveram origem divina, foram inspiradas verbalmente *in totum*, e são a revelação de Deus ao homem. Os escritores sagrados foram profetas no sentido mais enfático da palavra. Receberam a palavra divina diretamente de Deus e a falaram ao povo. Vezes seguidas antecedem as suas mensagens com expressões autoritárias como: "Assim diz o Senhor" (Êxodo 4: 22) ou "Ouvi a palavra do Senhor" (Isaías 1: 10). Freqüente-

mente era-lhes ordenado que escrevessem os seus oráculos (Êxodo 17: 14; 24: 4,7; Jeremias 30: 1, 2). Profetas como Isaías, Jeremias e Daniel, que falaram de acontecimentos futuros, tiveram as suas previsões autenticadas pelo tempo.

Prova corolária de que o Velho Testamento é a revelação inspirada de Deus ao homem, é a sua preservação miraculosa através dos séculos. Este fato é singular entre os fatos a respeito de livros em geral. Evidentemente, entre uma literatura substancial de alta qualidade, na qual há ecos da antiguidade israelita (Josué 10: 13; Números 21: 14; Eclesiastes 12: 12), foi feita uma seleção, ao se confrontarem escritos humanos com documentos inspirados. Todas essas obras israelitas antigas pereceram, exceto os oráculos inspirados, que foram miraculosamente preservados do fogo, da espada, e das vicissitudes dos séculos.

Obras posteriores de grande qualidade, mas não inspiradas, sobreviveram em escritos agora conhecidos como os Apócrifos e os Pseudo-epígrafos. Divina interposição foi manifestada, não apenas na preservação dos oráculos divinos da destruição, mas também da contaminação da inclusão de escritos não inspirados no "cânon" judeu-cristão.

No entanto, o Velho Testamento não é apenas um livro divino. É, da mesma forma, um livro humano, pois, como todas as Escrituras, foi dado pelo Espírito Santo por instrumentalidade humana, a homens como eles eram, e onde quer que estivessem. Sendo o livro de Deus para o homem, satisfaz as mais profundas necessidades da alma humana, e como tal, possui as qualidades de universalidade e onitemporalidade. Contudo, a falha em apreciar os aspectos divino-humanos da Bíblia tem resultado, muitas vezes, no fato de ser focalizada, erradamente, a luz valiosa lançada sobre as suas páginas pela história e a arqueologia, de forma que os dados históricos e arqueológicos têm sido mal interpretados e mal aplicados.

2. O Velho Testamento é a Introdução Indispensável à Revelação do Novo Testamento. Embora consistindo de dois testamentos e sessenta e seis livros, a Bíblia é um só livro. Os dois testamentos não quebram a sua unidade mais do que os sessenta e seis livros diferentes dos quais ela é composta. O Velho Testamento é parte essencial e inseparável da Bíblia. É o alicerce sobre o qual toda a estrutura das verdades do Novo Testamento é erguida. É a preparação para tudo o que é revelado no Novo Testamento. É a introdução provida pelo Judaísmo, para a completa e final revelação do Cristianismo.

Sem o Velho Testamento, não seria possível haver Novo Testamento. Sem Ele o Novo Testamento não teria significado. Um é a complementação do outro. Separar os dois e manejá-los como unidades isoladas e desconexas, resultaria em dano irreparável, não apenas religioso, mas histórico e arqueologicamente também. Religiosamente, um sistema como o Judaísmo tem sido perpetuado pelo erro de rejeitar o Novo Testamento. Histórica e arqueologicamente, a falha em compreender o relacionamento exato do Velho Testamento com a Bíblia como um todo, é a causa prolífica de sérias interpretações e aplicações erradas de descobertas históricas e arqueológicas.

3. O Velho Testamento é uma História Altamente Especializada da Redenção Humana. Embora contenham todos os tipos de literatura com ensinamentos e caracteres diversos, as Escrituras Hebraicas são, em grande parte, classificadas comumente como história. Porém, essas seções chamadas históricas não são história, na acepção geralmente aceita da palavra, como o registro sistemático de acontecimentos passados. Devem ser definidas amplamente como a história altamente especializada da redenção humana. Num sentido mais elevado, elas são, mais precisamente, uma filosofia da história, interpretando os eventos seletivos na História da redenção, do ponto de vista da linha genealógica prometida, através da qual deveria vir o Messias, e mais tarde, do ponto de vista da relação da nação de Israel com Jeová e o seu programa de redenção para o mundo.

Contudo, as porções "históricas" do Velho Testamento são mais do que uma história especializada da redenção, ou do que uma filosofia daquela história. É história redentora mesclada com profecia. Embora haja, sem dúvida, porções proféticas distintas nas Escrituras Hebraicas, em contraste com as seções históricas, a profecia, em seu importante elemento de pre-

dições messiânicas através de promessas, tipos e símbolos, está ligada tão intimamente à tessitura da história da redenção apresentada pelo Velho Testamento, que é impossível separá-la daquela história. Falha em compreender o Velho Testamento em seu preciso caráter, como história centralizada no Messias, ligada a profecia centralizada também no Messias, e falha em compreender o seu propósito ímpar, de preparar o caminho para a vinda do Redentor, tem levado muitos críticos a aplicar erradamente as descobertas arqueológicas, e a depreciar o valor histórico do Velho Testamento.

II. CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA AO ESTUDO DO VELHO TESTAMENTO

A arqueologia, nas mãos do estudioso da Bíblia, pode ser de grande utilidade, ou motivo de abuso. O resultado será determinado, em grande parte, pela atitude do investigador com respeito ao significado do Velho Testamento em si. Se ele for somente um técnico científico, despido de equipamento espiritual, e rejeitar os aspectos que fazem da Bíblia um livro divino-humano, aceitando apenas as características humanas, os dados arqueológicos, nas suas mãos, estão em constante perigo de ser mal interpretados e usados como base de teorias errôneas, quando ele tentar aplicá-las ao Velho Testamento. Se, por outro lado, como técnico científico, o investigador tem uma compreensão do significado espiritual e está de acordo com a mensagem do Velho Testamento, aplicação que ele fizer das descobertas arqueológicas prestará enorme benefício à ilustração e elucidação dos oráculos antigos para um mundo moderno. Legitimamente manuseada, as contribuições que a arqueologia está fazendo ao estudo do Velho Testamento são vastas e de longo alcance.

1. A Arqueologia Autêntica a Bíblia. O estudo dos despojos materiais do passado remoto é muitas vezes útil para “provar” que a Bíblia é verdadeira e exata. Mui frequentemente o emprego apologetico dos dados arqueológicos é necessário, especialmente ao lidar-se com o ceticismo racionalista e a alta crítica. Contudo, é um erro considerá-lo como a utilidade maior da arqueologia, ou, para o estudioso, torná-lo o objetivo principal da sua pesquisa. A natureza subordinada do ministério da arqueologia na autenticação da Bíblia, provar-se-á em virtude de várias considerações.

Em primeiro lugar, a Bíblia, quando julgada com sinceridade, não necessita de ser “provada” pela arqueologia, pela geologia, ou por qualquer outra ciência. Sendo a revelação de Deus para o homem, a sua própria mensagem e significação, as suas próprias declarações de inspiração e de evidência interna, os próprios frutos e resultados que ela produz na vida da humanidade, são as suas melhores provas de autenticidade. Ela demonstra, por si própria, ser o que declara ser, para aqueles que *crêem* na sua mensagem. Visto que Deus determinou a realização da vida espiritual a percepção da verdade espiritual, na base da fé e não do que vemos (II Coríntios 5: 7; Hebreus 11: 6), seja qual for a contribuição que a arqueologia ou outra ciência qualquer faça para corroborar a veracidade da Bíblia, nunca isso poderá tomar o lugar da fé. A autenticação científica pode atuar como uma ajuda para a fé, mas Deus fez tudo de forma que a simples fé (que O glorifica) será sempre necessária nas nossas relações para com Ele ou para com a Sua verdade revelada.

Por esta razão, muitos eruditos desprovidos de fé ainda rejeitam o significado e a mensagem revelada do Velho Testamento, a despeito de inúmeros fatos arqueológicos que provam a sua autenticidade. Pela mesma razão, é totalmente insensato alguém procrastinar a sua fé na Bíblia até que todos os problemas que ela contém sejam resolvidos. É tão impossível que Deus cesse de agir para com o homem na base da fé como é possível que a arqueologia ou outra ciência qualquer resolva jamais todos os problemas bíblicos. Ao lidar com a Bíblia, a fé é tão essencial ao erudito, se ele desejar interpretar e avaliar os resultados da sua pesquisa correntemente, como ao selvagem analfabeto, se ele desejar encontrar regeneração espiritual através da Palavra de Deus pregada pelo missionário.

O papel da arqueologia, de confirmar a Bíblia corretamente, é secundário, visto que os benefícios espirituais da verdade bíblica não podem ser apropriados pelo mero conheci-

mento e pelas provas externas de veracidade, mas sobre a base da fé nas suas declarações internas e na evidência que ela apresenta de ser a Palavra de Deus. Não obstante, a arqueologia, ao confirmar a Bíblia, tem desempenhado uma importante função desferindo um golpe fatal nas teorias radicais da alta crítica, que têm infestado especialmente o estudo do Velho Testamento.

Antes do progresso que a pesquisa experimentou nas terras bíblicas, especialmente nestes últimos cinquenta anos, uma quantidade muito grande de absurdos que, subseqüentemente, foram provados pela arqueologia como ilógicos, foram escritos por eruditos que consideravam a Bíblia como lenda, mito, ou quando muito, estória que não era digna de crédito. Agindo como um corretivo e como expurgadora, a arqueologia fez em pedaços muitas dessas teorias errôneas e suposições falsas que costumavam desfilar nos círculos escolásticos como fatos estabelecidos. A alta crítica não pode mais, por exemplo, negar o fato de que Moisés podia escrever ou considerar os patriarcas como simples figuras legendárias. A arqueologia demonstrou a falsidade destas duas e de numerosas outras controvérsias. Evidência meridiana é agora conhecida, de que Abraão, Isaque e Jacó foram personagens históricas, como o Gênesis os descreve. Quanto a Moisés, pode ser que ele tenha escrito documentos não apenas em hieróglifos egípcios, como a sua residência no Egito nos primeiros anos da sua vida fazem presumir, mas também em Acádio, como as Cartas de Amarna, do século XIV A. C. o demonstram, e ainda em *hebraico arcaico* também como o prova a descoberta da literatura ugarítica, em Ras Shamra, ao norte da Síria (1929-1937).

Com respeito à autenticação da Bíblia, tal confirmação pode ser geral ou específica. Exemplos de confirmação geral são inumeráveis. Por exemplo, escavações em Silo, Gibeá, Megido, Samaria e outros lugares palestinos, têm corroborado plenamente as citações bíblicas dessas cidades. Casos de confirmação específica, embora sejam, como era de se esperar, menos numerosos dos de confirmação geral, são, no entanto, mais impressionantes.

O caso de Belsazar, último rei de Babilônia, é característico. Por muito tempo o fato de o Livro de Daniel apresentar Belsazar como rei à época da queda de Babilônia (Daniel 5), em vez de Nabonido, como indicam os registros cuneiformes, era considerado uma forte evidência contra a historicidade dos registros sagrados. A solução desta pseudo-discrepância ficou patente quando foram desenterradas evidências indicando não apenas a associação de Belsazar com Nabonido no trono, mas demonstrando também que durante a última parte do seu reinado, este residiu na Arábia, e deixou a direção do reino da Babilônia nas mãos do seu filho mais velho, Belsazar.

Semelhante ao caso de Belsazar em Daniel 5, é o que parecia uma referência enigmática a um certo "Sargão, rei da Assíria", em Isaías 20: 1. Antes do advento da moderna arqueologia, com a sua notável reconstituição da civilização da antiga Babilônia-Assíria, que estava sepultada sob as colinas de escombros arqueológicos das cidades mesopotâmicas, o nome de Sargão não havia ocorrido em nenhuma fonte de referências, exceto nesta única passagem de Isaías. Como resultado, a referência bíblica era considerada, em geral, como completamente desprovida de valor histórico.

A descoberta do palácio de Sargão, em Corsabade (Dur-Sharrukin ou Sargomburgo) em 1843, por Paul Emile Botta, e ulteriores explorações do local em anos mais recentes, pelo Instituto Oriental da Universidade de Chicago, mudaram o quadro completamente. Com a reconstituição do palácio, dos anais reais e outros registros do reino de Sargão (722-705 A. C.), hoje ele é um dos mais bem conhecidos monarcas assírios, particularmente como o rei que finalmente invadiu Samaria em 722-721 A. C., depois de um assédio de três anos levado a efeito por Salmaneser V, resultando assim na queda do Reino do Norte, de Israel. (Veja quadro nº 1.)

Outro exemplo de confirmação minuciosa e extraordinária dos registros sagrados, é encontrado em cerca de trezentas tábuas (NOTA DO TRADUTOR: Tábuas de barro mole em que se imprimiam os caracteres cuneiformes, após o que eram levadas ao forno.) desenterradas perto da Porta de Istar, na Babilônia de Nabucodonosor II, datadas de 595 a 570 A. C. Nas listas de rações pagas a artífices e cativos que viviam na capital ou perto dela, naquele tempo, ocorre o

nome de "Yaukin, rei da terra de Yahud" – que não pode ser outro senão "Joaquim, rei de Judá" (II Reis 25: 27-30), que fora levado cativo para a Babilônia, depois da primeira conquista de Jerusalém, efetuada por Nabucodonosor. Fora tirado do confinamento celular pelo sucessor de Nabucodonosor, Evil Merodaque, e agraciado com um suprimento diário de alimentos, por todos os dias da sua vida. Os cinco filhos de Yaukin são mencionados três vezes nas placas, sendo dito que estavam sob os cuidados de um servente que tinha o nome judaico de Quenaiás. Sem dúvida, vários ou todos esses filhos viveram o bastante para ser incluídos na lista dos sete filhos de Jeoaquim, dada em I Crônicas 3: 17, 18.

2. A Arqueologia Ilustra e Explica a Bíblia. Fazer as Escrituras Sagradas mais completamente inteligíveis para a mente humana, é sem dúvida a função real da arqueologia. Do ponto de vista divino, no entanto, a Bíblia, sendo revelação de Deus, não precisa de Luz arqueológica para se tornar compreensível e espiritualmente essencial, como também não precisa provar-se como autêntica ou verdadeira. Multidões foram espiritualmente regeneradas e se apropriaram plenamente dos tesouros de sabedoria divina contidos nas Escrituras, muito antes do advento da arqueologia moderna. Contudo, devemos lembrar que a Bíblia não é apenas um livro divino, mas também é um livro humano.

Como produto da revelação de Deus comunicada ao homem através de homens, do ponto de vista humano, a Bíblia pode ser feita mais plenamente compreensível como resultado da luz que jorra sobre ela provinda de fontes externas – sejam elas a história antiga, a arqueologia moderna, ou qualquer outro ramo do saber. E qualquer pessoa que desejar compreender a Bíblia tanto quanto possível, não tem direito de negligenciar a luz que pode ser obtida de fontes extra-bíblicas. Como, bem a propósito, observa W. F. Albright: "É só então que começamos a apreciar a sua grandeza como a revelação inspirada do Espírito Eterno do universo".¹

Exemplos da ilustração e da explanação arqueológica do Velho Testamento são assaz numerosos, e estão aumentando constantemente em número, à medida que são feitas novas descobertas arqueológicas. Um caso peculiar é a longevidade dos patriarcas antediluvianos, registrada em Gênesis 5. Tem sido costumeiro o fato dos críticos tratarem esse trecho da narrativa bíblica como obviamente lendário ou mitológico de acordo com o alegado caráter fictício dos capítulos 1 a 11 de Gênesis.

O problema em foco, no entanto, é encarado em luz completamente diferente, quando se fica sabendo que a grande duração para a vida das celebridades antediluvianas, é revelada pela arqueologia como assunto familiar nas tradições remotas do Oriente Próximo. O que é mesmo surpreendente, é que a longevidade atribuída aos patriarcas anteriores ao dilúvio na Bíblia Hebraica é excessivamente modesta em comparação com a dos reis babilônicos do mesmo período, que reinavam em cidades da antiguidade remota tais como Eridu, Laraque, Sipar e Churupaque, e cujo período de reinado médio era de trinta mil a quarenta e cinco mil anos. Em contraste, o mais velho descendente da linhagem de Sete, Matusalém, viveu apenas 969 anos, e a duração média da vida, contando-se Enoque, que foi transladado sem ter morrido, com a idade de 365 anos, foi de pouco mais de 857 anos.

Não há razão decisiva para crer que as representações das Escrituras não sejam verdades literais.

*Aquele... que ficar muito impressionado com a excelência do estado original do homem, não terá dificuldades para aceitar a explicação comum de que, mesmo sob a maldição do pecado, a constituição física do homem dispunha de tal vitalidade, que a princípio não se submeteu à ação deletéria do tempo antes que se passassem muitos séculos. Além disso – é fato estabelecido por descobertas fósseis – há amplas indicações de um clima mais salubre nos dias antediluvianos. Também não devemos esquecer que os antediluvianos eram a raça dos filhos de Deus que viviam racionalmente e com temperança.*²

O valor da evidência arqueológica, no caso da longevidade original, não reside na conclusão de que os hebraicos transmitiram com mais precisão do que os babilônicos, as tradições primitivas a respeito da raça original da qual ambos os povos eram descendentes. Não há razão válida para que agissem assim. A manifesta seriedade do registro hebraico é uma indicação da sua

inspiração como verdade divina. As listas babilônicas são esclarecedoras, pois representam uma tradição independente e confirmante, embora grandemente exagerada, do que aparece em Gênesis 5 como fato histórico autêntico dado por divina revelação.

Outro exemplo de elucidação é dado pela referência a um “tel” ou “outeiro” (*tel* em hebraico) em Josué 11: 13:

“Tão somente não queimaram os israelitas as cidades que estavam sobre os outeiros, exceto a Hazor, a qual Josué queimou”. A própria palavra “tel”, hoje empregada tão amplamente em nomes árabes de lugares no Oriente Próximo e Médio, e no Egito, é a usada aqui e traduzida como “outeiro”. Exemplos de lugares com esse nome são numerosos. Na Palestina, por exemplo, ocorrem Tel en Nossé, Tel el Fui (Gibeá), et Tel (Ai), Tel Gezer, Tel ed Duweir (Lajis), e outros. No Egito ocorre a conhecida Tel el Amarna. Na Mesopotâmia são encontrados Tel Abib, Tel Melá, Tel Arpachia, e numerosos outros.

Além disso, a referência correta às cidades cananitas “que estavam sobre os outeiros” tem adquirido nova significação devido à descoberta do processo pelo qual o antigo “tel” era formado. (Veja quadro nº 2)

Quando um lugar tem sido ocupado por muitos séculos, os despojos dos períodos sucessivos da sua ocupação se acumulam uns sobre os outros “de maneira tal que surge um gigantesco bolo de camadas”.³ A escavação estratigráfica, que é a base da moderna escavação científica, significa a escavação de tal maneira que os níveis ocupacionais superpostos se conservem distintos. Os despojos encontrados em cada camada, particularmente, precisam ser registrados exata e meticulosamente, de forma que um estudo comparativo com níveis similares em outros lugares, proporcionará localização cronológica correta, e conclusões exatas.

A edificação dos vários níveis ocupacionais não foi simplesmente uma questão de acumulação gradual de escombros. Isto foi um dos fatores, mas um desastre como, por exemplo, a guerra, um terremoto, ou fogo, era também necessário. Estas catástrofes destruíam a cidade, e quando ela era reconstruída, os novos ocupantes simplesmente nivelavam os escombros e construíam sobre ele. Dessa forma, o nível do solo da nova cidade era vários decímetros mais elevado do que o da antiga, e os despojos da primeira jaziam sobre a segunda. Este processo continuou a repetir-se até que numerosos estratos se formaram, e o “tel” gradualmente se foi elevando, e a sua área se tornou menor.

Depois do abandono final do lugar, se esse era abandonado finalmente, os ventos e as chuvas de muitos anos nivelavam o cume e promoviam a erosão das duas bordas, exceto onde o processo era confinado por um muro de cidade. Por isto, a forma comum de um outeiro é a de um cone truncado, e quase todos os lugares importantes nas terras bíblicas têm essa forma característica. Contudo, a escavação estratigráfica não é apenas de descobrir camada sob camada de história ocupacional. O escavador freqüentemente é levado a enfrentar o problema da intrusão de objetos de um nível no outro, seja para baixo, para um nível anterior, ou para cima, para um nível posterior. “A regra que precisamos ter sempre em mente”, lembra Cyrus Gordon “é ‘que uma andorinha só não faz verão’ e que o fato de um objeto isolado ser encontrado em certo nível significa pouco ou nada, em si mesmo. Inferências de objetos individuais precisam ser feitas com a maior cautela, e apenas quando muitos fatos corroboram-se uns aos outros, podemos justificarmos em tirar conclusões do seu contexto”.⁴

3. *A Arqueologia Suplementa a Bíblia.* Visto que os autores humanos que escreveram as Escrituras sob inspiração divina não estavam interessados na história, geografia, etnologia humanas, ou outros campos do conhecimento humano, exceto incidentalmente, quando por acaso tinham algo que ver com a história da redenção, era natural que do ponto de vista de um erudito moderno houvesse, no Velho Testamento, grandes lacunas nesses ramos a saber. Contudo, do ponto de vista divino, concernente à compreensão da mensagem divina, não houve necessidade de conhecimento suplementar dessas matérias ou outras relacionadas. Mas do ponto de vista humano, a luz que estas esferas de pesquisa propiciam, é de valor incalculável para se estender os horizontes bíblicos, incrementando o conhecimento do meio ambiente em que a Bíblia foi escrita, e permi-

tindo compreensão mais ampla da mensagem e do significado do Velho Testamento.

Exemplo interessante de suplementação, é a destruição de Silo, primeiro santuário de Israel na Palestina, onde o Tabernáculo foi estabelecido, e a arca do Senhor foi tomada durante o longo período dos Juízes. A queda da cidade não é narrada em parte alguma da Bíblia, embora Jeremias se refira ao lugar como tendo sido destruído (Jeremias 7: 12-15; 26: 6,7). Escavações feitas pela Expedição Dinamarquesa descobriram cerâmica e outras evidências, demonstrando que essa destruição ocorreu por volta de 1050 A. C., possivelmente pelas mãos dos filisteus. Na era dos cântaros de argolas ricamente bordejados, tipo de louça característica de toda a Palestina central no duodécimo e no começo do undécimo séculos antes de Cristo, houve um extensivo nível ocupacional em Silo. Este teve fim antes da introdução de um novo estilo de jarro de argolas, característico do período depois da metade do século onze A. C., encontrado em Gibeá de Saul e depósitos contemporâneos em Betel. Os escavadores descobriram também evidência de uma conflagração.

É clara a conclusão de que Silo deve ter sido destruída pelos filisteus depois da batalha de Ebenézer, ou um pouco depois, por volta de 1050 A. C., visto que o Tabernáculo foi, depois disso, mudado para Nobe, e mais tarde, para Quiriate-Jearim. A referência de Jeremias à destruição de Silo, mais de quatro séculos e meio depois do acontecimento, perde qualquer motivo para estranheza, à luz do fato que Silo era considerado pelos israelitas como o seu grande ponto focal inter-tribal, no longo período antes da sua queda (Juízes 21: 19; I Samuel 1: 3). A sua destruição, apresentava uma especial advertência divina, cuja solenidade os séculos não poderiam apagar.

Outras nações do antigo Oriente Próximo tinham os seus grandes santuários centrais, aos quais eram realizadas peregrinações. Nipur era a Meca religiosa da Babilônia, e Nínive o era na Assíria, durante o terceiro quartel do segundo milênio A. C. Os templos de Sin em Harã, e de Belit-ecáli em Qatna, são revelados pelas Cartas de Mari como lugares de grande afluência religiosa no décimo-oitavo século A. C. O templo de Baaltis, em Gebal (Biblus), recebia ofertas votivas do longínquo Egito, durante todo o segundo milênio A. C. A imagem cultuada de Aserá, deusa tíria, era distribuída abundantemente em forma de amuleto, no período de 1500 a 1200 A. C. Silo, em Israel, modesto e desprezencioso em comparação com os grandes santuários pagãos, era, não obstante, distintivo como ponto de concentração religiosa das tribos israelitas, que possuíam o conhecimento do único Deus verdadeiro.

Semelhante ao exemplo de Silo, a importante cidade fortificada de Bete-Seã, que comandava a entrada oriental para a planície de Esdrelon, e guardava a estrada para a Síria e a Transjordânia, oferece outro exemplo da capacidade da arqueologia para suplementar a narrativa bíblica, suprimindo detalhes elucidativos que o registro sagrado passa por alto. Escavações feitas na antiga cidadela, revelam que ela foi destruída não muito depois de Silo. Visto que aparece em conexão com a morte e o ignominioso tratamento dispensado ao Rei Saul (I Samuel 31: 10, 12; II Samuel 21: 12), a sua destruição foi, certamente, obra de Davi, como vingança contra a cidade pelo ultraje feito ao seu antecessor.

A elucidação do Velho Testamento, todavia, não é de forma alguma confinada aos primeiros períodos da história hebréia. A arqueologia fez jorrar, igualmente, muita luz sobre períodos posteriores. Por exemplo, registros contemporâneos da Assíria do nono e oitavo séculos A. C., preenchem muitas lacunas das narrativas históricas hebraicas, e enriquecem grandemente o nosso conhecimento de reis israelitas como Acabe e Jeú. O primeiro, chamado em assírio *Ahabu*, aparece proeminentemente na Inscrição Monolítica do grande conquistador assírio Salmaneser III (858-824 A. C.), como um dos importantes membros de uma aliança militar que forneceu duas mil carruagens e dez mil soldados para resistir ao avanço assírio em Carcar, sobre o rio Orontes, em 853 A. C. Jeú, o usurpador e cruel exterminador da casa de Onri, realmente aparece no Obelisco Negro que Austen Layard encontrou em 1846, no palácio de Salmaneser II, em Ninrode. Jeú é mostrado de joelhos diante do monarca assírio, e as seguintes palavras acompanham o desenho: "Tributo de laua (Jeú) filho de Onri (*mar Humri*). Prata, ouro. . . , chumbo, cetros para a mão do rei, lanças, eu recebi dele".⁵

O aparecimento do nome de Onri nos registros assírios em conexão com Jeú, que não entrou na cena histórica até mais de um século depois da morte do fundador da importante

dinastia onrita, em Israel, ilustra a reputação política que Onri ganhou, pelo menos entre os assírios, cousa que é, sem dúvida, desprezada intencionalmente no Velho Testamento, devido à negativa influência religiosa do rei (cf. I Reis 16: 23-28; Miquéias 6: 16). A Pedra Moabita, erigida pelo Rei Mesa de Moabe (II Reis 3: 4) cerca de 830 A. C., e descoberta em 1868, confirma da mesma forma o fato de que Onri desfrutou de grande prestígio político. O próprio testemunho do rei Moabe a este fato, é dado a seguir: "Quanto a Onri, rei de Israel, ele humilhou a Moabe muitos anos (literalmente, dias)" e "ocupou a terra de Medeba, e (Israel) habitou ali, no seu tempo, e na metade do tempo de seu filho (Acabe). . . " 6

Além de Pedra Moabita, o Óstraco de Laquis também é de grande importância entre as inscrições palestinas. Descobertas em 1935 e 1938, nas ruínas da última ocupação israelita do Tel-ed-Duweir (Laquis), ao sul da Palestina, essas vinte e uma cartas possuem significado filológico extraordinário, visto que foram o único grupo de documentos conhecido em hebraico clássico, escritos em prosa. Além disso, fazem jorrar uma luz valiosa sobre o período de Jeremias, pouco antes da queda de Jerusalém (587 A. C.), sendo geralmente datados do outono de 589 ou 588 A. C., pouco antes do começo do assédio caldeu a Laquis.

A capacidade da arqueologia de esclarecer um período de história bíblica muito mal compreendido, é demonstrado pela descoberta do Monólito que Ben-Hadade I, de Arã, erigiu em cerca de 850 A. C., descoberto em 1941 pouco ao norte de Aleppo, na Síria. A inscrição real aramaica feita no Monólito indica o fato de Ben-Hadade I, contemporâneo de Asa e de Baasa, ser o mesmo indivíduo que é chamado Ben-Hadade II, contemporâneo de Elias e Eliseu. Esta importante porção de informação remove um dos mais sérios embaraços à correta compreensão de todo o período da história do Reino do Norte, desde a divisão da Monarquia por volta de 922 A. C., até à ascensão de Jeú em 842 A. C., e ao mesmo tempo, autentica a lista dinástica de reis arameus, que reinaram em Damasco, da maneira como é apresentada em I Reis 15: 18.

Além do mais, é oportuno adicionar que a arqueologia tem, da maneira mais surpreendente, descoberto nações inteiras, e ressuscitado povos importantes da antiguidade, conhecidos, até então, apenas por obscuras referências bíblicas.

Não é exagero dizer que, quanto à compreensão humana, e quanto ao que concerne aos aspectos históricos e lingüísticos, o Velho Testamento se tem tornado um livro novo à medida em que a arqueologia tem-no tornado mais compreensível, colocando-o diante do iluminador puno de fundo das circunstâncias em que foi escrito, relacionando-o com a vida e os costumes do qual emergiu. Este é o papel mais importante da arqueologia no estudo do Velho Testamento. Ela tem alcançado resultados notáveis até o presente, e apresenta grandes promessas de ainda maiores contribuições no futuro, à medida que a pesquisa das terras bíblicas continuar.

Capítulo II

NARRATIVAS DA CRIAÇÃO: BÍBLICA E BABILÔNICA

Como livro semítico antigo, o Velho Testamento tem, naturalmente, íntima relação com o meio ambiente no qual foi escrito. A cena dos primeiros onze capítulos de Gênesis, que registra a história primitiva da humanidade, se desenrola no berço da civilização, o vale do Tigre-Eufrates. Ali começou a vida humana, e se desenvolveu a mais antiga cultura sedentária. Dali se originam as primeiras tradições do começo do mundo e da humanidade que, como era de se esperar, têm muita semelhança com a Bíblia.

I. DESCOBERTA DAS TÁBUAS DA CRIAÇÃO

A recuperação de grande cópia de documentos da antiguidade mesopotâmia, preservada em caracteres cuneiformes (literalmente, em forma de cunha) da linguagem babilônica-assíria, e escritos em tábuas de barro, tem sido um dos triunfos da arqueologia moderna. Antes da descoberta da Inscrição Behistun, trilingüe, em 1835 por um jovem oficial inglês do Exército Persa, inscrição que demonstrou ser a chave que tornou compreensível a estranha escrita cuneiforme, o vale assírio-babilônico era um vasto cemitério de nações e antigas civilizações enterradas. Contudo, com a decifração da linguagem e conseqüente zelo renovado em cavar cidades e culturas por muito tempo esquecidas, que ali estavam enterradas, a região do Tigre-Eufrates, onde nasceu a história humana, tornou-se uma das regiões mais dramáticas da superfície terrestre.

A decifração dos cuneiformes babilônicos-assírios, e o fato de as antiguidades daquelas regiões onde começou a história bíblica primitiva se terem tornado acessíveis, produziram ardente expectativa entre os estudiosos do Velho Testamento, porque a escavação de cidades soterradas revelou registros contendo significativos paralelos à Bíblia. As suas esperanças não foram frustradas.

1. Achados em Nínive. Entre os anos de 1848 e 1876, como resultado das escavações em Nínive, antiga capital do Império Assírio, Austen H. Layard, Hormuzd Rassam e George Smith recuperaram, da biblioteca de Assurbanípal (668 - 626 A. C.), as primeiras tábuas e fragmentos de tábuas da grande Epopéia da Criação conhecida entre os babilônicos e assírios. Devido à sua relação com os primeiros capítulos do Gênesis, poucas inscrições semíticas suscitaram maior interesse. A epopéia, registrada em cuneiformes em sete tábuas de barro, consiste de aproximadamente mil linhas, e era conhecida de seus antigos leitores pelas duas palavras com que se iniciava: *Enuma elish* ("Quando das alturas").

2. Outros Fragmentos Relativos à Criação. Como resultado de outras descobertas de novas tábuas e partes de tábuas, desde 1876, a epopéia foi quase completamente restaurada. A única parte considerável que ainda está faltando ocorre na Tábua V.

3. Data das Tábuas. Apesar de a maior parte da epopéia ser originária da biblioteca de Assurbanípal, na sua presente forma ela é posterior (século VII A. C.), mas foi composta muito antes, isto é, nos dias do grande Hamurábi (1728-1676 A. C.). Foi nessa época que a Babilônia ascendeu à supremacia política, e Marduque, o herói da *Enuma Elish*, tornou-se deus na-

cional. Um dos objetivos principais da epopéia da criação é mostrar a supremacia da Babilônia sobre todas as outras cidades do país, e especialmente a supremacia de Marduque sobre todos os outros deuses babilônicos.

Sendo assim apresentado o caráter de propaganda política em que deveria ser narrada pelos mil anos seguintes, ela chegou até nós nesta versão. Todavia, o poema em si, embora sendo uma das obras primas da literatura dos Semitas Babilônicos, é de épocas muito mais remotas. Está claramente baseado nas anteriores tradições dos sumérios, os precursores não semitas dos semitas babilônicos, na Babilônia inferior. Esses povos adentraram a planície de Sinear, no sul da Babilônia em épocas muito remotas (talvez tão remotas como 4.000 A. C.), e desenvolveram uma civilização adiantada, inclusive a escrita cuneiforme, como aperfeiçoamento da pictográfica. Os babilônios se tornaram herdeiros da religião e da cultura dos sumérios.

II. NARRATIVA BABILÔNICA DA CRIAÇÃO

A Tábua I, na cena de abertura, apresenta a era primitiva quando existia apenas um mundo formado de matéria viva incriada, personificada por dois seres mitológicos: — Apsu (masculino), representando o oceano primitivo de água doce, e Tiamate (feminina), o oceano primitivo de água salgada. Este par original se tornou progenitor dos deuses.

*Quando nas alturas os céus (ainda) não tinham nomes,
(E) embaixo a terra (ainda) não existia como tal,
(Quando) apenas o primitivo Apsu, progenitor deles (existia),
(E) mãe (mummu) Tiamate, que deu à luz todos eles,
(Quando) as suas águas (ainda) misturadas,
(E) nenhuma terra seca havia sido formada (e) nem
(Mesmo) um pântano podia ser visto;
Quando nenhum dos deuses havia sido gerado,
Então os deuses foram criados no meio deles (Apsu e Tiamate).
Lahmu e Lahamu (deidades) eles (Apsu e Tiamate) procriaram. 1*

A descendência de deuses que Apsu e Tiamate tiveram tornou-se tão molesta em sua conduta, que o seu pai, Apsu, propôs em sua mente acabar com eles. Nessa decisão, contudo, ele foi frustrado pelo grande deus Ea, “que tudo sonda” ² e que descobriu o plano, podendo assim aprisionar e matar Apsu. Então, Ea gerou Marduque, deus da cidade de Babilônia, e herói real do mito. Nesse ínterim, Tiamate, por instigação dos deuses, se prepara para vingar a morte de seu marido Apsu. Cria monstros horríveis e indica Kingu, um de seus filhos, como comandante-chefe de seus exércitos.

As Tábuas II e III contam como Marduque foi escolhido por seu pai Ea como campeão, para lutar contra a irada Tiamate e como os deuses se reuniram em um banquete para o conselho de guerra, para equipá-lo e enviá-lo à batalha. Na Tábua IV, Marduque é elevado à supremacia entre os deuses, tendo o poder para destruir e criar, a base da sua exaltação. Ele destrói e cria vestimenta. É declarado rei, e se dirige à batalha contra Tiamate, com arco, flecha e clava. A derrota formal do caos, e a vitória da ordem, são descritas graficamente na grande disputa:

*Tiamate e Marduque, o mais sábio dos deuses, tomaram lugar, opondo-se mutuamente,
Avançaram para a batalha, e no combate aproximaram-se um do outro.
O senhor abriu a sua rede e a envolveu,
O mau vento, seguindo-se-lhe, fez soprar na sua face.
Quando Tiamate abriu a boca para devorá-lo,
Ele fez soprar o mau vento, de forma que ela não pode fechar os lábios.
À medida que os ventos uivantes encheram o seu ventre,
Este foi destendido, e ela abriu bem a boca;
Ele lançou uma flecha, esta rasgou o seu ventre,
Cortou as suas entranhas, e traspassou-lhe o coração.
Quando ele a havia subjugado, destruiu a sua vida.*

*Jogou a sua carcaça por terra e se colocou de pé sobre ela.*³

Os aliados de Tiamate tentam fugir, mas são capturados e lançados na prisão. Nesse ínterim, Marduque volta para Tiamate, a fim de criar o cosmos, usando o seu cadáver.

*O senhor reposou, para observar o seu corpo inanimado
(Para ver) como ele poderia dividir o colosso (e) criar cousas maravilhosas (com ele).
Abriu-a em duas partes como um mexilhão;
Metade dela, colocou no lugar e formou o céu,
Fixou os limites e postou guardas.*⁴

Então Marduque baixou uma ordem para não deixar escapar a "água" que estava na metade do corpo de Tiamate, e que ele usou na construção do céu. Em seguida, estabeleceu a terra, designada poeticamente Esharra, na forma de uma grande canópia, e colocou-a sobre Apsu, o oceano de água doce que está sob a terra. O deus Anu, ele colocou no céu, o deus Enlil no ar, e Ea no oceano debaixo da terra.

*Ele ordenou-lhes que não deixassem escapar a sua água,
Ele atravessou os céus e examinou as (suas) regiões.
Colocou-se em posição oposta a Apsu. . .
O senhor mediu as dimensões de Apsu,
E uma grande estrutura, correspondente dele, ele estabeleceu: Esharra,
A grande estrutura Esharra, que ele fez como uma canópia.
Anu, Enlil e Ea, ele (então) fez com que estabelecessem a sua residência.*⁵

Na Tábua V, que é fragmentária, Marduque estabelece as constelações e indica os dias e meses do ano, fazendo com que a lua brilhe em suas várias fases, para marcar a principal unidade de tempo da Babilônia.

A Tábua VI é importante devido ao fato de descrever a criação do homem. Marduque declara:

*Sangue formarei, e farei com que haja osso;
Então estabelecerei lullu,* "Homem" será o seu nome,
Sim, criarei lullu. Homem!
(Sobre ele) o trabalho dos deuses será imposto, para que estes possam descansar. . .*⁶

Na assembléia dos deuses a culpa pela rebelião de Tiamate é colocada em Kingu, comandante-chefe das forças de Tiamate. Em virtude disto, Kingu é morto, e o deus Ea, seguindo instruções do seu filho Marduque, cria o homem do sangue derramado das artérias de Kingu.

*A marram-no (e) conservam-no preso diante de Ea;
Inflingiram-lhe punição, cortando (as artérias do) seu sangue;
Com o seu sangue formaram a humanidade;
Ele (Ea) impôs o trabalho dos deuses (sobre o homem) e libertou (dele) os deuses.
Depois que Ea, o sábio, havia criado o homem
(E) havia imposto o trabalho dos deuses sobre ele,
Aquela obra ultrapassou a compreensão (humana).*⁷

Depois da criação do homem, os Anunaque (deuses) trabalharam durante um ano, queimando tijolos para construir Esagila, a torre-templo de Marduque em Babilônia. Em seguida os deuses se reuniram em banquete festivo em honra de Marduque. A Tábua VII relata como Marduque é promovido de principal deus da Babilônia, para liderar todo o panteão. São-lhe conferidos cinquenta nomes representando o poder e os atributos das várias divindades babilônicas.

* Palavra suméria que significa "homem".

Na história da criação de Eridu, descoberta por Hormudz Rassam em 1882, nas ruínas da antiga Sipar, na parte norte da Babilônia, chamada Acádia, a criação do homem é política de *Enuma elish*, justificando a posição de Marduque como rei entre os deuses babilônicos:

Ele (Marduque) criou a humanidade.

(A deusa) Aruru criou a semente da humanidade juntamente com ele.

Ele criou a besta do campo (e) as cousas vivas da estepe

Criou o Tigre e o Eufrates, e (os) colocou em seus lugares.

Os seus nomes ele proclamou convenientemente.

Criou a grama, o junco do pântano, o bambu, e os bosques.

Criou a verde erva do campo.⁸

Outros fragmentos da criação, com várias versões da mesma, têm sido encontrados, o mais importante dos quais relata que os deuses formaram a humanidade com o sangue de outros deuses. Em outras narrativas a carne e o sangue de um deus morto foram misturados com barro para formar o homem.

III. COMPARAÇÃO DAS NARRATIVAS BÍBLICA E BABILÔNICA

É geralmente reconhecido pelos estudiosos que há numerosos paralelos interessantes entre o relato da criação feita na literatura babilônica, particularmente na *Enuma elish*, e a feita em Gênesis 1: 1 - 2: 3. Embora essas semelhanças sejam genuínas, são geralmente exageradas, e conclusões errôneas são freqüentemente tiradas delas.

1. As Semelhanças:

(1) *Ambas as narrativas reconhecem uma época em que a terra era sem forma e vazia.* Em ambas há uma equivalência etimológica nas palavras usadas para determinar a escuridão e o caos aquoso que foi mais tarde separado em céus e terra. Na *Enuma elish* há um nome próprio, a personalidade mitológica Tiamate. Em Gênesis 1: 2 há *tehom*, substantivo comum que não tem conotações mitológicas, mas descreve a vasta massa aquosa da qual as águas que estão acima do firmamento foram separadas no segundo dia, e da qual a terra seca emergiu no terceiro dia. Porém, enquanto que a palavra hebraica *tehom* representa toda a massa aquosa caótica, *Tiamate* representa apenas parte dela, sendo a outra parte representada por Apsu.

Embora a *Tiamate* babilônica e a hebraica *tehom* sejam palavras cognatas, nas duas línguas semíticas, a última não é uma derivação da primeira, o que indicaria uma dependência da narrativa hebraica da babilônica. Como o indicam o gênero diferente das palavras, e outros fatores, é mais certo que ambas provenham de uma forma comum proto-semítica. Por outro lado, a palavra hebraica que significa firmamento, *raqia*, significa "o que se espalha" e corresponde à crua idéia babilônica de que a metade de Tiamate foi usada por Marduque para construir a abóbada celeste.

(2) *Ambas as narrativas têm uma ordem semelhante de acontecimentos na criação.* Ambas iniciam com a existência do espírito divino. Na *Enuma elish* o espírito divino consiste das divindades primitivas de Apsu e Tiamate, que geraram os primeiros deuses. Em Gênesis é o único Deus eterno. As narrativas começam também com um caos aquoso, e terminam com os deuses ou o Senhor descansando. Na seqüência dos atos criadores, há notável semelhança entre as duas narrativas, embora a luz seja criada, em Gênesis, de maneira clara, e na versão babilônica simplesmente emana dos deuses. A criação do firmamento por Marduque, a terra seca, as luminárias celestiais e o homem, seguem a mesma ordem da criação por Deus em Gênesis.

(3) *Ambas as narrativas mostram uma predileção pelo número sete.* A epopéia babilônica é dividida em sete tábuas ou cantos. Os eventos criadores hebraicos são agrupados em sete períodos chamados dias. Essa semelhança, que à primeira vista pode parecer singular, é na realidade superficial. Absolutamente não há evidência alguma para se atribuir os sete dias da criação em Gênesis à influência das sete tábuas da criação de *Enuma elish*. O número sete tinha um significado comum no antigo pensamento semita, refletido na literatura babilônica bem como por todo o Velho Testamento. Além disso, há pequena correspondência entre as sete tábuas e os sete dias da criação, em Gênesis. As Tábuas II e III não tratam de nenhuma fase da criação nem ao menos as Tábuas I e IV. Em Gênesis, no entretanto, a atividade criadora ocupa todos os seis dias, ao passo

que o sétimo é dedicado ao descanso de Deus.

Reunindo todos os fatores sob nossa consideração, pode-se concluir que as semelhanças entre a *Enuma elish* e o relato da criação feito em Gênesis, são, sob alguns aspectos surpreendentes. Mas no aspecto geral, as semelhanças servem para acentuar as diferenças, que são muito mais radicais e significativas.

2. As Diferenças:

(1) *Uma narrativa é intensamente politeísta; a outra, extritamente mono-teísta.* O mito babilônico começa com uma pluralidade de deuses, Apsu e Tiamate que, como divindade masculina e feminina geraram os primeiros deuses. Gênesis começa com aquela incomparável palavra: "No princípio Deus. . ." (Gênesis 1: 1). Como resultado desta flagrante diferença no conceito básico de divindade, as idéias religiosas das duas narrativas são completamente divergentes. A história babilônica é contada em um baixo nível mitológico, com uma sórdida concepção de divindade. Os descendentes de Apsu e Tiamate procederam tão mal que seu pai planeja destruí-los. Os grandes deuses, eles mesmos, conspiram e lutam uns contra os outros. Ea se choca contra Apsu. Marduque luta contra Tiamate e seus seguidores, e triunfa só depois de árdua batalha.

Gênesis, em flagrante contraste, é imponente e sublime. O único Deus, sublime e onipotente, detém controle grandioso de todas as criaturas e elementos do universo. Como Criador, há uma grande diferença entre Ele e a criatura ou a criação. Embora haja rebelião entre as criaturas angelicais, revelada em outros lugares nas Escrituras (Isaías 14: 12-17; Ezequiel 28: 12-19), e uma queda da humanidade (Gênesis 3), não obstante Deus detém controle perfeito, sendo prevista a manifestação do mal, e providenciado um remédio (Gênesis 3: 15).

O rude politeísmo das histórias babilônicas da criação, mancha a narrativa com sucessivas gerações de divindades de ambos os sexos, procedendo de Apsu e Tiamate, e produz uma confusa e contraditória pluralidade de criadores. Isto é verdadeiro porque Apsu e Tiamate não são apenas os progenitores de seres divinos; porém, visto que esses seres divinos, por sua vez, personificam vários espaços cósmicos e forças naturais, os pais dos deuses participam, igualmente, de maneira direta do papel de criadores.

Porém, outros criadores adentram o confuso quadro. Na guerra entre os deuses, Ea, pai de Marduque, mata Apsu e, da carcaça, dele, forma o mar subterrâneo, sobre o qual repousa a terra. Marduque, por sua vez, no conflito contra Tiamate, do caos faz surgir o cosmos, e como o criador principal, forma os céus e a terra, os corpos celestiais, cereais e legumes, e juntamente com Ea, é-lhe atribuído o crédito da formação do homem.

Outras inscrições fragmentárias adicionam elementos contraditórios à desorientadora narrativa de *Enuma elish*. Uma delas, encontrada por George Smith em Nínive, fala dos "deuses em sua totalidade" como tendo criado o mundo e o seu conteúdo. Outra, da antiga cidade capital da Assíria, Assur, relaciona "os grandes deuses" Anu, Enlil, Shamash e Ea como criadores do universo, e, juntamente com as divindades chamadas os Anunaque, como tendo formado os dois primeiros seres humanos, chamados Uligarra (o instrutor da abundância) e Zalgara (a instrutora da fartura). Outra tábua da Babilônia diz que Anu criou os céus e que Ea criou várias divindades menores, e a humanidade. Outra inscrição atribui a criação do sol e da lua a Anu, Enlil e Ea. A estória da criação de Eridu, atribui a criação da humanidade a Marduque, ajudado por uma deusa, ao passo que uma tábua mutilada e castigada pelas intempéries, da Primeira Dinastia de Babilônia, atribui a criação do homem a uma deusa que misturou barro com o sangue de um deus morto.

No maior contraste possível à confusão e contradição destas narrativas politeístas, a narração do Gênesis, com beleza pura e simplicidade, apresenta o único Deus Eterno como Criador e Conservador de todas as coisas. Ele cria todas as coisas do nada. Pela Sua palavra onipotente, faz com que os mundos venham a existir. Como Criador, exerce supremo controle sobre todos os elementos do universo.

(2) *Uma narrativa confunde espírito e matéria, a outra faz cuidadosa distinção entre estes dois conceitos.* A versão babilônica não é apenas religiosamente heterodoxa, pelo fato

de ser politeísta em vez de monoteísta, todavia, coisa que é intimamente relacionada a isto; ela também é heterodoxa filosoficamente. Confunde irremediavelmente espírito divino e matéria cósmica, por uma identificação irracional e mitológica de ambos. Apsu e Tiamate, pais dos deuses, são personificação de matéria cósmica (os primitivos oceanos de água salgada e doce, respectivamente), e a sua descendência, por sua vez, personifica espaços e forças naturais. Isto leva à hipótese falsa, latente no pensamento babilônico, de que o espírito divino e a matéria cósmica são coexistentes e co-eternos.

A idéia babilônica da eternidade da matéria é, sem dúvida, estranha ao pensamento velho-testamentário, e em desacordo com a idéia de um Criador infinito que faz com que o universo venha a existir do nada, qual seja a clara conclusão de Gênesis 1:1. O conceito sublime e filosoficamente sadio de um Espírito Eterno infinito, criando a matéria cósmica e existindo independentemente dela, como a narrativa de Gênesis o apresenta, está inteiramente fora do alcance da capacidade do pensamento politeísta, e da razão humana que não conta com revelação divina.

Um dos aspectos mais sublimes da narrativa do Gênesis, é o poder da palavra falada do Criador. "E Deus disse" (Gênesis 1:3, 6, 9, 11, 14, 20, 24, 26); é o divino "fiat" que ele contém (cf. Hebreus 11:3). Um paralelo sugestivo, embora em plano muito menos elevado, é a palavra falada por Marduque, que atesta o seu poder criativo diante dos deuses:

*Ele ordenou com a sua boca, e a vestimenta foi destruída,
De novo ordenou, e a vestimenta foi restaurada.
Quando os deuses, seus pais, notaram a eficácia das suas palavras,
Regozijaram-se (e) prestaram (-lhe) homenagem, (dizendo:) "Marduque é rei!"* 9

Porém, este exemplo de atividade criadora pela eficácia da palavra falada, é único na literatura babilônica da criação. Os deuses são sempre retratados como artífices que criam através do trabalho físico, como em nível humano.

IV. EXPLICAÇÃO DOS PARALELOS BÍBLICOS

Uma comparação entre a epopéia babilônica da criação e os primeiros capítulos de Gênesis, revela que as semelhanças do todo não são muito notáveis, se considerarmos a íntima associação de hebreus e babilônios durante o curso da sua história. As diferenças são, de fato, muito mais importantes, e as semelhanças eram de se esperar, naturalmente, em duas narrativas da criação mais ou menos completas. Ambas têm o mesmo fenômeno para narrar; e visto que os homens em geral pensam de maneira semelhante, não é necessário pretender nenhuma dependência de uma à outra.

Contudo, em um aspecto a semelhança é de tal natureza que dificilmente poderia ser acidental. É no caso da seqüência dos eventos, na criação. A ordem facilmente poderia ser alterada em relação à criação do firmamento, da terra seca, das luminárias e do homem. Parece claro que há alguma conexão entre as duas narrativas. Quatro possibilidades existem: a narrativa do Gênesis proveio da tradição babilônica; esta é proveniente da narrativa do Gênesis; essas tradições surgiram espontaneamente; as duas narrativas provêm de uma fonte comum.

1. *A Narrativa do Gênesis proveio da Tradição Babilônica.* Embora esta opinião tenha conseguido apoio generalizado, e tenha certos fatores históricos, arqueológicos e religiosos em seu favor, a simplicidade e sublimidade da narrativa bíblica, em contraste com a complexidade e rudeza da versão babilônica, apresentam razões ponderáveis contra ela. O registro sagrado apresenta os autênticos fatos da criação por inspiração, em toda a sua pureza. Moisés, indubitavelmente, devia estar familiarizado com aquelas tradições. Se o estava, a inspiração capacitou-o a registrá-las como fatos autênticos, purificadas de todas as incrustações de politeísmo grosseiro, e apresentadas de forma a enquadrar-se no elevado modelo de verdade e monoteísmo puro. Se não estava, o Espírito Santo pôde ter-lhe dado a revelação daqueles acontecimentos, sem necessidade alguma de fontes orais ou escritas. Em qualquer caso, a inspiração era tão necessária para purificar o relato original e refiná-lo, a fim de se ajustar ao padrão do monoteísmo, como para

apresentar a história original autêntica sem a ajuda de fontes de referência orais ou escritas.

O uso de fontes de referência escritas ou orais não está em desacordo com a inspiração bíblica, como é evidente no prólogo do terceiro Evangelho (Lucas 1: 1-3). Sobretudo, alguns dos escritores do Velho Testamento estavam familiarizados com a literatura das nações vizinhas, e modelaram algumas das suas composições inspiradas segundo as obras primas da sua literatura. Este fato é demonstrado claramente, por exemplo, pelas surpreendentes semelhanças entre alguns dos primeiros salmos, e a literatura épica descoberta em Ras Shamra (1929-1937). Além disso, as Cartas de Amarna, do Egito, e os documentos hititas de Bogazqueui, na Ásia Menor, mostram que o comércio havia disseminado amplamente a escrita e literatura babilônicas, por volta de 1400 A. C., de forma que era bem possível que Moisés, que fora "educado em toda a ciência dos egípcios" (Atos 7: 22), conhecesse as obras primas da literatura babilônica, tais como os mitos de Adapa e Ereshkigal, que eram conhecidos no Egito da sua época.

Da mesma forma, não é possível, do ponto de vista histórico e arqueológico, ou do ponto de vista da inspiração bíblica, admitir que o Gênesis possa, até certo ponto, ter dependido da *Enuma Elish*. Isto, no entanto, não é a verdadeira explicação das semelhanças, cremos nós, e embora a doutrina da inspiração bíblica não exclua a possibilidade dessa dependência da narrativa do Gênesis, é manifesto que tal dependência é inteiramente desnecessária. Parece inconcebível que o Espírito Santo precisasse usar uma epopéia tão contaminada com filosofia pagã como *fonte de verdade espiritual*. O emprego de uma forma poética, ou de um certo tipo de métrica, como veículo de expressão da verdade espiritual, de que há claros exemplos no Velho Testamento, tirados de literatura contemporânea, é matéria completamente diferente.

2. *A Narrativa Babilônica é Proveniente do Gênesis*. Esta opinião é extremamente impossível, se não historicamente impossível. A *Enuma elish* antecede o Gênesis em quase quatro séculos, visto ser quase certo que a epopéia recebeu a forma em que foi descoberta, cerca de um milênio mais tarde nos dias de Hamurábi de Babilônia (1728-1686 A.C.), e grande parte do seu pensamento data dos primitivos tempos sumérios. Contudo, há possibilidade de que a narrativa hebraica, em uma ou outra forma, tenha existido vários séculos antes.

3. *Essas tradições surgiram espontaneamente*. Elas são tendências naturais da mente humana em um processo de evolução, argumenta-se. Maneiras semelhantes de pensar e de considerar o universo e o homem, produziram-nas espontaneamente. Mas isto não é uma explicação; simplesmente, recusa-se a considerar os fatos de forma racional.

4. *As Duas Narrativas Provêm de Fonte Comum*. As inscrições babilônicas e os registros do Gênesis nos apresentam, evidentemente, duas formas de tradições primitivas e de fatos concernentes ao princípio do universo e do homem. Não são tradições peculiares aos povos e às religiões semíticas, que desenvolveram-se de características comuns. São tradições comuns a todos os povos civilizados da antiguidade. Seus elementos comuns apontam para uma época em que a raça humana ocupava uma pátria comum e tinha uma fé comum. Suas semelhanças são devidas a uma herança comum, e cada raça de homens foi transmitindo, de geração em geração, os registros orais ou escritos da história primitiva da raça.

As raças humanas primitivas, por onde vagaram, levaram com elas essas primitivas tradições da humanidade, e nas diferentes latitudes e climas, modificaram-nas de acordo com a sua religião e modo de pensar. As modificações, com o passar do tempo, resultaram na corrupção da tradição original pura. A narrativa do Gênesis é não apenas a mais pura, como também apresenta, em todos os pontos, a autenticação inequívoca da inspiração divina, quando comparada com as extravagâncias e corrupções de outras narrativas. A narrativa bíblica, podemos concluir, representa a *forma original* que essas tradições devem ter tido.

Capítulo III

TRADIÇÕES PRIMITIVAS E PRIMÓRDIOS BÍBLICOS

Os onze primeiros capítulos de Gênesis, que tratam da criação do mundo, da vida primitiva do homem sobre a terra, do grande dilúvio e da vida pré-patriarcal após o dilúvio, contém material de antiguidade muito remota. Atualmente, está provado que grande parte desse material foi levado da Mesopotâmia pelos ancestrais dos hebreus. Pode também ser mostrado que tem autêntico colorido local, e é inteiramente livre de analogias egípcias. Há umas poucas semelhanças cananitas, que no entanto são, quase todas, de natureza verbal, consistindo no emprego das mesmas palavras, ou de outras intimamente relacionadas. Por outro lado, há grande número de surpreendentes semelhanças babilônicas, embora não tão grandes como se tem propalado.

Semelhanças tais como o Sábado e a queda do homem, têm sido freqüentemente exageradas. Embora o sétimo dia e o número sete em geral tenham significado especial no pensamento oriental antigo, tanto na Bíblia como nos monumentos, críticos radicais têm labutado em vão para provar que o sétimo dia de descanso bíblico e a sua santificação (Gênesis 2: 3) derivaram-se dos babilônicos. A falta de um paralelo claro para a queda do homem registrada em Gênesis 3, será demonstrada mais adiante. Todavia, um detalhe como o dos "querubins" colocados "ao oriente do jardim do Éden" (Gênesis 3: 24) é abundantemente ilustrado pela iconografia do Oriente Próximo, referente a épocas remotas, como um leão alado com cabeça humana, ou uma esfinge.

I. AS TRADIÇÕES PRIMITIVAS E A QUEDA

O terceiro capítulo de Gênesis, que retrata a tentação e a queda do homem, o qual é descrito vivendo feliz e inocentemente em lugar delicioso, tem grande importância teológica. Provê a base e supre a necessidade de uma atividade redentora do Criador em favor da raça humana. Conseqüentemente, supostas semelhanças desta passagem fundamental, na literatura babilônica, ao lado de freqüentes afirmações de plágio por parte do registro sagrado, exigem cuidadosa consideração.

1. *Localização do Jardim do Éden.* As informações que a Bíblia nos dá, localizam o Jardim do Éden, onde ocorreram a tentação e a queda, em algum lugar na região do Tigre-Eufrates, evidentemente na terça parte mais oriental do Crescente Fértil. "E saía um rio do Éden para regar o jardim, e dali se dividia, repartindo-se em quatro braços. O primeiro chama-se Pisom. . . O segundo rio chama-se Giom. . . O nome do terceiro rio é Tigre. . . E o quarto é o Eufrates (Gn. 2: 10-14). O Pisom e o Giom são, possivelmente, canais (chamados rios na Babilônia) que ligavam o Tigre e o Eufrates, à guisa de antigos leitos de rios.

Embora Friedrich Delitzsch localize o Éden logo ao norte da Babilônia, onde o Eufrates e o Tigre correm bem perto um do outro, e A. H. Sayce e outros localizem o Éden perto de Eridu, antigamente no Golfo Pérsico, é debalde que se tenta determinar, agora, a sua localização exata. A mudança dos leitos dos rios, e a mutável configuração daquela região, no curso de milênios, como resultado da acumulação de enormes depósitos de sedimentos fluviais, tornam essa tarefa virtualmente impossível. A coisa importante é que o Gênesis localiza o princípio da vida humana na mesma região que a pesquisa arqueológica tem demonstrado ser o berço da civilização. W. F. Albright diz:

Desta forma, a pesquisa arqueológica tem estabelecido, sem sombra de dúvida, que não há centro de civilização, na terra, que possa nem de longe competir, em antiguidade e atividade, com a bacia do Mediterrâneo Oriental e a região imediatamente ao leste dela
— O Crescente Fértil.¹

2. *O Mito de Adapa.* Esta antiga lenda, que tem sido geralmente interpretada como o correspondente babilônico à queda do homem narrada em Gênesis 3, foi descoberta em quatro fragmentos cuneiformes, três na biblioteca do Rei Assurbanípal, em Nínive (século VII A. C.) e o quarto nos arquivos dos reis egípcios Amenotepe III e IV, em Amarna (primeira metade do século XIV A. C.). É uma estória, como a Epopéia de Gilgamesh, contando a falha do homem em aproveitar a oportunidade de ganhar a vida eterna.

Adapa era um homem a quem o deus Ea havia dado sabedoria, mas não vida eterna. Como administrador do templo de Ea em Eridu, ele estava ao sul, pescando no Golfo Pérsico, quando o vento setentrional, soprando de repente, virou o seu barco, e o lançou no mar. Ele, irado, quebrou “a asa do vento sul”, pintado como uma espécie de pássaro. Aleijado, o vento setentrional não podia soprar brisas frescas sobre a terra abrasada.

Por esta ação violenta, Adapa é chamado a dar contas a Anu, o grande deus dos céus. Antes de subir às regiões etéreas, Ea, seu pai, instrui Adapa para vestir-se de luto, como sinal de reverência aos dois guardas do portão, que haviam recentemente deixado o país dos vivos, e a não comer a comida da morte, nem beber a água da morte que lhe seria oferecida. O seu luto pelos guardas do portão assegura a sua boa vontade. Eles intercedem por ele com tanto sucesso que, em vez de puni-lo, Anu decide abençoá-lo, e assim ordena:

“... A comida da vida

Trazei-lhe para que ele coma”. A comida da vida

Trouxeram-lhe, mas ele não comeu. A água da vida

Trouxeram-lhe, mas ele não bebeu. Um vestido

Trouxeram-lhe, e ele se vestiu (com ele). Óleo

Trouxeram-lhe, e ele se ungiu (com ele).

Anu olhou para ele, e riu.

“Venha cá, Adapa! Porque você não comeu nem bebeu?

Agora, você não viverá. Ai (da)... humanidade. Ea,

Meu senhor,

Disse: “Não coma, não beba!”

“Levem-no de volta para a sua terra!””²

Levado de volta à terra, para morrer como todos os outros homens, Adapa perdeu a oportunidade de obter vida eterna. Contudo, segundo o fragmento IV, é claro que ele é um representante da humanidade, pois a sua recusa de participar do pão e da água da vida não apenas frustrou-lhe a vida eterna, como envolveu a humanidade em doença e enfermidade, e evidentemente, frustrou da mesma forma a possibilidade da imortalidade para a raça humana também.

... E seja qual for a doença que ele tenha ocasionado aos homens

E a doença que ele tenha trazido aos corpos dos homens

Estas a deusa (da cura) Nincarra suavisara.³

3. *O Mito de Adapa e Gênesis 3.* Sejam quais forem as correspondências entre o mito de Adapa e o terceiro capítulo de Gênesis, a lenda babilônica evidentemente não oferece um paralelo à narrativa bíblica da queda do homem, e os estudiosos não têm motivo para fazer tal aplicação. Da mesma forma, a queda não é descrita, como freqüentemente tem sido declarado, no chamado “selo da tentação”, que retrata duas pessoas assentadas ao lado de uma árvore frutífera, e por detrás de uma delas, a forma ereta de uma serpente. Ambas as figuras estão vestidas, ao passo que a inocência do primeiro casal é descrita pela declaração que introduz a cena da tentação: “Ora, um e outro, o homem e sua mulher, estavam nus, e não se envergonhavam” (Gênesis 2: 25).

Além disso, não há a menor razão para procurar pela queda na literatura dos babilônios.

lônico, pois ela discorda de todo o seu sistema de especulação politeísta. Em Gênesis, o homem é criado à imagem de um Deus santo. Mas os babilônios, como outros povos pagãos, especialmente os gregos e romanos, criaram os seus deuses maus e bons, à imagem do homem. Não se podia esperar que esses deuses, que conspiravam, odiavam, lutavam e matavam uns aos outros, criassem algo que fosse moralmente perfeito. Da mesma forma, um homem que fosse formado com o sangue dessas divindades, não poderia possuir outra coisa senão uma natureza má. Não teria sido possível queda alguma, porque o homem teria sido criado mau, e não teria um estado de inocência de onde cair.

Todavia, certos elementos na lenda de Adapa são surpreendentes pela semelhança ou pelo contraste que apresentam. A "comida da vida" corresponde ao "fruto" da "árvore da vida" (Gênesis 3: 3, 22). As duas narrativas concordam no pensamento de que a vida eterna poderia ser obtida comendo-se uma certa qualidade de comida ou fruto. Porém, Adão perdeu a imortalidade devido a um desejo errado de ser "como Deus". (Gênesis 3: 5). Por esta razão, foi expulso do jardim, para que não comesse "da árvore da vida. . . e viva eternamente" (Gênesis 3: 22). Adapa já havia recebido sabedoria dos deuses, e falhou em tornar-se imortal, não devido à desobediência ou à presunção, como Adão, mas devido à obediência ao seu criador, Ea, que o enganou.

Da mesma forma como a narrativa bíblica da queda, a estória de Adapa toca na questão crucial da razão por que o homem devia sofrer e morrer. Em contraste, no entanto, a resposta não é que o homem caiu da sua integridade moral, e que o pecado em que ele caiu produziu morte, mas que o homem perdeu a oportunidade de obter a vida eterna pelo fato de ter sido enganado por um dos deuses. O pecado humano original não é, absolutamente, levado em consideração na estória de Adapa, ao passo que é básico no relato do Gênesis. As duas narrativas, portanto, a despeito de semelhanças superficiais, são polos opostos.

II. AS MODERNAS ESCAVAÇÕES E A CIVILIZAÇÃO PRIMITIVA

A Bíblia liga o começo da civilização humana com Caim e Abel, os dois filhos de Adão. Embora um bom paralelo entre a história bíblica e os monumentos esteja ainda faltando, contínuas escavações na Mesopotâmia, e a publicação de antigas tábuas, especialmente os registros dos antigos sumérios, revelará, sem dúvida, pontos de contato elucidativos.

1. *O Começo da Vida Agrícola.* O homem, precisando tornar-se, desde bem cedo, um produtor de alimentos, começou a controlar a natureza pelo amanho da terra e criação de gado. Ambas as atividades, são intimamente relacionadas, e são indubitável e praticamente coevas no seu desenvolvimento. Enquanto alguns grupos humanos começaram a cultivar o solo, outros estavam domesticando animais. Esta opinião, à luz do quarto capítulo do Gênesis, parece preferível à de que o cultivo do solo é anterior à criação de gado. "Abel foi pastor de ovelhas, e Caim, luvrador" (Gênesis 4: 2). É possível que o fazendeiro Caim fosse bem mais velho do que o pastor Abel, e se for assim, a agricultura deve ter precedido a pecuária. Contudo, é melhor pensarmos que essas atividades se desenvolveram lado a lado. Os homens estavam cultivando cevada e trigo no mesmo tempo em que começaram a domesticar animais.

2. *O Começo da Vida Urbana.* A linhagem de Caim é relacionada com o estabelecimento da primeira cidade, e com o desenvolvimento das artes e ofícios da vida urbana (Gênesis 4: 16-24). Jabal está vinculado à vida pastoril e nômade (Gênesis 4: 20). Seu irmão Jubal é associado à arte da música e à invenção dos primeiros instrumentos musicais — a harpa e a flauta (Gênesis 4: 21). Tubalcaim é mencionado em relação com a ciência da metalurgia e ao artesanato de ferro e bronze (Gênesis 4: 22).

Escavações modernas revelam a presença de vida urbana em período mui remoto, com evidências das artes e ofícios mencionados em Gênesis 4: 16-24. As vilas mais antigas já descobertas situam-se na região norte da Mesopotâmia, em Tel Hassuna, ao sul da moderna Mossul, e em Nínive (o nível mais baixo), e em Tepe Gaura, "O Grande Outeiro", a noroeste de Nínive. Essas localidades pertencem à Idade Neolítica, cerca de 5.000 A. C. ou antes, e mostram ferramentas e armas de pedra, cerâmica e edifícios rústicos. O Estrato XIII, em Tepe Gaura, por exem-

plo, que data centenas de anos antes da descoberta de utensílios de metal, contém cerâmica de grande beleza e delicadeza, bem como restos arquitetônicos que demonstram grande habilidade. Essas descobertas "não mais permitem que consideremos o homem da Idade da Pedra como selvagem".⁴

Perto de 4.500 A. C., o cobre começou a ser usado juntamente com a pedra, e cerca de 3.000 A. C., tornou-se o material principal para a manufatura de ferramentas e armas. A esta Idade Calcólica, ou de "pedra e cobre", pertencem a lugares como Tel Halaf, ao noroeste da Mesopotâmia, onde um majestoso tipo de cerâmica foi descoberto, demonstrando elevado grau de civilização por volta de 4.000 A. C. ou antes. Restos da mesma cultura têm sido encontrados também no Tel Chagar Bazar, a 80 quilômetros ao leste do Tel Halaf, e o Tel Arpachia, a 275 quilômetros a oeste.

O Tel Obeide, a pequena distância a noroeste de Ur, revela a mais antiga cultura claramente definida, na Babilônia inferior, mostrando que cerca de 4.000 A. C., as terras pantanosas da região do baixo Tigre-Eufrates estavam sendo drenadas e ocupadas. A cultura do Tel Obeide antecede quase todas as antigas cidades da região, como Ur, Ereque, Lagás e Eridu, e parece estar ligada à civilização contemporânea do Planalto Iraniano ao leste de Susa (Elā), um dos mais antigos centros de civilização.

Se a civilização camita se originou ao norte ou ao leste (Elā) e se espalhou para o norte e para o leste, é coisa incerta. Mas os resultados das escavações modernas elucidam a sucessão das culturas primitivas na época-pré-histórica, e a representação bíblica do progresso das artes e ofícios é bem sustentada pela arqueologia. A roda do oleiro, o barco de pesca com velas, veículos de roda, produção e uso de cobre e bronze, tijolos e selos cilíndricos, estão entre as descobertas do homem, como tem sido revelado pela escavação dos lugares mais antigos.

Minérios de ferro eram fundidos ocasionalmente na Mesopotâmia, em data muito remota. Henri Frankfort, em escavações no Tel Asmar (a antiga Esnuna), descobriu evidências de uma lâmina de ferro, em um nível que datava de cerca de 2.700 A. C. Outros objetos de ferro têm sido encontrados também, tais como o pequeno machado de ferro em Ur. A descoberta do ferro por alguma razão, não foi utilizada persistentemente, e não foi usada generalizadamente, em escala industrial, até depois de 1.200 A. C. O período de 1.200 - 300 A. C. é conhecido em arqueologia como a Idade do Ferro. Mas as escavações indicam algum conhecimento de metais em tempos mais remotos, como o indica Gênesis 4:22.

Capítulo IV

O DILÚVIO NA TRADIÇÃO SUMÉRIA E BABILÔNICA

O período que se estende da criação do homem até o Dilúvio Noéico, é descrito com breves palavras no registro bíblico. Exceto por um resumo generalizado da primeira civilização, provinda dos descendentes de Caim (Gênesis 4: 16-24), a narrativa, até o tempo do Dilúvio, consiste apenas de uma relação genealógica que apresenta os descendentes de Adão de Sete até Noé (Gênesis 5: 1-31). Tão rápida foi a degenerescência moral da raça, que tinha pouco valor, no que concerne à história da redenção, registrar algo relativo ao mundo antediluviano. O julgamento do dilúvio, porém, tanto histórica, como uma advertência instrutiva para a humanidade, como tipicamente, como uma figura do plano de Deus para a redenção em Cristo, tinha enorme importância, e por isso é extensamente tratado (Gênesis 6-9), na medida do seu significado espiritual.

I. O DILÚVIO E A LISTA DOS REIS SUMÉRIOS

Além de prover grande abundância de material paralelo que trata do Dilúvio, a arqueologia lança luz sobre o pouco conhecido período antediluviano, que o registro bíblico ignora quase totalmente. De acordo com a Lista dos Reis Sumérios, preservada no prisma de Weld-Blundell, oito soberanos antediluvianos reinaram nas cidades da Mesopotâmia inferior de Eridu, Badtibira, Larak, Sipar e Churupaque, por períodos tão longos (o reinado mais curto é de 18.600 anos, o mais longo, de 43.200) que o período da sua soma totaliza. . . 241.200 anos. Berossus, um sacerdote babilônico que escreveu muito posteriormente (século II A. C.) cita dez nomes ao todo, em vez de oito, e exagera ainda mais a duração dos seus reinados.

Falharam as tentativas para estabelecer conexão autêntica entre os dez reis antediluvianos de Berossus e o registro hebraico de dez patriarcas de Adão até Noé. Porém, os nomes que são preservados pela Lista dos Reis Sumérios e por Berossus, representam, evidentemente, uma tradição corrompida dos fatos históricos que são preservados no quinto capítulo do Gênesis, além de constituir indicação extrabíblica da grande duração da vida humana antes do dilúvio.

A tradição do Dilúvio, propriamente dito, era constante entre os povos dos quais os hebreus descenderam. Na Mesopotâmia inferior anteriormente conhecida como Suméria e Acádia, lar ancestral de Abraão, o Dilúvio era lembrado como uma grande crise na história humana, e preservada através de tradição oral e em placas cuneiformes. A Lista dos Reis Sumérios, depois de registrar os oito reis antediluvianos, interrompe a sequência com a significativa declaração seguinte, que antecede a citação dos governantes posdiluvianos: "(Então) o Dilúvio varreu (a terra). Depois que o Dilúvio varreu (a terra) (e) quando a realeza foi (outra vez) baixada do céu, a realeza estava (primeiramente) em Quis".

Nos tempos antigos, as inundações eram comuns no Vale do Tigre-Eufrates. Os dois grandes rios, cujos leitos foram gradualmente se levantando mais e mais, muitas vezes transbordavam nas épocas de cheias, e freqüentemente escavavam para si novos canais. Evidências de uma inundação assim foi encontrada por C. Leonard Wooley em Ur, em um estrato de 2, 40m. de barro limpo, que interrompeu os níveis ocupacionais do local, e que ele identificou erradamente como um depósito deixado pelo Dilúvio Noéico. O Capitão E. Mackay, e Stephen Langdon, escavando a localização da antiga Quis, encontraram uma camada semelhante que, da mesma forma, interpretaram como um depósito do Dilúvio Bíblico.

Porém, como George Barton anota corretamente:

"Não há, realmente, evidência alguma de que esses depósitos de detritos signifiquem mais do que o fato de o Eufrates e o Tigre terem, em certa época, mudado seus leitos, e corrido, durante certo tempo, sobre partes de Ur e de Quis que eram, anteriormente, desabitadas. . . Na realidade, Henri Frankfort já havia demonstrado anteriormente que, segundo a evidência da cerâmica encontrada acima e abaixo do estrato de detritos fluviais dos dois lugares, as duas inundações não ocorreram ao mesmo tempo, e nem se deram no mesmo século! Portanto, não podiam ter sido o dilúvio bíblico. São evidências de uma submersão temporária dos dois lugares, devido a mudanças do leito dos rios".¹

II. NARRATIVA SUMÉRIA DO DILÚVIO

Os mais notáveis paralelos entre o Velho Testamento e todo o corpo de inscrições cuneiformes da Mesopotâmia, ocorreram em conexão com a história do Dilúvio, preservada na literatura recuperada dos antigos habitantes dessa região, os sumérios não semíticos, e os sucessores da sua cultura e tradição, os babilônicos e assírios semíticos, que ali habitaram posteriormente. Se o Velho Testamento dependesse de fontes babilônicas, aqui, como em outras partes, era de se esperar que se encontrassem evidências que provassem tal argumentação. Devido às grandes semelhanças, um estudo dos registros cuneiformes do Dilúvio e dos registros bíblicos, é de especial interesse.

A história do dilúvio era bem conhecida na Mesopotâmia, e gozava de grande popularidade, como o indicam as duas diferentes formas, quer sozinhas, quer ligadas a outras composições literárias que sobreviveram. "Pelo menos uma edificação suméria e quatro acádias (assírio-babilônicas) são-nos conhecidas, se incluirmos a narrativa grega de Berossus entre as últimas."²

A mais antiga versão do Dilúvio é a suméria, registrada no fragmento de uma placa descoberta na antiga Nipur, a meio caminho entre Quis e Churupaque, na Babilônia norte-central. Data, mais provavelmente, de antes de 2.000 A. C., e é inscrita em ambos os lados, com três colunas de cada lado. A primeira coluna fala de uma destruição anterior da humanidade, e como a humanidade e os animais foram criados. A segunda coluna relata como uma divindade fundou cinco cidades, inclusive Eridu, Sipar e Churupaque, indicando para cada uma um deus tutelar, e estabelecendo canais de irrigação. A terceira coluna apresenta o Dilúvio, que fez a deusa Istar (Ninhursague) sofrer pelo seu povo. Naquela época, Ziusudra (Ziusudu) era rei-sacerdote. Mediante as horribéis notícias do Dilúvio, Ziusudra fez um ídolo de madeira, representando a divindade principal, e adorava-o diariamente.

Na coluna seguinte, Ziusudra recebe instruções para ficar perto de uma parede onde deveria receber uma comunicação divina a respeito do desastre iminente. Dessa forma o propósito dos deuses de destruir a humanidade lhe é revelado.

Na quinta coluna, o Dilúvio começou, e Ziusudra está lutando para sobreviver em um grande barco, quando a placa quebrada interrompe a narrativa:

*As chuvas tempestuosas, ventos fortes, todos, mandam eles
Os Dilúvios caem sobre a. . .
Quando por sete dias e sete noites
O Dilúvio havia assolado a Terra
E o enorme barco havia sido agitado sobre as grandes águas, pelas tempestades,
O deus sol levantou-se, fazendo brilhar a luz nos Céus e sobre a Terra.
Ziusudra fez uma abertura no lado do grande navio.
Ziusudra, o rei,
Diante do deus-sol curvou a face até o chão.
O rei sacrificou um touro, ovelhas ele sacrificou em grande número.³*

Tendo passado a temível tempestade, a coluna termina com Ziusudra recebendo o dom da imortalidade, e sendo levado a uma semelhança de habitação paradisíaca, chamada "a montanha de Dilmum", para viver para sempre

*Ziusudra, o rei,
Diante de Enlil curvou a face até o chão;
Este deu-lhe vida como a de um deus,
Uma alma eterna como a de um deus, ele lhe outorgou.
Naquele tempo, Ziusudra, o rei,
Chamado "Salvador dos viventes e semente da humanidade"
Eles fizeram com que habitasse na montanha inacessível, montanha de Dilmum.⁴*

III. NARRATIVA BABILÔNICA DO DILÚVIO

Baseada na tradição suméria, sua antecessora, porém muito mais ampla, a versão babilônica do Dilúvio constitui o décimo-primeiro livro da famosa Epopéia assírio-babilônica de Gilgamesh. O texto, na forma existente, vem da biblioteca do rei assírio Assurbanipal (669-626 A. C.), mas fora transcrito de originais muito mais antigos. As placas do Dilúvio foram desenterradas em Cuiunjique (Nínive) por Hormuzd Rassam em 1853, mas não foram identificadas até 1872, quando George Smith, que então se dedicava em estudar e classificar as descobertas cuneiformes de Cuiunjique, examinou-as novamente e as identificou.

De todas as tradições antigas que se relacionam com o Velho Testamento, a história do Dilúvio Babilônico, incorporada à Epopéia de Gilgamesh, manifesta a mais impressionante e minuciosa semelhança com a Bíblia. O Noé sumério, Ziusudra, aparece na tradição babilônica com o nome de Utnapistim, "Dia da Vida". As emocionantes aventuras de Gilgamesh, e a sua busca final da vida eterna, levam-no, por fim, a Utnapistim, o imortal. Este, ao explicar a Gilgamesh a maneira pela qual obtivera a imortalidade, faz um relato completo do Dilúvio. É este aspecto da Epopéia de Gilgamesh, ao lado da opinião que ela apresenta a crença antiga em uma vida depois da morte, que a torna de interesse especial para os estudiosos da Bíblia.

Na Epopéia, que é reconhecida como o mais longo e mais belo dentre os poemas babilônicos, embora tenha sido desenterrado na Mesopotâmia, o grande herói Gilgamesh aparece como o lendário e semi-divino rei de Uruque, a Ereque bíblica (Gênesis 10: 10), e moderna Warka, ao sudoeste da Suméria. Gilgamesh tem um amigo chamado Enquidu, que é seu companheiro fiel em numerosas aventuras e dificuldades. Quando Enquidu morre, Gilgamesh cai num estado de desconsolo tão desesperador que empreende uma viagem arriscada através de montanhas jamais transpostas e perigosas águas mortíferas, para encontrar Utnapistim, o imortal, a fim de aprender dele a natureza da vida além da morte, e a possibilidade de obter a imortalidade.

No undécimo livro da epopéia, Utnapistim explica a Gilgamesh a sua imortalidade, fazendo-lhe uma narrativa do Dilúvio. Nesta notável história, o chamado "Noé Babilônico" relaciona a sua posse da vida eterna com a dádiva de um dos deuses após a catástrofe, quando ele foi conduzido para fora do navio. As circunstâncias deram ocasião à narrativa mais completa e mais impressionante do Dilúvio, que pôde ser encontrada fora da Bíblia.

*Utnapistim disse a ele, a Gilgamesh:
"Eu te revelarei, Gilgamesh, um fato oculto
E um segredo dos deuses eu te contarei:
Churupaque — cidade que conheces,
(E) que (às margens do) Eufrates está —
Aquela cidade era antiga, (bem como) os deuses dentro dela,
Quando o coração deles levou os grandes deuses a produzir o dilúvio".⁵*

Depois que os deuses resolveram mandar o Dilúvio sobre a terra, um aviso foi despachado para Utnapistim através de Ea, deus da sabedoria. O herói do dilúvio é avisado, possivelmente através das paredes da sua casa, que são consideradas como uma barreira entre ele e a voz da divindade:

*Choupana de bambu! Choupana de bambu! Parede, Parede!
Choupana de bambu, escuta! Parede, reflete!
Homem de Churupaque, filho de Ubar-Tutu,
Derruba (esta) casa, constrói um navio!
Desiste das propriedades, busca a vida,
Despreza as possessões e conserva a alma viva!
A bordo do navio recolhe a semente de todas as cousas vivas.⁶*

De acordo com as instruções divinas, Utnapistim construiu o enorme barco em forma de uma cuba, que media 120 cúbitos em cada direção, e tinha seis andares. No exterior, ele o dividiu em sete partes, e no interior em nove partes, calafetando-o por dentro e por fora com betume. Foi embarcado óleo para a alimentação e para as libações. Ele também levou ouro, prata, a sua família, artífices e animais do campo.

*Observei a aparência do tempo.
O tempo era pavoroso de se ver.
Embarquei no navio e preguei a porta.
Para repregar (todo) o navio, a Puzur-Amurri, o barqueiro,
Eu entreguei a estrutura com tudo o que continha.⁷*

A bravia tormenta se formou "com o primeiro clarão da aurora", ao mesmo tempo que uma nuvem negra se levantou no horizonte. Adade, deus da tempestade e da chuva, rugiu. Os deuses Anunaque levantaram os seus archotes, "deixando o mundo em chamas" com relâmpagos.

*Os deuses estavam temerosos com o dilúvio,
E recuando, ascenderam aos céus de Anu.*
Os deuses agacharam-se como cães.⁸*

Istar, a soberana dos deuses, que tinha voz doce, deplora especialmente a sua culpa por ter concordado com a destruição da humanidade pelo Dilúvio:

*Os dias antigos, aí, tornaram-se barro.
Porque eu advoguei o mal na Assembléia dos deuses.
Como pude eu advogar o mal na Assembléia dos deuses,
Ordenando batalha para a destruição do meu povo!
Quando sou eu quem dá a luz ao meu povo
Como as ovas dos peixes eles enchem o mar!"⁹*

Diante da horrível destruição, todas as divindades se lamentam:

*Os deuses, todos humilhados, assentam-se e choram,
Os seus lábios estão apertados — todos eles.¹⁰*

A cessação da breve mas destruidora tormenta é descrita graficamente:

*Seis dias e seis noites
Sopra o vento da inundação, da forma como o vento tempestuoso do sul varre a terra.
Quando chegou o sétimo dia,
O vento sul (que carregava) o dilúvio cessou a batalha
Que havia travado como um exército.
O mar ficou quieto, a tempestade amainou, a inundação cessou".*

Utnapistim avalia, então, a cena melancólica:

* O mais elevado dos vários céus, na opinião mesopotâmica do mundo. Anu era o deus do céu central.

*Observei o tempo: a bonança começara,
E toda a humanidade havia se transformado em barro.
A paisagem era tão plana como um telhado horizontal,
Abri uma escotilha, e a luz caiu sobre a minha face. 12*

Utnapistim olha em todas as direções, para ver se acha terra por entre as ilimitadas fronteiras do mar. Por fim, consegue ver uma extensão de terra, ao mesmo tempo que o navio encalhou em uma montanha:

*Procurei litorais na expansão do mar;
Em cada uma dentre catorze (regiões)
Emergia uma região (montanha).
No monte Nisir o navio por fim parou. 13*

Quando o Monte Nisir segurou o navio, Utnapistim soltou uma pomba no sétimo dia. Esta foi seguida por uma andorinha e um corvo.

*Quando chegou o sétimo dia,
Mandeí e soltei uma pomba.
A pomba se foi, mas voltou;
Não havia lugar para pousar, e ela retornou.
Então mandei e soltei uma andorinha;
A andorinha se foi, mas voltou;
Não havia lugar para pousar, e ela retornou.
Então mandei e soltei um corvo.
O corvo se foi e, vendo que as águas haviam diminuído,
Come, voa em círculos, crocica, e não retorna.
Então soltei (todos os animais) para os quatro ventos e ofereci um sacrifício. 14*

Os deuses respondem da maneira mais indigna ao sacrifício de gratidão oferecido por Utnapistim:

*Derramei uma libação no cume da montanha.
Sete e sete vasos cultuais eu levantei,
Sobre a sua platibanda amontoei junco, cedro e murta.
Os deuses aspiraram o odor,
Os deuses aspiraram o doce odor,
Os deuses se aglomeraram como moscas ao redor do que sacrificava. 15*

Dai começa uma discussão entre os deuses, a respeito da responsabilidade pelo Dilúvio. Contradizendo, aparentemente, a sua confissão anterior de que ela cooperara com os outros deuses em mandar a catástrofe sobre a humanidade, Istar agora lança a culpa em Enlil, um dos outros grandes deuses.

*"Que os deuses venham ao sacrifício;
(Porém) Enlil não venha ao sacrifício.
Pois ele, sem razão, ocasionou o dilúvio
E meu povo destinou à destruição!" 16*

Ea, deus da sabedoria, lança também a culpa em Enlil:

*"Tu, o mais sábio dos deuses, tu (que és) herói,
Como pudeste, sem razão, causar o dilúvio?
Ao pecador atribui o seu pecado,*

* Geralmente identificado com o moderno Pir Omar Gudrum, situado ao sul do Rio Zab Inferior, no território ao leste da antiga Assíria, tendo a altitude cerca de 2.700 metros (E. A. Speiser, no *Annual of the American Schools of Oriental Research*, VIII (1928), pp. 17, 18, 31).

*Ao transgressor atribui a sua transgressão!
(Porém) sê clemente, para que ele não pereça,
Sê paciente, para que ele não seja desarraigado!"¹⁷
"Não fui eu quem desvendou o segredo dos grandes deuses.
Fiz com que Atrahasis* tivesse um sonho
E ele perscrutou o segredo dos deuses.
Agora, tomai conselho a respeito dele!"*

Impressionadíssimo, segundo as aparências, com a repreensão de Ea, e a sua explicação da sobrevivência de Utnapistim, Enlil passa por uma mudança de atitude. Ele, que estava enraivecido por ocasião da sua chegada ao sacrifício, ao ver que uns poucos seres humanos haviam escapado do Dilúvio, cuja destruição fora decretada para extinguir a raça, agora, em vez de destruir Utnapistim, toma-o e à sua esposa, coloca-os no navio e lhes outorga imortalidade:

*Assim, Enlil embarcou no navio,
Levando-me pela mão, me embarcou.
Embarcou a minha esposa e fez com que (ela) se ajoelhasse ao meu lado.
De pé entre nós, ele tocou nossas fronteiras para abençoar-nos:
"Até agora Utnapistim tem sido apenas humano.
De agora em diante Utnapistim e sua esposa serão como os deuses.
Utnapistim habitará muito longe, na boca dos rios!"¹⁸*

Assim termina a narrativa babilônica do Dilúvio, entrelaçada com a Epopéia de Gilgamesh.

Capítulo V

NARRATIVAS DO DILÚVIO: BÍBLICA E BABILÔNICA

É evidente, para o estudioso do Velho Testamento que está familiarizado com a Epopéia de Gilgamesh, que a narrativa hebraica do Dilúvio tem muito em comum com a versão babilônica. Numerosos aspectos das minúcias apresentadas são realmente notáveis. Quando as tábuas foram decifradas, a semelhança parecia simplesmente maravilhosa. De fato, mesmo hoje, depois de décadas de estudo das tábuas, e da adição de numerosas outras descobertas arqueológicas do mundo antigo, a um conjunto sempre crescente de material que tem íntima relação com a Bíblia, ainda pode ser dito que das muitas tradições que chegaram até nós através de inscrições cuneiformes, e que se assemelham intimamente com a Bíblia, a mais impressionante é a narrativa babilônica do Dilúvio.

Um registro desse grande acontecimento é feito nas obras de Josefo e Eusébio, mas em matéria de vigor e detalhes, o relato babilônico é superior, depois da Bíblia.

I. AS SEMELHANÇAS

Tradições de acontecimentos tão estupendos, como um dilúvio que inundou o mundo inteiro, seriam naturalmente de se esperar que fossem criadas na raça humana, e que tivessem alguma afinidade com o registro inspirado da Bíblia, como aconteceu com a narrativa babilônica.

1. *Ambas as Narrativas Sustentam que o Dilúvio Foi Divinamente Planejado.* A versão babilônica declara que o decreto dos "grandes deuses" fora a causa do Dilúvio. Menciona-os especificamente como tendo participado dessa decisão para destruir a humanidade, são Anu, pai dos deuses, Enlil, conselheiro deles, Ninurta, representante deles, Ennugi, seu mensageiro, e Ea, o sábio benfeitor da humanidade. Contudo, outras divindades, evidentemente, participaram da decisão, pois Istar, deusa da propagação, lamentou especificamente a parte que tomou em mandar o "mal na Assembléia dos deuses" quando viu a destruição que fora causada pelo desastre.¹ Depois da calamidade, Ea e Istar negam ter responsabilidade nela, e culpam Enlil como autor real do que consideravam uma catástrofe injustificada. Da mesma forma, a narrativa suméria representa o Dilúvio como tendo sido decretado pela assembléia dos deuses, e evidentemente, aprovado por todos, mas apenas formalmente e não sinceramente por alguns dos membros do panteão.

Da mesma forma, o livro de Gênesis atribui o Dilúvio a intervenção divina. Porém, de acordo com o seu estrito monoteísmo, é em resultado da decisão do único e verdadeiro Deus, agindo de acordo com a Sua infinita santidade, sabedoria e poder. "Porque estou para derreter águas em dilúvio sobre a terra para consumir toda a carne em que há fôlego de vida debaixo dos céus: tudo o que há na terra perecerá" (Gênesis 6: 17). Embora as narrativas mesopotâmicas concordem com a Bíblia que a causa do dilúvio fora divina, não há, no relato do Gênesis, o menor traço da confusão e da contradição ocasionadas pelas numerosas divindades preocupadas em ocasionar aquele terrível cataclisma.

¹ "Excessivamente Sábio", epíteto de Utnapistim.

2. *Ambas as Narrativas Concordam que a Catástrofe Iminente Fora Divinamente Revelada ao Herói do Dilúvio.* Na Epopéia de Gilgamesh, Ea, deus da sabedoria, avisa Utnapistim do perigo que se aproximava, por meio de um sonho. Por essa forma o deus se dirigiu ao herói, que dormia em sua cabana de junco, ordenando-lhe que derrubasse a sua casa e construísse um navio. Da mesma forma, na versão suméria, Ziusudra tem um sonho. Em sua preocupação de alma para compreender o seu significado, ele ouviu uma voz que, ordenando-lhe que fique em pé diante de uma parede, fala-lhe do cataclisma iminente.

Embora Noé seja, da mesma forma, notificado divinamente acerca do Dilúvio, a maneira pela qual é avisado do desastre ameaçador difere amplamente do que se contém nas versões mesopotâmicas. No relato bíblico conta-se que Noé “andava com Deus” (Gênesis 6: 9) e “achou graça diante do Senhor” (Gênesis 6: 8). Nesse estado de íntima comunhão com a Divindade, ele recebe uma comunicação direta do propósito divino, sem a agência de um sonho ou qualquer outro intermediário. O próprio Jeová revelou o plano ao Seu servo fiel, informando-o da destruição vindoura, e ordenou-o que construísse uma arca. “Então disse Deus a Noé: Resolvi dar cabo de toda a carne, porque a terra está cheia da violência dos homens: eis que os farei perecer juntamente com a terra. Faze uma arca de tábuas de cipreste. . .” (Gênesis 6: 13-14).

3. *Ambas as Narrativas Relacionam o Dilúvio Com a Corrupção da Raça Humana.* Na Epopéia de Gilgamesh, embora um elemento moral não apareça como a causa do Dilúvio, ela é tão obscura que alguém, à primeira vista, poderá concluir que o cataclisma foi ditado por simples capricho “quando o seu coração levou os grandes deuses a produzir o dilúvio”.² Que esse não é o caso, é plenamente demonstrado por uma circunstância posterior, na estória, que é em si mesma resultado da fraqueza moral. Os deuses, que na primeira parte do poema se diz terem decretado o Dilúvio, depois que a sua tremenda destruição se faz sentir, não apenas negam ter responsabilidade e tentam lançar a culpa deles em Enlil, conselheiro dos deuses, como entram em completo desacordo com respeito da necessidade ou justiça do Dilúvio. A mesma confusão é encontrada na tentativa de determinar a responsabilidade humana. O pecado do homem é mencionado como a razão para o Dilúvio, mas a natureza ou a extensão da ofensa é deixada completamente obscura. O que é mais sério, a catástrofe era destinada a todos, justos e injustos igualmente, sem exceção alguma. Se Ea não tivesse intervido, e insistido em que “sobre o transgressor caía a sua transgressão, sobre o pecado, o seu pecado”,³ Enlil teria liquidado com toda a raça, sem discriminação.

A resposta à questão referente à natureza da corrupção do homem, dada na chamada Epopéia de Atrahasis, que é fragmentária, dificilmente será mais aceitável, moralmente, do que a referência da Epopéia de Gilgamesh, e bem pode ser uma explicação mitológica posterior desta última. [Apenas quatro pequenos fragmentos dessa lenda foram achados. Os dois primeiros datam do reinado de Amizaduga, décimo rei da Primeira Dinastia da Babilônia; os dois últimos pertencem à restauração assíria, e foram encontrados nas ruínas da biblioteca de Assurbanípal (século VII A. C.). O nome Atrahasis (que significa “Excessivamente Sábio”), embora seja associado com outros heróis da literatura épica da Mesopotâmia, tais como Etana e Adapa, refere-se, mais especificamente, a Utnapistim (*Epopéia de Gilgamesh*, XI, 196), e o “ciclo correspondente ao pecado do homem e a sua conseqüente punição através de pragas e do dilúvio”]⁴ De acordo com esta narrativa, Enlil mandou o Dilúvio para exterminar a humanidade, porque o povo se estava multiplicando muito rapidamente, e as suas ruidosas comoções, que perturbavam o descanso dos deuses, não podiam ser extintas com punições mais leves.

Embora a narrativa do Gênesis também relacione o Dilúvio com o pecado do homem, não há a menor evidência, na narrativa, da ambigüidade moral que caracteriza de maneira tão gritante a tradição babilônica. O episódio bíblico possui o mais elevado valor didático e espiritual, devido à sua integridade ética. Deus, de acordo com a sua infinita santidade, envia o Dilúvio como justa retribuição ao abusivo pecado dos ímpios. Apenas os maus são destruídos. O justo Noé, que era “íntegro entre os seus contemporâneos” e “andava com Deus” (Gênesis 6: 9), é poupado. Por outro lado, embora seja verdade que o herói do dilúvio babilônico seja salvo por uma divindade amiga devido à sua piedade, isso é levado a cabo em decorrência de uma tradição contra os decretos que os deuses haviam baixado em concílio.

Na apresentação do Dilúvio como um julgamento moral dos ímpios, no qual os justos são poupados, e na opinião séria que tem a respeito da depravação da raça antidiluviana (Gênesis 6: 5, 12, 13), a narrativa bíblica expõe a sua grandeza ética. Mágoa nenhuma é demonstrada pelos que foram destruídos no cataclisma, em contraste com as lágrimas das narrativas cuneiformes. O castigo daqueles, era um castigo justo e merecido. Tão pronunciada é a motivação ética da narrativa bíblica, que longe de ficar triste por causa do cataclisma diluviano, como é o caso de praticamente todas as divindades da narrativa babilônica, Deus é descrito como arrependido até da criação do homem (Gênesis 6: 6).

4. *Ambas as Narrativas Falam da Libertação do Herói e Sua Família.* Utnapistim, na Epopéia de Gilgamesh, é uma tradução livre do Ziusudra da narrativa suméria anterior, tendo este último o significado aproximado de alguém "que tomou posse da vida em épocas remotas",⁵ referindo-se à imortalidade que foi outorgada ao herói depois do Dilúvio. Em Gênesis, o nome do herói do Dilúvio é Noé, que significa "repouso", que, no entanto, não tem conexão etimológica com os nomes babilônicos, nem relação evidente nenhuma com as circunstâncias da narrativa bíblica.

As tradições diluvianas da Mesopotâmia são, em geral, semelhantes à narrativa bíblica quanto a seres humanos, animais, aves e provisões levadas a bordo do navio. Utnapistim, por exemplo, carregou a embarcação com ouro, prata, "todos os seres vivos", "família, parentes, bestas do campo e criaturas selvagens", "todos os artífices" (técnicos)⁶ e um barqueiro. A principal diferença na história bíblica, é o número muito menor de pessoas salvas — apenas oito pessoas: Noé, sua esposa, e três filhos com suas esposas (Gênesis 7: 1, 7; 1 Pedro 3: 20).

5. *Ambas as Narrativas Afirmam que o Herói do Dilúvio Fora Instruído Divinamente para Construir Um Enorme Barco para Preservar a Vida.* Os antigos sumérios chamaram o barco *magurgur*, que significa "um barco gigantesco",⁸ termo que corresponde ao termo *elippu rabitu*, "um grande navio", que ocorre no fragmento babilônico do Dilúvio encontrado em Nipur. A versão de Gilgamesh chama-o simplesmente de *elippu*, "navio" ou "barco", uma vez *ecallu*, que significa "casa grande" ou "palácio", sendo esta última "uma indicação", como Jastrow nota corretamente, "do seu tamanho, com seus muitos andares e compartimentos".¹⁰

Embora a narrativa Hebraica apresente idéia semelhante de um enorme barco, não há conexão etimológica entre *teba*, que significa "arca" ou "baú" (Gênesis 6: 14; 7: 1, etc.) e as designações babilônicas para o mesmo navio. A palavra hebraica pode ser relacionada com a egípcia *db at*, que significa "baú", "caixa" ou caixão, aplicada geralmente à arca da aliança (Êxodo 15: 10; Números 3: 31, etc.). Evidentemente o escritor hebreu queria enfatizar "o caráter peculiar da construção em que Noé se refugiou e, portanto, deliberadamente evitou o vocábulo navio".¹¹

A comparação entre as narrativas bíblica e babilônica, revela uma controvérsia diametralmente oposta entre as formas e dimensões da embarcação. A arca era uma construção de fundo chato, retangular; "de trezentos côvados será o comprimento, de cinquenta a largura, e a altura, de trinta" (Gênesis 6: 15). O côvado ou côvado mencionado, é provavelmente a medida hebraica de cerca de 50 centímetros (a distância aproximada entre a ponta do dedo médio e o cotovelo). Por esses cálculos, a arca tinha 150 metros de comprimento, 25 de largura, e 15 de altura, deslocando cerca de 43.300 toneladas.

O navio de Utnapistim, por outro lado, era uma construção cúbica, medindo a largura, comprimento e altura, 120 côvados. Visto que a unidade de medida era o côvado babilônico, maior (mais de cinquenta centímetros), o navio deslocava cerca de 228.500 toneladas, cerca de cinco vezes mais do que a arca. Mais do que isso, tinha sete andares e era dividido verticalmente em (nove) partes, contendo assim sessenta e três compartimentos. Tinha também uma porta (portão) e pelo menos uma janela.

A arca, pelo contrário, só tinha três andares, e consistia de um número não especificado de compartimentos (em hebraico, "nests") ou celas (Gênesis 6: 14). Tinha uma porta

ao lado (Gênesis 6: 16), e uma "janela" (do hebraico, *hallon*, Gênesis 8: 6) para iluminação e ventilação, o que é evidentemente uma parte da abertura maior mencionada em Gênesis 6: 16, aí chamada *sohar*. Este último termo dificilmente pode ser uma referência ao "teto" do navio, mas uma abertura para iluminação e ventilação, construída nos lados, rodeando toda a arca.

Tanto no relato babilônico como no hebraico, figura proeminentemente o betume ou piche para calafetar o barco, tornando-o estanque. Utnapistim derramou piche e asfalto na fornalha ou panela de piche, naturalmente para derretê-lo e assim tapar as emendas das tábuas do navio. Da mesma forma, Noé calafetou a arca "com betume por dentro e por fora" (Gênesis 6: 14). É interessante que a palavra usada para piche ou betume nesta passagem, é *kofer*, que corresponde à palavra babilônica e assíria *kupru*, ao passo que em todas as outras passagens do Velho Testamento, é usada uma palavra diferente (*hemar* em Gênesis 11: 3; 14: 10; Êxodo 2: 3; *zefeth* em Êxodo 2: 3; Isaías 34: 9).

A explicação parece ser que a indústria do betume se originou na Babilônia, onde se encontravam os depósitos mais importantes desta substância conhecidos na antiguidade, e espalhou-se por outras partes do mundo antigo, espalhando-se o nome da substância com o seu uso. Como diz Heidel:

*Se o 'betume fosse citado mais frequentemente no Velho Testamento (apenas em cinco passagens), ou se tivéssemos mais peças literárias do período do Velho Testamento, talvez pudéssemos encontrar a palavra kofer em numerosas passagens sem ser a história do dilúvio, e absolutamente sem nenhuma relação com ele. Se a narrativa bíblica tivesse sido derivada da Babilônica, e o termo em questão não fosse conhecido pelos hebreus através de nenhuma outra fonte, eles, com toda a certeza, teriam substituído a palavra kupru por uma palavra com a qual estivessem familiarizados, escolhendo para isso, ou hemar ou zefeth.*¹²

6. *Ambas as Narrativas Indicam as Causas Físicas do Dilúvio.* A Epopéia de Gilgamesh cita chuvas torrenciais e ventos destruidores acompanhados por relâmpagos e trovões, como causas naturais do Dilúvio. Além disso, o rompimento de diques, canais e reservatórios, como resultado da tromba de água de sete dias, também é citado. A estória suméria, da mesma forma, cita chuvas violentas e ventos, como causas do Dilúvio.

As notas bíblicas que descrevem as causas físicas do Dilúvio, embora breves, são muito mais compreensíveis do que as babilônicas, e sugerem um cataclisma mundial, causando não apenas uma transformação completa nas condições climáticas e atmosféricas que produziram um aguaceiro de quarenta dias de duração, ininterruptamente, mas incluindo também grandes transformações geológicas. Gigantescos enrugamentos da superfície da terra (Conforme S. R. Driver, que diz que a expressão hebraica "se racharam" implica em "alguma convulsão terrestre").¹³ e movimentos da sua crosta evidentemente reduziram o nível das montanhas, levantaram o leito dos oceanos, e fizeram jorrar os grandes reservatórios de águas subterrâneas (O eminente geólogo Eduard Suess incluiu o terremoto como um importante fator do dilúvio)¹⁴ que existiam, de forma que áreas secas foram violentamente inundadas, e toda a estrutura do mundo antediluviano foi radicalmente alterada. Nada menos do que um desastre cataclísmico assim pode satisfazer os requisitos da passagem do Gênesis. "Romperam-se todas as fontes do grande abismo, e as comportas dos céus se abriram" (Gênesis 7: 11).

A expressão "as fontes do grande abismo", como Dillman observa corretamente, se refere àquela "parte da água primitiva juntada em baixo" (Gênesis 1: 2, 9), de forma que está debaixo da terra, e supre de água, através de fontes secretas, a terra sólida e o mar. "Com o rompimento dessas fontes, que outrora haviam estado fechadas, ou fluíam apenas moderadamente, as águas primitivas se derramaram, e aumentaram imoderadamente o volume dos oceanos, rios, etc., como se o caos se tivesse instaurado outra vez".¹⁵

O deslocamento de grandes águas subterrâneas (certamente através de terremoto), resultando automaticamente na submersão dos níveis da terra e na elevação do fundo dos mares, é mencionado *em primeiro lugar* na passagem do Gênesis, e por isso, sem dúvida, deve ser conside-

rado como a principal causa do Dilúvio. Violenta precipitação, da mesma forma, foi apenas uma fonte acessória das vastas quantidades de água necessárias, e foi ocasionada pelas radicais mudanças climáticas. Até então a terra havia sido, ao que parece, regada por essas fontes subterrâneas, e por uma neblina que subia (Gênesis 2: 5, 6), de forma que as condições atmosféricas para produzir chuva ou arco-íris ainda não existiam (cf. Gênesis 9: 13), como no mundo pós-diluviano, já diferente.

George McCready Price descreve o clima antidiluviano da forma seguinte:

Para as pessoas que estão familiarizadas com os fatos geológicos, não há necessidade de apresentar evidências em favor do fato que a terra outrora gozou um clima ideal de polo a polo. Os corais e os depósitos de carvão nas regiões árticas, são evidência objetiva que contam uma história completa que não pode ser mal-entendida.¹⁶

Que a era antidiluviana, descrita por Pedro como “o mundo daquele tempo”, era obviamente diferente em matéria de clima, bem como geologicamente, dos “céus” e “a terra... que agora existem” (II Pedro 3: 7) — está claramente visível na severa advertência do Apóstolo aos céticos naturalistas, que zombam da idéia do Segundo Advento sobrenatural de Cristo, alegando que “todas as cousas permanecem como desde o princípio da criação” (II Pedro 3: 4). Contra essa falsa teoria naturalística de uniformidade, o Apóstolo cita a verdade do catastrofismo sobrenatural, como é evidenciado pelo Dilúvio Noéico:

Porque deliberadamente esquecem que, de longo tempo, houve céus bem como terra, a qual surgiu da água e através da água pela palavra de Deus, pelas quais veio a perecer o mundo daquele tempo, afogado em água (II Pedro 3: 5, 6) A conclusão de Price a respeito da teoria da uniformidade versus a do catastrofismo em geologia, é assim apresentada: “Descobertas futuras poderão emendar e clarificar alguns dos detalhes desta hipótese do catastrofismo. Não é provável que eles requeiram nenhuma mudança material nas suas apresentações essenciais”.

7. *Ambas as Narrativas Especificam a Duração do Dilúvio.* Na Epopéia de Gilgamesh, a violenta chuva e tempestade de vento duraram apenas seis dias e noites. No sétimo dia, o Dilúvio cessou. Depois de um período não especificado, Utnapistim e seus companheiros deixaram o barco. A versão suméria declara que o Dilúvio assolou durante sete dias e noites.

Embora ambas as narrativas especifiquem a duração do Dilúvio, esta é muito mais longa no relato bíblico do que o indicado na estória babilônica, e é muito mais consoante com o fato da universalidade da catástrofe. A crítica moderna considera a narrativa bíblica complexa e contraditória, particularmente na duração que ela atribui ao Dilúvio. No entanto, se a narrativa for considerada como um todo, as indicações numéricas são suscetíveis de explicação razoável e harmoniosa, e contam como tendo sido de um ano e onze dias (371 dias) a duração total do Dilúvio.

Os quarenta dias e quarenta noites de Gênesis 7: 11 descrevem o período de aguaceiro violento, chamado um *mabbul* ou dilúvio” (7: 17). Mas em nenhum outro lugar há inferência de que depois desse período de quarenta dias a chuva parou de uma vez. Pelo contrário, sem dúvida como resultado das novas condições atmosféricas criadas pela dissolução do envoltório protetor de água que era responsável pelo clima uniforme e ideal de antes do dilúvio, e que aparentemente forneceu a grande quantidade de água para o aguaceiro de quarenta dias, a evaporação e a condensação, bem como chuva comum, continuaram até o centésimo quinquagésimo dia (Gênesis 7: 24). Durante esse tempo as águas do dilúvio continuaram subindo, ou pelo menos conservaram o seu mais elevado nível. Depois disso, começaram a descer. Primeiramente, devido ao fato de um vento ter soprado sobre as águas, aumentando grandemente a evaporação. Então, “fecharam-se as comportas dos céus”, o que impediu que as águas evaporadas se precipitassem de novo. Finalmente, “fecharam-se as fontes do abismo” (Gênesis 8: 1-3), o que “pode significar apenas uma coisa: o relevo terrestre foi outra vez sacudido, de forma que o mar voltou para o seu lugar anterior, ou aproximadamente”.

8. *Ambas as Narrativas Citam o Lugar Onde o Barco Encalhou.* Na Epopéia de Gilgamesh, o navio de Utnapistim encalhou no Monte Nisir, geralmente identificado com o Pir Omar Gudrum, a leste do Tigre e ao sul do Rio Zab Inferior, cerca de seiscentos e quarenta quilômetros do Golfo Pérsico. O Gênesis, menciona algo mais indefinidamente, o fundeadouro "sobre (uma de) as montanhas de Ararate" (Gênesis 8: 4). O nome é idêntico ao assírio Urartu, e significa o território geralmente montanhoso da Armênia (cf. II Reis 19: 37; Jeremias 51: 27; Isaías 37: 38), a oeste do Mar Cáspio e a sudeste do Mar Negro.

9. *Ambas As Narrativas Incluem Surpreendentes Detalhes Semelhantes.* Especialmente notável é o episódio da soltura das aves, para certificar-se da diminuição das águas. Na narrativa cuneiforme, uma pomba é solta no sétimo dia depois que o navio fundeou no Monte Nisir. Não encontrando lugar para pousar, ela volta. Uma andorinha, da mesma forma, é solta, mas volta. Finalmente um corvo é solto, mas não volta.

No registro bíblico não há andorinha, mas um corvo é solto *primeiro*, quarenta dias depois que os cumes dos montes se haviam tornado visíveis (Gênesis 8: 6, 7). Depois uma pomba é solta em três ocasiões, perfazendo quatro tentativas, em vez de três, como na tradição babilônica. O fato do corvo voar de volta para a arca, e não ter voltado da segunda vez, foi útil para mostrar que, embora as águas tivessem baixado até certo ponto, e o mundo exterior não era inóspito demais para uma forte ave de rapina, mas ainda era impróprio para os demais ocupantes da arca. Na estória babilônica, o envio de corvos em último lugar, em vez de em primeiro, é sem sentido.

O envio de três pombas em intervalos de sete dias mostrou que as águas estavam minguando rapidamente. A pomba, sendo um pássaro delicado e tímido, que não se alimenta de cadáveres, e que não gosta das montanhas mas se compraz nos vales (Ezequiel 7: 16), era uma ave ideal para cumprir o objetivo colimado. A volta da primeira mostrou que as planícies estavam ainda submersas. A volta da segunda, com um ramo de oliveira colhido recentemente, mostrou que os vales, onde as oliveiras crescem, estavam quase secos, mas que a pomba ainda preferia a hospitalidade que a arca propiciava. O fato da terceira pomba não voltar, mostrou que ela encontrou um abrigo confortável para passar a noite nas planícies, e que a hora de desembarque dos ocupantes da arca se aproximava.

10. *Ambas as Narrativas Descrevem Atos de Adoração Praticados Pelo Herói Depois do Seu Livramento.* Utnapistim ofereceu sacrifício, derramou uma libação, e queimou "cana (de açúcar), cedro e murta" depois que abandonou o barco. O objetivo aparente era, em parte, aplacar a ira daqueles deuses que haviam decretado o completo extermínio da humanidade, e em parte expressar a sua gratidão a Ea, que, apesar de tudo, o havia poupado. Da mesma forma, Noé ofereceu "holocaustos sobre o altar" que havia construído (Gênesis 8: 20), com o objetivo principal, todavia, não de propiciar uma divindade irada, visto que ele é figura do filho de Deus redimido, mas de adorar agradecidamente ao Amado que o havia salvo e à sua família. Acentando a sua humilde gratidão, Jeová "aspirou o suave cheiro" (Gênesis 8: 21).

11. *Ambas As Narrativas Aludem À Outorga de Bênçãos Especiais Ao Herói, Depois do Desastre.* Na Epopéia de Gilgamesh, são conferidos a Utnapistim e sua esposa divindade e imortalidade, e eles são levados para habitar "em lugar distante, na boca dos rios".¹⁸ Segundo a narrativa suméria, Ziusudra, imortalizado, é transportado para uma longínqua habitação, que ali é chamada Dilmum (Identificada com a praia ocidental do Golfo Pérsico. W. F. Albright relaciona-a com as Ilhas Bahrein no Golfo Pérsico).¹⁸

A narrativa bíblica também fala de bênção dada ao herói do dilúvio. Contudo, o benefício feito é de natureza completamente diferente. A capacidade para multiplicar-se e encher a terra, e para exercer domínio sobre os animais, que originalmente fora dada na criação, é conferida de novo a Noé e a sua posteridade, juntamente com a permissão para comer carne sem sangue (Gênesis 9: 1-5). Além disso, a lei de punição capital é formulada para proteger a vida do homem, e o arco-íris colocado nos céus como um sinal da aliança de Deus de que nunca mais um dilúvio destruiria a terra (Gênesis 9: 5-17).

II. AS DIFERENÇAS

A despeito do fato de existirem numerosas semelhanças entre as narrativas babilônicas e bíblica a respeito do Dilúvio, em alguns casos, surpreendentes mesmo, as divergências entre ambas são muito significativas e fundamentais. Essas diferenças são mais aparentes, sobretudo porque colocadas em relevo ousado, devido à sua conexão com as semelhanças. Mesmo onde estas são mais notáveis, as radicais diferenças subjacentes, em matéria de teologia, moralidade, e filosofia da religião, permanecem salientes ao lado das semelhanças que, embora numerosas como vimos, são bem superficiais. Será plenamente suficiente, portanto, à luz das muitas diferenças que já foram notadas na discussão das semelhanças, sumarizar os chocantes contrastes sob três tópicos: teológicos, morais e filosóficos.

1. As Duas Narrativas Estão em Diametral Contraste, Quanto às Suas Concepções Teológicas. A idéia que apresentam a respeito da divindade é completamente divergente. Esta é a consideração básica que coloca as duas narrativas em polos opostos. A narrativa hebraica é imbuída de casto monoteísmo, que refina e enobrece cada aspecto da história do Dilúvio, ao passo que as versões cuneiformes são minadas por grosseiro e descarado politeísmo que, de maneira contrastante, vicia e degrada a narrativa em todos os pontos, seja na questão da causa do Dilúvio, ou na da reação divina ao sacrifício do herói, depois dele.

Por exemplo, em vez de atribuir o Dilúvio ao infinitamente Santo, sábio e todo-poderoso Deus, como o faz a história do Gênesis, a narrativa babilônica inclui uma turba de divindades discordantes, briguentas, acusando-as umas às outras, que, acoradas de medo, "como cães", enquanto o cataclisma se processava, negam infantilmente terem responsabilidade na terrível destruição quando ela termina, e tentam lançar a culpa umas nas outras. A divindade evidentemente mais culpada pela catástrofe, embora zangada porque alguns seres humanos haviam escapado, caprichosamente muda de atitude, para uma disposição de grande amabilidade para com Utnapistim e sua esposa, sem nenhuma razão suficiente, e lhes oferece a vida eterna.

Outro exemplo notável da degradação da estória babilônica, devido ao seu politeísmo crasso, ocorre na reação das divindades babilônicas aos sacrifícios apresentados pelo herói do Dilúvio, após a catástrofe. Essa reação está contundentemente em contraste com a reação de Deus em relação à oferta de Noé. Embora o correspondente bíblico seja, em verdade, confessamente antropomórfico, é, não obstante, elevado, e completamente consoante com o monoteísmo hebraico. "E o Senhor aspirou o suave cheiro" e determinou-se a tolerar os pecados da humanidade e nunca mais visitar a terra com o dilúvio universal, ou quebrar as leis naturais, enquanto a terra existir (Gênesis 8: 21, 22).

A narrativa babilônica, por outro lado, "está embebida no mais tolo politeísmo", 20 e apresenta uma cena repugnante. Quando "os deuses aspiram o doce odor", "agruparam-se em torno do que sacrificava como moscas", 21 famintos pelo resultado de prolongado jejum, visto que devido a destruição da humanidade todos os sacrifícios haviam cessado, com exceção dos feitos pelos ocupantes do barco, eles agora se aglomeravam ao redor da comida sacrificia. da maneira mais indecorosa. Diante da perspectiva de se banquetearem uma vez mais, eles depressa esquecem as mágoas que tinham contra a humanidade pecadora, e se alegram bastante porque Utnapistim sobrevivera. Fosse acorados de medo "como cães" ou enxameando gananciosamente "como moscas", a baixa concepção das divindades estabelece um abismo intransponível entre as narrativas politeístas cuneiformes e a imponente narrativa monoteísta da Bíblia.

2. As Duas Narrativas Estão Em Diametral Contraste, Quanto às Suas Concepções Morais. É inevitável que uma idéia assim tão vil da divindade produza uma idéia errônea a respeito da moralidade. Esta é a razão para o elemento ético completamente obscuro, nas estórias cuneiformes. Com padrões místicos de conduta, por parte das divindades, e uma opinião duvidosa acerca do pecado, a narrativa babilônica confunde mui naturalmente as causas morais do Dilúvio, compromete a justiça dele, e apresenta-o mais como resultado do capricho dos deuses do que uma punição necessária de grandes pecados. Como consequência, as estórias do Dilúvio Babilônico são de valor ético e didático muito duvidoso.

*A narrativa bíblica, por outro lado apresenta o Dilúvio claramente como um julgamento moral enviado pelo único Deus onipotente, que é justo em todas as suas relações para com os filhos dos homens, que pune o pecador impenitente, mesmo que isso signifique a destruição do mundo, mas salva o justo com sua mão poderosa e de forma divina.*²²

O resultado é uma narrativa com objetivos didáticos e espirituais os mais elevados, que é perenemente eficiente para despertar a consciência do mundo, advertindo o ímpio dos malefícios e dando esperança e conforto aos que temem a Deus.

3. *As Duas Narrativas Estão Em Diametral Contraste, Quanto às Suas Concepções Filosóficas.* O pensamento babilônico era não apenas viciado por uma teologia incorreta, mas também pelo que é intimamente relacionado com uma teologia incorreta — uma filosofia falsa. Não sendo capaz de conceber uma divindade infinita e transcendental, que já existia quando ainda nada mais havia, a especulação babilônica confunde irremediavelmente espírito e matéria, e torna ambos eternos. Falha, assim em diferenciar espírito de matéria, e o espírito finito do Espírito infinito, e mais do que isso, demonstra ignorância dos primeiros princípios causais. Em vez de pressupor um Espírito Eterno que criou e controla toda a matéria, e usa as forças naturais da Sua criação para efetuar os seus objetivos, como no Gênesis, a versão babilônica atribui ingenuamente os vários fenômenos físicos do dilúvio a causas diversas, em forma de divindades. Assim é Adade, deus da tormenta e da chuva, que troveja. É Ninurta, deus dos poços e da irrigação, que “causa a abertura dos diques”. São os Anunaques, juizes do mundo subterrâneo, que erguem as seus archores iluminando a terra com o seu brilho”.²³

No registro bíblico, em vívido contraste, é somente Deus, como Criador e Conservador de toda a Sua criação, que dirige e orienta o fenômeno natural do Seu universo, para cumprir o Seu propósito sapientíssimo. Tendo punido o pecado do homem com o uso de forças naturais da Sua criação, e ao mesmo tempo tendo posto de lado, temporariamente, as leis que Ele mesmo havia ordenado para o mundo que criara, faz um concerto consigo mesmo, dizendo que “não tornarei a amaldiçoar a terra por causa do homem. . . nem tornarei a ferir todo vivente” (Gênesis 8: 21), nem quebrar de novo o ritmo normal de um universo que está em ordem (Gênesis 8: 22).

III. A EXPLICAÇÃO DAS SEMELHANÇAS

É óbvio que há alguma relação de origem entre as versões cuneiformes e a narrativa do Gênesis, em vista dos numerosos paralelos. Como no caso das estórias da criação, aqui também há três possibilidades gerais. Ou os babilônicos se apropriaram da narrativa hebraica, ou vice-versa, os hebreus se apropriaram da narrativa babilônica, ou, o que cremos ser a opinião certa, ambas provêm de uma fonte comum de fato, que se originou de uma ocorrência verídica.

1. *Os Babilônicos Se Apropriaram Da Narrativa Hebraica.* Esta explicação é extremamente improvável, e encontra pequeno apoio nos quartéis eruditos, visto que as placas mais remotas que se conhecem são consideravelmente mais antigas do que o Livro de Gênesis, em relação à data deste. Os escritos babilônicos mais antigos relatando o Dilúvio, datam possivelmente do terceiro milênio A. C. É possível por outro lado, que a versão do dilúvio que agora constitui a narrativa hebraica possa ter existido em outra forma, séculos antes de ter assumido a forma presente.

2. *Os Hebraicos Se Apropriaram da Narrativa Babilônica.* Presentemente, esta é a explicação mais amplamente aceita, mas é pouca atraente para os estudantes conservadores da Bíblia. Côscios da sublimidade da narrativa bíblica, comparada com a extrema crueza da versão babilônica, eles se dão conta da completa incongruência de pressupor uma dependência daquela a esta, especialmente à luz da doutrina bíblica da inspiração (II Timóteo 3: 16; II Pedro 1: 20-21). Os estudantes conservadores ficam ainda menos impressionados com essas explicações, quando consideram o fato de que, embora plenamente plausível a teoria não pode ser provada (Cf. Driver, que diz que “a narrativa hebraica deve ter sido originada da babilônica”. *Refutando esta opinião, veja The Gilmagesh Epic and Old Testament Parallels, de Heidel (Chicago, 1946).* Cf. A. T. Clay, que pressupõe uma origem amorita para as narrativas do Dilúvio).²⁴

Um dos principais argumentos aventados para alegar que os hebreus se apropriaram da história do Dilúvio dos babilônicos, é o suposto colorido babilônico da estória do Dilúvio Hebraico. Na sua "essência", diz-se que ela "pressupõe um país sujeito a inundações, como a Babilônia".²⁵ Contudo essa opinião é destituída de confirmação, no que tange à narrativa bíblica. O Gênesis cita o rompimento de fontes subterrâneas e chuvas torrenciais dos céus, como causas físicas do Dilúvio. Mas é a Palestina e não a Babilônia, que é uma terra de fontes subterrâneas (Deuterônimo 8: 7), enquanto que a precipitação pluviométrica média da Palestina é cerca de quatro vezes maior que a da Babilônia. Sobre tudo, este argumento derivado do suposto colorido babilônico da narrativa hebréia, ignora a extensão mundial do cataclisma, claramente indicada em várias passagens bíblicas, de acordo com o que a estória não pode, de forma alguma, ser nativa da Babilônia. Pode ser que ela tenha tido uma origem oriental ou amorita, como insiste Clay, e tenha sido transportada do oriente, tanto para a Palestina como para a Babilônia.

A declaração de Gênesis 8: 21: "E o Senhor aspirou o suave cheiro" é também geralmente citada como sendo, virtualmente, uma citação "*ipsis-verbis*" (textual) da narrativa babilônica, e para provar uma dependência da narrativa hebraica à babilônica. Um exame cuidadoso das passagens em questão, que indubitavelmente constituem um paralelo muito íntimo, mostra, no entanto, que um não pode ser considerado como uma citação palavra-por-palavra do outro, mas "não há uma única correspondência etimológica entre os termos empregados nesta versão, e os usados na outra".²⁶ O que é ainda mais importante, o pensamento e expressão contidos na idéia de Deus aspirando um cheiro suave é comum no Velho Testamento e, de forma alguma, é estranho a ele (Cf. Levítico 26: 31; 1 Samuel 26: 19; Amós 5: 21).

Da mesma forma, o argumento baseado numa semelhança surpreendente como a de betumar o barco "com betume por dentro e por fora" (Gênesis 6: 14), onde a palavra *cofer*, derivada da babilônica *cupru*, é usada em lugar de *hemar* ou *zefeth*, palavras que significam piche ou betume, em outras passagens do Velho Testamento (Gênesis 11: 3; 14: 10; Êxodo 2: 3; Isaias 34: 9), é considerado geralmente como prova decisiva de derivação da narrativa babilônica. Contudo, é bem possível que devido ao fato de a indústria do betume se ter originado na Babilônia, onde essa substância era encontrada e tinha largo uso na antiguidade, e daí se espalhou para outras partes do mundo semítico, o seu nome comercial original, que era babilônico, se tenha espalhado com ela.

3. *Tanto a Narrativa Hebraica Como a Babilônica Provém de uma Fonte Comum de Fato, Que Se Originou De Uma Ocorrência Verídica.* Esta opinião parece claramente ser a correta explicação das afiliações de origem entre elas. A conclusão de A. T. Clay é significativa:

*Os assiriologistas, tanto quanto eu conheço, têm geralmente considerado como impossível a idéia de que houve uma tradição semítica comum, que se desenvolveu em Israel em um sentido, e na Babilônia em outro. Eles têm declarado sem reservas que as histórias bíblicas foram derivadas da Babilônia, terra em que eram nativas. Para mim sempre tem sido perfeitamente razoável que ambas as narrativas tiveram uma origem comum entre os semitas, alguns dos quais invadiram a Babilônia, enquanto que outros levaram as suas tradições para a Palestina.*²⁷

As escavações arqueológicas não apenas têm revelado que a Mesopotâmia tinha tradições bem populares de um dilúvio universal, mas também evidências descobertas em lugares sírio-palestinos e nas Cartas de Amarna, demonstram que, quando os israelitas entraram em Canaã, lá encontraram um povo que tinha íntima relação com a civilização babilônica, da qual descendia Abraão, seu progenitor, e que usava a escrita e a língua babilônicas como idioma popular. Os hebreus não viviam uma vida isolada, e seria bem estranho se eles não possuíssem tradições semelhantes às de outras nações semíticas.

Estas tradições comuns entre os hebreus são refletidas nos fatos autênticos e verdadeiros a eles entregues por divina revelação em seus escritos sagrados. É bem provável que Moisés estivesse familiarizado com essas tradições. Se ele estava, a inspiração o capacitou a registrá-las corretamente, purgadas de todas as incrustações do seu politeísmo grosseiro, e a adotá-las à elevada estrutura de verdade e puro monoteísmo. E se ele não estava familiarizado com elas, o

Espírito de Deus era capaz de lhe dar a revelação desses acontecimentos, sem a necessidade de qualquer fonte oral ou escrita. Em qualquer caso, a inspiração sobrenatural era igualmente necessária fosse para purificar a pervertida tradição politeísta e refiná-la para que ela se moldasse ao monoteísmo, ou para dar uma revelação original de fatos autênticos, independentemente de fontes de referências orais ou escritas. (Veja quadro nº 3)

Capítulo VI

O ROL DAS NAÇÕES E POVOS JAFETITAS

Gênesis é um livro de inícios, não apenas relata a origem do cosmos físico, inclusive toda a vida vegetal, animal e humana, bem como o começo do pecado humano e da redenção, mas descreve também o surgimento de todas as instituições e relações sociais humanas. Quanto à etnografia, de maneira maravilhosa, ele cataloga o princípio das nações (Gênesis 9: 18 - 10: 32).

Ao estudar a narrativa bíblica da origem das nações, entretanto, é de maior importância ter-se em mente que a Bíblia, ao apresentar este assunto, bem como outros assuntos em geral, não esboça os fatos necessários na forma que a história o faz — registro sistemático dos acontecimentos passados. Pelo contrário, ela apresenta estes fatos como parte da estrutura de uma história altamente especializada da redenção humana. E o que é ainda mais importante lembrar, ela os interpreta nos moldes de uma filosofia da história, ou mais precisamente “a filosofia da história de Israel”.¹

Isto não significa, por outro lado, que o relato hebreu da origem das nações não seja história autêntica, mas simplesmente que é mais do que história. Centralizado na redenção divina e na nação de Israel, através da qual, por fim, foi efetuada a redenção, ele contém o elemento que está inseparavelmente relacionado com toda a história da redenção — o elemento de profecia.

Conseqüentemente, Gênesis 9: 18-27, que deve ser inseparavelmente ligado com o Rol Etnográfico do Capítulo 10 e provê uma introdução indispensável a ele, contém tanto história quanto profecia, dando a história ocasião para a profecia. A história abrange o fato de que a terra antediluviana foi povoada outra vez pelos descendentes dos três filhos de Noé: Sem, Cão e Jafé (Gênesis 9: 18, 19) e inclui o episódio da embriaguez de Noé. Este último acontecimento, além de ensinar que o homem mais santo, se não for vigilante, pode cair em pecado, revela o caráter moral geral que haveria de se manifestar nos descendentes dos filhos de Noé (Gênesis 9: 20-24).

I. PROFECIA DA HISTÓRIA MORAL E ESPIRITUAL DAS NAÇÕES

A profecia que irrompe da história relatada em Gênesis 9: 18-24 está contida nos versículos 25-27. Esta passagem constitui uma das predições mais extraordinárias encontradas em todas as Escrituras. Do ponto de vista da redenção, ela apresentava uma visão panorâmica de toda a carreira espiritual das nações, em relação aos meios de graça de Deus. Noé, em momento de descuido, desonrou a sua própria pessoa. Por sua vez o seu filho Cão, revelando a inclinação licenciosa de seu caráter, desonrou a seu pai vergonhosamente. O patriarca, pelo espírito de profecia, prediz a operação inevitável da sua tendência lasciva, na maldição que lança sobre o “filho” de Cão (ou melhor, “descendente”), Canaã, que representa o progenitor daquele ramo dos povos semitas que mais tarde ocuparam a Palestina antes da sua conquista por Israel (Gênesis 10: 15-20).

A maldição não inclui a inflicção de uma penosa incapacidade sobre uma grande parte da raça humana, seja por Deus ou por Noé. É, isto sim, uma expressão usada profeticamente para descrever o resultado natural da sensualidade característica de Cão que, embo-

ra manifestasse, talvez, nos vários povos camitas, desenvolveu-se plenamente, acompanhada de seus desastrosos resultados, na posteridade de Canaã. Que este é o caso, é demonstrado pelo fato de que nem Cão, o filho realmente culpado do vergonhoso abuso de liberdade, nem seus filhos Cus, Mizraim e Pute, caíram direta ou indiretamente sob a maldição profetizada, mas apenas o quarto filho de Cão, Canaã (Gênesis 10: 6).

O objetivo desta profecia é mostrar claramente a origem dos cananeus, e revelar a fonte da sua impureza moral que os levaria, séculos mais tarde, à destruição por Josué e escravidão por Israel. Como nota H. C. Leupold:

... Os descendentes de Canaã, de acordo com 10: 15-20, são os povos que mais tarde habitaram na Fenícia e na chamada terra de Canaã, a Palestina. É óbvio que eles se tornaram raças amaldiçoadas por sua impureza moral, segundo passagens como 15: 16; 19: 5; Levítico 18 e 20 e Deuteronômio 12: 31. Nos dias de Abraão, a medida da sua iniquidade estava quase completa. À época da entrada de Israel em Canaã, sob a direção de Josué, os cananeus, que eram também chamados coletivamente amoritas, estavam maduros para o julgamento divino por instrumentalidade de Israel, Seu flagelo. Sodoma adquiriu renome devido aos vícios anormais que os seus habitantes praticavam. Os fenícios e a colônia de Cartago surpreenderam os romanos pela profundidade da sua depravação. Bem amaldiçoado foi Canaã! 2

Em matéria de religião, os cananeus eram escravizados por uma das mais terribéis e degradantes formas de idolatria que, em vez de restringir, instigava a sua imoralidade. Tem sido amplamente demonstrado pela arqueologia que a maldição de Canaã era basicamente religiosa, particularmente devido à descoberta dos textos religiosos cananeus na antiga Ugarite, ao norte da Síria, em 1929-1937. Esses textos confirmam integralmente o veredito de eruditos anteriores à sua descoberta, como Lenormant, que disse, a respeito da religião cananéia: "Nenhum povo jamais se rivalizou com eles na mistura de derramamento de sangue e deboche, com o que pensavam honrar a Divindade".³

Diz W. F. Albright:

A comparação dos objetos de culto e dos textos mitológicos dos cananeus com os dos egípcios e mesopotâmios, força uma única conclusão: de que a religião cananéia era muito mais centralizada no sexo e suas manifestações. Em nenhum outro país tem sido, relativamente tão grande o número de figuras da deusa nua da fertilidade, algumas distintamente obscenas, que se tem encontrado. Em nenhum outro lugar o culto da serpente aparece tão fortemente. As duas deusas Astarte (Astarote) e Anate são chamadas as grandes deusas que conceberam, mas não dão à luz! Cortesãs sagradas e sacerdotes eunucos eram excessivamente comuns. O sacrifício humano era comum também. . . 4

Admitindo certa dose de beleza estética na apresentação literária e estética que os cananeus faziam dessas deusas, Albright chega à conclusão que comprova inteiramente o quadro que a Bíblia apresenta da religião cananéia: "No que tinha de pior, todavia, os aspectos eróticos do seu culto devem tê-los mergulhado em profundidades extremamente sórdidas de degradação social".⁵

Não somente a arqueologia, como também o fato de que, com contraste, a bênção de Sem era religiosa, evidencia que a maldição de Canaã foi basicamente religiosa. "Bendito seja o Senhor (YAHWEH), Deus de Sem. . ." (Gênesis 9: 26).

A fervente irrupção da ação de graças do patriarca era uma profecia dos aleluias que se haveriam de levantar a Deus, provindos de toda a humanidade, pelo nascimento do filho de Sem em quem todas as nações seriam abençoadas. 6

Semelhantemente, Jafé também recebeu uma bênção de cunho religioso. "Engrandeça Deus a Jafé, e habite ele nas tendas de Sem. . ." (Gênesis 9: 27). "Habitar nas tendas de alguém" significa participação amigável da hospitalidade desse alguém, bem como das suas bênçãos.

*Os jafetitas vieram agora a participar das bênçãos de Sem em grande número, pois como gentios, foram enxertados na boa oliveira. A herança espiritual de Sem é nossa. Abraão se tornou nosso pai na fé, e nós somos seus filhos, em verdade.*⁷

*... Jafé significa engrandecimento: a graça de Deus estendeu-se, e a plenitude dos pensamentos de Deus manifestou-se em conexão com os gentios: "em ti serão benditas todas as famílias da terra", foi dito a Abraão, e Deus está persuadindo ou engrandecendo Jafé agora, levando-o para as tendas de Sem; não há bênção em nenhum outro lugar. ... toda a bênção é ligada a Cristo*⁸

A abjeta servidão de Canaã a Sem, e mais tarde a Jafé, três vezes repetida na profecia de Noé (Gênesis 9: 25, 26, 27), foi cumprida não apenas na parcial extermínio dos cananeus por Josué e a sujeição dos remanescentes à escravidão, por exemplo, por Salomão (I Reis 9: 20, 21), mas também em acontecimentos tão posteriores quanto a tomada de Tiro por Alexandre, o Grande, e a conquista de Cartago pelos romanos.

Contudo, é verdade, a maldição profética foi expressamente pronunciada contra Canaã apenas; no entanto, como notam Keil e Delitzsch, "o fato de que Cão não teve participação nas bênçãos de Noé, fosse pessoalmente, ou na pessoa de seus filhos, é uma prova suficiente de que toda a sua família estava incluída na maldição, por implicação".⁹ Em menor grau, a torpeza moral, a degenerescência religiosa e a escravidão social que caracterizavam os cananeus em sentido proeminente, caracterizariam também as nações camitas em geral. A religião egípcia, por exemplo, embora não evidenciasse a rudeza moral dos cultos cananeus, não obstante era um sistema confuso, completamente selvagem, do mais cru politeísmo, tão irracional, filosoficamente, quanto ao paganismo africano hodierno, com seus feiticeiros e mórbido temor de demônios.

A profecia da história moral e espiritual da nações, em Gênesis capítulo 9, prove uma introdução indispensável para o princípio que sublinha o Rol das Nações, no Capítulo 10. O princípio é que, na atuação divina, o caráter moral de uma coisa não pode ser compreendida, a menos que a sua fonte seja conhecida. Israel era, na mente de Deus, o instrumento de bênção redentora para o mundo; assim, era necessário que a nação tivesse uma compreensão da fonte da qual haviam surgido várias nações que a rodeavam, a fim de que ela pudesse ter discernimento do seu caráter, para, dessa forma moldar a sua atitude e conduta a respeito delas. Este princípio moral e espiritual que sublinha Gênesis 10, torna-o singular.

Porém, este documento antigo que descreve a distribuição das nações é singular, também, do ponto de vista literário. W. F. Albright declara:

*Ele se levanta absolutamente solitário na remota literatura, sem o mais leve paralelo entre os gregos, onde encontramos a narrativa mais parecida com uma distribuição de povos em uma estrutura genealógica. Porém entre os gregos a estrutura é mitológica, e os povos todos são tribos gregas ou egéias.*¹⁰

Comentando a sua exatidão, Albright diz:

*Em vista da inextrincável confusão dos laços raciais e nacionais do antigo Oriente Próximo, seria completamente impossível delinear um esquema simples que satisfizesse a todos os eruditos; nenhum sistema poderia satisfazer a todas as declarações feitas segundo a base da predominância étnica, da difusão etnográfica, da língua, do tipo físico, da cultura, da tradição histórica. O Rol das Nações se levanta como um documento assombrosamente exato.*¹¹

*(Ele) demonstra uma compreensão tão notavelmente "moderna" da situação étnica e lingüística do mundo antigo, a despeito de toda a complexidade dele, que os eruditos nunca deixam de ficar impressionados com a compreensão do assunto que o autor demonstra ter.*¹²

Embora numerosos nomes de lugares e de povos inclusos no Rol fossem conhecidos através de fontes literárias antigas, especialmente gregas e romanas, muitos foram descober-

tos, pela primeira vez, pela arqueologia moderna. Hoje em dia, quase todos os nomes desse capítulo podem ser elucidados pelas descobertas arqueológicas do século passado.

II. AS NAÇÕES JAFETITAS

Os descendentes de Jafé, filho mais novo de Noé, são apresentados em primeiro lugar, os de Cão em seguida, e os de Sem, filho mais velho, por último. Isto está de acordo com o plano do livro de Gênesis, no qual as famílias que descendiam do tronco principal são citadas em primeiro lugar. Quando estas acabam de ser relacionadas, o escritor retorna ao tronco principal, a fim de descrevê-lo mais minuciosamente, e seguir o fio da história da redenção.

Os povos jafetitas ou nórdicos, que são catorze nações, concentram-se originalmente na região do Cáucaso, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, e daí se disseminaram para leste e para oeste, para formar a grande família indo-germânica. (Veja quadro nº 4)

1. *Descendentes de Jafé.* Gomer, em assírio *Gimirraia*, representa os cimérios da antiguidade clássica¹³. Com Togarma, Gomer é relacionado por Ezequiel como residente “nos últimos confins do norte” (Ezequiel 38: 6, Tradução Brasileira). Adentrando a Ásia, provindos das regiões além do Cáucaso, os cimérios se estabeleceram na região da Capadócia, e são conhecidos pelos registros assírios como *Gimirrai*. Esar-Hadom (681-668 A. C.) os derrotou. Assurbanípal (668-625 A. C.) menciona a invasão que efetuou do reino da Lídia, nos dias do famoso rei Gugu (Giges), cujo nome é talvez preservado nas Escrituras como Gogue (Ezequiel 38: 2).

Magogue é uma terra e um povo “nos últimos confins do norte” cujo rei Gogue, príncipe de “Meseque e Tubal”, tem Gomer e Togarma entre os seus aliados (Ezequiel 38: 2; 39: 6). Josefo¹⁴ os identifica com os citas, contudo é mais provável que este termo compreenda as hordas bárbaras do norte.

Madai representa os medos, que povoaram a região montanhosa a leste da Assíria e ao sul do Mar Cáspio. Estes são bem conhecidos no Velho Testamento (II Reis 17: 6; 18: 11; Isaías 21: 2, etc.) e a sua história é ulteriormente elucidada pelas Inscrições Assírias do século IX A. C., até a queda do Império Assírio, no fim do século VII A. C.. Foi Ciaxares, o Medo, aliado a Nabopolassar da Babilônia, que sitiou e destruiu Nínive em 612 A. C.

Javã era o nome dos gregos, mais exatamente os jônios de Homero, e mais particularmente os jônios asiáticos que habitavam os litorais da Lídia e da Cária, cujas cidades eram importantes empórios comerciais, dois séculos antes dos empórios do Peloponeso. Javã era o nome pelo qual os hebreus remotamente conheceram os gregos. Continua sendo o nome pelo qual são conhecidos no Velho Testamento (Ezequiel 27: 13; Isaías 66: 19; Joel 3: 6; Zacarias 9: 13; Daniel 8: 21; 10: 20). Nos registros assírios, eles são mencionados pela primeira vez por Sargão II (721-705 A. C.), que teve um encontro com eles em uma batalha naval. Eles são proeminentes na história judaica dos séculos subseqüentes.

Tubal e Meseque (Ezequiel 27: 13; 32: 26; 38: 2; 39: 1; Isaías 66: 19) são os Tabali e Musque dos registros assírios. Os Tabali são mencionados pela primeira vez nas campanhas fronteiriças de Tiglate-Pileser I (c. 1100 A. C.) e os Musque por Salmaneser III (860-825 A. C.); ambos os nomes ocorrem acentuadamente mais tarde. As citações a eles feitas no período assírio, localizam o seu lar ao norte da Cilícia (Hilacu) e a leste da Capadócia (Gimirrai), mas ao tempo de Heródoto eles se haviam mudado bem para o norte, para a região montanhosa a sudeste do Mar Negro.

Tiras talvez represente os Tursenoi, povo que vivia antigamente nas praias e ilhas setentrionais ao largo do Mar Egeu, mui temidos pelos gregos por serem piratas.

2. *Descendentes de Gomer.* *Asquenaz* é equivalente ao assírio *Ascuz*, referente aos citas. No tempo de Jeremias eles habitavam nas vizinhanças do Ararate e de Mini (o Manai das inscrições assírias a sudeste do Lago Van). Eram rudes e primitivos em sua civilização. Periodicamente devastavam extensos territórios, de forma que chegaram a ser identificados como bárbaros.

Rifate ocorre em I Crônicas 1: 6 como *Difate*, o que se explica pelo fato de as duas letras hebraicas *resh* (r) e *daleth* (d) terem forma bem semelhante em certos estágios do seu desenvolvimento, e terem sido mui facilmente confundidas quando eram escritas cuidadosamente. O nome é preservado, evidentemente, no das Montanhas Rifeanas, que os antigos supunham marginar a praia mais setentrional do mundo. Josefo identifica *Rifate* com os Paflagônios.

Togarma é a Tegarama ao sudoeste da Armênia. Segundo antigas autoridades gregas, Dillmann identifica esse país setentrional com os armênios (cf. Ezequiel 27: 14; 38: 6).

3. *Os Descendentes de Javã*. Estes, em número de quatro, incluem os povos mais ao sul e mais ao oeste, do grupo jafetita que ocupou os lugares de comércio, importante no Mar Mediterrâneo.

Elisá é Quitim ou Chipre, a Alashia das Cartas de Amarna. Em Ezequiel 27: 7, diz-se que toldos e púrpura foram trazidos a Tiro das ilhas (ou litorais) de Elisá que, da mesma forma que o Peloponeso e as ilhas e litorais do mar Egeu, eram ricas em conchas de púrpura. Dillman, porém por isso relaciona Elisá com a Sicília, visto que Quitim é relacionada com Chipre.

Társis aparentemente representa o nome do centro metalúrgico fenício situado no Tartesso, ao sul da Espanha, perto de Gibraltar, e menos provavelmente o situado na Sardenha. Era um rico distrito mineiro e uma rica cidade, de onde os tiros recebiam prata, ferro, estanho e chumbo (Ezequiel 27: 12). Marcava o limite ocidental permitido para as embarcações tíricas.

Quitim denota os quítios, o povo de Kit ou Kiti, como são chamados nas inscrições fenícias. O nome é relacionado definitivamente com Chipre, especialmente através de Kitlon, uma antiga cidade no litoral sul da ilha, atualmente chamada Larnaca.

Dodanim pode ser Dardana (dardanos) da Ásia Menor. Todavia, a Septuaginta e o texto samaritano de Gênesis 10: 4, bem como o texto massorético de I Crônicas 1: 7, grafam *Rodanim*, que é, aparentemente, a grafia correta, especialmente em vista da forma semelhante do "d" e do "r" hebraicos, facilmente confundíveis. Se é esse o caso, o povo da ilha de Rodas e das ilhas adjacentes no Mar Egeu são indicados.

Capítulo VII

OS CAMITAS E O IMPÉRIO PRIMITIVO

Os descendentes de Cão compreendem os povos orientais e meridionais que se estabeleceram originariamente na Mesopotâmia inferior, e subseqüentemente na Arábia do sul, na Etiópia, no Egito, e em Canaã (Gênesis 10: 6-14). Sendo o filho mais novo de Noé, Cão é considerado como o ancestral eponímico dos povos africanos, da mesma forma como Jafé, seu irmão, o é dos indo-europeus, e Sem dos semitas.

Dentro da linhagem camita é traçada a ascensão do poder do primeiro império mundial, primeiramente sob o domínio de Ninrode na Babilônia, e depois em sedes de impérios antigos, tais como Assur e Nínive, no Tigre superior. O Egito, da mesma forma, fundado por esse povo, bem cedo se tornou um centro de poderosa autoridade concentrada.

I. AS NAÇÕES CAMITAS

Embora o registro da linhagem camita permaneça repleta de muitos problemas difíceis, ainda não resolvidos, a arqueologia moderna tem esclarecido as circunstâncias que cercam muitos dos nomes e dos lugares mencionados na passagem. (Veja quadro nº 6)

1. *Os Descendentes de Cão.* Cuxe é mencionado em primeiro lugar, e originalmente era relacionado com a Babilônia (Gênesis 10: 8-12), e somente mais tarde com a Cós egípcia ou Núbia. A conexão com a Babilônia, muito provavelmente, deve ser procurada na mui remota cidade-reino de Quis, na Mesopotâmia inferior, ressuscitada pela arqueologia moderna. De Quis, os imperadores babilônicos do terceiro milênio A. C. apropriaram-se do seu título real de reis do mundo. A terra natal dos primitivos cusitas era, indubitavelmente, no baixo Tigre-Eufrates, onde Ninrode os elevou a posição de grande poder. Daí, eles se espalharam em direção à península meridional da Arábia, e posteriormente cruzaram o Mar Vermelho, colonizaram a Núbia Africana e a Abissínia. O Cuxe Asiático original, portanto, era regado pelo rio Giom, na Babilônia (Gênesis 2: 13).

Mizraim é o antigo Egito. A sua esplêndida civilização data dos períodos Primeiro e Pré-dinástico (c. 5000-c. 2.900 A. C.). Porém, especialmente do período da união das partes Superior e Inferior do país, durante a Primeira Dinastia Egípcia, sob o reinado de Menes (c. 2.900 A. C.), a arqueologia moderna tem ressuscitado as glórias passadas do antigo Egito, dessa forma dando à luz uma nova ciência: a Egiptologia. O Período Protodinástico, que cobre as duas primeiras dinastias, se estende de c. 2.900-c. 2.700 A. C. O poderoso Reino Antigo, ao qual pertencem as colossais pirâmides e os famosos textos nelas contidos, se estende de c. 2.700 - c. 2.200 A. C. Depois do Período Intermediário (da sétima à undécima dinastia c. 2.200 - c. 1.989 A. C.), o poderoso Reino do Meio (duodécima dinastia) se estabeleceu (c. 1.989 - c. 1.776 A. C.). O Período do Hicsos, de dominação estrangeira [décima-terceira à décima-sétima dinastia] se estende de c. 1.776 A. C. até a ascensão do resplendente Reino Novo, quando o Egito dominou o Oriente (da décima-oitava à vigésima dinastia, de c. 1.570-c. 1.150 A. C.). Este grande período de poder e influência egípcios foi seguido por um declínio (vigésima-primeira à trigésima dinastia, c. 1.150-332 A. C.).

De acordo com as Tábuas de Amarna, os cananeus chamavam o Egito de *Mizri*. O nome hebraico *Mizraim*, que tem a mesma raiz, é explicado normalmente como um dual, preservando as antigas divisões do país, Egito Superior (acima de Mênfis) e Egito Inferior (o Delta). (NOTA DO TRADUTOR: O sufixo hebraico "im" designa plural.)

Pute tem sido indenticado geralmente com a antiga Punta, localizada ao sul ou a sudeste de Cuxe africano, e corresponde à moderna Somália. Porém, *Pute* ocorre como *Put* (n) nas inscrições do monarca persa Dario I, o Grande (522-486 A. C.), e a sua localização na Cirenaica, região em torno de Cirene, na África do Norte, a oeste do Egito, é agora dada como certa.

Canaã designa os descendentes de Cão (Gênesis 9: 18, 22), que se estabeleceram na terra mais tarde conhecida como Palestina, e de quem, o país tomou o seu nome original. Assim, sendo originalmente camitas, de acordo com o Rol das Nações, os cananeus, estando estabelecidos em um minúsculo país, que consistia em uma ponte entre o Egito e os grandes impérios semitas que floresciam no Crescente Fértil, em data remota devem ter sucumbido à pressão da fusão racial e lingüística com os semitas, até à perda da sua predominância étnica. Esta é, sem dúvida, a explicação correta porque as ciências de antropologia e etnografia, baseadas em escavações intensivas, apresentam evidências de que os cananeus tinham origem predominantemente semítica, em vez de camita. Não são satisfatórios os resultados dos esforços para resolver essa dificuldade com a argumentação de que tal nomenclatura, da maneira como é usada em Gênesis 10, "expressa não a raça, mas o império ou a civilização", ¹ ou de que Canaã é chamado filho de Cão "devido à longa dominação da terra de Canaã levada a efeito pelo Egito", ² especialmente em vista da ênfase colocada na origem camita de Canaã (Gênesis 9: 22-27).

Como designação geográfica, Canaã, nome hebraico, é provavelmente derivado de *Hurriā*, que significa "pertencente à terra de púrpura vermelha", e no fim do século XIV A. C. chegou a ser empregado para designar o país em que os comerciantes "cananeus" ou fenícios trocavam a sua mais importante mercadoria — púrpura-vermelha, derivada de conchas de mexer, encontradas nas praias marítimas — por outras mercadorias.

2. *Os Descendentes de Cuxe*. Sebá é mencionado em primeiro lugar, e está relacionado com o Sul da Arábia através da migração dos cusitas originais da Mesopotâmia inferior, "a terra de Sinear" (Gênesis 10: 8-12), em direção ao sudoeste. De acordo com as inscrições assírias, este povo havia imigrado para o noroeste da Arábia, no oitavo século A. C. Sebá, variação dialética de Nhebu, está intimamente associada com a Arábia como um país remoto do sul (Salmo 72: 10) e também como o Egito e a Etiópia na África, para aonde muitos cusitas emigraram (Isaías 43: 3; 45: 14). Estrabo, notável geógrafo e viajante grego (c. 63 A.C. - c.21 A. D.), localizou um porto chamado Sabá e uma cidade chamada Sabai, no litoral ocidental do Mar Vermelho.

Havilá é uma região da Arábia central ou meridional, povoada em parte por cusitas e em parte por joctanitas, um povo semita (Gênesis 10: 7, 29; I Crônicas 1: 9, 23). *Sabtá* é geralmente identificado como Shabwat, a antiga metrópole de Hazarmavé (Gênesis 10: 26), ao sul da Arábia, que é ainda chamada Hadramaut pelos árabes, e que corresponde etimologicamente ao nome antigo, que significa "aldeia da morte".

Raamá, *Sabtecá* e os descendentes de Raamá, *Sebá* e *Dedá*, todos representam tribos cusitas da Península Arábica. Sebá, especialmente, situava-se a sudoeste da Arábia, e era bem conhecida pelos seus próprios registros e por geógrafos clássicos. Os sebanos eram um grande povo comerciante, e se espalharam amplamente, aparecendo no noroeste da Arábia nos tempos assírios, e no deserto setentrional juntamente com os nabateanos. Consequentemente, misturavam-se com outras tribos e são também classificados como povo semita, descendente de Joctã (Gênesis 19: 28). Como Dedá, com quem são intimamente associados, eles são mencionados como descendentes de Abraão através de Jocsã (Gênesis 25: 3).

Tendo relacionado os povos camitas descendentes de Cuxe (vv. 6, 7), o Rol

das Nações interrompe quase abruptamente as enumerações político-geográficas estereotipadas, para centralizar-se em um descendente notório de Cão, através de Cuxe: "Os filhos de Cão: Cuxe. . . Cuxe gerou a Ninrode, o qual começou a ser poderoso na terra. Foi valente caçador diante do Senhor. . . O princípio do seu reino foi Babel, Ereque, Acade e Calné, na terra de Sinear" (Gênesis 10: 6-10). Em um sentido é uma digressão, mas em outro sentido, ligado vitalmente com o contexto imediato, e com todo o quadro etnológico do mundo antigo, em que a nação escolhida, Israel, estava colocada, esta passagem é de imensa importância religiosa, tanto quanto histórica.

II. O PODER IMPERIAL CAMITA

Religiosamente, Gênesis 10: 8-10 retrata o caráter em que o poder imperial terrestre aparece pela primeira vez na história humana. Que esse caráter é mau, é sugerido por várias considerações. Primeiro, o reinado terrestre é encontrado pela primeira vez entre os camitas, em ramo sobre o qual havia maldição profética, e em toda a família a ausência da bênção divina (Gênesis 9: 25-27). Em segundo lugar, Ninrode é o fundador do reinado da Babilônia (Gênesis 10: 8, 9), que é geralmente mau, tanto na tipologia escriturística como na profecia (Isaías 21: 9; Jeremias 50: 24; 51: 64; Apocalipse 16: 19; 17: 5; 18: 3, etc.). Terceiro, o nome Ninrode "sem dúvida sugeria para os israelitas a idéia de 'rebelde'. . . contra Deus".³ Descrevendo o caráter desse primeiro edificador de um império mundial, o nome Ninrode tem o objetivo de indicar, certamente, este conceito, no relato sagrado, a despeito do fato de que o nome original, na língua camita, não tinha esse significado.

É interessante notar que o nome Ninrode tem sido explicado de maneira plausível como sendo o sumério (da primitiva Babilônia não semita) Nin-Marada, "Senhor de Maradda", uma cidade a sudoeste de Quis. Se, por outro lado a origem de Cuxe babilônica for traçada até à antiquíssima cidade-reino de Quis, fundada em cerca de 3.200-3.000 A. C., de onde os imperadores babilônicos do terceiro milênio A. C. tomaram seus títulos reais de reis do mundo, a luz arqueológica ilumina este primitivo período imperial, preservado no nome de Ninrode. Sobre tudo, é significativo que a relação dos Reis Sumérios indica a dinastia de Quis com vinte e três reis em primeiro lugar, na enumeração das dinastias mesopotâmicas que reinaram após o Dilúvio.

Que o caráter do poder imperial terrestre, da maneira como é apresentado pelo ramo camita da família humana, é mau, demonstra-se por outra consideração. Diz-se de Ninrode que fora "valente caçador diante do Senhor", (Gênesis 10: 9). O simples significado desta passagem, geralmente tão mal interpretada, é o que Jeová tomou nota do seu caráter real como o de um "caçador", que era o extremo oposto do divino ideal para um rei — o de seu pastor (cf. II Samuel 5: 2; 7: 7; Apocalipse 2: 27; 19: 15). "Um caçador se satisfaz às expensas da sua vítima, mas um pastor se desgasta para o bem dos súditos que estão ao seu cuidado."⁴

O início do reino de Ninrode foi "Babel, Ereque, Acade e Calné, na terra de Sinear" (Gênesis 10: 10).

As cidades de Babel, Ereque e Acade são, hoje em dia, bem conhecidas em virtude de descobertas arqueológicas, sendo colocadas entre as grandes capitais primitivas do mundo civilizado. Estes antigos centros de população e império, citados como "o princípio" do reino de Ninrode, são localizados "na terra de Sinear" O termo, da maneira que é aqui empregado na Bíblia Hebraica, designa toda a planície de aluvião da Babilônia entre o Tigre e o Eufrates, nos últimos trezentos e vinte quilômetros do curso desses grandes rios, aproximadamente, considerando-se o seu leito primitivo, na remota antiguidade. Nas inscrições cuneiformes, a região é dividida em uma porção setentrional chamada Acade em que as cidades de Babel (Babi-

* O Tigre e o Eufrates não apenas deslocaram seus leitos no curso dos séculos, mas também construíram, com o seu sedimento, uma planície de aluvião desprovida de pedras. Eridu, Ur e Lagás, outrora no Golfo Pérsico, estão agora bem mais de duzentos quilômetros para o interior. Finegan, op. cit, pp 9 f.

lônia) e de Acade (Agade) eram situadas, em uma porção meridional chamada Suméria, em que Ereque (antiga Uruque) era localizada.

Babel (em acádio, *bab-ilu*, significando “portão de Deus” data dos tempos pré-históricos. Contudo, ela mesma não se tornou capital de um grande império até o Período Babilônico (c. 1.830-c. 1.550 A. C.). Sob o domínio de Hamurábi (1.728-1689 A. C.), da primeira dinastia da Babilônia, a cidade se tornou a senhora de toda a Babilônia, em direção ao norte, até os limites da poderosa cidade de Mari, no médio Eufrates. Porém, a sua história data de muito antes desse período, da era primitiva pré-semítica, no Vale do Tigre-Eufrates inferior.

Ereque, a acádia Uruque, é representada pela moderna Warka, situada a cerca de 160 quilômetros a sudeste da Babilônia, em região pantanosa a leste do Eufrates. Aí foi descoberto o primeiro zigurate, ou templo-torre sagrado, e evidência dos primeiros selos cilíndricos.

Acade era o nome dado à Babilônia setentrional, a partir da cidade de Agade, que Sargão levou a grande proeminência como a capital de um novo império semita, que dominou o mundo mesopotâmio de cerca de 2360-c. 2180 A. C.

Calné não tem sido claramente elucidada pela arqueologia. Têm sido feitas tentativas para identificá-la com Nipur, uma das mais antigas cidades da Babilônia central. Alguns ainda pensam que seja uma forma resumida de Hursagcalama (Calama), cidade gêmea de Quis. Outros identificam-na com a Calno de Isaías 10: 9, baseando-se no texto da Septuaginta.

Uma narrativa da fundação da Assíria pelos cusitas camitas da Babilônia é anexada à declaração do estabelecimento do poder imperial deles na Babilônia. Da Babilônia, está escrito, Ninrode “saiu para a Assíria, e edificou Nínive, Reobote-Ir e Calá, entre Nínive e Calá, a grande cidade de Resém” (Gênesis 10: 11, 12).

*... Que Babilônia foi o mais antigo berço de civilização na grande planície dos dois rios, e que Nínive foi (por assim dizer) colonizada a partir daquela época está em harmonia com o que aprendemos dos monumentos: politicamente, bem como em toda a sua civilização escrita e religião. A Assíria, nos tempos primitivos, dependia da Babilônia.*⁵

Porém, o fato de que esses versículos de Gênesis aparentemente atribuem a fundação da civilização babilônica e a sua extensão à Assíria a um único homem, e associam as quatro cidades babilônicas (Babel, Ereque, Acade e Calné) com quatro cidades assírias (Nínive, Reobote-Ir, Calá e Resém) ainda permanece sem elucidação por parte dos monumentos.

Todavia, os monumentos babilônicos e assírios ilustram quase completamente a cronologia geográfica desta passagem. A cidade de Assur, estrategicamente localizada na margem ocidental do Tigre, a montante do tributário do Pequeno Zab, e a cerca de cem quilômetros ao sul de Nínive era a mais antiga capital, e centro de poderio assírio. A cidade, que deu o nome ao país nos impérios posteriores de que consistiu o núcleo, tomou a sua própria designação do seu deus nacional, Assur. A localização da antiga cidade, hoje chamada Qalat Sharquat, foi escavado por uma expedição germânica sob a direção de Walter Andrae em 1903-1914 e mostrou evidência de ocupação desde o começo do terceiro milênio A. C.

Nínive (moderna Cuiunjique) foi a grande capital do último Império Assírio, localizada a cerca de 100 quilômetros ao norte de Assur, na margem oriental do Tigre. Ela foi obliterada tão completamente, de acordo com a profecia da sua destruição feita pelos videntes hebreus, que a cidade morta se tornou verdadeiro mito, até à sua ressurreição efetuada por Sir Layard e outros, no século dezenove. Com níveis de ocupação indo para trás, tão remoto como tempos pré-históricos, a cidade real murada, tem sido traçada para indicar uma área de quatro mil e oitocentos metros de comprimento por menos de dois quilômetros e meio. Porém, os hebreus (e talvez outros estrangeiros também) estavam acostumados a incluir o nome de Nínive (como complexo de cidades que formam a Grande São Paulo), *Calá*, a 29 quilômetros ao sul, *Resém*, entre Calá e a própria Nínive, e Reobote-Ir, “que deve ter sido Rebit-Ninua, a oeste da capital, visto que os nomes não são apenas relacionados etimologicamente, mas têm o mesmo

significado".⁶ Estes são os quatro lugares que são enumerados em Gênesis 10: 11, 12, como compondo "a grande cidade". Porém, outras cidades, como Tarbisu, Dur-Shurrakin ou aldeia de Sargão, foram adicionadas ao agregado da "Grande Nínive", no apogeu do império assírio.

Embora Resém fosse um subúrbio de Nínive, e parte do complexo de cidades conhecidas como "a grande cidade", permanece obscura nos monumentos. Calá, por outro lado, foi descoberta e escavada no outeiro de Ninrode, e produziu uma rica safra de esculturas, baixos-relevos e inscrições. De acordo com Assurnasirpal II (885-860 A. C.), Calá foi construída ou reconstruída, embelezada e fortificada por Salmaneser I (1280-1260 A. C.). Ao tempo de Assurnasirpal, ela havia caído em decadência. Este famoso conquistador restaurou-a como residência real, e ela permaneceu como residência dos reis assírios por mais de 150 anos.

III. OUTRAS NAÇÕES CAMITAS

Depois da digressão (Gênesis 10: 8-10), o Rol das Nações continua a enumeração da linhagem camita.

1. *Os Descendentes de Mizraim.* *Ludim*, em outros lugares, ocorre mais no singular *Lude*, mencionados como arqueiros no exército egípcio ou tiro (Jeremias 46: 9; Ezequiel 27: 10; 30: 5) e como povo remoto (Isaías 66: 19). Embora não tenham sido identificados, indubitavelmente são uma tribo fronteiriça com o Egito. Albright pensa que *Ludim* seja um erro de copista, sendo o exato *Lubim*, os líbios, tribos a oeste do Delta do rio Nilo, no Egito.

Na qualidade de tribos que se limitavam com o Egito, os *Anamim*, *Lehabim*, *Naftuhim* e *Casluhim* continuam obscuros. Os *Patrusim*, no entanto, foram identificados claramente como os habitantes de Patros, a egípcia Ptores, no Egito Superior. Os *Caftorim* são os habitantes de Caftor, agora identificada com a recente descoberta do vocábulo cuneiforme *Capta-ra*, ou Creta.

Os filisteus (heb. *Pelitim*) são mencionados como tendo vindo de Caftor (Amós 9: 7; Jeremias 47: 4; cf. Deuteronômio 2: 23). Por esta razão a cláusula "de onde saíram os filisteus" é considerada geralmente como tendo sido colocada fora de lugar por um copista, devendo vir logo após a palavra "caftorim" em Gênesis 10: 14. Os monumentos indicam que Peleste (filisteus) invadiu a Palestina com outros "povos marítimos", durante o reinado de Ramsés III do Egito (1195-1164 A. C.), que os expulsou em vários encontros. Contudo, alguns dos invasores permaneceram na Síria, e posteriormente alcançaram o sudeste da Palestina, onde se estabeleceram, e possivelmente deram o seu nome ao país — Filístia (Joel 3: 4), do qual, por sua vez, proveio o vocábulo grego Palestina (*he Palaistine*).

No entanto, visto que os filisteus estavam na região em torno de Gerar e de Berseba tão remotamente quanto a era patriarcal (Gênesis 21: 32; 26: 1), e antes da Era Mosaica colonizadores vindos de Creta haviam destruído os habitantes originais da região de Gaza e se estabelecido ali (Deuteronômio 2: 23), grupos esparsos desses povos existiam, aparentemente, durante séculos, na Palestina do sudoeste, antes da chegada do corpo principal de filisteus, no primeiro quartel do século XII A. C. Depois desse período, porém o seu poderio desenvolveu-se rapidamente, de forma que à época de Samuel e Saul, constituíram séria ameaça para a vida nacional de Israel. (Veja quadro nº 5)

2. *Os Descendentes de Canaã.* *Sidom*, a mais antiga cidade fenícia, por esse motivo chamada a "primogênita" de Canaã, era localizada no litoral do Mediterrâneo, a trinta quilômetros ao norte de Tiro. Ela representa os fenícios, que foram chamados Sidônios do XI ao VIII séculos A. C. A sua importância primitiva é atestada por Homero, que freqüentemente menciona Sidom, mas nunca Tiro, e que emprega os nomes como sinônimos de Fenícia e fenícios. Mais tarde, entretanto, ela foi eclipsada por Tiro, mas os fenícios continuaram a ser chamados geralmente de sidônios (I Reis 5: 6; 16: 31), como se fosse em homenagem à antiga proeminência de Sidom.

Hete é o suposto cabeça dos hititas, povo mencionado esporadicamente no Velho Testamento. Até à maravilhosa descoberta da civilização hitita pela arqueologia moderna, as referências bíblicas a esse povo que era desconhecido de outras fontes, eram geralmente encaradas com suspeita. William Wright, missionário em Damasco, e o professor A. H. Sayce, estavam entre os primeiros que reconstruíram os esboços da história do antigo império hitita. Então, em 1906-1907 e 1911-1912, o professor Hugo Winckler, de Berlim, descobriu cerca de dez mil placas de barro em Bogazqueui, localização da antiga Hatuxach, importante capital hitita. Este vasto suprimento de material escrito revelou os hititas como um povo do mundo antigo que não era apenas importante, mas que possuía vasto império.

Dois períodos principais do poderio hitita podem ser distinguidos: o primeiro, começando em cerca de 1900 A. C., e o segundo se estendendo de 1400 a 1200 A. C., era do novo reinado hitita na Ásia Menor e na Síria. O último império foi consolidado em Bogazqueui pelo poderoso Imperador Subiluliuma (c. 1395-1350 A. C.). O poderio hitita é citado proeminentemente nas Cartas de Amarna, na correspondência de Subiluliuma com Amenotepe IV (Acnatom) por volta de 1375 A. C. Depois da queda do poderio imperial hitita, em cerca de 1200 A. C., continuaram a existir pequenos reinos hititas em Carquemis, Senjirli e Hamate, bem como em outros centros do norte da Síria. De fato, a tradição hitita sobreviveu por mais tempo na Síria do que na Ásia Menor, que era o centro do império hitita, e os assírios tinham o costume de chamar a Síria-Palestina *mat Cati*, "a terra dos hititas".⁷

Os *Jebuseus* estabeleceram-se em Jebus, nome da cidade de Jerusalém durante a sua ocupação por esta tribo palestina (Josué 15: 36; Juízes 19: 10, 11; I Crônicas 11: 4), tanto antes como depois da Conquista. O seu rei foi morto por Josué (Josué 20: 23-26), o seu território dado à tribo de Benjamim (Josué 18: 28); mais tarde a sua cidade foi tomada pelos homens de Judá (Josué 15: 8; Juízes 1: 8). Todavia, ou os jebuseus jamais perderam a fortaleza, ou retomaram a cidade no todo ou em parte, visto que ainda possuíam a fortaleza de Sião, sendo dela expulsos no começo do reinado de Davi (II Samuel 5: 6, 7). Salomão sujeitou os jebuseus remanescentes a serviço escravo (I Reis 9: 20).

Nas Cartas de Amarna, Jerusalém e suas redondezas são mencionadas pelo seu rei Abdi-Hiba, como "a terra da cidade de Ursalim".⁸ Mercer diz: "Este é um idioma hitita, e como tal, indica uma origem hitita para o povo de Jerusalém. . ."⁹ Albright pressupõe a evidência das Placas de Amarna para chegar à conclusão de que os jebuseus procediam de Anatólia (Ásia Menor).

A *Amorita*, logo depois da hitita, era a raça mais poderosa da Palestina, dominando a região montanhosa de Judá, onde tinha cinco reis (Josué 10: 5) e uma grande possessão na margem oriental do Jordão (Deuteronômio 3: 8; Juízes 11: 22). Devido à sua impiedade, foram destinados à destruição, mas um forte remanescente permaneceu na terra depois da Conquista (Juízes 1: 35; 3: 5; I Samuel 7: 14), tendo sido, como todos os outros habitantes primitivos, feitos escravos por Salomão (I Reis 9: 20, 21).

A palavra "amorita" é babilônica, e significa "ocidental". Era usada para a Síria-Palestina, tendo o sentido de "alienígena" (do ponto de vista babilônico). Este nome chegou a ser aplicado a esses povos da mesma forma como "welsh" é hoje em dia, aplicada aos habitantes do País de Gales, embora "welsh", em anglo-saxão e em inglês antigo, significasse simplesmente "estrangeiro". O idioma dos amorreus era um cruzamento entre hebraico e aramaico. Racialmente, o povo era um misto de elementos semitas noroestinos, combinados com elementos huritas (Hurriã).

Os *Girgaseus*, como tribo de Canaã (Gênesis 15: 21; Deuteronômio 7: 1; Josué 3: 10; 24: 11; Neemias 9: 8), permanecem arqueologicamente obscuros, bem como *Heveu* (Gênesis 10: 17; Exodo 3: 17; Josué 9: 1, etc.), embora em vários casos (p. ex. Gênesis 34: 2; Josué 9: 7) o último nome seja citado como "horita" na Septuaginta, e os eruditos se inclinam a aceitar esta grafia. Os horitas foram redescobertos pela arqueologia durante as últimas três décadas, da mesma forma como os hititas o foram durante os últimos setenta e cinco anos, e chegaram a ser considerados um dos povos mais importantes da Ásia Ocidental durante um período de mais de um milê-

nio e meio, e como tendo desempenhado papel decisivo como intermediários de cultura entre os babilônicos ao leste e os hititas e cananitas a oeste.

O *Arqueu* é representado pelo atual Tel Arca, a cerca de 125 quilômetros ao norte de Sidom, aos pés do Líbano. A Arcantu, mencionada por Tutmósis III (século XV A. C.) pode ser o mesmo lugar. É chamada Ircata nas Cartas de Amarna, e foi capturada por Tiglate-Pileser III, da Assíria, em 738 A. C.

O *Sineu* é também elucidado pelos monumentos. Sin, ao norte da Fenícia (a assíria Sianu), é mencionada por Tiglate-Pileser III como uma cidade do litoral. O *Arvadeu* designa os habitantes de Arvade, a cerca de quarenta quilômetros ao norte de Arca, cidade situada no ponto mais extremo ao norte, dentre todas as cidades fenícias. Ocorre como Arvada nas Cartas de Amarna. É também mencionada freqüentemente nos anais dos reis assírios. O *Semareu* se refere ao povo da cidade fortificada de Simura (simuros), a dez quilômetros ao sul de Arvade, lugar também mencionado mui freqüentemente na correspondência de Amarna, com o nome de Sumur.

O *Hamateu* representa os habitantes da cidade-estado de Hamate, sobre o Orontes, ou Epifanéia do Período Grego, a atual Hama, mencionada amiúde no Velho Testamento e nos monumentos egípcios e assírios. A escavação da cidade feita por Harold Ingholt e por uma expedição dinamarquesa (1932-1939) trouxe à luz uma história que apresenta imensa gama de variações, e revelou particularmente o caráter hitita primitivo do local, demonstrado pela descoberta de grande número de inscrições hititas.

Capítulo VIII

OS SEMITAS E OS CONSTRUTORES DE BABEL

Os povos semitas ocuparam lugar tão distinto no sudoeste da Ásia, e desempenharam papel tão proeminente na história da redenção, que gozam de atenção especial no Rol das Nações. Ocupando o território geral ao sul da Cordilheira do Táurus, o país da Armênia e a região a oeste do moderno Irã, constituem um grupo lingüístico definido e, até certo ponto, uma unidade racial. (Veja quadro nº 6)

Ao leste, os semitas falavam o acádio (babilônio e assírio); ao norte, aramaico e siríaco; no noroeste, fenício, ugarítico, hebraico e moabita; ao sul, arábico, mineano, sabeano e etiópico.

I. AS NAÇÕES SEMITAS

A importância especial dos filhos de Sem na história da redenção, é revelada pela dupla introdução à secção do Rol das Nações que trata da sua genealogia, e pelo tom caracteristicamente solene e enfático da linguagem usada nessa passagem (Gênesis 10: 21, 22). Curiosamente, esta parte do rol político-geográfico apresenta mais nomes arqueologicamente obscuros do que as outras duas.

Sem é mencionado como “pai de todos os filhos de Éber” (v.21). Esta expressão inclui, sem dúvida, todas as tribos arábicas (vv. 25-30), bem como os descendentes de Abraão, isto é, israelitas (11: 16-26), ismaelitas, midianitas (25: 2) e edomitas. É evidente, contudo, que o escritor coloca a sua própria nação no foco de interesse, como sendo a linhagem do Redentor Prometido. Éber, ancestral dos hebreus, significa “do outro lado, atravessando”, e geralmente é explicado como designando os que haviam vindo “do outro lado do Rio” (Eufrates), isto é, de Harã (Josué 24: 2, 3). A conexão, se existir, dos hebreus com os Habiru (*‘Apiru*), que desempenham curioso papel em documentos cuneiformes dos séculos XIX e XVIII A. C., bem como em documentos nuzianos, hititas e de Amarna dos séculos XV e XIV A. C., ainda permanece obscura.

1. Os Descendentes de Sem. Elão é Susiana, a terra, e o povo a leste da Babilônia, da qual a capital era Susa (em hebraico, Susã: Neemias 1: 1; Ester 2: 8; 3: 15, etc.), que tem sido escavada, e cujos primeiros níveis ocupacionais remontam a cerca de 4.000 A. C. Era ainda uma grande cidade no século XII A. D. Foi explorada por uma expedição francesa em 1884-1886. Ali Jacques de Morgan descobriu o Código de Hamurábi, em 1901.

Os elamitas eram racialmente distintos dos semitas, mas em tempos mui remotos, Elão fora povoada por raça semita; porém, elamitas posteriores, não-semitas, exerceram domínio sobre o país.

Assur é a grande nação dos assírios. Eles eram semitas, e a sua linguagem pertence ao ramo oriental da mesma família semita à qual pertencem o hebraico, o aramaico, o ugarítico e o fenício, a oeste, e o arábico e o etíope, ao sul. Assur e Nínive foram fundadas por camitas (Gênesis 10: 11), porém os semitas, que se haviam estabelecido anteriormente no Vale do Tigre-

-Eufrates, conquistaram, finalmente, o país todo.

Arfaxade continua arqueologicamente um enigma. Por muito tempo foi identificado com a região montanhosa e o povo do Rio Zab superior, ao norte e noroeste de Nínive, chamada pelos geógrafos gregos, Arrapachitis.

Lude, acredita-se designar os lídios, ocupando entretanto, território maior do que a Lídia da Ásia Menor. A conexão semita parece certa por uma dinastia de príncipes acádios de Assur, que foram elevados ao poder depois da queda de Ur (c. 2000 A. C.) e fundaram colônias na região ocidental da Ásia Menor. Dos descendentes desses colonizadores, provieram as Tábuas Capadócias (c. 1920-1870 A. C.), que consistem de vários milhares de documentos e cartas comerciais, escritos em assírio antigo, fazendo parte dos arquivos mercantis da colônia comercial assíria de Cânis (a moderna Kul-tepe), a leste da Ásia Menor. De acordo com Heródoto (1: 7), o primeiro rei desses colonos foi um filho de Ninus, neto de Belus, isto é, descendente dos assírios.

Arã é o nome do grande povo arameu que se espalhou grandemente na Síria e na Mesopotâmia. O papel importante que desempenha no Velho Testamento é ilustrado muito bem pelos monumentos. Abraão imigrou para a Palestina, vindo da região circunvizinha a Harã, na "Arã dos dois Rios", na região do Rio Habur, na parte nordeste da Mesopotâmia. Arã-Damasco se tornou poderosa sede do poderio arameu, e temido inimigo de Israel desde cerca de 900 até 750 A. C. Estados amareus como Zobá, Maaca, Gesur e Bete-Reobe foram conquistados por Davi.

A língua aramaica finalmente se tornou a linguagem internacional de comércio e diplomacia (II Reis 18: 26). O Império Pérsico empregava o aramaico como "língua franca" na administração dos seus territórios semitas, desde o Oriente até o Egito. Os documentos oficiais transcritos no livro de Esdras aparecem em aramaico, e o hebraico rapidamente deu lugar ao aramaico, depois do término do período canônico das Escrituras do Velho Testamento.

2. *Os Descendentes de Arã*. *Uz* é uma terra e seu povo, localizados algures no deserto da Síria, entre as latitudes de Damasco ao norte, e Edom ao sul. A terra é melhor lembrada como o lar de Jó (1: 1), que sofreu ataques dos caldeus e dos sabeus (1: 15-17). Nos dias de Jeremias, os edomitas habitavam ali (Lamentações 4: 21).

Hul e *Géter* são desconhecidos. *Más* é obscuro, mas evidentemente se refere a alguma parte do grande deserto siro-arábico, visto que *mat Mash* (país de Más) é usado nesse sentido nos registros assírios.

3. *Os Descendentes de Arfaxade*. *Salá* é mencionado como filho de Arfaxade, que gerou a Éber, progenitor dos hebreus através de seu filho Pelegue, e de treze tribos arábicas através de Joctã (Arábia).

4. *Os Descendentes de Joctã*. *Almodá* e *Salefe* são incertos. Quase todos os nomes dos descendentes tribais de Joctã são arcaicos, não tendo sido encontrados por isso, nas inscrições do primeiro milênio no sul da Arábia. "Sobretudo", diz Albright, "vários dos nomes pertencem a tipos conhecidos como nomes pessoais somente no começo do segundo milênio, embora possam ter continuado como nomes tribais por muitos séculos depois disso".¹

Hazarmavé ocorre nas inscrições sabéias, e atualmente é conhecido como Hadramaut, distrito do sul da Arábia, um tanto a leste de Aden. Estrabo menciona como uma das quatro principais tribos do sul da Arábia. *Jerá*, *Adorão* e *Diela* não puderam ser identificados. *Obal* é incerto, e *Abimael* é de genuíno tipo sabeu, mas além disso nada se sabe dele.

Sabá é mencionado freqüentemente no Velho Testamento como um povo distante de grande prosperidade, mercadejando com ouro, incenso, pedras preciosas e perfumes (I Reis 10: 1, 2, 10; Jeremias 6: 20; Ezequiel 27: 22; Isaías 60: 6; Salmo 72: 10). Inscrições sabéias que foram descobertas, mostram que esse povo habitava o sudoeste da Arábia, era muito civilizado e estava bem estabelecido com capital em Mariaba (Sabá) a cerca de trezentos quilômetros ao norte da moderna Aden.

Ofir é famosa no Velho Testamento, como região produtora de ouro (Jó 22: 24; Salmo 45: 9; Isaías 13: 12) e como lugar distante aonde o Rei Salomão e Hirão de Tiro enviaram os seus navios construídos em Eziom-Geber (1 Reis 9: 28) para buscar madeira de sândalo, ouro, prata, marfim e outras especiarias. Todavia, a localização de Ofir é incerta. É feita na Índia ou na costa africana.

Havilá é sem dúvida diferente da do versículo 7. Se as duas são a mesma, então os canitas se haviam apossado desse país antes dos joctanitas semitas.

II. OS CONSTRUTORES DE BABEL

Se a breve narrativa da humanidade pós-diluviana (Gênesis 9: 18 – 10: 32) tivesse que ser suficientemente completa para preencher o seu propósito na história da redenção humana, teria que mencionar todos os fatores mais importantes que ajudam a explicar o presente estado do mundo. A origem e distribuição das várias nações da antiguidade tendo sido esboçada e prefaciada com uma rápida visão profética das relações gerais desses povos com o propósito divino da redenção, uma consideração necessária ainda permanece: Como e por que se originaram as muitas línguas e dialetos que se encontram no mundo? Quando esse item de comprovação essencial for considerado, o autor do Gênesis ficará livre para abandonar a história geral da humanidade, a qual, para o seu propósito é, sem dúvida, apenas incidental, e se concentrar na linhagem da promessa redentora em Sem.

1. *A Confusão de Línguas.* É evidente que era da intensão do autor, em todo o tempo, tratar desse assunto, como é evidente em Gênesis 10: 25 onde, em conexão com Pelegue, filho de Éber, é dito que “em seus dias se repartiu a terra”. Esta divisão da terra em diferentes e vários idiomas e dialetos é contada de novo no capítulo 11, e cronologicamente deve ser colocada antes da distribuição das nações. A razão pela qual é colocada depois deste acontecimento é que a sua inserção antes do Rol das Nações teria obscurecido a apresentação daquele Rol (Gênesis 9: 18-27) e a sua inserção no próprio Rol teria desfigurado a sua simetria.

Se todos os habitantes do mundo pós-diluviano são descendentes de Noé, devem ter, necessariamente, possuído uma só e a mesma linguagem. O escritor do Gênesis estabelece claramente este fato. “Ora, em toda a terra havia apenas uma linguagem e uma só maneira de falar” (Gênesis 11: 1). A família de Noé e seus descendentes são, além disso, apresentados movendo-se nominalmente em direção ao ocidente, até que “deram com uma planície na terra de Sinear; e habitaram ali” (Gênesis 11: 2). Visto que “do oriente” inclui o sudeste, e que a planície aluvial da Babilônia (Sinear) fica a sudeste “das montanhas de Ararate” (Gênesis 8: 4) na Armênia era natural que aqueles beduínos se estabelecessem nas “ricas planícies”, famosas na antiguidade pela sua extrema fertilidade, “que se prestavam admiravelmente para a irrigação”.²

Depois de mais de um século, talvez, depois do seu estabelecimento na Babilônia, que deve ter ocorrido antes de 4.000 A. C., a raça humana se havia multiplicado suficientemente e desenvolvido indústrias e artes num grau tão elevado que aventou-se a possibilidade de construir uma cidade, e especialmente uma torre cujo topo alcançaria “até aos céus” (Gênesis 11: 4). A frase “uma torre cujo topo chegue até aos céus” não é uma simples hipérbole, mas uma expressão do orgulho e da rebelião manifestados pelos construtores de Babel. Tanto os reis babilônicos como os assírios se orgulhavam muito da altura de seus templos e se jactavam de terem feito os seus topos tão altos como os céus.

O desafio à autoridade divina aparece não apenas na tola imaginação dos construtores de Babel de que os céus poderiam ser alcançados de um salto (cf. Isaías 14: 12-14), a menos com um esforço audacioso, mas é também patente no desejo de se auto-glorificarem, e no seu esforço de conseguirem uma unidade humana para tomarem o lugar da união que haviam perdido ao abandonar o temor de Deus. “. . . E tornemos célebre o nosso nome, para que não sejamos espalhados por toda a terra” (Gênesis 11: 4). Desejavam tornar-se famosos pelas suas próprias obras. Nenhum esforço seria poupado. Se não havia pedras disponíveis, eles fariam tijolos de barro. A cidade e sua famosa torre deveriam formar o centro do seu empreendimento auto-glorificador, o ponto de concentração de uma confederação atéia que conservaria a humanidade

reunida. O mandamento divino havia sido para que se espalhassem: "Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a terra" (Gênesis 9: 1). A sua resolução humana fora concentrarem-se e fortalecerem-se, em oposição ao programa de Deus.

Tal rebelião contra a autoridade divina, e a pretensão de poder imperial, que pertence só a Deus, é o espírito de idolatria. Este elemento, abundantemente ilustrado na literatura cuneiforme grosseiramente politeísta dos antigos habitantes pré-semitas da Babilônia inferior, os sumérios e seus sucessores semitas, iniciou-se com os construtores de Babel (Josué 24: 2), e se tornou desde então um fator essencial, não apenas da Babilônia histórica, mas também daquela que tem a história como tipo – a Babilônia política e religiosa como sistema maligno, apresentada tão abundantemente por toda a Escritura (cf. Apocalipse 17-18).

Tal apostasia do homem, logo depois do dilúvio, requeria julgamento divino. Este tomou a forma de algo que frustrou os planos dos construtores de Babel, e ocasionou a sua disseminação pela face da terra – a confusão da sua linguagem. Visto que este foi um ato divino, e que os detalhes de como foi realizado não são fornecidos, é fútil especular. Parece razoável concluir-se, no entanto, que os semitas, jafetitas e camitas que, da mesma forma que as tribos de Israel no deserto, devem ter preservado a sua identidade, sendo dado a cada grupo racial uma nova e distinta língua ou línguas, ou então cada grupo ficou em completa confusão, espalhando-se imediatamente, e começou o laborioso processo de desenvolver a sua própria linguagem com as suas variações dialéticas.

É pelo menos injustificável concluir com S. R. Driver que a narrativa bíblica

*pode conter um relato da origem das diferentes linguagens que não é científico ou historicamente verdadeiro. . . pois a narrativa, embora explique ostensivamente a diversidade de linguagens não apresenta explicação para a diversidade de raças. Além disso, a diversidade de linguagem. . . depende da diversidade de raça.*³

O capítulo 10, que trata da diversidade de raças, não pode ser separado do capítulo 11. Os acontecimentos do capítulo 11: 1-9 são muito mais remotos do que os críticos geralmente supõem, e remontam à mais antiga civilização nômade e sedentária da Babilônia, muito antes de 2501 A. C. (Septuaginta 3066 A. C.), que Driver alega ser a data bíblica do Dilúvio, protestando correntemente que o sumério pré-semita, o babilônico e o egípcio são três idiomas diferentes que antecedem a esse período.

Contudo, a Bíblia hebraica localiza o Dilúvio em 2501 A. C. ou época aproximada? Só se as genealogias de Gênesis 5 e 11 são usadas injustificadamente para os propósitos cronológicos. Estas genealogias são obviamente abreviadas, e não podem ser usadas para calcular, seja a idade da raça humana, seja a data do Dilúvio. O Dilúvio certamente aconteceu muito antes de 4.000 A. C., e a cena antiga pintada em Gênesis 11: 1-9, sem dúvida pertence a um período não maior do que um século e meio depois daquele evento que submergiu o mundo.

Pode-se adiantar que a narrativa bíblica da origem dos idiomas, na confusão das línguas em Babel, permanece absolutamente sem paralelos na literatura cuneiforme antiga. Supostos paralelos são todos muito posteriores, depois do término do período do Velho Testamento, e por isso, sem valor. No entanto, "visto que Babilônia era, provavelmente, uma das cidades mais políglotas do mundo, na maior parte dos períodos da sua história, a localização da confusão das línguas ali é bem fundamentada".⁴ Incidentalmente, e isto é importante do ponto de vista arqueológico, Gênesis 11 localiza corretamente o berço da civilização na Mesopotâmia, em vez de fazê-lo em qualquer outro dos primitivos centros conhecidos de cultura, como o Egito.

2. *A Torre de Babel.* A estrutura que os construtores de Babel tentaram erigir, e que se tornou o símbolo da sua desobediência e orgulho que desafiavam a Deus, é brilhantemente ilustrada pelos edifícios mesopotâmicos, particularmente as torres-templos sagrados chamados *zigurates*. A palavra assíria-babilônica *ziquaratu* designa um "pináculo" ou "tope de montanha"; os zigurates eram "gigantescas montanhas artificiais de tijolos cozidos ao sol".⁵ O zigurate mais antigo já descoberto é o situado na antiga Uruque, chamada Ereque na Bíblia (Gênesis 10: 10).

hoje chamada Wurku, que data da última parte do século IV A. C.

Porém, é preciso que seja notado cuidadosamente que, no relato bíblico, nada indica que a torre descrita em Gênesis 11:4 fosse uma torre-templo. Ela não é chamada um *Ziqquritu*, mas simplesmente uma "torre" (*migdal*).

*Além disso, tudo parece indicar que esta é a primeira torre que já se tentou erigir. Pode parecer, então, que todas essas torres posteriores, a despeito do julgamento divino pronunciado sobre a primeira, são imitações da primeira, em um sentido; contudo, ao mesmo tempo elas parecem constituir uma tentativa de eximir-se de qualquer possibilidade de punição divina, consagrando-as à divindade guardiã da cidade.*⁶

Em Ur, terra natal de Abraão, essa divindade era Nanar, deus lua, e o seu mais importante santuário era localizado na mais alta elevação. Em Borsippa (Birs-Nimrud), a cerca de dezesseis quilômetros a sudoeste da Babilônia, a divindade era Nebo, deus do conhecimento e da literatura.

Como torre, e mais tarde como torre-templo, o zigurate se espalhou pela Babilônia, e se tornou apresentação característica de arquitetura eclesiástica na Mesopotâmia, de tal forma que os lugares, e mais de duas dúzias, dessas estruturas, são conhecidos hoje. De cores variegadas, e construídos com vários pavimentos, em forma de degraus, o mais elevado zigurate possuía sete andares. A forma mais comum era de três andares.

*Não eram todos os templos que tinham uma dessas torres, zigurates ou pináculos, como eram conhecidas, mas havia um número suficiente para colocá-los em grande evidência por toda a planície babilônica, e as suas ruínas ainda permanecem, algumas vezes visíveis à distância de um dia de jornada, geralmente com o aspecto de grandes massas de tijolos não queimados.*⁷

O zigurate de Uruque era uma enorme massa de barro, muito bem socada e reforçada, exteriormente, com camadas de tijolo e asfalto. Estruturas semelhantes em Ur, Babilônia, Borsippa e outras localidades mesopotâmicas, alicerçam as palavras dos antigos construtores de Babel, bem como enfatizam o contraste entre os métodos de construção familiares aos israelitas, no platô rochoso ao centro da Palestina, e os usados na planície aluvial da Babilônia, que não tinha pedras:

Vinde, façamos tijolos, e queimemo-los bem. Os tijolos serviram-lhes de pedras, e o betume, de argamassa. Disseram: Vinde, edifiquemos para nós uma cidade, e uma torre cujo topo chegue até os céus, e tornemos célebres o nosso nome, para que não sejamos espalhados por toda a terra (Gênesis 11:3, 4).

Era, como já foi observado, em ímpia oposição à ordem divina de "encher a terra", que os desafiadores edificadores de Babel decidiram estabelecer-se na fértil planície aluvial da bacia do baixo Tigre-Eufrates, e construir uma civilização auto-glorificadora, permitindo-se conforto e prosperidade. Sir Leonard Woolley, todavia, interpreta a atitude deles como sendo de "piedade", que, insiste ele, "é mal representada como ameaça contra os deuses — mas a falsa representação", completa ele, "é eloqüente, pois repousa na má compreensão do significado do nome do zigurate babilônio: "elo entre a terra e o céu".⁸

Porém, a narrativa do Gênesis não representa falsamente a atitude dos edificadores da torre, nem demonstra má compreensão do nome da torre, pela simples razão de que a torre representada não era um desenvolvimento ulterior — uma torre-templo ou "lugar alto", chamado "a colina do céu" ou "a montanha de Deus", em cujo último pavimento eram adorados o santuário e a imagem da divindade padroeira da cidade. Pelo contrário, como é indicado, ela foi a primeira torre que se tentou edificar e, como tal, o símbolo da revolta do homem contra Deus e Sua determinação de promover e glorificar somente a si mesmo. O uso politésta de torres, mais tarde, indubitavelmente copiadas dela, foi o resultado da mais completa apostasia e o produto daquele orgulho e rebelião contra Deus, que eram tão manifestos no espírito que motivou a torre mesopotâmica original.

Capítulo IX

ABRAÃO E SUA ÉPOCA

A figura de Abraão emerge do antigo mundo mesopotâmico de sua época com brilho tão notável, e desempenha um papel de tanta importância na história da redenção, que nem mesmo Moisés lhe faz sombra, embora tenha sido o grande emancipador e legislador de Israel. Através do Velho Testamento, o nome de Abraão é apresentado para identificar um homem de fé (cf. Romanos 4: 1-25). Será que a Bíblia deixou a época em que Abraão viveu sem que possa ser cronologicamente identificada, ou será que ele pode ser colocado precisamente no ambiente histórico geral em que viveu?

I. ABRAÃO NO CONTEXTO DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A despeito da descoberta de numerosas peças de material inscrito, que elucidam fatos a respeito da época patriarcal, até agora não apareceu uma evidência decisiva que estabeleça um elo preciso da vida dos patriarcas com a história extra-bíblica. Consequentemente, críticos que não levam a sério os algarismos que sublinham a cronologia bíblica, consideram as datas do período patriarcal como sendo extremamente flexíveis, e localizam a emigração de Abraão de Ur por volta de 1900 ou 1750 A. C., e o próprio período patriarcal, provavelmente entre 1750 e 1500 A. C. Por outro lado, a cronologia bíblica, que a arqueologia não pôde provar ser correta ou incorreta, permite que a localização cronológica da época patriarcal possa ser fixada razoavelmente dentro de limites exatos.

1. A Época Bíblica da Emigração de Abraão de Ur. De acordo com notas cronológicas esparsas, dadas especialmente nos livros de Gênesis e Êxodo, Abraão deixou a Mesopotâmia (Harã), em caminho para a Palestina, 645 anos antes que os israelitas deixassem o Egito. Esse cálculo é composto do período patriarcal em si, constituído de 215 anos, mais a jornada no Egito, que durou 430 anos. (Veja quadro nº 7)

O período de 215 anos como o da duração do período patriarcal na Palestina, é a conclusão do cômputo dos seguintes dados bíblicos: de acordo com Gênesis 12: 4, Abraão tinha setenta e cinco anos quando deixou Harã, e de acordo com Gênesis 21: 5, "tinha Abraão cem anos, quando lhe nasceu Isaque, seu filho". Visto que Isaque era "de sessenta anos" quando Jacó nasceu (Gênesis 25: 26) e Jacó tinha "cento e trinta anos" quando se apresentou diante do Faraó do Egito (Gênesis 47: 9), o total pode ser computado somando-se 25 anos de Abraão, 60 anos de Isaque e 130 anos de Jacó, dando 215 anos como a duração do período que vai desde a chegada de Abraão a Canaã até a saída de Jacó.

De acordo com Êxodo 12: 40, 41, o período integral das jornadas de Israel no Egito foi de 430 anos.

Ora o tempo que os filhos de Israel habitaram no Egito foi de quatrocentos e trinta anos. Aconteceu que, ao cabo de quatrocentos e trinta anos, nesse mesmo dia, todas as hostes do Senhor saíram da terra do Egito.

Contudo, a versão Septuaginta de Êxodo 12: 40 dá apenas 215 anos para a jornada egípcia: "Ora o tempo que os filhos de Israel habitaram no Egito e na terra de Canaã foi de

quatrocentos e trinta anos". Mas o Texto Massorético é que é digno de confiança, e não a Tradução Septuaginta, como é claro da linguagem enfática de Êxodo 12: 41, e os números redondos (o período em que a opressão *realmente* começou) de 400 anos, dados em Gênesis 15: 13 e Atos 7: 6.

Se, assim, aceitarmos os algarismos bíblicos da maneira como nos são apresentados, os patriarcas passaram 215 anos em Canaã, e os israelitas 430 anos no Egito. Portanto, Abraão entrou em Canaã 645 anos antes do êxodo. Além disso, aceitando o sincronismo de I Reis 6: 1 que localiza o êxodo 480 anos antes do quarto ano do reino de Salomão (c. 961 A. C.), a data do êxodo é 1441 A. C. Somando-se 645 a 1441, a data de 2086 A. C. marca a entrada de Abraão em Canaã, e 2161 A. C. a data do seu nascimento, visto que ele tinha setenta e cinco anos quando deixou Harã em direção a Canaã (Gênesis 12: 4). O período patriarcal, portanto, se entenderia de 2086 A. C. até 1871 A. C., e a peregrinação no Egito, de 1871 a 1441 A. C.

A cronologia bíblica, assim, coloca Abraão, em relação às suas antigas conexões mesopotâmicas, na época do novo império sumério-acádio de Ur-Namu, fundador da famosa terceira dinastia de Ur (c. 2135-2025 A. C.), que assumiu o novo título de "Rei de Sumer e Acade", e cuja obra mais portentosa foi a edificação do grande zigurate de Ur, que é, felizmente, o monumento mais bem conservado dentre todos os desse tipo, e por isso mais apropriado para apresentar uma impressão do caráter deles. Dessa forma, o patriarca hebreu deve ter emigrado da famosa cidade quando ela estava começando a entrar no apogeu do seu poder e prestígio, sob o governo de uma forte dinastia, que dirigiu-a por mais de um século. Deve, sobretudo, ter trocado Harã por Canaã, quando a sua cidade natal havia alcançado o auge da sua influência na Mesopotâmia do sul. A época patriarcal na Palestina deve ter sido contemporânea, por outro lado, de numerosos estados elamitas e amoritas da Mesopotâmia, com os príncipes elamitas em Isim e Larsa, e os amoritas em Esnuna, os quais, entre 2100 e 1800 A. C. tomaram posse da herança da Terceira Dinastia de Ur, depois do seu colapso, e empreenderam a destruição da cidade capital, Ur.

Quanto ao Egito, o período patriarcal na Palestina foi coevo do forte Reino Médio do Egito, sob a duodécima dinastia (2000-1780 A. C.). José tornou-se primeiro ministro de um dos poderosos Faraós dessa dinastia, diante de quem Jacó se apresentou (Amenemai I

IV ou Senuosret I - II). Além disso, Israel esteve no Egito durante o período dos Hicsos, ou de dominação estrangeira (1780-1546 A.C.), foi oprimido pelo grande Tutmóis III (1482-1450 A. C.) do Novo Reino (décima-oitava dinastia) e deixou o país sob o governo de Amenotepe II (1450-1425 A. C.).

2. *Ur Na Época Abraâmica.* O Velho Testamento é bem claro ao dizer que o lar de Abraão era, originalmente, na Mesopotâmia inferior, especificamente na cidade de Ur, e que ele subsequenteemente emigrou para Harã, na Mesopotâmia Superior, a caminho de Canaã (Gênesis 11: 28-31; 12: 1-4; 15: 7; Neemias 9: 7). É singular que a cidade natal de Abraão seja mencionada no Velho Testamento, não somente como Ur (Gênesis 11: 31, etc.) mas como "Ur dos Caldeus". A frase qualificadora "dos caldeus" não é um anacronismo, como muitos críticos consideram, mas da mesma forma como no caso de numerosos nomes arcaicos de lugares, é um comentário do escriba, para explicar a uma geração subsequente, quando já Ur e a sua localização haviam desaparecido completamente, que a cidade era localizada ao sul da Babilônia. Ali, depois de 1000 A. C., a raça dos caldeus se tornou dominante, e finalmente estabeleceu o Império Neo-Babilônico ou Caldaico; era, sem dúvida, muito natural que o escriba hebraico definisse o nome estrangeiro que era, então, incompreensível, por um título costumeiro em seus dias.

Os ancestrais politeístas orientais dos hebreus são descritos em Josué 24: 2: "Antigamente vossos pais, Terá, pai de Abraão e de Naor, habitaram além do Eufrates, e serviram a outros deuses". Esse ambiente idólatra do qual saíram os patriarcas hebreus, tem sido brilhantemente iluminados pelas escavações de Ur. Até 1854 esse lugar era completamente desconhecido, quanto à localização da antiga cidade de Ur. Os árabes chamavam-no al Muqaiar, "outeiro de betume". Naquele ano, J. E. Taylor empreendeu algumas simples escavações, que deram como resultado cilindros cuneiformes, os quais declaravam que Nabonido de Babilônia (556-539 A. C.) havia restaurado ali o zigurate de Ur-Namu. Escavações posteriores, feitas por H. R. Hall em 1918, e mais especialmente por G. L. Woolley (1922-1934), tornaram Ur um dos lugares antigos mais bem conhecidos no sul da Babilônia, e revelaram que esta era uma das maiores e mais prósperas cidades

daquela região, particularmente à época em que a cronologia bíblica indica que Abraão dela saiu em obediência à ordem divina.

O zigurate de Ur-Namu, pertencente à época de Abraão, foi erigido, provavelmente, no topo de uma estrutura menor que pode ter sido tão antiga quanto o reinado de Mes-Ane-Pada, da Primeira Dinastia de Ur (c. 2800 - c.2600 A. C.), porém a sua parte superior foi obra de Nabonido. A parte principal da grande montanha artificial, contudo, foi construída por Ur-Namu, e o seu nome e seu título foram descobertos estampados nos tijolos. A torre era uma sólida massa de tijolos, com 66 metros de comprimento, 50 de largura e cerca de 23 metros de altura. O reboço, cobrindo as paredes de tijolos crus, consistia de tijolos cozidos assentados com betume, de quase três metros de espessura.

Desta forma, o zigurate era um monte edificado como obra de alvenaria, um “lugar alto” ou colina artificial feita pelos homens, que anteriormente haviam adorado os seus deuses no cume das montanhas. Não tendo encontrado nada semelhante nesta monótona planície de aluvião, resolveram construir uma. Chamaram-na “o outeiro do céu” ou “montanha de Deus”. Plantaram árvores e arbustos nos seus degraus, imitando as colinas reais da sua terra natal. O desenho de toda a estrutura era uma obra prima; as linhas e muros haviam sido construídas em curvas calculadas, de forma a dar a aparência de leveza e robustez.

O santuário de Nanar, deus lua, estava originalmente no último pavimento, pois Ur era dedicada a essa divindade. Numerosos outros deuses eram adorados na Babilônia, mas em Ur, Nanar era supremo. Outras divindades podiam ter os seus templos, mas em Ur um quarto da cidade era dedicado a ele. Era chamado “o senhor Exelso”, “Coroa do Céu e da Terra”, “Maravilhoso Senhor que Brilha no Céu”, e outros epítetos semelhantes.

Os muros da cidade formavam um oval imperfeito, compreendendo uma área de cerca de quatro quilômetros de perímetro. Dentro dessa área, na parte noroeste, havia um outro recinto cercado, consistindo de um espaço retangular de quase quatrocentos metros de comprimento, e aproximadamente duzentos metros de largura. Isto era o *temenos*, ou terra santa de Nanar. Originalmente, era uma plataforma que se elevava acima do nível geral da cidade. Contudo, esse nível foi gradualmente igualado pela elevação constante da zona residencial, onde a dilapidação e a reconstrução sobre os escombros anteriores e as ruínas, eram muito mais comuns do que nos limites do cercado do templo, que era cuidadosamente guardado.

O grande muro que rodeava o recinto sagrado se levantava bem acima de todas as construções vizinhas, e separava o *temenos* como um lugar sagrado. A cidade inteira era mais ou menos semelhante a um castelo medieval. O velho muro era semelhante à muralha exterior do castelo, e o *temenos*, à muralha interior. Dentro daquilo, no canto a noroeste, estava a *guarda*, última linha de defesa em tempos de desastre. Ali se levantava uma plataforma mais alta, rodeada por um muro duplo ainda mais resistente, cujas câmaras murais eram depósitos de armas de defesa, e cujo topo chato servia como posição de vantagem para os defensores das últimas trincheiras. (Veja quadro nº 8)

Nanar não era apenas o deus de Ur, mas também o seu rei. Assim, era lógico que a sua casa fosse a última fortaleza da cidade. Ela era realmente, desenhada como uma fortaleza interior mas era, não obstante, o templo do deus lua. Além disso, a plataforma murada, ou *temenos*, era a sacada do deus lua, onde ficava o zigurate – o maior esplendor na cidade, e centro do seu culto. No seu último andar estava o santuário de Nanar, contendo a estátua do deus, e o seu dormitório. Abraão deve ter olhado muitas vezes para esse zigurate, da mesma forma como, mais tarde, José admirou as grandes pirâmides do Egito.

Em frente ao zigurate, colocados entre as suas escadarias, havia templos gêmeos: as casas em que o deus lua e a sua consorte, a deusa Nin-Gal, ficavam durante o dia, onde também estavam os santuários dos deuses menores que formavam o seu séquito. Ao lado desses templos, estavam as cozinhas sagradas, onde a comida diária dos deuses era preparada, e oferecida em conexão com a sua adoração.

Em frente ao zigurate, em nível inferior, havia um grande pátio, aberto, rodeado por muitos cubículos, que era uma espécie de mercado aonde o povo da cidade e da região circunvizinha trazia as suas ofertas e pagava as taxas ao deus lua, pois Nanar era o grande senhor feudal do seu povo. Dele eram as fazendas, as lojas e toda a riqueza. As ofertas e os pagamentos do povo eram feitos em espécie, e eram registrados em tábuas de barro mole, depositadas nos arquivos do templo.

O zigurate e o pátio aberto abaixo dele, todavia, não ocupavam toda a área do temenos. De um lado do pátio se levantava um outro templo chamado "Casa da Grande Abundância". Esse era o suposto harém do deus lua. Ali, em santuários gêmeos, um dedicado a Nanar e o outro à sua esposa, um ritual secreto era observado, adequado com a intimidade de um harém. Em apartamentos adjacentes eram alojadas as sacerdotizas-prostitutas. A Casa da Grande Abundância ficava em frente à Via Sacra, largo caminho que atravessava o temenos do nordeste a sudeste.

O templo sumério era muito mais do que um lugar de adoração. A área sagrada de Ur, com suas muitas atividades, era como um monastério da Idade Média. Em volta de um edifício chamado "Grande Casa das Tábuas" havia fábricas, oficinas e escritórios. Em um reino teocrático, o deus lua era rei bem como deus. Ele precisava de servos civis bem como de sacerdotes. A maior parte da atividade no temenos era devotada aos negócios seculares do sacerdócio e sem dúvida, a adoração de Nanar em Ur, como a adoração de César Augusto em Roma, era uma demonstração de lealdade ao estado, em vez de ser a expressão de uma necessidade de religião. Mas isso não diminuía a sua importância. "Somos levados a pensar na Ur dos tempos de Abraão como dominada por um culto cuja essência era a sua magnificência material, um culto absolutamente inseparável da cidade" ¹

II. ABRAÃO EM HARÃ E EM CANAÃ

A despeito das notáveis descobertas feitas no curso das escavações sistemáticas de Ur, especialmente dos túmulos reais, nenhuma evidência direta da residência de Abraão ali pôde ser encontrada. É verdade que não era de se esperar tal evidência, visto que Ur era uma cidade muito grande, e que Terá e seus filhos eram cidadãos insignificantes que emigraram de lá. Contudo, é bem diferente o caso na região de Harã, para onde o patriarca se dirigiu. Nessa região do noroeste da Mesopotâmia, há ineludível evidência da longa permanência dos hebreus, nas vizinhanças dos rios Balique e Habur, dois tributários do Eufrates a leste da sua grande curva, ao sul da antiga Carquemis.

1. *Peregrinação de Abraão em Harã.* A cidade de Harã (Gênesis 11: 31; 12:5) ainda existe nas margens do rio Balique, a cem quilômetros do Tel Halafe. Nos séculos XIX e XVIII A. C., era uma cidade florescente, segundo as freqüentes referências a ela feitas por fontes cuneiformes. O nome aparece em documentos assírios como *Harranu* ("estrada"), provavelmente porque ali a estrada comercial de Damasco se unia ao caminho de Nínive a Carquemis. É curioso observar-se que, da mesma forma como Ur, terra natal de Abraão, Harã também era sede de adoração do deus lua, desde épocas mui remotas. Seja porque Terá tenha escolhido Harã para se estabelecer devido ao fato de não lhe ser preciso ali abandonar completamente a idolatria da sua mocidade, ou seja por razões comerciais, ambas podem ser aceitas.

A cidade de Naor, que era o lar de Rebeca (Gênesis 24: 10), ocorre freqüentemente como Nacur, nas tábuas de Mari, descobertas em 1935, e pertencentes ao século XVIII A.C. Levando em conta as referências de Mari, e os registros assírios do século VII A. C., onde Naor aparece com Til-Naquiri ("outeiro de Naor"), parece que ele se estabeleceu no Vale Balique abaixo de Harã. Além da localização definida das cidades patriarcais de Naor e Harã, ao noroeste da Mesopotâmia, dificilmente aparecem indicações menos claras da permanência hebréia nessa região, nos nomes dos antepassados de Abraão, que correspondem aos nomes de cidades próximas a Harã: Serugue (do assírio *Sarugui*), Naor e Terá (*Til Turaqui*, "Outeiro de Terá", na época assíria). Outros ancestrais imediatos e parentes de Abraão relacionados em Gênesis 11: 10-30, deixaram pegadas nesse território, chamado Padã-Arã (em aramaico, *padana*, "campo ou planície" de Arã). Em Gênesis (25: 20; 26: 6,7, etc). Reú também corresponde a nomes posteriores de cidades no vale do médio-Eufrates. Pelegue, por exemplo, lembra a Paliga posterior, às margens do Eufrates, logo acima da foz do Habur.

Além dos laços geográficos definidos entre os patriarcas hebreus e a sua permanência anterior no noroeste da Mesopotâmia, algumas das narrativas patriarcais antigas indicam uma influência plasmadora que eles sofreram nessa região. Terá não apenas faleceu em Harã (Gênesis 11: 31, 32), cidade da qual Abraão emigrou, pouco depois, para Canaã (Gênesis 12: 4), mas esse mandou vir uma esposa para Isaque da "cidade de Naor" (Gênesis 24: 10). Jacó fugiu para Harã (Gênesis 27: 43) para escapar da ira de Esaú, e peregrinou em Padã-Arã pelo menos vinte anos, enquanto estava servindo a Labão (Gênesis 29: 1-31: 55).

2. *Abraão em Canaã.* Com a idade de setenta e cinco anos, após a morte de Terá, Abraão saiu de Harã e entrou em Canaã (Gênesis 12: 4, 5). Nessa época, a Palestina era ainda povoada escassamente. A maioria dos seus habitantes pertencia, linguisticamente, à mesma família dos hebreus, embora a sua origem racial e suas tradições culturais fossem diferentes. Todas as cidades cananitas, virtualmente, eram então localizadas na Planície Litorânea, na Planície de Esdrelom, no Vale do Jordão e do Mar Morto.

*A região montanhosa, em sua maior parte, ainda não fora ocupada por uma população sedentária; portanto, a tradição bíblica é absolutamente correta ao dizer que os patriarcas vaguearam pelos montes da Palestina central e das terras secas ao sul, onde ainda havia bastante espaço para eles.*²

Essa situação geral que prevaleceu durante a Idade de Bronze Média (2000-1500 A. C.) na Palestina, está em pleno acordo com a vida semi-nômade dos patriarcas, como é descrita no relato do Gênesis. Por outro lado, está completamente fora de perspectiva em um período posterior, especialmente depois de 1200 A. C., e a sua origem como fábula ulterior seria muito difícil de ser explicada.

Na Idade do Bronze, as montanhas da Palestina eram densamente arborizadas na cordilheira divisora de águas e na vertente ocidental, de forma que havia pouca terra arável. Além disso, as cisternas não haviam, até então, se tornado comuns. Consequentemente não havia lugar propício para se estabelecer residência, exceto onde boas fontes eram localizadas próximas a uma colina baixa, apropriada para a defesa, com pastos ou vales próximos, de fácil acesso, para assegurar suprimento de comida. Entre essas cidades fortificadas, a maioria das quais era localizada no divisor de águas ou perto dele, havia muito espaço para tribos semi-nômades, cuja existência é atestada pelos restos de cerâmica da Idade de Bronze Média e Posterior, em cemitérios que eram longe demais das cidades, para poderem ter sido usados pela população sedentária.

É significativo ainda, nesta conexão, que as alusões topográficas nas histórias patriarcais, coincidem exatamente com as indicações arqueológicas da Idade de Bronze Média (2000-1500 A. C.). De fato, tantas confirmações de detalhes têm vindo à luz nas últimas décadas, que "os mais competentes eruditos desistiram da teoria crítica, segundo a qual as histórias dos patriarcas são, em grande parte, retrogressões da época na Monarquia Dupla (séculos IX-VIII A. C.)."³ Por exemplo, lugares que aparecem em conexão com os movimentos dos patriarcas, não são as cidades e lugares santos de períodos posteriores, tais como Mispá ou Gibeá, mas quase todos se têm tornado conhecidos, devido a recentes escavações, como tendo sido habitados na era patriarcal tais como Siquém, Betel, Dotã, Gerar, Jerusalém (Salém) e provavelmente Berseba. Hebrom, no entanto, como cidade, não existia na época de Abraão. Só foi fundada "sete anos antes de Zoã no Egito" (Números 13: 22), isto é, cerca de 1700 A. C. Antes disso, o lugar se chamava Manre, e a menção de Hebrom (Gênesis 13: 18; 23: 19) é uma nota explicativa para indicar onde se localizava Manre.

As cinco cidades da planície (circular) do Jordão: Sodoma, Gomorra, Admá, Zeboim e Zoar, pertencem também ao princípio da época patriarcal. A informação bíblica de que a região do Jordão onde se localizavam essas cidades era muito fértil e bem povoada por volta de 2065 A. C., mas que não muito depois foi abandonada, está de pleno acordo com os fatos arqueológicos. Agora se sabe que essas cidades se situavam no Vale de Sidim (Gênesis 14: 3), e que essa era a região ao extremo sul do Mar Morto, agora coberta de água. (Veja quadro nº 9)

*A grande localidade de Bab ed-Dra, às margens do Mar Morto, possivelmente pertence à época de Sodoma e Gomorra; as suas ruínas datam aproximadamente do último terço do terceiro milênio, quando a ocupação dessa região teve um fim abrupto*⁴

Em algum tempo, por volta da metade do século XXI A. C., o Vale de Sidim com suas cidades foi subvertido por uma grande conflagração (Gênesis 19: 23-28). Essa região é mencionada como "cheia de poços de betume" (Gênesis 14: 10), e depósitos de petróleo podem ainda ser encontrados nela. Toda a região está na longa linha quebrada que formava o Vale do Jordão, o Mar Morto e o Arabá. Através da história, ela tem sido palco de terremotos, e embora a narrativa bíblica registre apenas os elementos miraculosos, a atividade geológica foi, sem dúvida, um fator partícipe. O sal e o enxofre nativo nessa área, que é agora uma região *queimada* de óleo e asfalto, foram misturados por um terremoto, resultando em violenta explosão. O sal e o enxofre ascenderam aos céus, tornando-o rubro com o seu calor, de forma que literalmente, choveu fogo e enxofre sobre toda a planície (Gênesis 19: 24, 28). A narrativa da mulher de Ló ter sido transformada em uma estátua de sal pode certamente ser relacionada com a grande massa de sal existente no vale *Jebel Usdum* ("Montanha de Sodoma"), monte de uns oito quilômetros de comprimento, que se estende de norte a sul, na extremidade sudoeste do Mar Morto. Em algum lugar sob as águas do lago cujo nível sobe lentamente, ao sul, nas vizinhanças desse monte, poderão ser encontradas as Cidades da Planície. Nas épocas clássicas e neo-testamentária, as suas ruínas ainda eram visíveis não tendo sido ainda cobertas pelas águas.

O capítulo mais importante das narrativas patriarcais, do ponto de vista histórico, e pelo fato de fornecer uma ligação potencial de vida de Abraão como a história secular contemporânea, é Gênesis 14. Considerando a veracidade do relato da invasão do Vale do Jordão pela coalisão de quatro reis mesopotâmicos, e a sua derrota infligida por Abraão, pode dizer-se que a arqueologia está continuamente acumulando evidências que indicam a historicidade essencial deste capítulo que, até anos bem recentes era considerado quase universalmente como pura lenda, do ponto de vista crítico. A grande antiguidade deste documento, e a exatidão dos nomes citados nele, estão sendo constantemente corroborados à medida em que novo material de referência se faz disponível. Um fato mui notável a respeito deste capítulo, que demonstra a sua grande antiguidade e autenticidade, é o uso que nele se faz de palavras e nomes de lugares arcaicos, freqüentemente acompanhados de uma explicação do escriba, para torná-los compreensíveis a uma geração posterior, no caso em que o nome tivesse mudado. Exemplos disso são "Belá (este é Zoar)" no versículo 2; "vale de Sidim (que é o Mar Salgado)" no versículo 3; "En-Mispate (que é Cades)" no versículo 7; "vale de Savé, que é o vale do Rei", no versículo 17. (Veja quadro nº 10)

Exemplos interessantes da confirmação de nomes de lugares ocorre em conexão com o início da campanha do exército invasor. "Ao décimo quarto ano veio Quedorlaomer, e os reis que estavam com ele, e feriram aos refains em Asterote-Carnaim, e aos zuzins em Hã. . ." (Gênesis 14: 5). As cidades de Haurã (Basã), Astarote e Carnaim, foram invadidas nesse remoto período, como o tem demonstrado o exame arqueológico das suas localizações. Imaginou-se primeiramente que Hã fosse idêntica a um lugar com o mesmo nome a este de Gileade. Entre 1925 e 1929, A. Jirku e W. F. Albright investigaram as antiguidades do lugar, e descobriram um outeiro pequeno, mas muito antigo, que remontava à Idade de Bronze. O nome está também citado entre as cidades conquistadas pelo grande império egípcio de Tutmósis III, no primeiro quartel do século XV A. C.

Outra prova interessante da historicidade de Gênesis 14, é a autenticação da linha genérica de marcha seguida pelos reis invasores. O fato de que o relato representa os invasores marchando de Haurã através de Gileade e Moabe, a leste, para a parte sudeste da Palestina, costumava ser considerado como a melhor prova do caráter essencialmente legendário da narrativa. Contudo, a descoberta de uma sequência de outeiros da Idade de Bronze Primitiva e Média, alguns de tamanho considerável, marginando a extremidade oriental de Gileade, entre o deserto e as florestas de Gileade, e prosseguindo pelo oriente de Moabe, onde foi descoberta em 1924 a cidade de Ader, da Idade de Bronze Primitiva-Média, tem mostrado como teria sido natural essa rota, naquela época. Chamada mais tarde "A Estrada do Rei", essa rota não parece, contudo, ter sido usada por um exército invasor nos tempos ulteriores da ocupação israelita, depois de 1200 A. C. Considerando que a presa almejada pelos reis orientais era, sem dúvida, o importante cobre, manganês e outros depósitos minerais de Edom e Midiã, e talvez o asfalto da região do Mar Morto, que era produto de grande procura na Babilônia, a narrativa demonstra ser autêntica em todos os pontos.

Apesar do fato de que a arqueologia tem provido muita evidência adicional,

confirmando a historicidade geral de Gênesis 14 e das narrativas patriarcais como um todo, ela não tem produzido evidência referente à historicidade do conteúdo dessas histórias, propriamente dito, e nem conseguiu estabelecer, até agora, nenhum elo definido com a cena histórica contemporânea. Se, por exemplo os quatro reis invasores pudessem ser identificados com personagens históricas, a cronologia da época patriarcal poderia ser estabelecida imediatamente. Da forma como o assunto está, atualmente, esse período oscila do fim do século XVII ao século XX ou XIX A. C.

Material novo, por outro lado, está estreitando, em certo sentido, a margem possível de oscilação. As descobertas em Mari, pelo menos, excluem o período entre cerca de 1750 e 1680 A. C. (baixa cronologia). Todavia, a cronologia bíblica indica um período ao redor da metade do século XXI A. C., e a menos que os algarismos dados tenham sofrido séria corrupção ao nos serem transmitidos, cremos que essa data será confirmada quando achados presentes ou futuros forem corretamente analisados e interpretados.

Capítulo X

A HISTORICIDADE DOS PATRIARCAS

Sob a influência da Escola Wellhausen de crítica à Bíblia, era muito comum, entre os estudiosos da primeira parte do século atual, negar a historicidade dos patriarcas hebraicos. Várias teorias foram aventadas para dissolver esses caracteres bíblicos em criações míticas ou legendárias. Eram algumas vezes considerados como figuras lunares ou astrais, outras vezes como antigas divindades cananêias. Às vezes como heróis míticos ou personificações de clãs e tribos, ou ainda outras, como caracteres fictícios em coleções de lendas. Julius Wellhausen estava inclinado a considerar Abraão "como criação livre de arte inconsciente".¹

I. OPINIÃO CRÍTICA DAS NARRATIVAS PATRIARCAIS

As narrativas patriarcais não tinham melhor sorte do que os próprios patriarcas. O veredito de Wellhausen era docilmente endossado pela maioria dos críticos eruditos:

"É impossível obter das narrativas patriarcais qualquer informação histórica com relação aos Patriarcas; apenas podemos aprender algo a respeito da época em que as histórias acerca deles foram contadas pela primeira vez pelo povo israelita. Esse último período... foi desintencionalmente projetado para vetusta antiguidade, e é refletido lá como miragem transfigurada".²

Esse "último período" que Wellhausen e seus discípulos imaginaram fosse projetado nas narrativas patriarcais, era o dos séculos IX e VIII A. C., quando, alegavam eles, essas narrativas haviam sido compostas. Porém, se a descrição bíblica da vida dos patriarcas fosse uma invenção posterior, haveria grande dificuldade em encontrar explicação adequada para a sua origem, visto que de forma alguma ela se coaduna com as condições, em qualquer parte da Palestina de 1200 a 900 A. C., para não dizer de período ulterior. "Wellhausen e seus seguidores não reconheceram nem mesmo esta dificuldade, devido à sua ignorância a respeito da Palestina moderna e das terras adjacentes".³

Embora tenham persistido até bem recentemente as teorias radicais obstinadas, segundo ao ceticismo de Wellhausen, as descobertas feitas, especialmente no último quartel do século, ocasionaram derrota fatal às opiniões extremas. "Pode-se dizer com segurança que o efeito geral das descobertas da última década tem sido confirmar a exatidão substancial do quadro da vida em Canaã no segundo milênio A. C., da forma como é descrito nas narrativas patriarcais do Gênesis".⁴ O grande serviço que a pesquisa arqueológica tem prestado a esse período primitivo da história bíblica, é demonstrar que o quadro dos patriarcas, da maneira como é apresentado no Gênesis, se justapõe exatamente ao contexto da vida contemporânea; que o papel importante que desempenham (do ponto de vista da história da redenção) se enquadra justamente no mais amplo drama da história secular. Hoje, a arqueologia demanda um respeito maior pela qualidade histórica das narrativas patriarcais.

II. AS NARRATIVAS PATRIARCAIS E AS RECENTES DESCOBERTAS ARQUEOLÓGICAS

Como resultado da pesquisa arqueológica, particularmente da realizada nas últimas três décadas, grande quantidade de inscrições está agora disponível para os estudiosos, relacionadas de maneira importante com a época patriarcal. Este material é de maior importância. A maior parte dele não foi, até agora, publicada, mas a parte que já foi analisada e interpretada, tem desempenhado papel significativo no objetivo de inflingir derrota fatal às teorias críticas radicais, e no de compelir a um grande respeito pelo valor histórico das narrativas patriarcais. Isto não significa, todavia, que o novo material provou a exatidão das narrativas do Velho Testamento de maneira direta, porém, o que é talvez mais expressivo, significa que forneceu grande número de evidências indiretas, mostrando que as histórias se enquadram no pano de fundo da época, e que aquela época pode agora ser restaurada, baseando-se nas novas fontes de conhecimento disponíveis e que os costumes que são mencionados nas histórias vigoravam no mundo em que os patriarcas viveram. Até agora, não foi descoberta nenhuma referência aos patriarcas, propriamente ditos, e razoavelmente nenhuma poderia ser esperada, considerando a situação como um todo. Da mesma forma, não ocorreu nenhuma alusão clara, nas fontes, a nenhum acontecimento mencionado nas narrativas patriarcais. "Que as evidências se referem ao ambiente em que as histórias se desenrolaram, e não ao seu conteúdo, não as torna menos significativas".⁵ Como diz Albright:

*Está se tornando cada vez mais claro, agora, que as tradições da Época Patriarcal, preservadas no livro de Gênesis, refletem com notável exatidão as condições então reinantes na Idade do Bronze Média, e especialmente no período entre 1800 e 1500 A. C.*⁶

1. *Abraão e as Descobertas em Nuzu.* Escavada entre 1925 e 1941, este lugar antigo a sudeste de Nínive, não distante da moderna Quircuque, produziu milhares de documentos de importância primordial para o estudante do Velho Testamento. Essas tábuas apresentam numerosas ilustrações dos costumes que figuram nas narrativas patriarcais. (Veja quadro nº ...)

Adoção. Em Nuzu, cônjuges sem filhos freqüentemente adotavam uma pessoa livre ou escrava para que tomasse conta deles quando envelhecessem, os sepultassem quando morressem e herdasse as suas propriedades. Abraão, que não tinha mais esperanças de ter um filho, refere-se a Eliézer como seu herdeiro, e chama-o "herdeiro da minha casa", isto é, seu herdeiro presuntivo (Gênesis 15: 2). Possivelmente Abraão havia adotado esse escravo de confiança, de acordo com o costume vigente, para vantagem de ambos. Mas a palavra divina para o patriarca fora: "Não será esse o teu herdeiro" (Gênesis 15: 4). Se ele era um herdeiro legalmente adotado, como poderiam esses direitos serem postos de lado, conquanto que ele cumprisse os seus deveres filiais? Os textos de Nuzu dão a resposta. Aí, há uma cláusula que diz que se o adotante gerasse um filho, posteriormente, o filho adotivo cederia o lugar ao herdeiro principal.

Outra tábua compara, até certo ponto, a relação que existiu entre Jacó e Labão (Gênesis 29-31), embora o elemento de adoção, que se faz presente no documento Nuzu, esteja ausente na história bíblica. Nesse exemplo, um homem adota outro como seu filho, dando-lhe sua filha como esposa, e fazendo-o e a seus filhos, herdeiros, exceto se o adotante gerasse, mais tarde, um filho, caso em que o filho adotivo deveria receber quinhão de prioridade igual ao que o filho legítimo recebesse. Contudo, os filhos do filho adotivo, nesta circunstância, perderiam todos os direitos. É estipulado também que o filho adotivo não poderia tomar uma outra esposa além da filha do seu pai adotivo.

Leis matrimoniais. Os costumes conjugais Nuzu ilustram a ação de Sara, dando a seu marido a serva egípcia Hagar como sua substituta, quando se desesperou de se tornar mãe (Gênesis 16: 1-16). Mais tarde, Raquel faz o mesmo com sua serva Bila, e seu exemplo é seguido por Lia, mas por diferente razão. (Gênesis 30: 3-9). As leis matrimoniais Nuzu estipulavam que se uma esposa fosse estéril, devia providenciar uma esposa escrava para seu marido. É interessante que os documentos Nuzu especificam que a escrava deveria vir da Lululândia, nas montanhas do norte, onde as melhores escravas (chamadas lúlias) eram obtidas. No caso de Hagar a escrava era egípcia.

Mais tarde, quando Sara havia, pessoalmente, dado à luz Isaaque, e exigiu que Hagar e seu filho fossem expulsos e deserdados, a relutância do patriarca em consentir com aquela solicitação é facilmente compreensível à luz do costume comum em Nuzu. Ali, a lei declarava

que no caso em que a esposa escrava desse à luz um filho, este não podia ser expulso. É claro, à luz das comparações de Nuzu, porque Abraão estava relutando em concordar com a ilegal exigência de Sara, e sem dúvida teria se negado a cumpri-la, não houvesse uma dispensação divina anulado a lei.

Direitos de Primogenitura. A venda da primogenitura, efetuada por Esaú (Gênesis 25: 27-34) também é ilustrada. Em Nuzu existia um preceito legal para o qual os privilégios do primogênito eram transferidos a outrem. Houve um caso em que estes foram transferidos para alguém que não era realmente um irmão, mas que fora adotado como irmão. Em outro caso, irmãos legítimos estavam envolvidos, e aquele que cedeu os direitos recebeu três ovelhas como compensação – recompensa material comparável à refeição que Esaú recebeu.

O Terafim. O roubo dos ídolos do lar de Labão levado a efeito por Raquel (Gênesis 31: 34) é muito melhor compreendido à luz da evidência Nuzu. Evidentemente, a possessão desses deuses familiares implicava na liderança da família, e no caso de uma filha casada, assegurava para o seu marido o direito da propriedade do seu pai. Visto que, evidentemente, Labão tinha filhos quando Jacó viajou para Canaã, somente eles tinham o direito aos deuses de seu pai, e o roubo desses ídolos do lar por Raquel era uma séria ofensa (Gênesis 31: 19, 30, 35), causada para preservar, para seu marido, o título principal às possessões de Labão.

É de maior importância notar que, nesses casos são apresentados, nas narrativas, costumes que não voltam a ocorrer no Velho Testamento, em períodos posteriores. No que concerne às histórias patriarcais, diz H. H. Rowley:

*As narrativas patriarcais apresentam um surpreendente e exato reflexo das condições sociais vigentes na época patriarcal e em algumas partes da Mesopotâmia, de onde se diz que os patriarcas viveram, muitos séculos antes de serem compostos os presentes documentos.*⁷

Contudo, o fato de que as narrativas patriarcais refletem corretamente que logo depois se tornariam obsoletos na época em que os críticos supõem que esses documentos foram, pela primeira vez, reduzidos à forma escrita (séculos IX e VIII A. C.), é “surpreendente” apenas à luz dessa teoria artificial a respeito da sua composição. Considerando-os como documentos autênticos, escritos na Era Mosaica (século XV A. C.), essa autenticidade de cor local e de detalhes é perfeitamente natural, e era de se esperar, normalmente. Apesar das teorias artificiais de composição literária, que ainda são quase que universalmente insinuadas a respeito das narrativas patriarcais, a sua defesa arqueológica crescente está forçando os eruditos a tratá-las com mais respeito do que costumavam, até bem recentemente.

2. *Abraão e as Descobertas em Mari.* Esta antiga cidade do médio Eufrates é representada hoje pelo Tel Hariri, a cerca de dez quilômetros ao norte da moderna Abou Quemal. Escavações empreendidas ali, desde 1933, por André Parrot, têm trazido à luz mais de vinte mil tábuas dos arquivos do palácio real, e descoberto um templo de Istar em zigurate. Na época de Abraão (c. 2100 A. C.) Mari era uma das mais florescentes e brilhantes cidades do mundo mesopotâmico; o Patriarca e seu pai, Terá, devem ter passado por essa metrópole, em seu caminho para Harã.

Grande parte das tábuas descobertas representa correspondência diplomática entre Zimri-Lim, último rei de Mari, e seus embaixadores e agentes e Hamurábi, rei da Babilônia (c. 1728-1676 A. C.), promulgador do famoso código de leis que tem o seu nome.

A emigração de Abraão de Ur, de acordo com a cronologia bíblica aconteceu, todavia, cerca de quatrocentos anos antes do período das cartas de Mari, e do reinado de Zimri-Lim. Por essa época, “a região das cercanias de Harã estava provavelmente, sob o controle de Mari”.⁸ A cidade de Naor (Gênesis 24: 10) é mencionada freqüentemente nas cartas de Mari. Uma carta de Naor foi enviada ao rei por uma senhora daquela cidade, e diz o seguinte:

Ao meu senhor, diz Inib-Sarrim, tua serva. Por quanto tempo preciso eu ficar em Naor?

A paz foi estabelecida, e a estrada está desobstruída. Que o meu senhor escreva, e que eu seja levada, para que possa ver a face do meu senhor, de quem estou separada. Sobre-tudo, que o meu senhor mande uma resposta à minha tábua. ⁹

À luz do fato interessante de que Abraão é a primeira personagem bíblica a usar o nome hebreu, *Ibri* (Gênesis 14: 13), é significativa a ocorrência do termo "Habiru" nas cartas de Mari (século XVIII A. C.) e anteriormente, em textos capadócijs (século XIX A. C.) bem como ulteriores textos de nuzu, amarna, hititas e ugaríticos (séculos XV e XIV A. C.), visto que a equação filológica hebreu = habiru parece comprovada. A grande ocorrência do termo habiru (o *Apiru* de fontes egípcias) mostra que ele

não é uma designação étnica, pois o habiru desses vários textos é de origem racial mista, inclusive elementos semitas e não-semitas, contudo, o seu significado fundamental parece ser "viajante", "os que mudam de lugar para lugar". ¹⁰

Embora a solução definitiva dos problemas em foco ainda não seja visível, é possível

ver nos movimentos patriarcais do Gênesis, e na conquista hebraica de Canaã, partes daqueles movimentos maiores refletidos nos registros arqueológicos — movimentos genéricos dos vários grupos de significados pelo termo habiru (Idem). ¹¹

Colocar os habiru em contexto muito mais amplo, como resultado das descobertas arqueológicas, não é um embaraço às representações bíblicas. Êber, como ancestral dos hebreus (Gênesis 11: 16 ss), tinha outros descendentes além de Abraão e sua posteridade, através de Isaque e Jacó. Parte de seus pósteros foi, evidentemente, deixada na Babilônia, quando Terá emigrou com sua família, e outra parte foi deixada ao norte da Mesopotâmia, quando Abraão emigrou de Harã.

O encontro interessante de um nome bíblico nas cartas de Mari, dificilmente terá referência à Bíblia. Ocorre como *Banu-Iamina*, benjamitas, "Filhos da Direita", o que significa "Filhos dos Sul". Essa era uma feroz tribo nômade que, originalmente, considerando-se o seu nome, perambulava pelos limites do deserto ao sul do Eufrates, porém, mui remotamente, havia dirigido seus passos para as regiões bem ao norte. Embora alguns sejam tentados a relacionar esses beduínos com os benjamitas da Bíblia — e cronologicamente isso seria impossível — por outras razões isso seria improvável.

O nome de Benjamim, "Filho do Sul", ocorria provavelmente em vários lugares, especialmente em Mari, onde se encontra o termo correspondente "Filhos da Esquerda", que significa "Filhos do Norte". Sobretudo, na história bíblica Benjamim nasceu na Palestina, depois que Jacó voltou da casa de Labão, e nunca, absolutamente, havia estado na Mesopotâmia. A caracterização de Benjamim, como "lobo que despedaça" (Gênesis 49: 27), satisfaz muito bem a descrição da tribo citada nas cartas de Mari, mas qualquer conexão é exatamente duvidosa.

Interessante esclarecimento acessório encontrado no relato feito a respeito dos benjamitas nas cartas de Mari, é a nova luz lançada sobre a etimologia do nome de Davi, famoso em épocas posteriores da história de Israel. A palavra traduzida como "capitão", nas referências aos benjamitas saqueadores, é *dauidum* ("líder"), que parece ser a forma original do nome do mais famoso rei de Israel.

A referência que as cartas de Mari fazem ao costume comum no Oriente, de fazer um tratado entre duas pessoas ou nações "matando um asno", elucidada de maneira importante costumes que vigoraram na época patriarcal, e em épocas posteriores. A expressão "matar um asno", *caíaram qatalum* não é acácia, absolutamente, mas ambas as palavras ocorrem, no hebraico, e indicam o sacrifício que acompanhava o juramento da aliança. Dessa forma, um oficial escreve a Zimri-Lim:

Enviei aquela mensagem a Bina-Istar, (e) Bina-Istar respondeu o seguinte: "Matei o asno com Tarni-Lim, e disse a Tarni-Lim, sob o juramento dos deuses: 'Se você menosprezar (?) Zimri-Lim e seus exércitos, eu me passarei para o lado dos seus adversários'". ¹²

A conexão entre o sacrifício de um asno e a conclusão de um pacto parece ter sido preservada pelos siquemitas, com quem Jacó e seus filhos tiveram relações tão desagradáveis (Gênesis 33: 19; 34: 1-31). Chamados Bene Hamor, "filhos do asno" (Josué 24: 32), a sua divindade tribal era Baal-Berite, "Senhor do concerto" (Juizes 9: 4). Posteriormente, à época da Conquista, os Bene Hamor de Siquém eram, assim parece, semelhantes às quatro cidades da confederação gibconita (Josué 9: 1 ss.), unidos a Israel através de um tratado, segundo as evidências encontradas em referências várias a eles feitas anteriormente, bem como ao seu deus Baal-Berite.

Outra apresentação interessante da vida em Mari, em contraste com a dos patriarcas monoteístas, mas em perfeita concordância com os habitantes politeístas de Canaã era a prática generalizada da adivinhação. Em Mari, o adivinhador desempenhava papel importante em todas as fases da vida diária. As técnicas usadas para prever acontecimentos futuros eram reduzidas a um sistema empírico de coleccionar e preservar de várias maneiras os presságios que haviam precedido grandes acontecimentos do passado, de forma que os adivinhadores do futuro podiam saber o que esperar se encontrassem presságios semelhantes. De importância especial eram os augúrios relacionados com os movimentos militares. Cada secção de tropas tinha o seu adivinho: "O adivinho está reunindo os agouros", diz certo texto. "Quando eles forem favoráveis, 150 tropas atacarão, e 150 tropas retirarão". 13

Os patriarcas, peregrinando no meio do politeísmo com a sua adivinhação e outras formas de ocultismo, estavam constantemente em perigo de corrupção. Os deuses do lar de Raquel (Gênesis 31: 19), os "deuses estranhos" que Jacó ordenou fossem lançados fora da sua casa (Gênesis 35: 2) e escondidos debaixo de um carvalho em Siquém (v. 4), são indicações de contaminação. Contudo, os patriarcas eram notavelmente isentos dos métodos adivinhatórios dos povos pagãos circunvizinhos.

3. *Abraão e Outras Descobertas Arqueológicas.* Os chamados "Textos de Execração" contribuem com sua evidência para atestar a autenticidade do ambiente patriarcal, da forma como é apresentado do Gênesis. Esses curiosos documentos são estatuetas e vasos com inscrições feitas em escrita hierática egípcia, com os nomes dos inimigos potenciais do Faraó. Se ameaçado por rebelião, o rei egípcio precisa apenas quebrar os frágeis objetos em que estavam escritos os nomes, e a fórmula mágica correspondente, com o acompanhamento de uma cerimônia mágica, para os rebeldes caírem em grande aflição. O grupo de vasos de Berlim, publicados por Kurt Sethe (1926), data provavelmente do fim do século XX A. C., ao passo que a coleção de estatuetas de Bruxelas, publicadas por G. Ponsener (1940) data do fim do século XIX A. C. Esses textos demonstram que "a Palestina Oriental e Ocidental eram ocupadas em grande escala por tribos nômades, no fim do século XX A. C." 14 bem como anteriormente, corroborando dessa forma o caráter geral das narrativas patriarcais do Gênesis.

Mais do que isso, o nome de Abraão foi encontrado na Mesopotâmia no segundo milênio A. C., com as formas de *A-ba-am-ra-ma*, *A-ba-ra-ma* e *A-ba-am-ra-am*. Isto mostra que era realmente um nome que estava em uso em época remota. O nome de Jacó, que aparece como *la'qub'-el*, "Possa El Proteger", ocorre não apenas como nome de lugar palestino no século XV A. C. (lista de Tutmósis III), mas também como *la-ah-qu-ub-il* em tábuas do século XVIII A. C., de Chagar Bazar, ao norte da mesopotâmia. Tanto Isaque como Jacó são nomes abreviados cuja forma completa seria *Itshaq'-el* e *la'qub'-el*, e pertencem a tipos conhecidos no meio ambiente do qual os primitivos hebreus haviam vindo. Da mesma forma, nomes que se assemelham muito com as formas abreviadas de Labão e José, aparecem em documentos do século XIX A. C.

Por outro lado, tentativas recentes para encontrar nomes patriarcais nos importantes textos descobertos em Ras Shamra (a antiga Ugarite), ao norte da Síria (1929-1937), foram infrutíferas. A declaração de que o Deus hebraico, Yahweh, figura nesse texto e que Terá, pai de Abraão, ali aparece como um deus lua, é totalmente desamparada de fatos que possam prová-la. Da mesma forma, uma tribo proto-israelita de Zebulom ou de Aser não aparece nesses poemas religiosos do século XIV A. C., como se pensou.

Capítulo XI

A ESTADA DE ISRAEL NO EGITO

A calma vida pastoril dos patriarcas em Canaã chegou a um fim, devido às circunstâncias que seguiram a venda de José aos ismaelitas e a sua subsequente exaltação no Egito. De acordo com a cronologia bíblica, preservada, no texto massorético da Bíblia hebraica, Jacó e sua família emigraram para o Egito por volta de 1871 A. C., sob a Duodécima Dinastia Egípcia do Reino Médio (2000-1780 A. C.). Esse governo forte centralizado, tinha capitais em Mênfis e no Faurim, e mantinha comércio intenso com a Ásia Oriental.

Em período anterior da história dessa esplêndida dinastia, Abraão havia descido ao Egito em um período de fome (Gênesis 12: 10-20), da mesma forma como o idoso Jacó e seus filhos o fizeram em período posterior, em circunstâncias semelhantemente difíceis (Gênesis 46: 6). Sobreretudo, relações mercantis dos asiáticos com os egípcios como as dos ismaelitas aos quais os irmãos de José o venderam, e como a dos próprios irmãos de José, quando procuraram cereais no Egito, durante o período de escassez, eram comuns no Reino Médio. Os ismaelitas são descritos como "uma caravana. . . vinha de Gileade; seus camelos traziam arômatas, bálsamo e mirra, que levavam para o Egito" (Gênesis 37: 25). Além do dinheiro (prata não cunhada) como objeto de troca, os filhos de Jacó comercializaram o "inaiis precioso fruto" da terra de Canaã, que é apresentado como bálsamo, mel, arômatas e mirra, nozes de pistácia e amêndoas (Gênesis 43: 11).

Um ótimo paralelo arqueológico é a representação da entrada de um grupo de imigrantes semíticos ocidentais no Egito Médio, cerca de 1900 A. C. A cena aparece na forma de uma escultura no túmulo de um oficial egípcio de Senuosret II chamado Cnunhotep, em Beni Hasã. Trazendo, aparentemente, os produtos de seu país para trocar pelo cereal do Egito, o grupo consiste de trinta e sete sírios, homens, mulheres e crianças, sob a direção de seu capitão, que tem um nome bem hebraico: "Xeque dos Altiplanos, Ibse". As suas faces são transparentemente semitas. Seu cabelo grosso e negro cai-lhes até o pescoço e suas barbas são pontagudas. Vestem longos mantos e empunham lanças, arcos, flechas, e paus. A inscrição correspondente reza: "A chegada, trazendo pintura para os olhos, que trinta e sete asiáticos trazem para ele".¹

I. EVIDÊNCIAS DA ESTADA DE ISRAEL NO EGITO

Apesar de tentativas esporádicas feitas por alguns críticos mais radicais, de negar que os hebreus tenham estado no Egito, a experiência da peregrinação pelo Egito e da servidão na terra do Nilo está tão entrelaçada no registro histórico do antigo povo de Deus, que é praticamente inextrincável. Essa época inesquecível do começo da vida do Povo Escolhido faz parte tão importante da sua perspectiva histórica que "não pode ser eliminada sem deixar uma lacuna inexplícável".² Ademais, há inúmeras evidências do contrato de Israel com a terra do Nilo, encrustradas nas narrativas egípcias em Gênesis e Êxodo. (Veja quadro nº 12 e 13)

1. Nomes Pessoais Egípcios para os Levitas. Talvez o mais irreplicável testemunho de que parte de Israel (pelo menos a tribo de Levi) residiu no Egito por longo tempo, é o surpreendente número de nomes pessoais egípcios nas genealogias levíticas. Por exemplo: Moisés, Assir, Passur, Hofni, Finéias, Merari e Putiel (este, em seu primeiro elemento, Púti), são todos "inquestio-

navelmente egípcios. I Samuel 2: 27 corrobora com este fato: "Veio um homem de Deus a Eli, e lhe disse. Assim diz o Senhor: Não me manifestei, na verdade, à casa de teu pai, estando os israelitas ainda no Egito, na casa de Faraó?" A "casa de teu pai" não pode ser outra senão a casa de Levi, conclusão em que concordam todos os eruditos.

Se era uma nova tradição que o autor estava iniciando aqui, ele teria sido mais explícito em sua referência e citaria Levi nominalmente, mas ele está expressando claramente um fato geralmente aceito, e por isso não precisava ser tão explícito ³

Muitos críticos eruditos concordam em que a proporção de nomes egípcios entre os levitas é surpreendentemente grande, e dificilmente poderia ser acidental. Da mesma forma, concordam sem reservas em que a tribo de Levi, no todo ou em parte, esteve no Egito por várias gerações. Alguns deles, todavia, baseando-se no fato de que os nomes egípcios são aparentemente confinados aos levitas, negam injustificavelmente que as outras onze tribos tenham estado na terra do Nilo. Porém, se realmente é verdade que nomes egípcios não são encontrados fora da tribo de Levi, isto de forma alguma prova que as outras tribos não residiram no Egito. Sobre tudo, a persistente tradição de que todas as tribos haviam estado lá deve ter tido alguma base sólida em fatos, e outras evidências o sustentam.

2. Autêntico Colorido Egípcio. Além do mais, há numerosos detalhes antiquários e locais corretos nas narrativas egípcias do Gênesis e do Êxodo que, como o fato geral da estada dos doze filhos de Jacó e de sua posteridade na terra do Nilo, seriam inexplicáveis como invenções posteriores. A história de José, que é uma das mais belas e dramáticas em toda a literatura, fornece um exemplo. Nessa comovente narrativa há "muitas porções de colorido egípcio... que têm sido plenamente ilustradas por descobertas egiptológicas".⁴ Quando o escritor, por exemplo, tem ocasião de mencionar os títulos de oficiais egípcios, "emprega o correto título em uso, e exatamente da maneira como era empregado no período referido, e onde não há equivalente hebraico, simplesmente adota a palavra egípcia e faz a sua transliteração para o hebraico".⁵ Os títulos de "ropeiro-chefe" e "padeiro-chefe" (Gênesis 40: 2), são os de oficiais palacianos mencionados em documentos egípcios.

Quando Potifar colocou José como "mordomo de sua casa" (Gênesis 39: 4), o título empregado na narrativa é uma tradução direta de uma posição oficial existente nas casas da nobreza egípcia. Além do mais, Faraó deu a José um cargo, na administração do reino, que tinha título semelhante (Gênesis 41: 40), que corresponde exatamente ao ofício de primeiro ministro ou vizir do Egito, que era o de principal administrador do país, sendo o segundo em poder, depois do Faraó. No Egito havia também um ofício de "superintendente dos celeiros". Isto tinha um significado especial, visto que a estabilidade do país dependia da sua colheita, e José pode ter exercido esta função, em vista da fome que se aproximava, além de seus deveres de primeiro ministro. Os presentes de Faraó a José, por ocasião da passagem deste ao seu cargo, estão bem de acordo com o costume egípcio:

Então tirou Faraó o seu anel de sinete da mão e pôs na mão de José, fê-lo vestir roupas de linho fino e lhe pôs ao pescoço um colar de Ouro. E fê-lo subir ao seu segundo carro, e clamava diante dele: Inclinaí-vos (Gênesis 41: 42-43).

Outros exemplos surpreendentes de autêntica cor local na história de José, são numerosos. Por exemplo, há ampla evidência de fomes no Egito (cf. Gênesis 41). Pelo menos dois oficiais egípcios, ao dar uma sinopse de seus feitos importantes, nas paredes de seus túmulos citam o fato de terem distribuído comida aos necessitados "em cada ano de escassez". Uma inscrição, escrita cerca de 100 A.C., conta realmente de uma fome de sete anos, no dia do Faraó User, de Terceira Dinastia (c. 2700 A. C.).

A narrativa de José é comparada, embora mui limitadamente, com a Estória Egípcia dos Dois Irmãos, Anubis e Bítis. Este romance faz parte do Papiro d'Orbiney, e o episódio com que a estória começa, a tentativa de sedução de Bítis pela esposa de seu irmão, tem vaga semelhança com a história de José e a esposa de Potifar. Tanto José como Bitis resistem à tentadora, sofrem ignomínia, e no caso de Bítis, mutilação física. O resto da estória, obviamente mitológica

e em flagrante contraste com a história de José, no entanto suscita algumas leves reminiscências da vida de José. O conto pertence ao período de Sêti II, perto do fim do décimo-terceiro século A.C., muito depois da época de José.

Os sonhos eram considerados pelos egípcios como extremamente importantes, como no relato bíblico. Os monumentos também indicam que os mágicos desempenhavam um papel importante nos negócios egípcios (cf. Gênesis 41: 8), que na verdade os pastores asiáticos eram "abominação para os egípcios" (Gênesis 43: 32; 46: 34), que a duração da vida de José, de 110 anos (Gênesis 50: 22), era a duração tradicional de uma vida feliz e próspera no Egito, e que a mumificação de Jacó e de José (Gênesis 50: 2, 26) estava de acordo com o costume egípcio, ao preparar os corpos de pessoas distintas para o funeral.

A família de Jacó, em número de setenta pessoas (Gênesis 46: 26, 27), estabeleceu-se na terra de Gosen (Gênesis 46: 26-34), identificada com a região em torno do Vadi Tumilate, na parte oriental do delta do Nilo. Esse vale estreito, com cerca de trinta e cinco milhas de comprimento, liga o rio Nilo com o lago Tinsá. Tanto nos tempos antigos como nos modernos, a região em torno desse Vadi, especialmente ao norte, tem sido uma das partes mais ricas do Egito, o "melhor da terra" (Gênesis 47: 11). Além da peça de escultura mostrando a entrada da família de Ibse no Egito, cerca de 1900 A. C., outra inscrição egípcia indica que era costume dos oficiais de fronteira, deixar pessoas da Palestina e do Sinai entrarem nessa parte do Egito, em períodos de seca. Datando de cerca de 1350 A. C., este documento é escrito por oficiais de fronteira a Faraó, contando-lhe que um grupo assim "que não sabia como poderia viver, chegou implorando abrigo nos domínios de Faraó. . . segundo o costume do pai (do Faraó) do teu pai, desde o princípio. . ."6

3. *Nomes de Lugares Cananeus, No Delta.* Uma longa ocupação semita ao nordeste do Delta, anteriormente ao Novo Império Egípcio (1546-1085 A. C.), é certa, baseando-se nos nomes cananeus de lugares ali encontrados no Novo Império, que incluem Sucote (Êxodo 12: 37), Baal-Zefom (Êxodo 14: 2), Migdol (Êxodo 14: 2), Zilu (*Tel Abu Seifah*) e mui provavelmente a própria Gosen (Êxodo 8: 22; 9: 26).

4. *Israel e os Hicsos.* A história de José, de acordo com a cronologia bíblica, deve ser localizada nas vizinhanças de 1871 A. C., isto é, durante a Duodécima Dinastia. Muitos eruditos localizam a ascensão de José ao poder, durante o período dos Hicsos, cerca de 1700 A. C. Contudo, esta localização é feita devido a uma suposição desnecessária de que seria "má interpretação histórica" imaginar que um jovem estrangeiro semita fosse elevado a tal autoridade em dinastias nativas egípcias tais como a vigésima ou a décima-oitava, mas que tal evento seria improvável durante a ocupação dos conquistadores semitas do Egito, chamados hicsos. Infelizmente, o período de 1780-1546 A. C. é muito obscuro, no Egito, e a conquista dos hicsos é compreendida mui imperfeitamente. (Veja quadro nº 14)

Embora a história de José, conseqüentemente, não possa ainda ser colocada precisamente no contexto da história egípcia conhecida, nem ser determinada precisamente que conexões possam ter as peregrinações dos israelitas com a invasão dos hicsos, uma coisa é certa: Israel esteve no Egito durante esse período de confusão e distúrbio, e a notícia da coroação de um Faraó opressor, chamado "novo rei. . . que não conhecera a José" (Êxodo 1: 8), refere-se a um dos Faraós do Novo Império, depois da expulsão dos odiados asiáticos do território egípcio. Com isso concorda o fato de que os israelitas estavam estabelecidos ao redor da capital dos hicsos no Egito, na planície de Tânis", chamada "campo de Zoã" (Salmo 78: 12).

II. MOISÉS, O LIBERTADOR

O relato da estada de quatrocentos e trinta anos de Israel no Egito é, em grande parte, conservada em silêncio pelo registro bíblico, exceto a narrativa dos acontecimentos da época de José e seus irmãos, e do período de severo cativeiro, no fim. O longo intervalo entre esses acontecimentos, é resumido em um único versículo que sublinha o crescimento numérico dos israelitas no Egito: "Mas os filhos de Israel foram fecundos, aumentaram muito e se multiplicaram,

grandemente se fortaleceram; de maneira que a terra se encheu deles" (Êxodo 1:7).

1. *A Arqueologia e o Nascimento de Moisés.* O nome de Moisés, o grande libertador e legislador, domina os últimos quarenta anos de permanência dos hebreus no Egito. A história de como a princesa egípcia o encontrou na arca de papiro entre o carriçal, à margem do rio, tem muitos paralelos na tradição antiga. Aos exemplos clássicos de Rômulo e Remo, Baco e Perseu, Sargão I da Acádia (c. 2400 A. C.), podem ser acrescentados. Uma lenda cuneiforme do século IX A. C. fala assim a respeito de Sargão:

*Minha humilde mãe me concebeu; teve-me em segredo, colocou-me em uma arca de junco, fechou a tampa com piche, e entregou-me ao rio, que não me submergiu. O rio me levantou e levou-me a Aqui, o irrigador. . . Aqui, o irrigador, tirou-me. . . fez-me seu filho e me criou.*⁷

Como diz Caiger:

*Não há necessidade de postular uma origem comum para romances tão simples e naturais, mas se alguém quiser fazê-lo, o episódio de Moisés (século XVI A. C.) pode ter sido a inspiração de todos eles.*⁸

2. *O Nome Egípcio de Moisés.* Que Moisés foi nascido no Egito, e criado sob forte influência egípcia, é atestado independentemente por seu nome evidentemente egípcio, confirmado pelos nomes egípcios que ocorrem entre os seus parentes araônicos, durante dois séculos. O nome em si, nada mais é aparentemente, do que o egípcio *Mase*, pronunciado *Mose* depois do século XII A. C., e significa "a criança", palavra preservada em composto como A-mose ("filho de A", deus da luz), Tutmósís ("filho de Tote").⁹

De fato, é bem provável que a filha de Faraó não tenha dado um nome especial para aquele infante desconhecido, filho de uma raça diferente, e que ela se tenha limitado a chamá-lo simplesmente de "a criança". A interpretação dada pelo escritor sacro, por outro lado, por uma coincidência extraordinária de som, e uma circunstância na sua história, é ligada com a raiz hebréia *masha*, "tirar, arrancar", porque a filha de Faraó havia tirado o menino das águas (Êxodo 2:10).

Outro fato na vida de Moisés, além do seu nascimento e educação no Egito, que é atestado pelo seu próprio nome e pelo de seus parentes, é a presença de um elemento núbio na sua família. "Falaram Miriã e Arão contra Moisés, por causa da mulher etíope (ou núbia) que tomara; pois tinha tomado a mulher cusita (ou núbia)" (Números 12:1). O nome do neto de Aarão, irmão de Moisés, Finéias, também é egípcio, e significa "o núbio", e é interessante porque apresenta uma confirmação independente (e de-absoluta confiança)" desta circunstância.¹⁰

3. *As Pragas do Egito.* A narrativa das dez pragas, como a história de José, abunda em colorido local autêntico. Os milagres consistiram em acontecimentos que eram naturais no Egito, consistindo o elemento sobrenatural no grande aumento da sua intensidade normal, e a sua apresentação em uma sequência incomum. Em outras palavras, não há importação de fenômenos naturais de países remotos para o Vale do Nilo.

4. *A Rota do Êxodo.* A saída de Israel do Egito, da maneira como é esboçada pela narrativa bíblica, antigamente suscitava um grande ceticismo e debate entre os estudiosos. Muitos diziam que a rota descrita no livro de Êxodo era impossível, e que, da mesma forma, o próprio Êxodo era lendário, ou pelo menos historicamente incerto. Outros insistiam na passagem ao norte, ao longo do Mediterrâneo, a despeito de peremptórias declarações bíblicas em contrário (Êxodo 13:17, 18). Os que advogavam a rota sul conseguiram vantagem decisiva, e as fileiras dos céticos rarearam seriamente pela retração do seu mais notável representante, o célebre egiptologista Alan Gardner.

Os períodos iniciais do Êxodo são descritos da maneira seguinte:

Assim partiram os filhos de Israel de Ramsés para Sucote (Êxodo 12:37). Tendo Faraó

deixado ir o povo, Deus não os levou pelo caminho da terra dos filisteus, posto que mais perto, pois disse: Para que porventura o povo não se arrependa, vendo a guerra, e tornem ao Egito. Porém Deus fez o povo rodear pelo caminho do deserto perto do Mar Vermelho. . . Tendo, pois, partido de Sucote, acamparam-se em Etã, à entrada do deserto (Êxodo 13: 17, 18, 20). Disse o Senhor a Moisés: Fala aos filhos de Israel que retrocedam e se acampem defronte de Pi-Hairote, entre Migdol e o mar, diante de Baal-Zefon; em frente dele vos acampareis junto ao mar (Êxodo 14: 1, 2).

Ao traçar este itinerário do mapa, (Veja quadro nº 15) é importante primeiramente observar que a tradução da palavra hebraica Yam Suph como "Mar Vermelho" é inteiramente incorreta, pois a palavra, obviamente, significa "Mar de Junco" ou "Pantanal". Que isto dificilmente pode indicar o Mar Vermelho, ou mesmo o seu braço noroeste (o Golfo de Suez), é indicado pelo fato de que não há junco no Mar Vermelho, e que a extensão de água que eles realmente atravessaram, formava uma barreira natural entre o Egito e o Deserto do Sinai, enquanto que os israelitas não teriam necessidade de atravessar uma grande extensão do deserto se fosse para chegarem ao Mar Vermelho ou seu braço, o Golfo de Suez. Pelo contrário, a narrativa denota, inquestionavelmente, a proximidade do Mar de Junco a Sucote, a moderna Tel el-Mascutá, a cerca de cincoenta quilômetros a sudeste do seu ponto de partida, em Ramsés (Êxodo 12: 37).

O Mar de Junco ou de Papiro, que os israelitas atravessaram de maneira milagrosa, supõe-se, razoavelmente ser o Lago de Papiro ou Pantanal de Papiro, conhecido por um documento egípcio do século XIII, como sendo localizado perto de Tânis". A topografia dessa região mudou até certo ponto, desde que foi cavado o Canal de Suez. Pelo menos uma extensão de água desapareceu: O Lago Balá. No século XV A. C., a região nas vizinhanças do Lago Tinsá, entre o lago Balá e os Lagos Amargos, pode ter sido mais pantanosa do que atualmente, e a travessia do "Mar de Junco" foi, sem dúvida, feita na região em torno do Lago Tinsá, ou pouco ao sul dele.

A localização de Ramsés (anteriormente, Avaris-Zoã; posteriormente, Tânis), tem proporcionado um ponto de partida para os geógrafos bíblicos, para verificar a exatidão da rota bíblica do Êxodo. Deixando Ramsés-Tânis, os israelitas que fugiram começaram a sua jornada circular em direção a Canaã. A estrada militar direta que estava diante deles, passava pela fortaleza egípcia de fronteira em Zilu (Tel), e depois, ao longo do litoral, "pelo caminho (estrada) da terra dos filisteus" (Êxodo 13: 17). Sendo esta a estrada mais inovimentada e mais cuidadosamente guardada para o Império Egípcio-Asiático da Palestina e a Síria Inferior, os israelitas, ainda na qualidade de uma turba desorganizada de escravos recém-libertados e embaraçados por "um misto de gente" (Êxodo 12: 38), não estava em condições de travar a guerra que tal itinerário terí, precipitado quase imediatamente, quer do ponto de vista da organização militar, quer moral (c) Êxodo 13: 17).

Deixando Sucote, que é localizada a cerca de dezesseis quilômetros a leste de Pitom (Êxodo 1: 11), hoje identificada com o Tel Retabé, os israelitas acamparam nos limites do "Deserto do Mar Vermelho (de Junco)" (Êxodo 13: 18, 20), isto é, na região do Lago Tinsá. Pi-Hairote, que se diz estar "entre Migdol e o mar" é "diante de Baal-Zefom" (Êxodo 14: 2), parece claramente ser a Pi-Hator egípcia, nas vizinhanças de Tânis.

Embora Migdol e Baal-Zefom tenham nomes semitas, o que é perfeitamente normal nessa parte do Egito, nomes atestados pelas inscrições, a sua localização exata até agora ainda não foi determinada. Por esta razão, é possível que os israelitas, em sua jornada circular, nesse ponto (Êxodo 13: 18) devem ter vagueado muito ao norte do que geralmente se supõe, e atravessaram as águas na região do Lago Balá. De qualquer forma, a rota bíblica esboçada em Êxodo, contém todas as indicações de autenticidade.

Capítulo XII

A DATA DO ÊXODO

Embora nenhuma evidência arqueológica tenha sido encontrada, até o presente, da estada de Israel no Egito, à luz de considerável testemunho indireto, é praticamente impossível negar com razão tanto a historicidade de Moisés como o fato do Êxodo. Como os eruditos geralmente admitem, um acontecimento que se imprimiu tão indelevelmente na consciência de um povo, ao ponto de controlar todo o seu pensamento ulterior, de ser o alicerce da sua história nacional e de ratificar a sua religião, não poderia, por nenhum esforço de imaginação, ter sido uma simples invenção. O problema real não é, portanto: Aconteceu? mas: Quando aconteceu?

A data do êxodo é, contudo, um problema peculiarmente enganoso, e tem ocasionado controvérsia quase infundável. Ao lado de pontos de vista extremados como os de Gardner, Hall, Wreszmski, e outros, que consideram a história do Êxodo como uma adaptação da saga egípcia da Expulsão dos Hicsos, ou como a opinião de Petrie, Eerdmans, Roley, e outros, que localizam-na bem depois, no reinado de Merneptá, ou mesmo mais tarde, apenas duas opiniões principais existem. A primeira coloca o evento ao redor de 1441 A. C., no reinado de Amenotepe II da Décima-Oitava Dinastia; a segunda coloca-o em cerca de 1290 A. C., no reinado de Ramsés II, da Décima-Nona Dinastia.

I. A DATA BÍBLICA

Embora qualquer opinião a respeito do Êxodo seja importunada por dificuldades, pois muitos críticos insistem que "a completa harmonização" da narrativa bíblica "e nosso material extra-bíblico é inteiramente impossível",¹ não obstante é verdade, baseando-se em muitas considerações, que a opinião que advoga a data mais remota (1441 A. C.) é corroborada pela Bíblia. Muitos negam isto, baseando-se em Êxodo 1: 11 e outra evidência mais. Mas está bem claro, fazendo-se uma verificação de todas as evidências escriturísticas, inclusive o esquema de todo o período que vai do Pentateuco e da primitiva história de Israel, até o período dos juizes e a época de Salomão, que o Velho Testamento coloca Moisés e o período do Êxodo em torno da metade do século XV A. C., em vez de século e meio mais tarde, na primeira metade do século XIII A. C. Evidências bíblicas e extra-bíblicas que sustentam esta opinião se colocam de lado com facilidade.

1. Uma Declaração Bíblica Explícita, Localiza o Êxodo c. 1441 A. C. No ano quatrocentos e oitenta, depois de saírem os filhos de Israel, Salomão, no ano quatro do seu reinado sobre Israel . . . começou a edificar a casa do Senhor (I Reis 6: 1).

O quarto ano do reinado de Salomão, embora a cronologia deste período ainda oscile cerca de uma década, deve corresponder mais ou menos a 961 A. C. W. F. Albright dá 931 A. C. como a data da morte de Salomão; Edwin R. Thiele, 931 A. C., e Joachim Begrich 926 A. C. E, visto que Salomão reinou quarenta anos (I Reis 11: 42), o quarto ano de seu reinado poderia ser computado assim: 958 A. C. (Albright), 967 A. C. (Thiele) ou 962 A. C. (Begrich). Tomando o ano 961 A. C., que não pode estar muito errado, chegamos a 1441 A. C. como data do Êxodo, e 1871 A. C. como a época da entrada de Israel no Egito, dado que a peregrinação durou 430 anos (Êxodo 12: 40, 41).

Eruditos como Albright, que indica como data do Êxodo um século e meio mais tarde (1290 A. C.), e H. H. Rowley, que o localiza mais de dois séculos mais tarde (1225 A.C.), são compelidos a rejeitar I Reis 6: 1 como atrasado e completamente indigno de confiança, apesar do fato de que a nota cronológica que ele contém ostenta evidência de autenticidade, e obviamente se enquadra em todo o esquema cronológico subjacente ao Pentateuco e aos livros de Josué e Juízes. Os que, dessa forma, encurtam o período dos juízes de século e meio ou dois séculos, que os algarismos bíblicos colocam entre 1400 e 1050 A. C., excluem virtualmente a possibilidade de colocar a cronologia bíblica no contexto da história contemporânea. Consequentemente, são forçados a rejeitar ou alterar drástica e intrinsecamente todas as numerosas notas cronológicas contidas em um livro como o de Juízes, e encurtar o período, pelo menos no que concerne à estrutura cronológica bíblica.

2. A História Contemporânea Egípcia Permite Calcular a Data do Êxodo em Torno de 1441 A. C. Esta data cai bem provavelmente, nos primeiros anos do reinado de Amenotepe II (1450-1425 A. C.), filho do famoso conquistador e imperador Tutmósis III (1482-1450 A. C.). Um dos mais notáveis dentre todos os Faraós, Tutmósis III é a figura ideal do Faraó da Opressão. De acordo com o registro bíblico, Moisés esperou a morte do grande opressor para voltar ao Egito, de seu refúgio em Midiã (Êxodo 3: 23). O Êxodo teve lugar não muito depois, no reinado de Amenotepe II, que era, evidentemente, o rei que endureceu o coração e não queria deixar os filhos de Israel saírem.

Nos registros contemporâneos de Amenotepe II, nenhuma referência é feita a desastres nacionais como as dez pragas ou à perda do exército egípcio no Mar Vermelho (de Juncos), e muito menos à fuga dos hebreus, por motivos óbvios. Porém, esta circunstância era de se esperar. Os egípcios eram o último povo a registrar os seus infortúnios. Da mesma forma, na múmia de Amenotepe II, descoberta em 1898 no Vale dos Reis, não há nenhum sinal que demonstre ter ele sido afogado no mar. É verdade que a Bíblia não declara que ele o foi, ou que ele acompanhara pessoalmente "os seus carros e os seus cavalários, até ao meio do mar" (Êxodo 14: 23-31).

Se Amenotepe II era o Faraó reinante por ocasião do Êxodo, o seu filho mais velho foi morto pela décima praga, que "feriu... todos os primogênitos na terra do Egito, desde o primogênito de Faraó, que se assentava no seu trono, até o primogênito do cativo que estava na enxovia" (Êxodo 12: 29). É evidente, segundo os monumentos, que Tutmósis IV (1425-1412 A. C.), que escavou a esfinge, não era o filho mais velho de Amenotepe II. A chamada "Inscrição do Sonho de Tutmósis IV" registrada em uma imensa laje de granito vermelho perto da esfinge de Gizé, declara que quando era ainda jovem, o futuro Faraó dormira sob o famoso monumento, e sonhara. No sonho, a esfinge aparecera, surpreendendo-o com uma profecia de que um dia ele se tornaria rei do Egito, e pedindo-lhe que afastasse a areia dos pés dela em sinal de gratidão.

É claro, como base neste antigo registro, que Tutmósis IV não era o filho mais velho de Amenotepe, visto que as suas esperanças de sucessão ao trono eram aparentemente remotas, visto que as leis da primogenitura vigoravam no Egito, nesse tempo. Em suma, a possibilidade é que o herdeiro tenha morrido da maneira revelada na Bíblia.

A situação histórica geral tornou o Êxodo possível no início do reinado de Amenotepe II. Com a morte do grande Tutmósis III, todas as partes subjacentes do Império, na Síria-Palestina, revoltaram-se. O novo Faraó acometeu os inconfidentes e os destruiu; bem pode ser que os sucessos dessa campanha tenham tirado um deslocamento de atenção militar, de forma que Moisés não se demorou em aproveitar dessa vantagem.

A descrição de Tutmósis III como o grande opressor dos israelitas, é plenamente digna de crédito. Ele era um grande construtor, e empregava cativos semitas em seus vastos projetos de construções. Muitas de suas operações construtoras eram supervisionadas por seu vizir, chamado Rekmire. Este importante oficial ou primeiro ministro exercia autoridade tão extensa como a do seu colega que o havia antecedido, José. O seu túmulo próximo a Tebas está coberto de cenas que descrevem a sua carreira. Em uma dessas representações, Rekmire se apóia em seu bordão e observa cortadores de pedra, escultores, oleiros e construtores que mourejam diante dele.

Uma parte da cena do túmulo de Recmire pinta os oleiros. A fabricação de tijolos no antigo Egito era um processo que incluía o destorroamento do barro do Nilo com enxadões, um umedecimento com água, e a sua mistura com areia e palha picada (Êxodo 5: 6-19). Em seguida, ele era moldado e cozido ao sol. Significativamente, estrangeiros semitas são encontrados entre os oleiros e pedreiros do túmulo de Recmire. A inscrição correspondente refere-se aos "cativos trazidos por sua majestade para as obras do templo de Amun". Os pedreiros são mencionados a dizer: "Ele nos supre de pão, cerveja e tudo o que é bom", enquanto que os feitores advertem os trabalhadores: "A vara está em minha mão; não seja preguiçoso".²

José faleceu, foi embalsamado e colocado num túmulo, de acordo com o costume dos egípcios (Gênesis 50: 26). Mais tarde, "se levantou novo rei sobre o Egito, que não conhecera a José" (Êxodo 1: 8). Desta forma começaram os longos anos de opressão. Este novo rei parece ter sido o fundador ou o primeiro rei da poderosa Décima-Oitava Dinastia (1546-1319 A. C.). Visto que a invasão do Egito levada a efeito pelos hicsos foi empreendida por semitas, e não por hurianos ou indo-arianos, como os mais recentes estudos têm mostrado, parece que a expulsão dos hicsos, por volta da metade do século XVI A. C., foi o importante acontecimento que resultou na opressão dos israelitas.

A Décima-Sétima Dinastia, com um reino estabelecido em Tebas, tornou-se a poderosa rival dos governantes hicsos, que desde cerca de 1750 A. C. se haviam entrincheirado no Delta. Na guerra de libertação, Camose (c. 1570 A. C.) derrotou os invasores e A-mose completou a expulsão dos hicsos do Egito. Provavelmente, sob o governo dos reis da Décima-Sétima Dinastia que precederam a Tutmóis III e Amenotepe I (1546-1525 A. C.), Tutmóis I (1525-1508 A.C.) e Tutmóis II (1508-1504 A. C.) e da Rainha Hatsepsute (1504 1482 A. C.), os hebreus foram cada vez mais escravizados. Moisés nasceu em cerca de 1520 A. C., provavelmente sob o reinado de Tutmóis I, cuja filha, a famosa Hatsepsute, bem pode ter sido a personagem real que descobriu o menino entre o carvalho, à margem do rio (Êxodo 2: 5-10).

Visto que Tutmóis I não deixou herdeiro legítimo do sexo masculino que ocupasse o trono, sua filha Hatsepsute era herdeira presumida. Sendo impedida, contudo, devido ao seu sexo, de sucedê-lo, a única solução que lhe restava era transmitir a coroa a seu marido, através do casamento, e assegurar a sucessão para seu filho. A fim de frustrar um dilema para a dinastia, e impedir a perda da coroa em favor de outra família, Tutmóis I foi obrigado a casar sua filha com seu meio-irmão mais novo, filho de um casamento menos importante, que assumiu o trono como Tutmóis II.

Mas o casamento legítimo de Tutmóis II, como o de seu pai, falhou em suprir um herdeiro ao trono do sexo masculino. Outra vez, medidas especiais precisaram ser tomadas para salvaguardar a sobrevivência da dinastia. Tutmóis II, semelhantemente, nomeou como seu sucessor um filho seu nascido de esposa secundária. Apontando o garoto como co-regente, e fortalecendo os seus direitos ao trono ao casá-lo com a sua meia-irma, filha de Tutmóis II através de Hatsepsute, o jovem príncipe ascendeu ao trono e foi coroado como Tutmóis III. Contudo, durante algum tempo, ele não estava destinado a assumir as rédeas do governo. Hatsepsute, sua madrasta e sogra (devido ao seu casamento com a filha dela, não apenas assumiu o reinado durante a minoridade de Tutmóis III, mas recusou-se a entregar-lhe a regência, mesmo depois da sua maioridade.

Logo de começo, a enérgica rainha anunciou a sua intenção de reinar como homem. Seu brilhante reinado foi caracterizado por notável prosperidade e grandes construções, e não chegou ao fim antes de cerca de 1486 A. C., quando, em seguida à sua morte, o impaciente e invejoso Tutmóis III subiu ao trono e, imediatamente, destruiu ou obliterou todos os monumentos dela. Se o reboco com que ele os cobriu não tivesse caído, muito menos se poderia saber a respeito da sua notável madrasta.

A morte de Hatsepsute e a ascensão de Tutmóis III inaugurou, sem dúvida, a última e mais severa fase da opressão de Israel. O novo monarca foi um dos maiores conquistadores da história do Egito. Em numerosas campanhas vitoriosas na Síria-Palestina, ele alargou as fronteiras do Egito até o rio Eufrates. Listas das conquistas que ele empreendeu na Ásia, incluem muitos nomes bíblicos familiares como Cades, Megido, Dotã, Damasco, Hamate, Laís, Geba,

Tanaque, Carmelo, Bete-Semes, Gate, Gerar, Ecrom, Gezer e Bete-Seã. Mal sabia o poderoso imperador que, ao despojar a Palestina e destruir as fortalezas dos amorreus, ele estava contribuindo para a conquista da terra pelos humildes escravos hebreus, que até então estavam mourando sob o feroz látigo de seus feitores, às margens do Nilo.

3. *Acontecimentos Contemporâneos na Palestina, Sugerem uma Data para o Êxodo: c. 1441 A. C.* Se os israelitas saíram do Egito em cerca de 1441 A. C., e viajaram quarenta anos no deserto (Números 32: 13; Deuteronômio 2: 7; Josué 5: 6), entraram em Canaã em cerca de 1401 A. C. A questão importante é se há alguma invasão da Palestina central e meridional mencionada em registros contemporâneos, que sugeririam a conquista israelita sob o mando de Josué. Desde o descobrimento das famosas Cartas de Amarna, em 1886, já se sabe que elas narram uma invasão de forasteiros. Esses invasores, chamados Habiru, são realmente passíveis de comparação etimológica com os hebreus e, embora muitos problemas estejam incluídos, e os melhores eruditos estejam divididos quanto a essa matéria, a declaração de J. W. Jack é ainda pertinente, especialmente à luz das declarações sem rodeios e das insinuações claras do Velho Testamento pertinentes à data do Êxodo: "Quem eram esses invasores da Palestina central e meridional? Quem mais poderiam ser eles, senão os hebreus do Êxodo, e não temos nós aqui a versão nativa da sua entrada na terra?"³

Abdi-Hiba, governador de Jerusalém, escreveu muitas cartas ao Faraó Acnatom (1387-1366 A. C.) solicitando a ajuda egípcia contra os Habiru invasores, para que o país fosse salvo em benefício do Egito:

*Os Habiru saqueiam todas as terras do rei.
Se os arqueiros estiverem aqui
este ano, então as terras do rei,
o Senhor, serão poupadas; mas se os arqueiros não estiverem aqui,
então as terras do rei, meu senhor, estão perdidas.*⁴

4. *Evidência Arqueológica da Queda de Jericó Auxilia a Localização do Êxodo em c. 1441 A. C.* Escavações feitas no lugar da antiga cidade, indicam a queda da cidade em cerca de 1400 A. C. A Jericó do Velho Testamento era a principal fortaleza de importância estratégica, que comandava a entrada para Canaã a leste. Representada atualmente pelo outeiro conhecido como Com el-Sultão, a antiga cidade se levantava acima de um oásis e de fontes agora chamadas Aim el-Sultão, que apresentam o mais abundante suprimento de água em toda a vizinhança. Atrás, as montanhas da cordilheira oriental se levantam abruptamente, e a dois quilômetros de distância se levanta o majestoso espinhaço de quinhentos metros de altura chamado Jebel Curuntul. Esta era, evidentemente, a montanha para a qual os espias de Josué fugiram quando saíram da casa de Raabe (Josué 2: 22). Escarpada e impraticável como parece a barreira montanhosa oriental, na realidade é cortada por desfiladeiros que dão acesso ao planalto interior da Palestina.

Como resultado da escavação de Ernst Sellin e da Deutsche Orientgesellschaft (1907-1909), e particularmente das de John Garstang (1930-1936), a história ocupacional da antiga cidade pôde ser esboçada. O local foi ocupado, como se verificou, na época neolítica, antes de 4500 A. C., e na época calcolítica (4500-3000 A. C.) uma série de sucessivas cidades ali se estabeleceu. Cidades posteriores, que receberam nomes alfabéticos dados pelo Professor Garstang, ocuparam o local. A cidade A datava de 3000 A. C. A cidade B foi fundada em cerca de 2500 A. C., existia nos dias de Abraão, e caiu em cerca de 1700 A. C. A cidade C era maior que as suas predecessoras, e continha um esplêndido palácio que era rodeado por um sólido muro, com uma ladeira de pedra e um fosso exterior. A cidade pertencia à época dos hicsos, e muitos camaféus desse período foram desenterrados em suas ruínas. Datando de cerca de 1700 A. C., ela sofreu destruição em cerca de 1500 A. C. (Veja quadro nº 16).

A cidade D era a que foi tomada por Josué e os israelitas invasores. Fora construída em cerca de 1500 A. C. Nessa época, o velho palácio da cidade precedente fora reconstruído, e a nova cidade protegida por um duplo muro de tijolos. Um muro maciço de dois metros de espessura foi erigido na margem do outeiro. O muro interior era separado dele por um espaço de cerca de quatro a cinco metros, e tinha quatro metros de espessura. O muro, originalmente, al-

ançava talvez uma altura de cerca de dez metros. O tamanho da cidade era bem pequeno, e a sua área compreendia apenas cerca de um alqueire (24.000 metros quadrados). A falta de espaço levou à construção de casas no espaço entre o muro interior e o exterior. Desta forma, é registrado que Raabe fez os espias descerem "por uma corda pela janela, porque a casa em que residia estava sobre o muro da cidade". (Josué 2: 15).

Os muros de Jericó (Cidade D) mostram evidências de violenta destruição. O muro exterior tombou para fora, sobre o declive do outeiro, e o interior, acompanhado pelas casas sobre ele edificadas, caiu no espaço entre ambos os muros. Massas encarnadas de pedra e tijolo misturadas com cinzas e madeira carbonizada, mostram que uma conflagração seguiu-se à queda da cidade. A conclusão natural que se pode tirar das escavações, é que esta destruição dos muros de Jericó é a que estava descrita graficamente em Josué 6. Esta identificação é fortalecida pelo fato de que, depois desta completa destruição, Jericó permaneceu em ruínas, e não foi reconstruída até ao tempo da cidade E, que pertence à época de Acabe (c. 860 A. C.), quando Hiel de Betel reedificou-a (I Reis 16: 34).

Garstang fixa a data da destruição de Jericó (cidade D) em cerca de 1400 A. C., o que certamente concorda com as representações bíblicas da época da sua queda e da Conquista de Canaã. Contudo, é apenas natural que muita oposição se levante contra esta data, por parte dos que advogam teorias que pós-datam o Êxodo. G. E. Wright e W. F. Albright dizem discordar com a data de Garstang. Contudo, permanece o fato de que muita confusão e incerteza reina entre os que, como Albright, localizam a destruição de Jericó em cerca de 1300 A. C. Nesse caso, esta data nem dá certo com a data que eles atribuem para o Êxodo (seria 1280 A. C.) nem pode ser relacionada historicamente com a destruição da cidade D, segundo a narrativa de Josué 6; enquanto isso, Père Vicente apresenta uma data (c. 1250 A. C.) que poderia dar certo com a que Albright atribui para o Êxodo, de 1290 A. C. (agora 1280 A. C.) mas ele confessa: "parece possível, embora extremamente difícil".⁵ (Veja quadro nº 17).

II. OBJEÇÕES À DATA BÍBLICA

Os que inescrupulosamente colocam de lado as notas cronológicas do Velho Testamento como sendo, freqüentemente, de pequeno valor histórico, objetariam firmemente em chamar bíblica a mais antiga data do Êxodo apresentada (1441 A. C.). Diriam que colocar o Êxodo posteriormente, no século XIII A. C., sob a Décima-Nona Dinastia Egípcia, em vez de no século XV A. C., sob a Décima-Oitava Dinastia Egípcia, está mais de acordo com as evidências bíblicas. Essa idéia, contudo, é apresentada sem base que a sustente, fundamentada apenas na data apresentada em Êxodo 1: 11, como será mostrado. Evidências arqueológicas são ainda aduzidas como subsídio da teoria de data posterior. De acordo com esta teoria geral, Israel entrou no Egito em cerca de 1710 A. C., deixando-o em cerca de 1280 A. C., e entrando na Palestina em cerca de 1240 A. C. Conseqüentemente, as objeções seguintes à data mais antiga (1441 A. C.) para o Êxodo são geralmente apresentadas:

1. Uma Declaração Bíblica Explícita, Alega-se, Coloca o Êxodo em c. 1280 em vez de 1441 A. C. Êxodo 1: 11, de acordo com os israelitas escravizados "edificaram a Faraó as cidades-celeiros, Pitom e Ramsés", é empregado como base da teoria de data posterior. I Reis 6: 1, por outro lado, que data o Êxodo em cerca de 1441 A. C., é considerada "tradição" contraditória e inferior, e por isso rejeitada. Contudo, se interpretada adequadamente, Êxodo 1: 11 não está em desacordo com I Reis 6: 1, e se explica satisfatoriamente segundo a data de 1441 A. C. para o Êxodo.

A arqueologia localizou Pitom no Tel er-Retabé e Ramsés em Tânis, e indicou que essas cidades foram (pelo menos alega-se terem sido) construídas por Ramsés II (c. 1290-1224 A. C.) Todavia, à luz do notório costume de Ramsés II de atribuir-se realizações de seus antecessores, certamente essas cidades tenham sido simplesmente reconstruídas ou aumentadas por ele. Além do mais, visto que é verdade que Tânis foi chamada Per-Re' emasese (casa de Ramsés) durante apenas dois séculos (c. 1300-1100 A. C.), a referência em Êxodo 1: 11 precisa ser à cidade mais antiga, Zoã-Avaris, onde os israelitas oprimidos trabalharam séculos antes. Da mesma forma, o nome Ramsés deve ser considerado como modernização de um nome de lugar arcaico como Dã

(para Laís em Gênesis 14: 14). Visto que Zoã-Avaris fora outrora uma florescente cidade, antes da expulsão dos hicsos (c. 1570 A. C.), houve tempo suficiente para os escravos israelitas terem edificado a cidade anterior, pois eles entraram no Egito em cerca de 1870 A. C. (Veja quadro nº 18)

É também difícil imaginar que conquistadores e construtores tão famosos como Tutmóis III e Amenotepe II tenham abandonado todo interesse na região do Delta, especialmente na rica região de Gósen, situada tão perto de seus domínios asiáticos. Era natural, depois da expulsão dos hicsos, que o principal centro de administração fosse localizado em Tebas, mas é bem provável que a velha capital não tenha sido abandonada pelos Faraós da Décima-Oitava Dinastia. Devido à vasta expansão da influência egípcia na Ásia, era necessário que houvesse uma sede de autoridade a nordeste do Delta. Sabe-se devido a um camafeu, que Amenotepe II nascera em Mênfis, não longe de Gósen, mostrando que a corte do Faraó residira lá durante algum tempo, durante o reinado de seu pai. Em vista deste fato, deveria haver uma residência real e uma sede de governo nessa localidade, durante os reinados de Tutmóis III e Amenotepe II. É certamente com boas razões que as narrativas do Êxodo admite que a residência do Faraó não era longe da terra de Gósen.

2. Alega-se que Israel Difícilmente Entrou no Egito Antes do Período dos Hicsos. A entrada original, se fizemos os cálculos baseados na data de cerca de 1441 A. C. para o Êxodo, admitindo uma estada de 430 anos no Egito (Êxodo 12: 40, 41), seria 1870 A. C., sob o domínio do forte Reino do Meio, e teria acontecido um século e meio antes do período dos hicsos, que agora pode ser datado no período que vai de c. 1720 a c. 1550 A. C. Embora o movimento dos hicsos tenha sido dirigido por semitas, e inegavelmente fosse uma oportunidade propícia para a entrada de Israel, a suposição de que a sua ida para o Egito deveria ter ocorrido necessariamente durante aquele período é inteiramente sem base. Abraão recorrera ao Egito e freqüentara livremente a sua alta sociedade, muito antes, no Reino do Meio (Gênesis 12: 10-20), e não há razão válida porque José não possa ter feito o mesmo em período posterior, especialmente quando sua humilhação e exaltação no Egito são representadas como inteiramente providenciais. Além disso, os detalhes da história têm intenso colorido egípcio, e não hicsos. Se o rei que então governava fosse hicsos, os pastores hebreus não teriam sido segregados em Gósen, e não teria sido citado que "todo pastor de rebanho é abominação para os egípcios" (Gênesis 46: 34).

3. É Afirmado Que a Identificação dos Hebreus da Bíblia com os Habiru das Cartas de Amarna é Improvável. Abdi-Heba representa Jerusalém como estando em iminente perigo de ser invadida. Este e outros detalhes, dizem, não se enquadra com o panorama bíblico, visto que é sabido que os israelitas não invadiram Jerusalém até à época de Davi (II Samule 5: 6-10). Embora haja dificuldades de detalhes, este, em particular, é uma tênue objeção. Como se verifica no Velho Testamento, o temor dos vitoriosos invasores israelitas caiu sobre todos os habitantes de Canaã (cf. Josué 6: 27; 10: 1, 2) e não há razão porque Abdi-Heba não devia ficar inteiramente alarmado e completamente pessimista em seu relatório referente à citação, escrevendo ao Faraó do Egito.

4. As Evidências Arqueológicas Supostamente Discordam da Data do Décimo-Quinto Século para o Êxodo. As explorações de superfície feitas por Nelson Glueck, na Transjordânia e no Arabá, tentam demonstrar que houve uma lacuna na ocupação sedentária dessa região desde cerca de 1900 até cerca de 1300 A. C., de forma que se Israel tivesse sobrevivido do Egito em cerca de 1400 A. C., não haveria nenhum reino edomita, moabita, amonita, para resistir ao seu avanço em direção ao norte. Teria havido apenas grupos nômades esparsos vivendo na região, diz-se, e a situação pressuposta em Números 20: 14-17 não teria existido. Porém, nada há na passagem de Números que demande uma vida urbana desenvolvida em Edom, ou requeira a construção de sólidas fortalezas. Além disso, naquele tempo Israel não era uma nação errante que habitava em tendas, ainda capaz de empreender a guerra e conquista? Por que os edomitas não podiam também ter uma economia agrícola simples, nesse período remoto da sua história, que quase não deixou despojos materiais?

Sobretudo, seria uma sábia medida ser extremamente cauteloso no assunto, à luz do fato de que a validade dos métodos de Glueck de exploração da superfície tem sido ques-

lhamados por vários arqueólogos (embora defendidos por Albright, o qual, não obstante, confessa que "esse ou aquele detalhe" das conclusões de Glueck "indubitavelmente precisam ser modificados"), especialmente quando como sabiamente adverte H. H. Rowley, "não deve ser dada indevida relevância aos cálculos cronológicos dos arqueólogos, visto que eles dependem em parte, de qualquer forma, de fatores subjetivos, como o provam as amplas divergências existentes entre eles".⁶

O desacordo entre os arqueólogos a respeito da data da queda de Jericó é uma boa ilustração da pertinência da advertência de Rowley. O mesmo pode ser dito a respeito da interpretação das evidências arqueológicas da data do êxodo encontradas na Palestina particularmente em Laquis e Debir (Quiriate Séfer). Aqui, outra vez, como é interpretado pelos advogados da teoria que pós-data o Êxodo, a evidência parece favorecer a queda dessas cidades diante dos israelitas em fins do século XIII A. C. em vez de sê-lo anteriormente, no começo do século XIV A. C. Os problemas, da forma como está a situação arqueológica agora, tem-se que admitir serem grandes, porém descobertas futuras e evidências crescentes exigirão, sem dúvida, uma re-interpretação de toda a situação, e resultarão em aclarar a confusão. (Veja quadro nº 19)

Capítulo XIII

LEIS MOSAICAS E LEIS ORIENTAIS ANTIGAS PARALELAS

Tem havido debate considerável a respeito da direção precisa que Israel tomou depois de entrar no deserto, visto que o Monte Sinai ou Horebe (ambos os nomes lhe são aplicados) ainda não foi identificado com exatidão. A península do Sinai é um enorme triângulo de 420 quilômetros de comprimento, e 240 quilômetros de largura, ao norte. No ápice da península há uma grande massa de montanhas graníticas, algumas das quais alcançam a altura de 2.700 metros acima do nível do mar. Entre essas montanhas estavam as antigas minas de cobre e turquesa dos egípcios, e aí é feita a localização tradicional do Monte Sinai, onde Moisés recebeu a lei, e diante do qual Israel acampou. O pico mais elevado é Jebel Musa, ou "Montanha de Moisés".

I. LEIS MOSAICAS E OUTROS CÓDIGOS

A arqueologia tem descoberto muitas coleções antigas de leis, e tem lançado muita luz sobre sumérios, babilônicos, assírios, hititas e cananeus, através de escavações feitas nas três últimas décadas. Como resultado, a legislação mosaica aparece em uma perspectiva muito mais clara do que antes. Desde a sua descoberta em Susa, em 1901-1902, o Código de Hamurábi (c. 1700 A. C.) se tornou clássico no sentido de ilustrar e elucidar as leis mosaicas. A esse código, porém, devem ser adicionadas as antigas leis de Lipit-Ishtar, rei de Isin, na Babilônia central (c. 1875 A. C.), e as leis ainda mais antigas de Esnuna, uma antiga cidade a nordeste da moderna Bagdá.

O famoso Código de Hamurábi, dessa forma, aparece comparativamente tardio na Babilônia, onde códigos legais evidentemente haviam sido publicados uns após os outros, durante séculos. É digno de nota, além do mais, que o Código de Esnuna, que antecede as leis de Hamurábi em cerca de dois séculos, contém o primeiro paralelo exato às primitivas leis bíblicas. Este paralelo se refere à divisão dos bois depois de um combate fatal entre os animais (Êxodo 21:35). Este paralelo tem significado especial, considerando-se que o Código de Esnuna é pelo menos cinco séculos mais antigo do que a parte da legislação mosaica geralmente conhecida como o Livro do Concerto (Êxodo 20:23-23:19), que os estudiosos agora reconhecem que "deve anteceder substancialmente à Era Mosaica".¹

O conhecimento da jurisprudência do antigo Oriente Próximo tem sido também grandemente incrementado durante a última geração, pela escavação e publicação de tábuas babilônicas e assírias antigas de Cânis, na Capadócia, pertencentes ao século XIX A. C. Além disso, há abundância de material de jurisprudência do século XV A. C., recuperados em Nuzu, perto da moderna Quircuque a partir de 1925. Os costumes legais dos assírios têm sido elucidados pela escavação dos tesouros cuneiformes desenterrados pelos alemães na cidade de Assur, às margens do Tigre, inclusive especialmente as leis do período de Tiglate-Pileser I (c. 1100 A. C.), que provavelmente são baseadas em códigos anteriores. Elas foram publicadas pela primeira vez em 1920. Leis hititas, que mostram interessantes contrastes com a jurisprudência babilônica, datam de um século ou dois antes das leis de Tiglate-Pileser. Comparando com estas várias leis, "o Livro do Concerto exibe uma combinação de simplicidade na vida econômica e humanitarismo ético nas relações humanas, que só poderia ter sido manifestado no antigo Israel".²

II. LEIS MOSAICAS E O CÓDIGO DA HAMURÁBI

Essa laje de diorito negro de mais de dois metros de altura e cerca de dois metros de largura, tem gravados sobre ela quase trezentos parágrafos de preceitos legais, que tratam da vida comercial, social, doméstica e moral dos babilônios da época de Hamurábi (1728-1676 A. C.). No alto desse monólito cujo topo tem forma curva, o rei é mostrado a receber as leis das mãos do deus sol Shamás, patrono da lei e da justiça. Em certa ocasião, quando a Babilônia enfraqueceu, um conquistador elamita carregou o monumento para Susa. A sua descoberta ali, efetuada por Jacques de Morgan, no começo do século XX, constitui um dos achados de cunho legal mais estupendos da história.

Ao comparar o Código de Hamurábi com as leis do Pentateuco, o fato do primeiro ser anterior (por mais de três séculos, segundo qualquer dos cálculos) tem dado motivo a algumas teorias insustentáveis e suscitado o aparecimento de outras. Por exemplo, a velha opinião crítica que destaca o fato de que códigos legais como os encontrados no Pentateuco são anacrônicos, pois um período tão remoto foi desacreditado pela descoberta das leis de Hamurábi e de códigos muito mais antigos, na Mesopotâmia. Também, opiniões de alta crítica que colocam a origem de muitas das leis atribuídas a Moisés no século IX, VIII ou VII A. C., ou menos depois, têm tido que ser drasticamente revisadas ou inteiramente rejeitadas. (Veja quadro nº 20). Por outro lado, a descoberta de material legal extra-bíblico anterior, tem levado muitas pessoas a adotar uma opinião igualmente errada de que a legislação hebraica é meramente uma seleção e adaptação de leis babilônicas. A posição válida a que um estudo cuidadoso das duas legislações nos levará, é que o Código Mosaico não foi nem emprestado, nem dependia do babilônico, mas é dado por revelação divina., como ele mesmo declara ser, e único quanto aos preceitos que satisfazem as necessidades peculiares de Israel como a nação teocrática eleita.

1. As Semelhanças Entre As Leis Mosaicas e o Código de Hamurábi São Claramente Devidas à Semelhança de Antecedentes e da Herança Intelectual e Cultural Geral. É tão somente natural que em códigos feitos para povos que viviam em condições um tanto semelhantes, relacionados racial e culturalmente, houvesse alguma semelhança nos incidentes que governam os litígios e da mesma forma as penalidades impostas por infração de estatutos comuns. Diferenças notáveis, contudo, mesmo em casos em que há semelhança no assunto tratado, demonstram que não houve plágio direto e que a lei mosaica não é dependente da babilônica. A lei bíblica do divórcio (Deuteronômio 24: 1), por exemplo, permite que o homem repudie a sua esposa, mas não entende o mesmo direito a esta, como o faz o Código Babilônico.

As leis israelitas remotas eram claramente divididas em dois grupos: leis civis de origem consuetudinária (*mishpatim*), que em sua maioria estão no Livro do Concerto (Êxodo 20: 23-23: 33), e Injunções morais e éticas. Como é naturalmente de se esperar, a maioria das primeiras se assemelham a leis em vigor entre os precursores e vizinhos de Israel no Oriente Próximo, enquanto que as últimas são um produto distinto dos elevados padrões morais e espirituais do Yahwehismo, que podem encontrar paralelos de outras fontes em preceitos isolados, mas nunca de maneira global.

Êxodo 21: 23-25 e Deuteronômio 19: 21 declaram concisamente o mesmo princípio de retaliação sobre o qual grande número de leis de Hamurábi estão baseadas: "Vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferimento por ferimento, golpe por golpe".³ Esta chamada "Lei de Talião" é um primitivo costume semita que naturalmente era de se esperar fosse refletida em vários códigos legais semitas.

2. Os Códigos Mosaico e Hamurábico São Diferentes em Seu Conteúdo. O Código Hebraico contém muitas injunções puramente religiosas, e regulamentos litúrgicos. O Código de Hamurábi é civil. Todavia, as leis sacerdotais de Levítico contém muitos pontos de contato com correspondentes rituais sacerdotais da Ásia Oriental, quer de Canaã e da Fenícia, quer da Mesopotâmia. Mas a instituição divina da prática ritual israelita torna desnecessária a apropriação direta. Em alguns casos, algumas práticas religiosas existentes no meio de povos circunvizinhos foram divinamente outorgadas a Israel, e ao mesmo tempo revestidas de significado especial para a adoração de Yahweh.

3. *Os Dois Códigos Regulam Um Tipo Diferente de Sociedade.* As leis de Hamurábi são adaptadas para a cultura de irrigação-agrícola e outra urbana, altamente comercializada da Mesopotâmia. As injunções mosaicas, por outro lado, têm em vista um simples povo agrícola e pastoril em uma terra seca como a Palestina, muito menos desenvolvido social e comercialmente, mas profundamente consciente, em todos os prismas do seu modo de vida, quanto à sua divina vocação.

4. *Os Dois Códigos São Diferentes em Sua Origem.* O código babilônico diz que Hamurábi o recebeu do deus sol, Shamás. Moisés recebeu as suas leis diretamente de Deus. A despeito de alegar tê-las recebido de Shamás, Hamurábi, tanto no prólogo como no epílogo, do Código avoca para si o mérito de tê-las escrito. Ele, e não Shamás, estabeleceu a ordem e a equidade na terra. Pelo contrário, Moisés é apenas um instrumento. A legislação é: "Assim diz Yahweh".

5. *Os Dois Códigos Diferem em Sua Moralidade.* Do ponto de vista ético e espiritual, a legislação mosaica, como era de se esperar, consiste em um grande avanço em relação ao Código Babilônico. Por exemplo, as leis de Hamurábi citam pelo menos dez variedades de mutilações corporais prescritas como penas para várias ofensas. Se um médico realiza uma operação que não tem sucesso, a sua mão deve ser cortada. É verdade que há um exemplo de mutilação nas leis do Pentateuco, onde a mão de uma esposa deve ser cortada (Deuteronômio 25: 11, 12). Nas leis hebraicas é dado um valor muito maior à vida humana; uma consideração muito maior à honra da mulher é vislumbrada, e um tratamento mais humano dos escravos é prescrito. Sobre tudo, o Código Babilônico nada tem que corresponda à dupla regra áurea que percorre toda a legislação mosaica – o amor a Deus e o amor ao próximo (Mateus 22: 37-40).

Alfred Jeremias resume a diferença essencial no espírito da Torá israelita e do Código Babilônico, a saber:

1. Não há controle da cobiça. 2. Não há limitação para o egoísmo, através do altruísmo. 3. Não há nenhum lugar onde se encontre o postulado de caridade. 4. Não pode ser encontrado um motivo religioso que reconheça o pecado como a destruição do povo porque está em oposição ao temor de Deus. No Código de Hamurábi estão ausentes todos os traços de pensamento religioso; por detrás da lei israelita levanta-se, a cada passo, a vontade soberana de um Deus santo; ela ostenta um caráter inteiramente religioso".⁴

Capítulo XIV

A CONQUISTA DOS CANANEUS

Os cananeus eram os habitantes de Canaã, antigo nome nativo da Palestina. Como designação geográfica, a forma hebraica de "Canaã" parece ser derivada de "Hurriā", que significa "pertencente à terra de púrpura vermelha". Já no século XIV A. C., este termo era usado a respeito do país em que os comerciantes "cananeus" ou fenícios trocavam por outras mercadorias o seu mais importante produto comercial, a tintura de púrpura vermelha, que era obtida das conchas de *murex* encontradas nas praias do Mediterrâneo. Da mesma forma, nas Cartas de Amarna, "a Terra de Canaã" é considerada a costa fenícia, e os egípcios designavam toda a Síria oriental por esse nome.

Ao tempo da Conquista, porém, o termo Canaã estava em voga como designação genérica do território mais tarde chamado Palestina. Os cananeus habitavam tanto na parte leste como a oeste do país (Josué 11: 3). De acordo com Juízes 1: 9, 10, eles estavam praticamente por toda a parte, na região montanhosa, no Neguebe, nas planícies e em Hebrom. "O idioma de Canaã" (Isaías 19: 18) refere-se principalmente ao hebraico, mas inclui as línguas semitas orientais em geral, faladas nesse território, das quais o fenício e o moabita eram também dialetos.

O nome Palestina, como termo geográfico, é de origem posterior e é derivado de "Philisteus" (Pelete), povo que se estabeleceu, em grande número, ao longo do litoral meridional, no século XII A. C. A região em que eles se estabeleceram tornou-se conhecida como Filístia (Joel 1: 4), da qual, por sua vez, o nome grego (he Palastine) se originou. A terra de Canaã (Palestina) era situada entre os grandes impérios antigos do Tigre-Eufrates e do Rio Halis por um lado, e o grande Império Egípcio do Nilo por outro. Foi grandemente providencial que a nação de Israel, com o conhecimento do único Deus verdadeiro, e uma correspondente obrigação de ser um testemunho a esse fato, tivesse herdado um país que formava uma ponte geográfica entre as grandes civilizações egípto-mesopotâmicas.

I. A INVASÃO DE CANAÃ

Nos grandes centros pagãos dos rios Nilo, Tigre e Eufrates, sempre havia um ativo movimento de elementos religiosos e culturais, que tinham a tendência de criar uma síntese quase imperceptível. Através dos muitos séculos que precederam a conquista israelita, esse processo de sintetização estivera a influenciar os habitantes pré-israelitas da Síria-Palestina, de forma que ao tempo da entrada de Israel na terra, os cananeus estavam inteiramente escravizados a um paganismo moralmente degenerado (Veja quadro nº 21).

1. Oportunidade de Perigo para Israel na Conquista. Naquela situação moral e religiosa com que Israel se defrontou no limiar da Conquista, a nação hebréia teve a maior oportunidade de testificar a respeito da sua distinta missão e vocação, mas, ao mesmo tempo, correu o maior perigo. Se a nação permanecesse leal à sua vocação para a separação, e resistisse às incessantes pressões de todos os lados, para ceder a um sincretismo religioso e moral com o paganismo que a rodeava, a execução da sua tarefa santa e elevada de abençoar o mundo, seria assegurada (Êxodo 19: 5-7).

Se, por outro lado, a nação transigisse na sua separação moral e espiritual, o seu testemunho estava fadado ao insucesso, bem como o seu papel de abençoadora. Esta é a razão porque os israelitas foram divinamente advertidos para não apenas destruir completamente os cananeus, que por sua idolatria abjeta e impiedade haviam perdido o direito à terra de Canaã, mas também para tomar posse da sua terra, e conservarem-se em separação rígida e inflexível da idolatria, que havia levado os seus antecessores à corrupção e à queda (Gênesis 15: 16; Josué 6: 17-21; Juízes 2: 1-3, etc.).

2. Resumo Bíblico da Conquista. Depois de assinaladas vitórias na Transjordânia, sobre Siom, Rei dos amorreus, e Ogue, rei de Basã; depois da morte de Moisés e sob a liderança de Josué, Israel passou o Jordão e começou a Conquista. A história da Conquista é contada em Josué 1 a 12, e a distribuição da terra pelas várias tribos é narrada em Josué 13 a 22. Depois da destruição de Jericó e Ai (Josué 6: 1 - 8: 29), a conquista do sul de Canaã (cap. 10) e do norte de Canaã (cap. 11: 1-5) é descrita. Em Josué 11: 16 a 12: 24, a Conquista é resumida.

Os acontecimentos registrados no relato bíblico, são evidentemente muito seletivos. Declarações sumárias (cf. 21: 43-45) aparentemente incluem outras conquistas não descritas especificamente no livro. As que foram incluídas foram consideradas suficientes para alcançar o objetivo do autor, de provar a fidelidade de Deus para com o Seu povo, dando-lhe a terra de Canaã como sua possessão.

II. A DATA DA CONQUISTA

A discutida questão da data da Conquista é idêntica ao debatido problema da data do Êxodo. Ambos até agora contêm muitas dificuldades insolúveis, e são objeto de infindas controvérsias entre os estudiosos. Como diz Millar Burrows: "Tem que admitir-se que a arqueologia não simplificou o problema da data da Conquista, mas pelo contrário introduziu novas complicações".¹

1. A Narrativa Bíblica da Conquista é Abreviada. O relato bem detalhado de certas fases das vitórias israelitas, particularmente os sucessos iniciais em Jericó e Ai, e a narrativa extremamente abreviada de algumas das outras campanhas, como, por exemplo, a do norte de Canaã (Josué 11: 1-5), sem mencionar algumas batalhas aparentemente importantes, se têm combinado para darem a impressão de simplicidade, e assim obscureceram até certo ponto a complexidade original, que por sua vez está sendo, sem dúvida, revelada pela arqueologia. Não obstante, a narrativa de Josué realmente indica que o problema é complicado pelo fato de a Conquista não ter acontecido de uma vez, mas em etapas.

É claro, por exemplo, que a Transjordânia foi conquistada por Moisés, grande parte da Palestina oriental e central por Josué, e as porções restantes pelas tribos, antes ou depois da morte de Josué (Juízes 1: 1-36), ao passo que cidades, individualmente, como Gezer (Juízes 1: 29; 1 Reis 9: 16), Dor, Megido, Tanaque e Bete-Seã (Juízes 1: 27, 28) não foram subjugadas senão muito mais tarde.

2. A Cronologia Bíblica e a Conquista. Se as narrativas bíblicas são aceitas como fontes dignas de fé, é a correspondente cronologia bíblica for seguida, o Êxodo, como foi notado (no capítulo precedente), deve ser colocado em cerca de 1441 A. C., e a queda de Jericó em cerca de 1401 A. C. Com isto concorda a opinião do escavador britânico de Jericó, Professor John Garstang. As notas cronológicas dadas em Juízes 11: 26 e 1 Reis 6: 1 o confirmam, bem como o evidente esquema cronológico que é subjacente aos livros históricos velho-testamentários da época de Salomão. Ademais, esta posição tem a grande vantagem de permitir uma identificação pelo menos parcial dos Habiru das Cartas de Amarna com os israelitas liderados por Josué. Esta opinião é, sem dúvida, a que é corroborada pelas Escrituras do Velho Testamento (Veja quadros nº 22 e 23).

3. Suposto Conflito de Datas Arqueológicas em Ai. Todavia, a data de 1401 A. C. para o início da Conquista viola os resultados seguros de achados arqueológicos na Palestina, notavelmente em Ai, Laquis e Debir (Quiriate-Sêfer). O problema de Ai é ainda mais sério, se o outeiro de Tel for realmente a cidade bíblica. A escavação do local feita por Mme. Judith Marquet-Krause, em 1933 e 1934, mostrou que houve um lapso ocupacional na história do outei-

ra, de cerca de 2200 A. C. até depois de 1200 A. C., de forma que supostamente não havia nada além de ruínas naquele lugar, quando Josué e Israel são mencionados como tendo-o capturado e destruído (Josué 8).

Alguns críticos, como Martin Noth, tentam apresentar uma solução para o problema, colocando de lado, radicalmente, a história bíblica, como sendo uma lenda etiológica, que supostamente explica como o lugar chegou a ficar em ruínas e a ser chamado "Ruína", o significado de "Ai" em hebraico. Uma explicação menos radical, mas que empresta bem pequeno crédito histórico à narrativa bíblica, é a W. F. Albright, que supõe que a narrativa de Josué 8 se refere originalmente à destruição de Betel, no século XIII A. C., mas que o interesse etiológico nas ruínas de Ai fizeram com que a história fosse atribuída àquele lugar, em vez de a Betel. Mas essa suposição, além de ser passível de objeção, pelo fato de repercutir na genuína historicidade do relato bíblico, é extremamente improvável, visto que a narrativa bíblica distingue cuidadosamente entre as duas cidades (Josué 8:12), e não há a mais leve sugestão de qualquer destruição de Betel nessa época.

Porém, a destruição de Betel no século XIII A. C., por uma tremenda conflagração demonstrada na escavação do local, feita em 1934 por uma expedição conjugada do Seminário Teológico de Pittsburgo-Xênia e das Escolas Americanas de Pesquisa Oriental, sob a direção do Professor Albright, deve sem dúvida ser relacionada com a destruição posterior da cidade, levada a efeito pela tribo de José, algum tempo depois da morte de Josué (Juízes 1:22-26).

Mais razoável é a explicação do padre Hughes Vincent, de que os habitantes de Ai tinham somente um destacamento militar em Ai, de tão modestas proporções e natureza temporária tal, que não foram deixados despojos que pudessem proporcionar vestígios da sua existência, para o arqueólogo.

Qualquer que seja a explicação, investigações e escavações futuras, nas vizinhanças, produzirão sem dúvida a solução correta. Até agora, dificilmente será possível provar, como sugere Vicent, que ali houvesse uma aldeia nos dias de Josué, pois nenhum traço que o comprove pôde ser encontrado até agora. A narrativa bíblica enfatiza o pequeno tamanho da cidade que então existia (Josué 7:3), que podia ser nada mais do que uma fortaleza guardando Betel. Ademais, também deve ser lembrado, como observa Sir Frederic Kenyon, "que a transferência do nome de um local em ruínas ou abandonado, para um outro nas cercanias, é um fenômeno comum na Palestina".² Pesquisa futura pode estabelecer o verdadeiro local da cidade do fim da Idade de Bronze, que caiu diante de Josué não em et-Tel, mas algures, nas redondezas imediatas ou remotas das antigas ruínas, e descobrir que o nome da cidade mais antiga fora transferido para ela.

4. *Suposta Evidência Encontrada em Laquis.* Achados arqueológicos em Laquis (Tell ed-Duweir), cuja captura efetuada por Josué e todo Israel é revelada em Josué 10:31-33, mostram que a cidade sofreu violenta destruição pelo fogo, em cerca de 1230 A. C. Uma espessa camada de cinzas, contendo um camafêu de Ramsés II, um vaso com inscrições e vários outros detalhes, combinam para estabelecer a data. Porém, facilmente pode suscitar-se uma interrogação: A destruição deve ser atribuída aos israelitas invasores, sob a direção de Josué? Advogados da teoria que pós-data a conquista, depressa supõem ser este o caso. Contudo, além de estar completamente fora de foco, em relação aos achados de Jericó e a cronologia bíblica geral, deve-se considerar o fato de que os registros bíblicos não dizem nenhuma palavra a respeito da destruição ou do incêndio da cidade em si, quando invadida por Josué. Pelo contrário, à luz de Josué 11:13, conclui-se claramente que no caso das "cidades que estavam sobre os outeiros", Josué manteve um princípio militar de não queimá-las, com uma exceção apenas.

5. *Suposta Evidência Encontrada em Debir.* A cidade de Debir, anteriormente conhecida como Quiriate-Séfer, oferece um exemplo semelhante. Atualmente identificada com o Tel Beit Mirsim, a vinte quilômetros a sudoeste de Hebrom, o outeiro foi escavado em 1926 por uma expedição conjunta do Seminário Teológico de Pittsburgo-Xênia e Escolas Americanas de Pesquisa Oriental de Jerusalém, sob a direção de Melvin Grove Kyle e W. F. Albright. Aí também, no fim da Idade de Bronze, há uma grande camada de material queimado sobre a qual há despojos israelitas. Contudo, deve esta destruição da cidade cananita, pouco antes de 1200 A. C.,

ser relacionada com as conquistas de Josué? Não se diz que o conquistador destruiu a cidade em si (Josué 10: 38, 39), mas apenas os seus habitantes, e ela deve ter sido ocupada de novo pelos cananeus, e subseqüentemente recapturada para Judá pelo genro de Calebe, Otniel (Josué 15: 15-17, Juízes 1: 11-13), a menos que se suponha haver duas narrativas contraditórias e diferentes.

6. *Necessidade de Cuidado ao Usar Datas Arqueológicas.* Diante disto tudo, é lógico que os investigadores precisam ser extremamente cuidadosos contra a tentação constante de "torcer" uma evidência arqueológica para apoiar uma teoria. Os estudiosos também precisam ser extremamente cautelosos para não atribuir autoridade indevida aos cálculos de datas feitos pelos arqueólogos, e suas respectivas interpretações. Que a fixação de datas e as conclusões tiradas das descobertas arqueológicas, muitas vezes dependem de fatores subjetivos, é amplamente demonstrado pelas amplas divergências entre competentes autoridades nessas matérias (Por exemplo, Garstang data a queda de Jericó em c. 1400 A. C.; Albright apóia a data de c. 1290 A. C.; Hughes Vincent, célebre arqueólogo palestino, endossa a data de 1250 A. C., enquanto que H. H. Rowley considera Ramsés II como o Faraó da Opressão, e o Êxodo como tendo acontecido sob o reinado de seu sucessor, Marnipta, em cerca de 1225 A. C.)

Na questão dos problemas gêmeos da datação do Êxodo e da Conquista Israelita de Canaã, o estudante conservador tem razão de ser vagaroso em abandonar a data de c. 1441 A. C. para o primeiro e c. 1401 A. C. para a segunda em favor de um período de século e meio ou mais, posteriormente, com a desculpa de que a evidência arqueológica o exige.

III. A EXTENSÃO DA CONQUISTA

No relato da invasão de Canaã sob o mando de Josué (Josué 1-12) é transparente que embora o poder dos cananeus tivesse sido quebrantado pela destruição de Jericó e Ai (Josué 6-8), como resultado das campanhas do sul (Josué 10) e do norte (Josué 11: 1-5), ainda assim os habitantes não foram inteiramente exterminados (Juízes 1: 1-36).

1. *A exterminação dos Cananeus Não É Completa.* Embora os cananeus tenham sido completamente massacrados quando uma cidade era conquistada, em muitos casos a própria cidade não era destruída (Josué 11: 13), e não poucos de seus habitantes, que haviam podido escapar por terem fugido ou se terem escondido, voltaram (Josué 10: 43) para as cidades invadidas, e anos mais tarde, quando as tribos de Israel se espalharam, procurando lugar para se estabelecerem, encontraram resistência esporádica. Da mesma forma, lugares outrora conquistados como Debir (Josué 10: 38, 39) tiveram que ser mais tarde reconquistados (Juízes 1: 11-15). Entre outros casos semelhantes, encontra-se Hebrom (Josué 10: 36, 37; Juízes 1: 10)

2. *Erros Políticos de Josué.* Três desacertos políticos foram cometidos por Josué. Ele fez um tratado com os gibeonitas (Josué 9); permitiu que os jebuseus se conservassem em Jerusalém (Josué 15: 63), e não conseguiu desapossar os filisteus e controlar a região marítima. Como resultado, Judá e Simeão ficaram separados do resto da nação. A fortaleza dos jebuseus em Jerusalém dominava a principal estrada para o norte, que era ladeada, durante cerca de dezesseis quilômetros, a oeste, por colônias dos gibeonitas. Entre Jerusalém e Jericó havia um pedaço de terra pedregosa cortada por gargantas intransponíveis, que orientavam na direção leste-oeste. De Jerusalém em direção ao oeste, para o Mar Mediterrâneo, havia uma faixa de território ocupada por estrangeiros — primeiramente gibeonitas, depois cananeus em Dã e depois filisteus, junto ao mar. Esta situação estava destinada a causar sérias repercussões na história subseqüente de Israel.

Contudo, Josué e Israel não conseguiram expulsar os cananeus de várias outras partes do país — especialmente Gezer (Josué 16: 10) e de Bete-Seã, Ibleã, Dor, Endor, Taanaque e Megido, dentro da Planície de Esdrelon e em volta dela (Josué 17: 11); de Bete-Semes na campina (Juízes 1: 33); da região de Aco, e de Sidom, no território litorâneo de noroeste (Juízes 1: 31). Onde quer que aos cananeus foi permitido permanecer, eles provaram ser um laço para os israelitas, de acordo com a advertência divina (Juízes 3: 6, 7).

Capítulo XV

A RELIGIÃO DOS CANANEUS

A ordem para exterminar os cananeus era um ato justificável da parte de Deus, que o havia ordenado, ou da parte do homem, que pelo menos em parte obedeceu? Seria o episódio uma contradição com o caráter de Deus e de Seu povo? Tantas vezes se tem declarado que era uma ordem inconsistente e injustificável, tanto da parte de Deus como do homem, que uma consideração do caráter moral e religioso dos cananeus é questão da maior importância a fim de resolver as supostas dificuldades teológicas que são comumente interpostas.

O Professor H. H. Rowley, por exemplo, declara que a ordem divina para destruir os cananeus em geral, ou Jericó e seus habitantes em particular, e episódios semelhantes no Velho Testamento, são contrários à revelação neo-testamentária de Deus em Cristo, e inclui meramente os pensamentos errôneos dos escritores ou personagens em questão, a respeito de Deus, o que agora não mais podemos aceitar como verdadeiros. Sobretudo, Rowley declara que esses incidentes de destruição coletiva contêm elementos "espiritualmente insatisfatórios" e acarretam "desonra a Deus".¹

Felizmente, o teólogo conservador é grandemente fortalecido em sua réplica a essa sorte de crítica, pelas notáveis contribuições recentes da arqueologia ao nosso conhecimento do caráter e da religião dos cananeus, o que corrobora plenamente as citações bíblicas da sua depravação, e demonstram a rematada culpabilidade desse povo antigo, justificando ao mesmo tempo a justiça divina no ordenar a sua exterminação, e os motivos humanos para exterminá-los.

I. VELHAS E NOVAS FONTES DE CONHECIMENTO

Apesar da suprema importância da Moral e da religião cananita no campo da teologia e dos estudos bíblicos gerais, pouco se sabia desse assunto vinte e cinco anos atrás, exceto o que, por um lado, podia ser respingado na Bíblia, que no entanto era suficientemente grande para a fé, e por outro lado, o que fora preservado nos autores greco-romanos, que era insuficiente, do ponto de vista dos eruditos (Veja quadro nº 24).

1. *Filo de Biblos*. A principal fonte de conhecimento a respeito da religião dos cananeus, antes que as novas fontes se tornassem disponíveis, desde 1930, era Filo de Biblos, nome grego da antiga Gebal, no Mediterrâneo (Josué 13: 5; 1 Reis 5: 18), quarenta e duas milhas ao norte de Sidom. Filo viveu em cerca de 100 A. D. Era um erudito fenício que coligiu dados para um trabalho histórico chamado *Phoinikika* ou "Assuntos Fenícios", chamada "História Fenícia" pelos estudiosos gregos posteriores. De acordo com Porfírio e Eusébio, Filo havia traduzido os escritos de um fenício anterior, chamado Sanchuniátom, que se supõe ter vivido em época bem remota, que W. F. Albright localiza entre 700 e 500 A. C. Sanchuniátom, supõe-se, deve ter por sua vez recebido o seu material de um certo Hierombalus, que vivera no reinado de Ababal rei de Beritus, que se diz ter florescido antes da Guerra de Tróia.

2. *Poesia Ugarítica*. A abstração da mitologia fenícia, que foi preservada de Filo através de Eusébio (como as citações bíblicas a respeito do mesmo assunto), costumava ser considerada como suspeita pelos críticos eruditos, e considerada em grande parte, como a invenção

de Filo, sem valor intrínseco na qualidade de fonte de conhecimento da religião fenícia. Esta atitude cética foi completamente desaprovada por uma das mais importantes descobertas arqueológicas da primeira metade do século XX – a exumação da literatura épica religiosa no lugar de Ras Shamra (a antiga Ugarite dos documentos egípcios e hititas, e das Cartas de Amarna), no litoral norte da Síria (1929-1937). (Veja quadro nº 25).

Esses significativos textos poéticos descobertos por C. F. A. Schaeffer em uma série de campanhas, mostrou que os deuses de Filo têm nomes que agora são, em grande parte, bem conhecidos devido às fontes ugaríticas, bem como outras fontes cananéias contemporâneas e posteriores. Os mitos de Filo são caracterizados pelo mesmo abandono moral e barbárie primitiva, ao lado da predileção por nomes descritivos e personificações, como são encontrados em Ugarite.

As novas fontes de conhecimento indicam pequena mudança no conteúdo da mitologia cananita entre c. 1400 e c. 700 A. C. Muitos detalhes da narrativa de Filo, não apenas quanto aos nomes das divindades, mas também quanto à atmosfera mitológica, estão em perfeita harmonia com os mitos ugaríticos e com inscrições fenícias posteriores. Os eruditos têm razão, portanto, de aceitar, pelo menos provisoriamente, todos os dados preservados por Filo, que não incluam interpretação subjetiva da parte dele.

II. O PANTEÃO CANANEU

As divindades cananéias, por outro lado, apresentam notável fluidez de personalidade e função, de forma que muitas vezes é extremamente difícil fixar o domínio particular dos diferentes deuses, ou definir o seu parentesco de uns para com os outros. Relações físicas, e mesmo mudança de sexo, aparecem com desconcertante facilidade. Esse é um dos aspectos brutalmente irracionais da religião cananéia, indicador da sua natureza corrupta. Por outro lado, as divindades cananéias tem, quase todas, nomes etimologicamente transparentes, fato que parece indicar o panteão cananeu como representante do mais bárbaro e primitivo politeísmo.

Fontes epigráficas, mistas e literárias, revelam os nomes dos principais deuses e deusas de numerosas cidades cananéias, em vários períodos. As divindades ugaríticas são agora mais bem conhecidas devido às centenas de textos religiosos que datam dos séculos XV e começo do século XVI A. C., que foram encontradas em uma biblioteca contida em edifício situado entre os dois grandes templos de Ugarite, um dedicado a Bual e o outro a Dagom. As divindades que figuram nos textos mitológicos de Ugarite não eram, evidentemente, peculiares à cidade, mas eram populares entre todos os cananeus, visto que têm apenas vaga relação com as divindades mais populares adoradas na cidade propriamente dita.

1. *El* é o nome pelo qual a suprema divindade cananita é conhecida. Este é também o nome pelo qual Deus é chamado no Velho Testamento – *El*, o Deus (*Elohim*) de Israel (*'el 'elohe yisrael*, Gênesis 33: 20). Em prosa, ele ocorre mais amiúde com adjunto – *El Elyon* (“O Deus Altíssimo”, Gênesis 14: 18), *El Shaddai* (“Deus Forte”, Gênesis 17: 1), *El Hai* (“O Deus vivo”, Josué 3: 10) e comumente no majestoso plural, *Elohim*. Na poesia hebraica *El* é muito mais freqüente, onde aparece muitas vezes sem qualquer adjunto (Salmos 18: 31, 33, 48; 68: 21; Jó 8: 3).

A palavra *el* é nome genérico de deus em semita noroestino (hebraico e ugarítico) e como tal é também usado no Velho Testamento para designar divindades ou ídolos pagãos (Êxodo 34: 14; Salmo 81: 10; Isaías 44: 10). O termo genérico original era *'ilum*, cujo caso nominativo terminava em *u*, tornando-se *'el* em hebraico. Era quase certamente uma formação adjetiva (particípio intransitivo) da raiz “ser forte, poderoso” (*'wl*), que significava “O forte (poderoso)”.

No paganismo cananeu, o *el par excellence*, era o cabeça por excelência do panteão. Como o deus, *El* era, de acordo com a ilogicidade geral e a grosseria moral da religião cananéia, uma figura obscura e tenebrosa que, diz Filo, tinha três esposas, que eram também suas irmãs, e que com facilidade descia da sua eminência para tornar-se protagonista de sórdidas escapadas e crimes. Filo retrata *El* como um tirano sanguinário, cujos atos amedrontavam todos os outros deuses; ele havia destronado seu próprio pai, Urano, assassinara seu filho favorito, e decapitara sua pró-

para filha. Os poemas ugaríticos adicionam o crime de luxúria descontrolada ao seu caráter mórbido, e a descrição da sedução por ele levada a efeito, de duas mulheres anônimas é a mais sensual da literatura do antigo Oriente Próximo.

Apesar dessas enormidades, El era considerado o exaltado “pai dos anos” (*abu shanina*), “Pai do homem” (*abu adamî*) e “touro progenitor”, isto é, o pai dos deuses, assemelhado tacitamente a um touro em meio a um rebanho de vacas. Como o Zeus de Homero, ele era “o pai dos homens e dos deuses”.

2. *Baal* era o filho de El, e rei dos deuses em exercício, dominando o panteão cananeu. Como sucessor de El, ele foi entronizado em um alto monte, nos longínquos céus setentrionais. Muitas vezes ele era considerado como “o Senhor do céu” (*Baal-Shamem*); mas às vezes distinto deste último como em Filo, Baal era o deus da chuva e da tempestade, cuja voz podia ser ouvida reverberando pelos céus, no trovão. É pintado em um monólito de Ras Shamara, brandindo uma clava na mão direita e ostentando, na esquerda, um relâmpago estilizado, que termina em ponta de lança (Veja quadro nº 26).

Na literatura ugarítica, dá-se a Baal o epíteto de Aliá “aquele que prevalece”. Como doador da chuva e de toda a fertilidade, figura proeminente na mitologia cananéia em sua luta contra Mote (Morte), deus da seca e da adversidade. Em seu desforço com Mote, ele é morto. Como consequência, um período de sete anos de escassez tem início. Em seguida, a deusa Anate, irmã e amante de Aliá, vai em procura dele, retoma o seu corpo e mata o seu inimigo, Mote. Aliá Baal, então, é trazido de volta à vida e colocado no trono de Mote, para que possa assegurar a revivificação da vegetação durante sete anos. Esse é o tema central da grande Epopéia Ugarítica de Baal.

Além de rei dos deuses e deus da tempestade, Baal era o deus da justiça, o terror dos malfetores. Era também chamado “filho de Dagom”, deus dos cereais, que era a principal divindade de Asdode (I Samuel 5: 1-7) e que tinha tribos em Ugarite e Gaza (Juízes 16: 23).

Em Ugarite, a consorte de Baal era sua irmã, Anate, mas em Samaria, no século IX A. C., Aserá aparece desempenhando aquele papel (I Reis 18: 19). Diferentes lugares e diferentes períodos organizam o panteão de maneira um tanto diferente, mas o aspecto era em grande parte estável. O nome Baal na língua semita do noroeste (Hebraico, fenício e ugarítico) é a designação comum para “dono” ou “senhor”, e da mesma forma que *el*, “o forte”, podia ser aplicado a vários deuses. Portanto, desde um período remoto (por volta, pelo menos, do século XV A. C.) o antigo deus semita da tempestade, Hadade (o acádio Adade) se tornou “o senhor” *par excellence*.

3. *Anath*, (Anate) combinação de irmã e esposa de Baal, era uma das três deusas cananéias, cujos caracteres dão uma idéia da profundidade da depravação moral à qual os cultos cananeus mergulharam. As outras duas são Astarte e Aserá. Todas as três eram padroeiras do sexo e da guerra — o sexo principalmente em seu aspecto sensual de lascívia, e a guerra nos seus piores aspectos de violência e homicídio.

É singular, segundo o nosso ponto de vista, que a Anate fosse dado o epíteto de “virgem” e “a Santa” (*qudshu*) no seu papel invariável de prostituta sagrada — outra ilustração da completa ilogicidade e indiscriminação moral da religião cananéia. Combinação tão contraditória de virgindade e fertilidade não apenas aparece nas deusas cananéias, mas a emasculação e a fecundidade se apresenta como manifestações contraditórias dos deuses cananeus, e a prostituição sagrada de ambos os sexos era concomitante ao culto das deusas sírias e fenícias (Veja quadro nº 27).

A deusa era chamada *qudshu*, “a Santidade”, isto é, “a Santa”, no sentido moral pervertido, e representações dela na forma de mulher nua, montando um leão com um lírio em uma mão e uma serpente na outra, indicam-na como uma cortesã divina. No mesmo sentido os prostitutos masculinos consagrados ao culto da *qudshu*, e a prostituição deles em honra dela, eram chamados *gadesh*, geralmente traduzidos como “sodomitas” (Deuteronômio 23: 18; I Reis 14: 24; 15: 12; 22: 46). O feminino *qedeshah* é também encontrado (Deuteronômio 23: 18; Oséias 4: 14).

O lírio e a serpente são caracteristicamente cananeus. O Primeiro representa a graça e a atração sexual do portador, e o segundo simboliza a sua fecundidade. No seu auge, os aspectos eróticos deste culto devem ter chafurdado aquele povo em profundidade de degradação social extremamente sórdidas.

Como podroeira da guerra, Anate aparece em um fragmento da Epopeia de Baal, em uma incrível orgia sangrenta de destruição. Por alguma razão desconhecida, ela massacra a humanidade cruelmente, moços e velhos, coletivamente, da maneira mais horrível, movendo-se prazerosamente em meio a sangue humano coagulado que sobe até seus joelhos — sim, até o pescoço, deliciada, exultando sadicamente todo o tempo.

4. *Astarte*, deusa da estrela vespertina, relacionava-se, como Anate e Aserá, com o sexo e a guerra, e nem sempre era distingüida claramente delas. No Egito, Anate e Astarte eram até fundidas em uma só divindade, Antarte, enquanto que na Síria, posteriormente, o seu culto foi substituído pelo de uma divindade composta — Anate-Astarte (Atargatis). Como Anate, Astarte era tanto uma deusa mãe como cortesã divina, e participa de toda a torpeza moral da outra.

5. *Asherah*, (Aserá) esposa de El na mitologia ugarítica, é chamada *Athirata-Yammi*, “A Que Anda sobre o (no) Mar”. Era a deusa principal de Tiro no século XV A. C. com o apelido de *Qudshu*, “santidade”. No Velho Testamento, Aserá aparece como deusa ao lado de Baal, de quem evidentemente se tornou consorte, pelo menos entre os cananeus do sul. Contudo, a maioria das referências bíblicas ao seu nome indica, obviamente, algum objeto de culto feito de madeira, que podia ser cortado e queimado, talvez a imagem da deusa (I Reis 15: 13; II Reis 21: 7). Seus profetas são mencionados (I Reis 18: 19), e os vasos usados no seu serviço, referidos (II Reis 23: 4). A existência de numerosos símbolos, sobre todos os quais se cria ser a deusa imanente, levava à criação de numerosas formas da sua pessoa, que eram descritas como Aserim. O próprio objeto de culto, qualquer que fosse ele, era inteiramente detestável aos fiéis adoradores de Jeová (I Reis 15: 13), e era estabelecido nos lugares altos, ao lado dos “altares de incenso” (*hammanim*) e dos “pilares de pedra” (*masseboth*). A tradução de *Asherah* por “bosque” segue uma tradição singular, preservada na Septuaginta e na Vulgata, que aparentemente relaciona a imagem da deusa com o lugar costumeiro da sua adoração.

Outras divindades cananéias além de El, Baal, Anate, Astarte (Asterote), eram Mote (Morte), inimigo de Baal; Resepe, deus da pestilência e senhor do mundo inferior; Sulmã ou Salim, deus da saúde; Cosar (Hotar), deus das artes e ofícios, e outros.

III. CARÁTER GERAL DOS CULTOS CANANEUS

A literatura épica de Ugarite ajudou a revelar a profundidade de depravação que caracterizava a religião cananéia. Sendo politeísmo de tipo extremamente degradante, a prática de culto cananeu era bárbara e inteiramente licenciosa. Ela causava, inevitavelmente, um efeito retardante e debilitante sobre todas as fases da vida cultural e comunitária dos cananeus. Era inevitável que o povo gravitasse no nível moral dos sórdidos deuses que adorava. “Tais deuses, qual sacerdote; tal sacerdote, qual povo”, expressa uma lei que opera infalivelmente.

1. *Os Cultos Cananeus Eram Inteiramente Imorais*. A brutalidade, lascívia e abandono da mitologia cananéia é muito pior do que qualquer outra existente no Oriente Próximo àquela época. E o caráter assustador das divindades cananéias, ou melhor, a falta de caráter moral, deve ter produzido os piores traços de caráter em seus devotos, que herdaram muitas das práticas mais desmoralizantes da época, tais como prostituição sagrada, sacrifício de crianças e adoração de serpentes.

2. *Os Cultos Cananeus Enfraquecem e Corrompem*. Uma religião tão estéril e corrupta não poderia ter outro efeito sobre a população, se não o desvitalizador. As práticas dos cananeus se tornaram tão vis, que se diz que a terra “vomitou os seus moradores” (Levítico 18: 25) e os israelitas foram advertidos por Jeová para guardarem todos os Seus estatutos e ordenanças “para que a terra” em que Ele estava para fazê-los entrar para que nela habitassem, não os “vomitasse” também (Levítico 20: 22). O caráter da religião cananéia, retratado na literatura

ugrítica,provê ampla base para ilustrar a exatidão destas declarações bíblicas na sua caracterização da degenerescência moral e religiosa dos habitantes de Canaã, que devido a isso deviam ser dizimados, ¹

3. *O Caráter dos Cultos Cananeus Justifica Inteiramente a Ordem Divina para Destruir os Seus Seguidores.* Não há base teológica firme para questionar a justiça de Deus ao ordenar o extermínio de um povo tão depravado, ou para negar a integridade de Israel como povo de Deus, ao executar a ordem divina. Da mesma forma, nada há neste episódio da destinação de Jericó à destruição, que consista em conflito como a revelação neo-testamentária de Deus em Cristo, como insiste H. H. Rowley.

A infinita santidade de Deus é tão ultrajada pelo pecado no Novo Testamento como no Velho, e a ira divina não é nem um pouco mitigada contra o pecado dos que não aceitam o perdão ofertado em Cristo, como o testificam amplamente os julgamentos apocalípticos diretamente pronunciados contra os homens dos últimos tempos, que rejeitaram a Cristo.

O princípio de clemência divina opera, todavia, em todas as épocas, nas relações de Deus para como o homem. Deus é longânimo, até que a medida da iniquidade esteja cheia, seja no caso dos amoritas (Gênesis 15: 16), seja no da raça antediluviana que ele destruiu pelo Dilúvio (Gênesis 6), ou no dos degenerados moradores de Sodoma e Gomorra, que Ele consumiu pelo fogo (Gênesis 19). No caso dos cananeus, em vez de usar as forças da natureza para executar os seus desígnios punitivos, Ele usou os israelitas como ministros da Sua justiça. Os israelitas foram informados da verdade de que eram os instrumentos da justiça divina (Josué 5: 13, 14). À luz do quadro global, a exterminação dos cananeus pelos israelitas era justa, e o emprego destes para a realização da obra era correto. Era uma questão de destruir ou ser destruído, de conservar-se separado ou ser contaminado e consumido.

4. *Os Cultos Cananeus Eram Perigosamente Contagiosos.* Implícita, no reto julgamento, estava a intenção divina de proteger e beneficiar o Mundo. Quando Josué e os israelitas entraram na Palestina no século XIV A. C., a civilização cananéia estava tão decadente, que foi pequena perda para o mundo o fato de ser ela virtualmente exterminada em determinadas partes da Palestina. A falha dos israelitas, em executar a ordem de Deus de maneira completa, foi um dos grandes erros que eles cometeram, bem como um pecado, e resultou em injúria permanente para a nação.

No julgamento que se seguiu, a infinita santidade de Jeová, o Deus de Israel, devia ser vindicada salientemente contra o negro pano de fundo de um paganismo inteiramente imoral e degradado. A atitude completamente inflexível ordenada por Jeová e seguida pelos líderes de Israel, deve ser encarada sob a sua verdadeira luz. Qualquer compromisso entre Deus de Israel e as vis divindades da religião cananéia, era inimaginável. Jeová e Baal eram polos opostos. Não podia haver transigência sem catástrofe.

O sumário que W. F. Albright faz da situação é notável, por sua eloquente visão em profundidade:

Foi bom, para o futuro do monoteísmo, que os israelitas da Conquista fossem um tanto selvagens, providos de energia primitiva e rude vontade de sobreviver, visto que o resultante extermínio dos cananeus evitou a completa fusão dos dois povos aparentados, o que teria, quase que inevitavelmente, feito baixar o padrão israelita a um nível de onde a recuperação teria sido impossível. Dessa forma os cananeus, com a sua orgiástica adoração naturalística, seu culto da fertilidade na forma de uma serpente e a sua nudez sensual, e a sua mitologia grosseira foram substituídas por Israel, com a sua simplicidade nômade e pureza de vida, seu elevado monoteísmo e seu severo código de ética. De maneira não totalmente diferente, um milênio depois os cananeus africanos, como eles ainda chamavam a si próprios, ou cartagineses, como nós os chamamos, com a grosseira mitologia fenícia, que conhecemos de Ugarite e através de Filo de Biblos, com sacrifícios humanos e o culto do sexo, foram esmagados pelos romanos imensamente superiores, cujo severo código de moral e paganismo estranhamente elevado nos faz recordar, de muitas maneiras, o antigo Israel.²

Capítulo XVI

O PERÍODO DOS JUÍZES

A época dos juízes, que vai desde a morte de Josué até o tempo de Saul e o estabelecimento da monarquia, foi um período de desordem e apostasia. As condições anárquicas, que prevaleceram em grande parte desse período, são enfatizadas no relato escriturístico: "Naqueles dias não havia rei em Israel: cada um fazia o que achava mais reto" (Juízes 17:6; 21:25). A idolatria cananéia, que os israelitas conquistadores falharam em extirpar completamente, provou ser uma armadilha contínua, como já haviam Moisés e Josué advertido solenemente. Por isso, o povo caiu no paganismo repetidas vezes, e assim a adoração no santuário central, onde estava a arca, tornou-se difícil pelas condições confusas do país.

Durante esse longo período em que as tribos se estabeleceram nas suas porções designadas na terra prometida, foram levantados líderes especiais por comissão divina, capacitados para libertar os israelitas oprimidos, quando o afastamento do judaísmo mosaico os levava a serem castigados na forma de dominação por parte de alguma força estrangeira invasora. Esses libertadores pseudo-carismáticos ou especialmente dotados, eram intitulados juízes, *shophetim*. O nome *shophet* ou "juiz" é uma antiga palavra cananéia, encontrada posteriormente entre os cartagineses com o significado de "magistrados", chamado em latim *sufes* (plural, *sufetes*), e correspondendo ao cônsul romano. Tendo libertado a nação ou parte dela, e desta forma tendo demonstrado a sua vocação divina, o libertador era considerado, pelo povo, como o campeão de seus direitos legais e políticos.

A lista dos juízes enumera doze, excluindo-se Abimeleque, filho de Gideão, que foi um pequeno rei. É bem claro, segundo a narrativa bíblica, que os juízes não constituíram uma linha contínua de governantes, mas apareceram esporadicamente, segundo a ocasião se ofereceu. Além do mais, muitas vezes eram apenas heróis locais, realizando proezas em regiões restritas ou em certas tribos. Também é certo que alguns dos que são relacionados governaram, pelo menos em parte, em diferentes partes do país simultaneamente.

I. A CRONOLOGIA DO PERÍODO

A data designada para o período dos Juízes depende, é claro, da data atribuída ao Êxodo do Egito e à Conquista da Palestina. Segundo a data mais primitiva de 1441 A. C. para o Êxodo e 1401 A. C. para a queda de Jericó, e dando trinta anos para Josué e dez para os anciãos que lhe sobreviveram, o período deve ter-se estendido de cerca de 1361 até cerca de 1020 A. C., época de Saul. Segundo as teorias posteriores, o período deveria ser colocado entre 1200-1020 A. C. Esta datação posterior, embora considerada inescapável à luz de certas supostas descobertas arqueológicas, não obstante é repleta de graves problemas e de muita confusão, e não se coaduna com a datação bíblica. Ela não apenas colide com o esquema cronológico do período posterior, de Abraão a Moisés, mas também precisa esticar a época dos Juízes, se se deseja observar as notas cronológicas bíblicas contidas no livro em pauta, mesmo que seja de maneira genérica.

1. Subsídios Cronológicos Detalhados no Relato Bíblico. Embora as numerosas indicações cronológicas encontradas no Livro dos Juízes não permitam datar esse período da história israelita por esse meio, uma colocação cuidadosa dos vários elementos cronológicos encontrados no livro, e uma comparação com outros elementos cronológicos pertinentes em outros livros

do Velho Testamento, mostram que o esquema de tempo subjacente à narrativa bíblica é bem consentâneo com a datação mais remota, ou seja, de 1441 A. C. para Êxodo, de acordo com I Reis 6: 1, segundo o que o quarto ano de Salomão, em que ele começou a construir o templo, era 480 anos depois que os filhos de Israel saíram do Egito. No entanto, esse plano cronológico subjacente ao livro de Juízes é inteiramente irreconciliável com as teorias que pós-datam o Êxodo, que precisam ser completamente rejeitadas ou muito bem explicadas pelos que as advogam.

As notas cronológicas que tratam da duração das diversas opressões, juizados e períodos de paz, dadas no livro de Juízes, são as seguintes: Israel serve Cusã-Risataim durante 8 anos (3: 8); a libertação é efetuada por Otniel, e a terra descansa em paz 40 anos (3: 11); Israel é escravizado por Eglom de Moabe durante 18 anos (3: 14); Eúde quebra o jugo, e a terra fica em paz durante 80 anos (3: 30); Jabim, da cananita Hazor, oprime Israel durante 20 anos (4: 3); Débora liberta Israel, e a terra descansa 40 anos; as midianitas oprimem Israel 7 anos (6: 1); Gideão expulsa os invasores, e inicia-se um período pacífico de 40 anos (8: 28); Abimeleque reina como o pequeno rei, por 3 anos (9: 22); Tola julga Israel 23 anos (10: 2); Jair julga Israel durante 22 anos (10: 3); os amonitas oprimem a Transjordânia por 18 anos (10: 8); Jefté julga Israel durante 6 anos (12: 7); Ibsã 7 anos (12: 9); Elom 10 anos (12: 11); Abdom 8 anos (12: 14); os filisteus oprimem Israel 40 anos (13: 1); Sansão julga Israel 20 anos (15: 20; 16: 31).

Se o total desses Algarismos for computado, 410 anos é o resultado: duração do período dos Juízes. Porém, esse intervalo é grande demais, obviamente, pois o período muito mais extenso desde o Êxodo (1441 A. C.) até o quarto ano de Salomão, em cerca de 962 A. C., é apenas de 480 anos (I Reis 6: 1). A resposta para esse problema é evidente na própria narrativa. Juízes individuais, como Sangar, que não tem nenhuma anotação cronológica relacionada com o seu nome (3: 31), Tola (10: 2), Jair (10: 3), Ibsã (12: 9), Elom (12: 11) e Abdom (12: 14), que são mencionados da maneira mais simples possível, sem qualquer detalhe, e talvez outros cuja carreira é descrita mais minuciosamente, foram apenas capitães locais cuja atividade era estritamente confinada a alguma região limitada, e sem dúvida governaram simultaneamente com outros juízes, pelo menos em parte da sua regência. Por exemplo, o período de opressão amonita (18 anos) foi quase completamente confinado à Transjordânia, e sem dúvida se sobrepôs à época da agressão filistéia durante o longo juizado de Sansão, que durou duas décadas (15: 20; 16: 31).

2. Notas Cronológicas Gerais no Relato Bíblico. Em adição a esses minuciosos elementos cronológicos, ocorre uma conotação geral de tempo muito importante, que dá a duração do período da peregrinação de Israel em Hesbom, pouco antes da invasão de Canaã, até cerca do segundo ano do juizado de Jefté, como sendo de 300 anos. As palavras são de Jefté aos amonitas invasores: "Enquanto Israel habitou trezentos anos em Hesbom e nas suas vilas, e em Aroer e nas suas vilas, em todas as cidades que estão ao longe do Arnom, por que, vós, amonitas, não as recuperastes durante esse tempo? (Juízes 11: 26). [Os críticos geralmente consideram esta passagem (da mesma forma como I Reis 6: 1) como posterior e indigna de confiança. C. F. Burney considera-a como inserção posterior de redator sacerdotal, computada artificialmente (*The Book of Judges* (Londres, 1918, p. 304). J. Garstang concorda que as palavras são uma inserção, mas diz que foram inseridas antes, não depois da redação pré-exílio, "se não for no século VII A. C.", quando diz ele, as fontes documentárias antigas foram combinadas)]¹

Um exame de Números 21: 25 revela que a peregrinação em Hesbom precede a indicação de Josué de um ano ou dois, no máximo. Se, então, se concede 40 anos para Josué e o período dos anciãos, 8 anos para a opressão de Cusã-Risataim (3: 8); 40 anos para a libertação sob Otniel e a era de paz (3: 11); 18 anos para a opressão de Eglom (3: 14); 80 anos para a libertação sob Eúde e o período de calma que se seguiu (3: 30); 20 anos para a opressão sob Jabim (4: 3); 40 anos para Débora e um intervalo pacífico (5: 31); 7 anos para a opressão midianita (6: 1); 40 anos para o juizado de Gideão (8: 28); 3 anos para Abimeleque (9: 22) e 1 ano para a opressão amonita na época de Jefté, um total de 198 anos se perfaz, o que concorda bem com os 300 anos especificados em Juízes 11: 26.

Além do mais, é bem evidente que Juízes 11: 26, genericamente, concorda com o esquema cronológico subjacente a Josué-Juízes, e também com os 480 anos de I Reis 6: 1 e com a data mais antiga (1441 A.C.) para Êxodo. Se a computação for levada adiante até o quarto ano

de Salomão, este fato se torna aparente. Atribuindo 5 anos para o resto do juizado de Jefté (12: 7); 40 anos para Sansão e os filisteus (13: 1; 15: 20); 20 anos para o juizado de Eli (cf. I Samuel 4: 18, que menciona 40 anos onde a Septuaginta cita 20 anos, atribuindo-se a diferença ao período de dominação filistéia); 20 anos para Samuel (I Samuel 7: 2, 3); 15 anos (estimativa) para Saul; 40 anos para Davi (I Reis 2: 11) e 4 anos para Salomão (I Reis 6: 1), esse cálculo se aproxima de 144 anos. Quando a esse período é adicionado o de 38 anos do Êxodo a Hesbom, e o de 300 de Hesbom a Jefté, um período total de 482 anos do Êxodo até o quarto ano de Salomão é o resultado, comparável aos 480 anos de I Reis 6: 1.

II. EVENTOS DO PERÍODO FIXADOS NA CRONOLOGIA

Ao colocar a época dos Juízes (inclusive Josué e o período dos anciãos) em cerca de 1401 a 1020 A. C., é possível colocar os acontecimentos registrados no Livro de Josué e no Livro de Juízes na larga cena histórica contemporânea, sem esforço, rejeição coletiva de notas cronológicas, ou distorção geral da perspectiva bíblica, como inevitavelmente precisa acontecer, se adotarmos as teorias que pós-datam o Êxodo. A localização de acontecimentos específicos no contexto da história extra-bíblica deve, contudo, pela natureza dos dados disponíveis, ser apenas aproximada e até certo ponto, experimental. Por outro lado, essa anotação de acontecimentos em sequência é valiosa para demonstrar a firmeza cronológica da narrativa bíblica, e para fornecer uma perspectiva apropriada a época toda.

1. *Era de Josué (30 anos) e dos Anciãos (10 anos) (c. 1401-1361 A. C.).* Os acontecimentos importantes deste período são a invasão de Canaã com a queda de Jericó, Ai, a derrota da Coligação de Jerusalém, e conquistas ao sul e ao norte da Palestina, e o estabelecimento das tribos. No Egito, Amenotepe III (c. 1412-1375 A. C.) estava apático devido à idade, e contentou-se em deixar os negócios da Síria ao cargo de vassalos, e sob a direção de seu filho Amenofis IV, Acnatom (c. 1387-1366 A. C., co-regência). O Império Egípcio na Síria-Palestina estava temporariamente perdido, e o país caiu diante dos Habiru, como o indicam as Cartas de Amarna. A segunda metade do período coincide com o avanço dos hititas vindos do norte, o que ajudou a neutralizar a influência egípcia.

2. *Opressão por Cusã-Risataim durante Oito anos (c. 1361-1353 A. C.).* Esta é a invasão de um obscuro conquistador hitita, que tendo anexado a Mesopotâmia (Mitani), penetrou em direção ao sul e entrou na Palestina (Juízes 3: 7-10), deixando rastros em Bete-Seã, que comandava a entrada oriental para o Vale de Jezreel, bem como por outras partes. O acontecimento situa-se na última parte do reinado de Tutancamum (c. 1366-1357 A. C.) e nos primeiros anos do regime do seu general Harmabe, que reinou em seguida (c. 1350-1314 A. C.) durante longo período, quando a influência egípcia na Palestina-Síria era desprezível.

3. *Libertação por Otniel e Período de Quarenta Anos de Paz (c. 1353-1313 A. C.).* No Egito, Harmabe estabelecia firme autoridade, reorganizava o governo e mantinha eficientemente a supremacia egípcia, de forma que foi possível a estabilidade política na Palestina (Juízes 3: 11).

4. *Opressão sob Eglom de Moabe Durante Dezoito Anos (c. 1313-1295 A. C.).* Este acontecimento enquadra-se em grande parte no reinado de Sétí I (c. 1314-1295 A. C.) e sincroniza-se com uma coalizão efetuada pelos beduínos asiáticos, de quem se disse estarem conseguindo uma base de operações na Palestina. Depois dessas turbulências, expedições punitivas visitaram Aco, no litoral fenício, Bete-Seã na Esdrelom oriental, perto do Jordão, ao norte, em região correspondente a Hamate, no Orontes, e a leste em direção a Pael (Fail) além do Jordão, restaurando a ordem.

5. *Era de Paz Depois de Eúde, Durante Oitenta Anos (c. 1295-1215 A. C.).* Este período (cf. Juízes 3: 12-30) compreende a última parte do reinado de Sétí I, que restabeleceu a ordem na Transjordânia e na Palestina, e cobre completamente o longo reinado de Ramsés II (c. 1295-1223 A. C.). Este último grande Faraó manteve a sua autoridade ao sul da Síria, através de um tratado com os hititas, e de administração eficiente. Seu filho e sucessor Mernepta já era avançado na idade quando subiu ao trono. Houve uma pequena revolta na Palestina, que ele sufo-

com pequena dificuldade. Isto é comemorado por uma canção de vitória, em que o poder do Faraó é elogiado, e se jacta que "Israel jaz devastado e não tem semente". Esta é a única referência ao verdadeiro nome de Israel, em todas as inscrições egípcias (Veja quadro nº 28)

A parte da triunfal ode, que menciona Israel, diz o seguinte:

*Os príncipes estão prostrados, enquanto dizem: "Paz!"
Não há ninguém que levante a sua cabeça entre os Nove Arcos.
A Líbia está arruinada, Cádi está pacificada;
A terra cananita está despojada, sofrendo todos os males.
Ascalom é levado cativo, Gezer é conquistada;
Ianoam tornou-se como se não existisse.
O povo de Israel está desolado, ele não tem descendência:
A Palestina (Curu) se tornou uma viúva para o Egito.
Todas as terras estão unidas; elas estão pacificadas;
Todos os que são turbulentos estão subjugados pelo Rei Merenpta,
A quem é dada vida como Re, todos os dias.²*

6. *Opressão por Jabim Durante Vinte Anos (1215-1195 A. C.).* Depois de Merenpta, uma série de reis efêmeros no trono do Egito foi muito fraca para manter um estado poderoso. Entre esses estavam Amenmose, Siptá e Sêti II. Por volta de 1200 A. C., estourou a guerra civil. O período era ideal para Jabim, rei de Hazor, capital de um reino cananeu ao norte da Palestina, identificada por J. Garstang com El Quedá, seis quilômetros a oeste do Lago Hulé e do Jordão, e ele devastou algumas das tribos de Israel (Juizes 4: 1-24).

7. *Libertação por Débora e Era de Paz Durante Quarenta Anos (1195-1155 A. C.).* Por volta de 1200 A. C., uma nova dinastia foi iniciada no Egito, e Ramsés III (1198 - 1167 A. C.), filho do fundador, foi um rei forte que manteve a ordem na Ásia, e tornou possível um período de estabilidade na Palestina, sob uma líder como Débora.

Débora era profetiza, e a quarta na ordem dos Juizes. Dela se diz que julgou a Israel sob uma palmeira "entre Ramá e Betel, na região montanhosa de Efraim" (Juizes 4: 5). Com a assistência de Baraque, de Quedes-Naftali, localidade situada a cerca de seis quilômetros a noroeste das águas de Merom, um exército de dez mil homens de Naftali e Zebulon foi reunido nas encostas do Monte Tabor, onde os "novecentos carros de ferro" de Jabim (Juizes 4: 13), sob o comando de Sísara, estavam em posição desvantajosa para o ataque. Uma pesada chuva (Juizes 5: 21) tornou a cavalaria cananéia uma deficiência em vez de um trunfo, e resultou na completa derrota dos cananeus.

8. *Opressão pelos Midianitas Durante Sete Anos (c. 1155-1148 A. C.).* O declínio do poderio egípcio sob os Faraós Ramsés IV e V, foi o que se seguiu ao reinado de Ramsés III. Esse período de fraqueza egípcia era ideal para a irrupção de beduínos do deserto, tais como os midianitas camaleiros que habitavam em tendas, que invadiram o Vale de Jezreel e devastaram o país nos dias de Gideão (Juizes 6, 7). Bete-Seã, que guardava a entrada oriental do Vale de Jezreel, não mais consistia em barreira eficiente como fortaleza, visto que nenhuma guarnição egípcia havia sido mantida ali desde o reinado de Ramsés III. Aproveitando a vantagem do declínio da autoridade egípcia, os invasores inundaram as férteis regiões do sul, particularmente em torno de Ofra, no território de Manassés.

9. *Era de Paz Sob Gideão, Durante Quarenta Anos (c. 1148-1108 A. C.).* O declínio do poderio egípcio, e a conseqüente perda da sua influência estabilizadora na Palestina, começa agora a encontrar expressão na crescente necessidade de um reinado.

10. *Abimeleque Rei em Siquém Durante Três Anos (c. 1108-1105 A.C.).* Filho de Gideão com uma concubina, Abimeleque tentou assegurar a sucessão da posição singular ocupada por seu pai Gideão (Josué 9), na região de Siquém. Esta região era localizada no agradável vale entre o Monte Ebal e o Monte Gerezim, no local da moderna Nablus. Era protegida por uma torre fortificada, a torre de Siquém, que Abimeleque destruiu. O rei presuntivo teve fim prematuro,

e a sua influência dificilmente poderia ter-se estendido além da parte oriental de Manassés.

11. Opressão pelos Amonitas (c. 1105 A. C.) e o Juizado de Jefté Durante Seis Anos (c. 1105-1099 A.C.). A opressão de Israel começou na Transjordânia, em cuja região os amonitas oprimiram os israelitas durante dezoito anos (Juízes 10: 8). Este período se sobrepõe na cronologia, e apenas no fim, talvez em cerca de 1105 A. C., os amonitas atravessaram o Jordão para atormentar todo Israel. O período de opressão nacional, portanto, durou apenas um ano, terminado aparentemente no segundo ano da liderança de Jefté (Juízes 10: 5; 11: 4, 5, 32, 33), que julgou Israel durante seis anos (Juízes 12: 7).

12. A Ascendência Filistéia Durante Quarenta Anos (c. 1099-1059 A.C.) e o Juizado de Sansão Durante Vinte Anos (c. 1085-1065 A. C.). A narrativa consecutiva do Livro de Juízes termina com a conhecida história de Sansão (Juízes 13-16). O Vale de Soreque, cena de algumas das proezas de Sansão, é reconhecido hoje em dia no Vadi el Seirar (Juízes 16: 4). O vadi (riacho) nasce nas montanhas da Judéia, a cerca de vinte e cinco quilômetros a oeste de Jerusalém, e se dirige para o vale. Na sua margem esquerda, a velha cidade cananéia de Bete-Semes guardava o passo e olhava ao norte para uma pequena planície, onde as localidades de Zorá e Estaol estavam localizadas, e que podem ser reconhecidas hoje em dia nas vilas de Surá e Esua.

Eli, o Juiz (c. 1065-1045 A. C.) seguiu os eventos catalogados em Juízes. Depois Samuel, o último dos Juízes, e o primeiro dos profetas entrou em cena por volta de 1045 A. C., e Saul aparece em cerca de 1020 A. C. ou um pouco antes, para lançar os alicerces da Monarquia. Dessa forma, o período dos Juízes até Saul pode ser datado de cerca de 1401 até 1020 A. C., e se enquadra bem no contexto da história contemporânea.

Capítulo XVII

ISRAEL NO LIMIAR DA MONARQUIA

Durante todo o período dos Juízes houve grande desordem e fraqueza em Israel. A lealdade a Jeová e às instituições mosaicas que teria resultado na união das tribos, e em um laço comum de unidade e força não aconteceu. Pelo contrário, lapsos intermitentes de queda na diligenciosa adoração da natureza praticada pelos cananeus, com o conseqüente castigo divino, tornou a nação fraca e dividida, e à mercê de um invasor estrangeiro depois do outro.

Nesse ínterim, ambiciosas nações vizinhas estavam se tornando fortes e constituindo cada vez mais uma grande ameaça à frouxa confederação de tribos israelenses, cujo único laço real era de cunho teocrático, do qual eles estavam constantemente esquecendo o significado essencial e os requisitos. Não era de admirar-se que parecia que o único caminho para sair daquela triste condição vigente nos últimos três séculos e meio era ter um rei, como os povos circunvizinhos.

I. CONTRASTE ENTRE ISRAEL E AS NAÇÕES ADJACENTES

Havia chocante diferença em organização política entre Israel e os vários povos da Palestina e do sul da Síria, no século XI A. C. O elevado ideal de um governo teocrático puro, com o povo esperando somente em Deus para guiá-lo, provou ser impraticável devido à fraqueza do elemento humano, manifesta na freqüente apostasia e nas quedas na idolatria, durante o período dos Juízes.

1. *Israel, Uma Frouxa Anfictionia.* Enquanto nações vizinhas como Edom, Moabe e Amom eram reinos bem organizados, Israel era uma simples confederação ou anfictionia mal organizada, dependendo da liderança de homens que se levantavam espontaneamente, e mantendo um laço de unidade nacional em torno de um santuário central. Esta instituição religiosa central de um santuário em torno do qual estavam agrupadas as Doze Tribos, tem paralelos aproximados em outras terras mediterrâneas.

Numerosas anfictionias e agrupamentos de anfictionias são mencionados por autores clássicos, tanto da Grécia quanto da Itália. Grande número delas são explicitamente mencionadas como contendo doze tribos. A mais famosa é anfictionia pileana ou délfica, do século VIII A. C. Os etruscos também tinham uma coligação religiosa, que se centralizava ao redor do templo da deusa Voltumna, à qual representantes da comunidade etrusca se reuniam anualmente na primavera, para disputar jogos em honra da deusa.

2. *O Santuário Central de Israel.* Silo, na região montanhosa de Efraim, aparece regularmente como o primeiro santuário central de Israel, embora houvesse santuários locais em lugares como Betel, Gilgal, Gibeom, Dã, Hebrom, e outros. Considerando todos os fatores, Silo era uma sábia escolha, pelo menos do ponto de vista da localização central. Repetidamente tem sido dito ter sido esse o lugar onde Josué estabeleceu o Tabernáculo, e onde os israelitas tiveram designado o seu futuro lar (Josué 19: 51). Para lá, uma vez por ano, as famílias se dirigiram para celebrar uma importante festa de Jeová, na época da colheita (Juízes 21: 19). Ali Ana, mãe de Samuel, veio para adorar (I Samuel 1: 3). Para esse santuário central ela e seu marido trouxeram o seu filhinho para ser treinado para o sacerdócio, por Eli.

Além do mais, Israel não era o único país do antigo Oriente Próximo que tinha o seu grande santuário central ao qual eram feitas peregrinações. Nipur na Babilônia e Nínive na Assíria (no começo do segundo milênio A. C.) serviram a esse propósito em seus respectivos países, como se depreende de documentos contemporâneos. Em Harã, o templo de Sim; em Qatna, o santuário de Belit-Ecali, e em Biblos, o santuário de Baalitis exerciam função semelhante.

Enquanto que o santuário de Silo era o ponto de convergência da anfictionia, o sumo sacerdote desfrutava de importante influência política, tanto quanto religiosa. Finéias, filho de Arão, e Eli, foram líderes sacerdotais que detiveram essa influência. Depois do estabelecimento da Monarquia, entretanto, a influência política do sacerdócio declinou.

3. Nações Vizinhas São Reinos Poderosos. Por outro lado, nações adjacentes ofereciam um contraste chocante com a frouxa anfictionia tribal de Israel. Edom, Moabe e Amom eram governadas por reis que eram muito mais do que tribais, como é evidente de monumentos como o monólito de Baluá, do século XII A. C., e a pedra de Mesa, do IX A. C., ambas de Moabe. Cidades-estados litorâneas, fronteiriças com Israel, como Tiro, Sidom e Biblos, haviam crescido muito devido ao comércio em expansão, e tinham poderosa autoridade, centralizada na pessoa de um rei. Os progressistas estados arameus ao norte e nordeste tinham governos fortes, e estavam se tornando uma ameaça. Os filisteus eram governados por "senhores" (*seranim*), que aparentemente eram tiranos segundo o modelo da região do mar Egeu.

Esses vizinhos bem organizados estavam se tornando um perigo crescentemente ameaçador para as tribos israelitas mais ou menos desorganizadas. Não podia ser esperada, dos antigos impérios do Oriente Próximo, nenhuma ajuda contra as suas invasões. A influência egípcia na Ásia havia diminuído até ser quase nula na metade do século XI A. C., e o Império Assírio, depois de Tiglate-Pileser I (1113-1074 A. C.), que durante curto espaço de tempo havia subjugado o norte da Síria e o litoral fenício, havia se retirado uma vez mais para o Vale do Eufrates.

II. VIZINHOS DE ISRAEL NO SÉCULO XI A. C.

Tivessem a Assíria ou o Egito o predomínio no período pré-monárquico de Israel, o Império Davídico-Salomônico não teria sido possível. Mas o que aconteceu foi que as tribos anfictionias, em vez de terem que se defrontar com um poder maior, enfrentaram numerosos reinos pequenos, mas perigosos, que as rodearam, e começaram a demonstrar hostilidade quando Israel começou a consolidar-se e a expandir-se sob a liderança de um rei. Um estudo desses povos vários é essencial para a compreensão dos fundamentos do estabelecimento da Monarquia (Veja quadro nº 29).

1. Os Amonitas, descendentes de Ló (Gênesis 19: 38), habitavam no território entre o Arnom e o Jaboque, ao norte de Moabe e a leste das tribos transjordânicas de Rubem, Gade, e da meia tribo de Manassés. Demonstraram a sua hostilidade ferrenha contra Israel durante a época dos Juízes ao ajudar Eglom, rei de Moabe, a subjugar uma parte de Israel, e pela opressão que exerceram sobre as tribos este-jordânicas na época de Jefté (Juízes 10: 6, 9). Tinham grande poderio pouco antes do estabelecimento do reino israelita, e foram derrotados por Saul (I Samuel 11: 1-11). Davi derrotou os sírios e amonitas confederados (II Samuel 10), e mais tarde o seu exército tomou a capital amonita (II Samuel 12: 27).

2. Os Moabitas, intimamente aparentados com os amonitas, e também descendentes de Ló (Gênesis 19: 37), ocupavam o território ao sul de Amom e ao norte de Edom, entre o ribeiro Zered e o rio Arnom. Moabe afligiu Israel nos primeiros dias dos Juízes (Juízes 3: 12-30), e Saul teve que guerrear contra eles, a fim de lançar os fundamentos do reino (I Samuel 14: 47). Davi venceu-os e mandou executar um grande número deles (II Samuel 8: 2).

3. Os Edomitas, descendentes de Edom ou Esaú (Gênesis 36: 1-19), habitavam a região ao sul de Moabe e do Mar Morto. Governados a princípio por capitães tribais, que eram evidentemente da ordem dos xeques árabes (Gênesis 36: 15-19, 40-43), mais tarde, antes da ascensão da Monarquia hebraica, foram governados por reis (Gênesis 36: 31-39). Seu ódio aos israelitas foi manifesto na sua recusa em permitir a sua passagem através do seu país, quando aqueles saíram

do Egito (Números 20: 14-21). Saul foi compelido a dar-lhes batalha (I Samuel 14: 47) e Davi conquistou e colocou guarnições no seu país (II Samuel 8: 13, 14).

4. *Os Filisteus*, de quem se diz terem vindo de Caftor ou Creta (Cf. George A. Barton, que apresenta a possibilidade de que Caftor possa significar Ásia Menor)¹ (Jeremias 47: 4; Amós 9: 7), cresceram em poderio de maneira tão grande, que à época de Saul eles tentaram reduzir Israel a uma servidão desesperada. Ocupando a fértil Planície Marítima a sudoeste de Canaã, que fica entre Jope e Gaza, com cerca de oitenta quilômetros de comprimento e vinte e quatro de largura, a maior parte deles chegou ao primeiro quartel do século XII A. C., durante uma grande invasão de povos marítimos efetuada contra o reinado de Ramsés III do Egito. Contudo, grupos esparsos deles, evidentemente como resultado de emigração muito anterior e menor, haviam ocupado a região ao redor de Gerar, no litoral sul da Palestina, já na época patriarcal (Gênesis 26: 1, 14, 18). (A maioria dos críticos entretanto considera esta referência como um anacronismo, e a referência quanto as evidências extra-bíblicas, até agora, um problema sem solução.)²

A fenomenal expansão do poderio filisteu no século XI A. C. resultou na destruição do santuário central de Israel, em Silo, que havia sido o ponto de concentração das tribos israelitas durante quase três séculos e meio. Esse acontecimento que marcou época, ao lado da captura da arca do concerto, que tomou lugar em cerca de 1050 A. C. (cf. I Samuel 4: 1-21), como mostraram as escavações dinamarquezas em Silo, soaram como o toque de finados pela velha organização infictiônica, e pode ter feito com que a instituição do reinado parecesse absolutamente imperativa para todos os israelitas, que não podiam ver praticamente nada, no antigo ideal teocrático de dependência apenas da liderança de Jeová (I Samuel 8: 19-22).

Depois do desastre em Afeque e em Ebenézer, as guarnições filistéias são mencionadas na própria região montanhosa (I Samuel 13: 3). O que é ainda mais indicador da bravura dos filisteus, enquanto o jovem reino israelita lutava para sobreviver, é o fato de que a estratégica fortaleza de Bete-Seã estava nas mãos dos filisteus, e ironicamente, em seus muros os corpos de Saul e de seus filhos foram ignominiosamente pregados, depois da humilhante derrota de Israel no Monte Gilboa (I Samuel 31: 10-12). Davi, quando rei, repeliu invasões dos filisteus e também lutou contra eles em seu próprio país, subjugando-os eficientemente (II Samuel 3: 18; 5: 17-25; 8: 1, etc.) (Veja quadro nº 30).

5. *Os Arameus*, povo semita (Gênesis 10: 22, 23), um século ou dois antes do estabelecimento da Monarquia Hebraica, havia ocupado gradualmente a planície que se estendia desde o norte da Mesopotâmia nos arredores de Harã, até as montanhas do Líbano, a oeste, e até as montanhas do Taurus ao norte, e além de Damasco ao sul. Por todo o último quartel do período dos Juízes, a influência arameana se espalhou ao sul, pela Síria, até as próprias fronteiras de Israel de forma que quando Saul e Davi começaram a recuperar a herança israelita, colidiram quase imediatamente com os arameus estabelecidos em vários reinos ao norte e ao nordeste da Palestina. Várias regiões diferentes devem ser notadas.

Arã Naaraim ou "Arã dos (Dois) Rios" pode ser que se refira ao território entre o Tigre e o Eufrates, mas é mais provável que o seja à região geral da Mesopotâmia com centro na região do Eufrates-Cabur. Nessa área se localizavam Padã-Arã ou "Campo de Arã" (Gênesis 24: 10; 28: 5) e a cidade de Harã, onde os patriarcas moraram antes de emigrar para Canaã. A designação *Arã Naaraim* era predominantemente geográfica, e sem dúvida se estendia em direção ao oeste consideravelmente além do Eufrates, até ponto correspondente a Alepo, e para o sul talvez até o lugar que corresponda a Cades sobre o Orontes. Deste território os arameus se espalharam aos poucos para o sul, a fim de formar posteriormente reinos que surgiram quase concomitantemente com o estabelecimento do reino hebraico.

Arã Zobá deve ser localizada ao norte de Damasco, e mui provavelmente incluía a cidade, até que Rezom negou-se a obedecer Zobá ao tempo da conquista de país efetuada por Davi (I Reis 11: 23-25). Dessa forma, parece que Friedrich Delitzsch, que há muito tempo sustentava que Zobá era um lugar nos limites do deserto ao norte de Damasco, na região de Hums e do Antilíbano, estava correto ao rebater a argumentação de Hugo Winckler e Hermann Guthe, que a localizavam na terra de Haurã, a Basã bíblica ao sul de Damasco, ou de Sina Schiffer e Emil Krae-

ling. que a fixavam minuciosamente na Celesíria, território entre o Líbano e o Antilíbano. Os estudos posteriores da organização provincial assíria, que fora feita sobre alicerces ainda mais antigos, provam conclusivamente que a posição original de Delitzsch estava correta, e que Zobá, a assíria *Subatu*, estava situada ao norte de Damasco e não ao sul.

Nos dias de Saul e de Davi, Zobá era o mais poderoso dos estados arameus da Síria. A situação geral no Oriente Próximo, com o declínio do poderio egípcio e assírio, e o término da influência hitita, tão propício para a ascensão do Império Davídico, não podia ser mais oportuno para a expansão do reino de Hadadezer e Zobá. Seus domínios eram extensos. No seu apogeu, estendiam-se até o Rio Eufrates (II Samuel 8: 3), e devem ter dominado Damasco ao sul, pois dos arameus daquela cidade não se diz que tivessem seu próprio rei, como era o caso em Hamate, bem ao norte (II Samuel 8: 5, 9), e consequentemente deviam estar subordinados a Zobá. Além do mais, é fácil verificar como o poderio de Hadadezer se desenvolveu a uma extensão tal a ponto de alcançar a região a leste do Jordão, onde se chocou com as ambições de Saul (I Samuel 14: 47, Septuaginta). Com a derrota de Hadadezer diante de Davi, é significativo que Zobá desaparece do palco da história hebraica, sendo o seu lugar ocupado por Damasco.

Vários outros estados arameus a sudeste de Damasco, os quais haviam adquirido considerável poderio à época do fastígio de Davi, são mencionados também em período um tanto posterior. São eles Maaca, Gesur e Tobe, localizados nos litorais norte e nordeste da Palestina. Eles mostram a extensão da penetração arameana em direção ao sul, no século e meio que precedeu a Monarquia Hebraica.

Maaca fica a leste do Jordão, dentro das fronteiras presuntivas de Israel, bem próximo ao Monte Hermon ao norte (Josué 12: 15; 13: 11). Perto de Maaca fica Gesur (Deuteronômio 3: 14; Josué 12: 5; 13: 11), evidentemente ao sul confrontando-se com Hulé, até a extremidade sul do Mar da Galiléia. Deste reino Davi obteve uma esposa, e foi para essa direção que o seu filho Absalão fugiu, depois do assassinato de Amnom (II Samuel 3: 3; 13: 37).

Tobe estava também a leste do Jordão, e provavelmente é identificável com et-Taiibé, a dezesseis quilômetros ao sul de Gadara. De lá Hanum, rei de Amom, conseguiu soldados para lutar contra Davi (II Samuel 10: 6).

Desta forma, é claro que a expressão arameana em direção ao oeste e ao sul, durante os séculos XII e XI A. C. continuou inalterada durante o período dos Juízes. Ao fim daquele período, os fortes estados arameanos de Zobá, Bete-Reobe, Maaca, Gesur e Tobe haviam se desenvolvido ao norte e ao leste da Palestina, formando um forte muro, que impedia qualquer expansão súbita da parte das tribos israelitas. Parece que não havia nenhuma pressão arameana forte sobre os próprios hebreus, exceto em regiões como a de Basã a leste e ao nordeste do Lago da Galiléia, e a de Naftali ao norte e ao noroeste dela, que foram assoladas durante este período. Havia pequeno perigo de choque entre Israel e Arã, enquanto Israel não tinha um governo central forte, nem um líder agressivo. Mas com a ascensão de Davi ao trono, a situação mudou. A subjugação e incorporação desses povos ao estado israelita foi um dos fatores principais que fizeram possíveis os impérios de Davi e Salomão.

6. *Os Fenícios* ou cananeus estavam formando estados marítimos ao noroeste, ao longo da costa do Mediterrâneo, enquanto que os estados arameus estavam se cristalizando ao norte e ao nordeste. À época de Davi (1000 A. C.), os cananeus da região de Tiro-Sidom se haviam unido em um estado forte com capital em Tiro. Este ofereceu pequena oposição à construção do império de Davi, por uma razão definida: Em vez de tentar expandir os seus territórios pela força das armas, procurou espalhar a sua influência e as suas matérias primas por todo Mediterrâneo através do comércio e de tratados com outras nações. Davi encontrou-se com o rei de Tiro, Hirão I (c. 969-936 A. C.), que aparece nos registros fenícios tanto como conquistador como construtor, responsável por suas aberturas de amizade, e fez dele um valioso aliado, continuando os laços da sua amizade durante o reinado de Salomão (I Reis 9: 10-14).

Capítulo XVIII

SAUL E A MONARQUIA

Além da ameaça que os vizinhos de Israel constituíam, especialmente os filisteus, cujas vitórias haviam resultado na destruição do santuário central em Silo e na desintegração da organização anfitriônica, houve outra forte pressão, que ocasionou a mudança da forma de governo em Israel. Embora Samuel, como Juiz e profeta, se houvesse distinguido notavelmente, agora estava velho, e os seus filhos não partilhavam da sua honestidade nem da sua competência (I Samuel 8: 1-9). Assim sendo, os anciãos de Israel se achegaram ao idoso profeta-juiz, e solicitaram que fosse apontado um rei visível, para que eles pudessem ser como as bem organizadas nações que os rodeavam, e para que pudessem ter um líder que os pudesse conduzir à vitória sobre os inimigos que os pressionavam.

Embora a organização final do reino hebraico com um monarca terreno como representante de Jeová já de há muito tivesse sido prevista profeticamente e através da presciência divina (Gênesis 17: 6, 16; 35: 11; Deuteronômio 17: 14-20), o povo não era completamente isento de culpa pelo fato de requerer um rei nessa oportunidade. O espírito com que o fizeram era completamente irreligioso. Falharam em manifestar a fé em Deus, sem a qual o governo de Jeová como rei teocrático era impossível. Nas circunstâncias da época, o fato de terem pedido um governante humano era equivalente a virar as costas à fé no Deus invisível, voltando-se para a confiança de um líder visível. O problema moral incluído no que eles fizeram não pode, conseqüentemente, ser explicado como resultado de fatores divergentes e contraditórios, que indiquem a composição do caráter de I Samuel, pois cada fonte tem uma "atitude diametralmente oposta com respeito à monarquia".¹ Qualquer aprovação ou permissão divina na sua escolha como rei, era uma simples acomodação à fraqueza e ao pecado humanos.

I. PROSPERIDADE INICIAL DO REINO

Saul, o benjamita (c. 1020-1000 A. C.), foi escolhido como o primeiro governante de Israel. Como rei, ele foi incapaz de ir além de uma frouxa confederação política, especialmente devido à sua inata fraqueza de caráter, e deixou uma tarefa inacabada para ser completada pelo seu brilhante sucessor, Davi, que tantos êxitos conseguiu.

1. Primeiras Proezas de Saul. A vitória inicial de Saul, em Jabes Gileade, sobre os amonitas (I Samuel 11: 1-4) foi de grande importância para confirmá-lo na mente do povo como o líder escolhido de Deus, como alguém "capaz de assumir o manto dos antigos Juizes, alguém inspirado pelo Espírito, que podia travar e vencer batalhas por Israel"²

Saul não apenas fez retroceder os amonitas na Transjordânia, mas através de suas vitórias sobre os filisteus, principalmente como decorrência da brilhante vitória alcançada por Jônatas sobre a guarnição filistéia em Micmás (I Samuel 14: 1-46), quebrou também o monopólio filisteu sobre o ferro. Os filisteus haviam feito o que podiam para que os israelitas não aprendessem a forjar esse novo metal. "Ora em toda a terra de Israel nem um ferreiro se achava, porque os filisteus tinham dito: Para que os hebreus não façam espada nem lança. Pelo que todo o Israel tinha de descer aos filisteus para amolar a relha do seu arado, e a sua enxada, e o seu machado, e a sua foice" (I Samuel 13: 19, 20).

No século XI A. C., o ferro mal estava começando a ser usado comumente na Palestina, como as escavações têm mostrado, e o monopólio do ferro não era apenas um trunfo incalculável para a superioridade filistéia nas armas, mas também uma valiosa mercadoria, como os hititas, que parece terem iniciado o monopólio, haviam descoberto dois séculos antes. [Que o ferro era conhecido muito antes de se tornar comum na chamada Idade de Ferro (1200-300 A. C.), é demonstrado por uma adaga de ferro de Tutancamum (c. 1360 A. C.) e uma machadinha de guerra feita de ferro encontrada em Ras Shamra (c. 1400 A. C.). Rastros do ferro são bem antigos na Mesopotâmia, no Tel Asmar e em Ur, mas comumente considera-se que se tenha originado de meteoritos.]³ O fato de os israelitas terem que ir à Filístia para fazer ou reparar as ferramentas de ferro era bem inconveniente, mas pior é que era ainda mais dispendioso. Menciona-se que era cobrado para amolar a relha de arado e a enxada, um "pim" (I Samuel 13: 21). O peso em questão é o vocábulo hebraico "pim", um termo que "foi usado, mas completamente esquecido, mesmo na antiguidade. Antes do exílio judaico os pesos eram estampados com o vocábulo "pim", isto é, 'dois terços de um ciclo'. Não há necessidade de dizer que dois terços de um ciclo de prata era um preço bem difícil de se pagar por uma simples ponta de arado (não 'picareta' como dizem algumas traduções) de menos de trinta centímetros de comprimento"⁴

Durante o período dos Juízes, os israelitas conservaram-se comparativamente pobres, devido à falta de ferro para a manufatura de implementos agrícolas, pregos e armas de guerra. Foram incapazes de expulsar os cananeus das planícies, porque estes possuíam carruagens de ferro (Josué 17: 18; Juízes 1: 19; 4: 2, 3) e, certamente, armas de ferro. As escavações têm mostrado que os filisteus possuíam armas e joalheria de ferro, enquanto que os israelitas aparentemente não as tinham. Mesmo bem depois, na época de Saul, ressalta-se que "no dia da peleja, não se achou nem espada, nem lança na mão de nenhum do povo que estava com Saul e com Jônatas, porém se acharam com Saul e com Jônatas, seu filho" (I Samuel 13: 22).

Quando Saul e Davi quebraram o jugo dos filisteus, a fórmula de fundição de ferro se tornou propriedade pública, e o metal popularizou-se em Israel. O resultado foi uma revolução econômica, tornando possível um nível de vida mais elevado. Portanto, a guerra contra os filisteus era uma guerra de sobrevivência, justamente celebrada nas ocupações e na história.

2. A Fortaleza de Saul em Gibeá. De interesse particular é a cidade natal de Saul, Gibeá de Benjamim, que figura proeminentemente nas narrativas do seu reinado, em I Samuel. Localizava-se na região montanhosa, a cerca de seis quilômetros ao norte de Jerusalém, e cerca de três ao sul de Ramá. Hodiernamente, o local é chamado Tel el-Ful, que já há muito tempo foi identificado com a cidade de Saul, pelo brilhante explorador pioneiro da Palestina, Edward Robinson, e foi escavado por W. F. Albright, em 1922 e 1933.

Na base do outeiro foi encontrada a primeira fortaleza de Gibeá, que mostra rastros de uma destruição por fogo, provavelmente a mencionada em Juízes 20: 40. Logo acima dessa fortaleza estavam os restos de uma segunda, a mais elaborada estrutura encontrada no tel. O seu muro exterior tinha cerca de dois metros de espessura, e era defendido por um declive ou base inclinada. Tinha dois andares, e continha uma escadaria imponente feita de pedra. É identificada como a fortaleza de Saul. A estrutura, medindo 56 metros por 52, possuindo muros providos de casamatas e torres de esquina ligadas separadamente, ilustra a construção desse período.

No topo da estrutura de Saul havia uma terceira fortaleza, um tanto menor, caracterizada por uma série de Pilares de pedra. Esses pilares a associam com a época da Monarquia. Alguns estudiosos associam-na com a atividade construtora de Asa em Geba de Benjamim (I Reis 15: 22). Mas, à luz de Isaías 10: 29, Geba de Saul e Gibeá não são idênticas. De qualquer forma, essa cidadela sofreu destruição através do fogo, talvez na Guerra Siro-Efraimita (cf. Isaías 7). Depois de um lapso de tempo ulterior, outra fortaleza foi construída sobre as ruínas de todas as anteriores. Esta deve ser datada da época dos Macabeus, como o demonstra a cerâmica.

3. A Natureza Rústica do Reinado de Saul. O principal edifício da época de Saul, em Gibeá, com maciça construção em pedra e paredes resistentes, "é como um cárcere em vez de parecer com uma residência real, em comparação com a alvenaria cananéia com que Salomão mais tarde ornamentou Jerusalém".⁵ O lastro de cultura geral de Saul é da mesma forma

avaliado por Albright: "Saul era apenas um capitão rústico, no que concernia a arquitetura e outras amenidades da vida".⁶ Sobretudo, o que era verdadeiro a respeito de Saul era, de modo geral, culturalmente verdadeiro a respeito de todas as tribos israelitas durante todo o período dos Juízes, até o florescimento da indústria e das artes e ciências, na próspera era davídica-salomônica. A pobreza e rusticidade da vida israelita no período pré-monárquico são plenamente demonstradas pelas escavações palestinas.

II. FRACASSO DE SAUL COMO REI

William A. Irwin caracteriza muito bem o Rei Saul como "do espírito independente, que não seria servil a nenhum sacerdote-profeta, conquanto reverenciado".⁷ Essa disposição, contudo, era diametralmente oposta ao conceito oriental do rei como representante da divindade nacional (no caso de Israel, de Yahweh, o único e verdadeiro Deus).

1. *A Teimosia de Saul.* Como líder, a primeira preocupação de Saul devia ser justificar-se da vontade de Yahweh através dos métodos ordenados pelo seu honrado profeta, Samuel, e tendo-o compreendido com clareza, executá-lo plenamente. Foi precisamente isto que Saul deixou de fazer, demonstrando dessa forma, claramente, a sua incapacidade para ser o representante de Deus.

O primeiro exemplo de teimosia do rei foi a sua intromissão no ofício de sacerdote. Severamente pressionado pelos filisteus, impaciente devido à demora de Samuel em encontrar-se com ele em Gilgal, e ameaçado pela deserção de um grande número de seus seguidores, Saul cometeu uma ofensa muito grave ao fazer uma oferta queimada, o que apenas um sacerdote podia fazer, de acordo com a lei de Deus. Esse flagrante ato de desobediência foi o primeiro passo da sua rejeição como fundador de uma dinastia (I Samuel 13: 13, 14).

Bem depois da vitória de Saul sobre os filisteus, que foi alcançada pela assinalada coragem de Jônatas em Micmás (I Samuel 13: 15-14: 46), Samuel orientou Saul a travar uma guerra de extermínio contra os amalequitas. Saul empreendeu a guerra, mas falhou em exterminar o inimigo. Por esse segundo ato de desobediência, pelo qual provou segunda vez que não podia merecer confiança para agir como instrumento de Deus, mas era dominado por sua própria vontade, ele foi enfaticamente rejeitado como rei (I Samuel 15: 1-35), e Samuel foi enviado a Betelem para ungir Davi (I Samuel 16: 1-13).

2. *O Recurso de Saul ao Ocultismo.* O último passo na queda do rei foi o ter ele recorrido à pseudo-advinha (médiun) de En-Dor (I Samuel 28: 3-25). A gravidade desse ato, que consistiu o salto final do rei para a ruína, é manifesta no fato de que ele estava recorrendo a um meio ilegítimo para certificar-se do futuro, característico das nações politeístas, que rodeavam Israel, e em completo desacordo com o Yahwehismo. Como tal, o ocultismo estava sob o mais severo interdito em Israel, e era punível com a morte (Levítico 19: 31; 20: 6, 27; Deuteronômio 18: 10, 11). O fato de o próprio Saul ter declarado as práticas ocultas como fora da lei, e de ele mesmo ter recorrido a elas quando perdeu a comunhão com Deus (I Samuel 28: 6), indicam claramente a sua condenação.

A decifração e a interpretação dos textos hititas descobertos por Hugo Winckler em escavações iniciadas em 1906, em Bogazqueui, local da antiga capital hitita situada na grande curva do Rio Halis, a 144 quilômetros a leste de Angorá, tem lançado luz sobre este interessante episódio bíblico. Agora sabe-se, segundo esses textos cuneiformes, que na antiga Ásia Menor do segundo milênio A. C. (e posteriormente), os rituais mágicos e práticas ocultas eram prerrogativas especiais de mulheres idosas. Diz-se terem sido registrado grande número de rituais mágicos mediante os oráculos dessas sibilas ou videntes. Vários séculos mais tarde, mulheres velhas aparecem também entre os assírios como instrumentos de oráculos. Entre os cananeus de Ugarite, ao norte da Síria, no século XIV A. C., a palavra traduzida como "espírito familiar" evidentemente possuía o significado de "espírito de mortos".⁸

Práticas de ocultismo, ao lado de crença generalizada em demônios ou maus espíritos, e a manutenção de vários fenômenos demonológicos tais como adivinhação, magia e

necromância (consulta de supostos espíritos de mortos) eram características nas redondezas do antigo Israel, e consistiam em perigo perpétuo de comunicação dos fiéis seguidores de Yahweh.

O "feiticeiro" velho-testamentário (Êxodo 22: 18; Deuteronômio 18: 10), é um termo usado para descrever mulheres que traficavam com práticas ocultas em geral. A corretamente chamada "médium" é descrita como "alguém que tenha um espírito familiar ('ob)". Isto é, "alguém em quem haja (ou se pensava haver) um demônio adivinhador" (cf. Levítico 19: 31; 20: 6; 20: 27). A mulher a quem Saul consultou é mencionada como sendo "uma Mulher que seja médium" (I Samuel 28: 7), isto é, uma antiga necromante (o mesmo que o atual médium espírita), que prometia dar informações clandestinas vindas de espíritos de mortos.

De acordo com a narrativa, a sentença de Saul é anunciada por Samuel através de uma aparição "pós-morte" do venerável profeta, na forma de um espírito; porém, não pela instrumentalidade da médium de En-Dor, mas por interposição especial do próprio Deus (I Samuel 28: 11-25). O fato do monarca ter recorrido a uma fonte de informações que agia por força maligna, antítese do que seria orientado por Yahweh, era um a negação tão completa como poder-se-lo, das prerrogativas presumíveis de um rei hebraico na qualidade de representante da vontade divina, e por isso mereceu a destruição do rei no campo de batalha de Gilboa.

Capítulo XIX

O REINO DE DAVI

A história hebraica posterior considera Davi como o rei ideal, e considera o seu reino, e o de seu filho Salomão, como a idade áurea do reino hebraico. Na estima da nação, era dado a Davi um lugar de primazia, só superado pelo próprio Moisés. Enquanto que este havia guiado as tribos para fora da escravidão e as moldara em uma nação no Sinai, dando-lhes uma fé comum e estabelecendo-lhes as leis civis e eclesiásticas, aquele era o verdadeiro fundador da Monarquia Hebraica. Fora ele quem "levava a efeito todo o sistema civil e eclesiástico que havia sido prefigurado no Sinai".¹

Além do mais, em contraste com Saul que, embora nobre nas suas aspirações extritamente nacionais, era rude e repulsivo, Davi possuía uma personalidade singularmente gentil e atraente, e demonstrava um notável dom para atrair amigos. Esse elemento proeminente do seu caráter não apenas ganhou para ele, mais tarde, o reinado que ele não procurara, mas assegurou-lhe o inteiro sucesso nele, uma vez que foi escolhido para o elevado ofício. É certo que Jônatas, sendo herdeiro do trono como sucessor de Saul, não teria sido um amigo e patrocinador tão ardente de Davi em tudo e por tudo, se este tivesse conspirado desde o princípio para ocasionar a queda de Saul, e tivesse planos egoísticos de assumir o título real.

A magnanimidade de Davi foi notavelmente demonstrada para com Saul, em numerosas ocasiões. Depois de se ter feito rei de Judá, semelhantes táticas de paciência e de moderação nos negócios nacionais, ganharam para ele a submissão de todo o Israel, e nos negócios internacionais capacitaram-no para formar um substancial império, que legou a seu filho Salomão. A façanha de construir um império, ele era capaz de realizar, em grande parte, sem recorrer a guerras de conquista. Simplemente lutando em defesa da nação israelita, quando ela era ameaçada pelos que recusavam os seus oferecimentos de amizade, e pelos que tinham inveja do seu poderio em expansão, ele foi capaz de entender seus domínios sem agressão militar propriamente dita.

A política de Davi como rei parece ter sido claramente a de "ser forte em casa, mas viver lado a lado com outras nações como suas aliadas".² Laços de amizade foram, assim, estabelecidos com Hirão, rei de Tiro (II Samuel 5: 11) e Toi, rei de Hamate (II Samuel 8: 9, 10). A aliança com os amonitas, proposta por Davi, por outro lado, foi rejeitada desdenhosamente (II Samuel 10: 1-5). Esta afronta não apenas o compeliu a guerrear contra Amom, como levou-o a um choque inevitável com os sírios, a quem os amonitas contrataram como mercenários para lutar contra Israel (II Samuel 10: 6-19).

Da mesma forma, o avanço guerreiro dos filisteus, quando ouviram que Davi havia sido ungido rei sobre Israel, tornou um entendimento pacífico com eles impossível, e deu ocasião, como no caso de outros inimigos seus, para a sua subjugação (II Samuel 5: 17-25). Da mesma forma, a atitude de Davi com respeito aos moabitas e edomitas (cf. I Samuel 22: 3, 4) a quem ele concedeu independência relativa depois de tê-los vencido, sugere a mesma política.

I. PRIMEIRAS ATIVIDADES DE DAVI COMO REI

A morte de Saul precipitou uma crise na história política de Israel, e seguiu-se um

período de guerra civil. Nesse ínterim, Davi subira para a cidade de Hebrom, situada na região montanhosa de Judá, a cerca de trinta quilômetros de Jerusalém, em direção ao sudoeste. Bem conhecida na história bíblica desde os dias dos patriarcas, Hebrom estava agora para alcançar proeminência especial como cidade real.

Não muito depois que Davi e os homens que estavam com ele estabeleceram residência em Hebrom, ele foi ungido rei sobre a casa de Judá, e reinou sete anos e meio sobre aquela tribo (II Samuel 2: 1-11). Enquanto isso, a longa guerra civil entre a casa de Saul e a casa de Davi terminou com o enfraquecimento gradual e final extinção da casa de Saul, e com a unção de Davi como rei sobre todo o Israel (II Samuel 2: 8-5: 5).

1. *Captura de Jerusalém.* Tão logo foi escolhido rei sobre todas as tribos, Davi impôs-se à tarefa de estabelecer o reino. Uma de suas primeiras e mais importantes realizações foi a conquista da fortaleza jebusita de Jerusalém, que ele transformou em sua nova capital. Situada num planalto de altura imponente a oitocentos metros acima do Mediterrâneo e a mil duzentos e cinquenta metros acima do Mar Morto, a fortaleza dos jebuseus, com rochas escarpadas como defesa, com Muralhas, portas e torres muito resistentes, era considerada inexpugnável. Os nativos jebuseus se consideravam tão seguros na sua posição de defesa, que insultavam os israelitas atacantes com estas palavras: "Não entrarás aqui, porque os cegos e os coxos te repelirão, como quem diz: Davi não entrará neste lugar" (II Samuel 5: 6).

Apesar das formidáveis defesas do lugar, Davi tomou a fortaleza. No dia em que a cidadela caiu, Davi disse: "Todo o que está disposto a ferir os jebuseus suba pelo canal subterrâneo e fira os cegos e os coxos, a quem a alma de Davi aborrece" (II Samuel 5: 8). Esta intrigante passagem, à luz de evidências mais recentes, pode ser traduzida assim: "Todo o que subir (*hiphil*, não *qal*) com o gancho (e não 'canal subterrâneo' ou 'esgoto') e ferir os jebuseus. . .". Como observa Albright:

Esta palavra agora é conhecida como sendo tipicamente cananita, e o significado de "gancho" foi transmitido através do aramaico para o árabe moderno. O gancho em questão era usado para ajudar os sitiadores a escalar as rampas.³

A interpretação corrente da palavra agora traduzida como "gancho" tem sido de que ela constitui uma referência aos antigos aquedutos da Fonte da Virgem, em Jerusalém. Contudo, essa opinião não é mais sustentável. Pesquisas do Fundo de Exploração da Palestina em Jerusalém, sob a direção do Sir Charles Warren, produziram conhecimentos importantes a respeito do sistema de águas jebuseu. A cidade era naturalmente deficiente no suprimento de água. Toda água precisava ser captada em cisternas durante a estação chuvosa, ou trazida de longas distâncias por aquedutos, visto que não havia fontes na montanha. Duas fontes do vale proviam água. Uma, situada ao pé da colina oriental, no Vale do Cedrom abaixo de Ofel, a colina, ao sul da área do Templo, era antigamente chamada Gion (I Reis 1: 40-45; II Crônicas 32: 30) e é mencionada por Josefo. Hoje em dia, ela é conhecida como Poço de Santa Maria ou Fonte da Virgem. A outra fonte, Enrogel, hoje chamada Poço de Jó, localiza-se a sudeste da cidade, em local pouco abaixo da junção dos vales de Hinom e do Cedrom (Josué 15: 1; II Samuel 17: 17) (Veja quadro nº 31).

Como resultado das escavações que faz, Warren descobriu que os habitantes de Jerusalém em cerca de 2000 A. C. haviam feito uma passagem cortada na rocha viva, semelhante às existentes em Gezer e em Megido, para permitir-lhes assegurarem o suprimento de água da fonte de Gion, sem ter que saírem fora dos muros da cidade. Da caverna em que a fonte de Gion penetrava, havia sido feito um túnel horizontal em direção à montanha, a cerca de 12 metros ao oeste e oito metros ao norte. Esse aqueduto fazia com que a água se dirigisse para uma velha caverna, que dessa forma servia como reservatório. Desse reservatório, em sentido vertical, havia um túnel de treze metros de altura (hoje conhecido como Cisterna de Warren), no alto do qual havia uma plataforma onde as mulheres podiam ficar, e de onde podiam baixar os seus baldes e tirar água. Dessa plataforma saía uma passagem inclinada, cuja entrada ficava dentro dos muros da cidade.

Embora os homens de Davi evidentemente tenham escalado os muros de Jerusalém e não tenham entrado na fortaleza jebusita, como anteriormente se pensava, através do sistema subterrâneo de água da cidade, a arqueologia demonstrou, de maneira conclusiva, que a antiga cidadela que Davi tomou, chamada "a fortaleza de Sião" e subseqüentemente a "cidade de Davi" (II Samuel 5: 7), que o rei construiu, estavam localizadas na montanha oriental, acima da Fonte de Gion, e não na chamada montanha ocidental de Sião, separada pelo Vale Tiropenano. Isto é claro de escavações, e do fato que o suprimento de água determinava a ocupação anterior de Jerusalém.

Nos tempos velho-testamentários, a montanha oriental era consideravelmente mais alta e mais imponente em sua aparência, do que em épocas posteriores. Os hasmoneus do século II A. C. removeram-lhe o cume, para que ela não rivalizasse com o Templo em altura. Isto acentuou a altitude do monte ocidental, que era naturalmente maior e mais elevado. Como resultado, desde o começo da era cristã, a antiga Jerusalém jebusita tem sido associada popular mas erroneamente com a parte sul do monte ocidental, tradição que foi corrigida apenas por mais de três quartos de século de pesquisa arqueológica, estendendo-se desde a primeira pesquisa de De Saulcey, para encontrar os túmulos de Davi e seus sucessores em 1850, até a descoberta da localização e dos limites da Cidade de Davi, em 1927.

A descoberta da Cidade de Davi propriamente dita, embora tenha sido possível devido aos trabalhos prévios de homens como Sir Charles Warren, Clermont-Ganneau, Hermann Guthe, Frederick Bliss e Capitão Raymond Weill, deveu-se à pesquisa de John Garstang e seus colegas, juntamente com seu sucessor, J. W. Crowfoot, que estendeu-se pelos anos de 1922 a 1927. Como resultado dessas frutíferas pesquisas, os modestos limites da Cidade de Davi foram determinados. Porções do muro da cidade e da fortificação da cidade dos jebuseus foram descobertos, inclusive o grande portão ocidental.

Evidências vindas à luz mostram que a cidade que Davi capturou tinha a forma de uma gigantesca pegada humana, de cerca de 415 metros de comprimento e 130 metros de largura, e situava-se a alguma distância ao sul da área do templo. Ao máximo, o seu espaço total murado não podia exceder 32.000 m², podendo ser comparada à mesma área que existia dentro dos muros de Tel el-Nasbé, os 24.000m² da Jericó cananéia, e os 120.000m² de Megido, na mesma época. Contudo os seus fortes muros e sua elevada posição tornavam-na virtualmente inexpugnável contra os inimigos. Não obstante, pela coragem sobre-humana de seus homens, Davi tomou-a de assalto.

2. Jerusalém É Feita Capital Nacional. A conquista de Jerusalém por Davi foi um acontecimento muito importante, tornando possível a escolha da cidade como sua capital. Além do mais, ele demonstrou grande sabedoria em selecionar a cidade conquistada como ponto focal do seu novo governo. Compreendeu a sua importância estratégica, e sem dúvida, antes de conquistá-la, ele já pensava nela como sua nova capital. A cidade ficava nos limites entre Judá e Israel, e a sua posição neutra prestava-se para debelar os ciúmes proventura existentes entre as porções norte e sul do seu reino. A sua libertação dos cananeus abriu a estrada entre Judá e o Norte, acelerou o intercâmbio comercial e social, ulteriormente, a unir o reino.

3. Subjugação dos Estados Vizinhos. O estabelecimento de Davi como rei sobre um Israel unido, provocou o temor e os ciúmes dos filisteus, que por duas vezes invadiram o território israelita para atacar Davi, sendo por duas vezes derrotados de maneira decisiva perto de Jerusalém (II Samuel 5: 17-25). Davi sabiamente seguiu essas vitórias de invasão da Filístia. A captura de Gate (I Crônicas 18: 1) e conquistas adicionais em breves campanhas subseqüentes (II Samuel 21: 15-22) subjugaram os filisteus de maneira tão completa, que o poderio desse inveterado inimigo de Israel, que havia continuamente ameaçado subjugar o jovem reino hebreu desde os dias de Saul, foi anulado eficientemente.

De forma semelhante, para revidar ataques, vingar insultos, garantir a segurança da nação e guardá-la de contaminação idólatra, Davi empreendeu guerras contra outras nações circunvizinhas, inclusive os moabitas, arameus, amonitas, edomitas e amalequitas (II Samuel 8: 10; 12: 26-31). Através dessas conquistas e de hábil diplomacia, ele pôde construir um substan-

cial império para o seu filho Salomão, que se estendia de Eziom-Geber, no Golfo de Acaba ao sul, até à região de Hums, nos limites de Hamate, ao norte.

II. INOVAÇÕES POLÍTICAS E RELIGIOSAS DE DAVI

Apesar da colorida personalidade do rei-pastor, sua hábil diplomacia e sua brilhante estratégia militar fizeram sombra à sua capacidade administrativa, e aspecto do seu talento não deve ser esquecido. O seu nome, evidentemente derivado do título *dauidum*, que significa "líder", encontrado séculos antes nas cartas de Mari do Tel el Hariri, no médio Eufrates, fala dos notáveis dons de liderança e administração que o grande rei de Israel possuía.

1. *Organização do Reino.* Que suas realizações administrativas foram extensas em contraste com as de Saul, o qual era pouco mais do que um rústico capitão, é claramente refletido no reino forte que ele deixou atrás de si, e na preservação dos registros da sua eficiente organização (cf. I Crônicas 22: 17-27: 34). A oficialidade de Davi, sobretudo, tem sido mencionada como tendo sido organizada, pelo menos em parte, segundo modelos egípcios. Entre as instruções oficiais egípcias que ele copiou, sem dúvida não diretamente, mas através dos fenícios ou de outros intermediários, havia a divisão de funções entre o "registrador" ou "cronista", *mazkir*, e o "escriba" ou "secretário", *sopher* (II Samuel 8: 16, 17) e o concílio de trinta (cf. I Crônicas 27: 6). Seu exército era uma bem organizada e eficiente máquina de guerra (II Samuel 8: 16) e incluía uma seleta guarda pessoal de mercenários estrangeiros, evidentemente de origem filistéia, chamados cheretitas e peletitas (II Samuel 8: 18).

2. *Indicação de Cidades Levitas.* Um outro elemento importante na organização política do reino, que muitos estudiosos atribuem a Davi, é, finalmente, a indicação das cidades, dos levitas. Embora essas cidades, inclusive as cidades de refúgio (Número 35), tivessem sido estabelecidas por Moisés antes da entrada na terra, e apontadas por Josué depois da conquista (Josué 20: 1, 2; 21: 12), fora impossível, antes da época de Saul e de Davi, entregar aos levitas muitos desses lugares, tais como Gezer, Ibleã, Tanaque, Reobe de Aser, Joceão e Naalal (cf. Josué 21), visto que elas não eram inteiramente israelitas antes dessa época.

Outras cidades como Elteque e Gibetom estiveram sob controle filisteu até a época de Davi, e aldeias pequenas como Anatote e Alemote, na tribo de Benjamim, não puderam tornar-se cidades levíticas até a remoção do tabernáculo para Nobe, na época de Saul. É mais provável que elas tenham sido outorgadas aos levitas, depois que Davi invadiu Jerusalém e fez dela a capital de Israel, posto que não há dúvida de que ele planejara uma espécie de reorganização administrativa da confederação israelita.

3. *Indicação de Cidades de Refúgio.* É certo que as seis cidades de refúgio, bem como as quarenta e oito cidades levíticas, figuraram proeminentemente na reorganização do reino empreendida por Davi. Em seu tempo havia necessidade real de uma instituição que provesse asilo para a pessoa que, acusada injustamente de um crime, pudesse para ela fugir, como Loehr tem feito notar. A idéia, comum entre as antigas nações mediterrâneas, haveria de contribuir para a estabilidade da Monarquia, e não seria descurada por um administrador sábio como Davi.

Durante o período dos Juízes, floresciam vinganças particulares, familiares e tribais, e geralmente eram muito destruidoras, como é ilustrado pelo ciúme manifesto por Efraim por causa das vitórias de Gideão sobre os amalequitas (Juízes 8: 1-4), os sucessos de Jefté sobre os amonitas, e a triste guerra civil entre as várias tribos e a de Benjamim devido à morte da concubina de um levita (Josué 19: 1-21: 25). Como sábio estadista, Davi sabia bem que uma monarquia estável não podia tolerar feudos consangüíneos, e ele depressa descobriu a vantagem de empregar a lei mosaica de seis cidades para os levitas, três de cada lado do Jordão, com o propósito de ajudar a consolidar o seu reino, e de contribuir para a sua tranquilidade.

4. *Remoção da Arca para Jerusalém.* Tão logo restabeleceu o reino, como leal adorador de Jeová, Davi voltou a atenção para as necessidades morais e espirituais do seu povo, e procurou fazer de sua nova capital, Jerusalém além de centro político, também o centro religioso de seu império em expansão.

O seu mais importante ato nesse sentido foi a remoção da arca de Quiriate-Jearim para Jerusalém. (Identificada com Quiriate-Bal ou "cidade de Baal" (Josué 15: 60), antigo centro de adoração cananeu, situado na parte ocidental da fronteira entre Judá e Benjamim (Josué 15: 9; 18: 24, 15), hoje identificada com Tel el-Azar, a cerca de nove quilômetros a noroeste de Jerusalém.)⁴ Naquela localidade a arca sagrada de Israel havia permanecido, exceto por um breve período em Bete-Semes, depois que os filisteus, em cujo território ela havia sido conservada desde a sua captura na batalha de Ebenézer (c. 1050 A. C.), haviam-na devolvido a Israel.

Contudo, a primeira tentativa de Davi de trazer a arca para Jerusalém resultou abortiva em virtude da sua negligência involuntária, mas séria, de seguir as divinas instruções concernentes ao transporte do objeto sagrado (II Samuel 6: 1-15; I Crônicas 15: 13). Em vez de fazer com que primeiramente a arca fosse coberta pelos sacerdotes, depois carregada pelos levitas, de acordo com o que prescreviam os regulamentos mosaicos (Números 4: 5, 15, 19), o fato de ele recorrer ao expediente filisteu de um carro novo de bois (cf. I Samuel 6: 7, 8), ocasionou a morte de Uzá, que estendeu a mão para o qual a lei estipulava a morte (Números 4: 15).

Como resultado desse infortúnio, a arca permaneceu em Perez-Uzá durante três meses, depois do que Davi, com grandes celebrações religiosas, trouxe-a para a Cidade de Davi (II Samuel 6: 12-15). Durante as complicadas cerimônias de música, pompa e sacrifícios, Davi é mencionado como tendo dançado "com todas as suas forças diante do Senhor; e estava cingido com uma estola sacerdotal de linho" (II Samuel 6: 14).

A arqueologia tem iluminado consideravelmente o tabernáculo e a arca, bem como o sacerdócio e o ritual israelita. Antigas placas assírias cuneiformes do século XIX A. C., e os textosugaríticos do século XV A. C., por exemplo, mostram que um "efode" (estola sacerdotal, *epadu*), tal como a que Davi usou quando trouxe a arca, com que menciona-se que Samuel estava "cingido" como menino-sacerdote em Silo (I Samuel 2: 18), e como a que é mencionada no Pentateuco como parte importante da vestimenta sagrada do sacerdócio levita, era primitivamente uma vestimenta simples, usada especialmente, ao que parece, por mulheres. Só em séculos posteriores o "efode" veio a ser restringido ao uso religioso, e subsequentemente ao uso sacerdotal. Contudo, em Israel, ele a princípio chegou a ser parte importante da vestimenta sagrada do sacerdócio levítico. O fato de Davi tê-la usado na ocasião em que trouxe a arca para Jerusalém, deve-se evidentemente à sua condição de rei ungido de Israel, pois como tal era um representante especial de Jeová.

A arca do Senhor que Davi trouxe a Jerusalém, "puseram-na no seu lugar, na tenda que lhe armara Davi, e este trouxe holocaustos e ofertas pacíficas perante o Senhor" (II Samuel 6: 17). A construção de um novo tabernáculo para abrigar a arca do Senhor, quando ela foi trazida para Jerusalém, era necessária devido à destruição da tenda mosaica original, possivelmente quando os filisteus invadiram Silo em cerca de 1050 A. C., e capturaram a arca (Josué 18: 10; I Samuel 3: 3; 4: 10, 11).

Existira em Nobe, sem dúvida, uma estrutura à qual aparentemente os sacerdotes fugiram com o efode (I Samuel 21: 1, 9), depois que a arca foi tomada pelos filisteus. Porém, sem a arca, o tabernáculo havia perdido o seu valor e a sua glória (Salmo 78: 60), até que Davi construiu uma nova tenda para abrigar o símbolo sagrado do concerto da presença de Deus com o Seu povo.

A crítica moderna demonstra tendência para negar a historicidade do tabernáculo original, descrito no Pentateuco e no Livro de Josué, e minimizá-lo, reduzindo-o à condição de reflexão do supostamente mais ornamentado e complexo tabernáculo de Davi, ou uma invenção de escritores sacerdotais da época do exílio e de depois dele. A crítica moderna supõe que a complicada construção e pertences da instituição mosaica eram impróprios para a vida dos imigrantes. Contudo, a arqueologia tem demonstrado que a descrição da construção do tabernáculo nada oferece que teria sido difícil aos artífices da época mosaica fazerem, e os termos técnicos empregados a respeito do tabernáculo e de suas partes, recentemente foram encontrados em registros que datam dos séculos XIV a XI A.C. A tenda que Davi erigiu para a arca, dessa forma, pode ser com toda a certeza considerada como réplica fiel da tenda mosaica, e não uma inovação davídica.

Sobretudo, sabe-se, de acordo com a tradição da antiga Arábia e as práticas beduínas modernas, que as tribos nômades do deserto costumavam carregar com elas os seus santuários-tendas, à maneira de Israel no deserto. Em fragmentos da história fenícia de Sanchuniáton (c. 650 A. C.), há uma referência a um santuário portátil em época muito anterior, que era transportado por bois. Diodorus, historiador grego do século I A. D. fala de uma tenda sagrada armada no centro de um campo de batalha cartaginês, tendo um altar ao seu lado.

De particular significação, para a arqueologia, é a miniatura antiga da tenda feita de couro vermelho, com teto abobadado, chamada *qubbah*. No período pré-islâmico, algumas dessas tendas eram apropriadas para serem transportadas em lombo de camelo. Outras eram maiores. A tenda muitas vezes continha os ídolos locais (betiles) e era considerada capaz de guiar em seu vaguear, e em virtude de sua presença no campo de batalha, era considerada como eficiente para proteger do inimigo e dar vitória. Assim, era geralmente armada perto da tenda do capitão. Como objeto sagrado peculiar, a *qubbah* era um paladino, que proporcionava proteção geral. Era também um lugar de adoração, onde os sacerdotes pronunciavam oráculos.

Visto que tendas negras eram características desde épocas muito remotas, o couro encarnado de que elas eram feitas é extraordinário, visto que a cor tendia a revelar o acampamento e a localização do capitão. Este estranho costume, demonstra uma prática religiosa profundamente arraigada, e é ilustrado por grande número de representações do *qubbah* na Síria, e referências específicas à instituição em uma inscrição aramaica. O templo de Bel, em Palmira, que data do século III ao I A. C. retrata o *qubbah* de maneira interessante, em baixo relevo, com restos de pintura ainda aderentes a ele.

O *qubbah* é mencionado em Números 25: 8, em conexão com Finéias que foi "até o interior da tenda" (*qubbah*) e matou "ao homem israelita" e a mulher midianita com quem se havia casado. A passagem é geralmente considerada como uma referência ao tabernáculo ou ao recinto sagrado.

Esses antigos paralelos semitas emprestam impressionante confirmação ao fato de que o tabernáculo de Moisés tinha uma cobertura "de peles de carneiros tintas de vermelho" (Êxodo 26: 14; 36: 19), e a instituição da *qubbah* entre os antigos semitas sem dúvida elucida a origem do tabernáculo. A tenda portátil de couro vermelho parece ser um dos motivos mais antigos da religião semita, e apresenta evidência adicional de que o tabernáculo e a arca israelitas têm conexões históricas com seu passado semita. Os paralelos não devem ser forçados indevidamente, como alguns eruditos têm feito; contudo, deve ser guardado em mente o fato de que os costumes religiosos israelitas estavam alicerçados em práticas semitas gerais que, no entanto, sob a divina revelação através de Moisés, foram transformadas para alcançar os objetivos do Judaísmo.

Da mesma forma como a tenda-santuário foi radicalmente re-interpretada por Maomé em época muito posterior, sem dúvida também foi transformada, em época anterior por Moisés, para preencher a necessidade do monoteísmo israelita. Além do mais, a tenda de Davi foi feita segundo o modelo mosaico embora sem dúvida tenha aperfeiçoado a sua aparência, como foi certamente o caso do templo de Salomão.

5. *Organização da Música Sacra.* Tem havido marcada tendência da parte da crítica moderna, para negar ou minimizar drasticamente a atividade de Davi ao organizar a música sacra hebraica. A teoria comum é que o estabelecimento formal de classe de músicos no templo, é extrinsecamente posterior ao exílio. Alegam que a função do período monárquico (I Crônicas 16: 4-6, 37-43) era etiológico ou intencional, atribuindo o cronista (400 A. C.) a Davi (cerca de 990 A. A.) a organização da corporação musical do templo, devido ao fato de querer magnificar o papel dos cantores e porteiros, cujas corporações estavam pleiteando uma posição de mais honra (I Crônicas 23-25).

Até época bem recente, esta opinião enganosa não era de fácil refutação, devido a falta de evidências externas. Contudo, agora a arqueologia elucidou o assunto a tal ponto, que demonstrou não haver nada incongruente, à luz das condições existentes no antigo mundo do Oriente Próximo, por volta de 1000 A. C., nas representações bíblicas de Davi como patrono da hinologia judia e "organizador da música do Templo"⁵

Fontes egípcias e mesopotâmicas oferecem ampla evidência de que a Palestina e a Síria, na antiguidade, eram famosas pelos músicos. O conhecimento da música e de instrumentos musicais entre os primitivos hebreus e seus ancestrais antediluvianos em épocas extremamente remotas, é refletido no relato de Jabal, Jubal e Tubalcaim (Gênesis 4: 20-22). No começo do século XIX A. C., os artífices semitas levavam com eles instrumentos musicais, quando desceram ao Egito, como é pintado no famoso alto-relevo de Bani-Hasã, a 270 quilômetros do Cairo.

Da literatura épica religiosa encontrada em Ras Shamra, a antiga Ugarite, no norte da Síria, sabe-se hoje em dia que os "cantores" (*sharim*) formavam uma classe especial de funcionários do templo, naquela cidade, já em 1400 A. C. Os registros do Novo Império do Egito (c. 1546-1085 A. C.), período do apogeu do esplendor faraônico, contém grande número de referências à música cananéia, e muitas representações de músicos e instrumentos cananeus. O Rei Izequias de Judá, no século VIII A. C., enviou a Senaqueribe da Assíria, músicos de ambos os sexos, que são mencionados como parte de um tributo valioso, indicando que esses artistas possuíam considerável reputação por seu talento. Sobretudo, os gregos são mencionados como tendo tomado emprestado dos talentosos fenícios vários instrumentos musicais, bem como seus respectivos nomes. Assim, as evidências externas dão-nos razão para aceitar que a instituição dos músicos no templo remonta uma data bem antiga.

As próprias narrativas escriturísticas, por outro lado, apresentam evidências convincentes que atestam as habilidades e os interesses musicais de Davi. Ligado à piedosa devoção a Jeová, o interesse de Davi pela música apresenta um lastro ideal para a afirmação do cronista de que ele organizou as corporações de músicos do templo. Davi é repetidamente apresentado como hábil tocador de lira (I Samuel 16: 14-23) e compositor de belos poemas (II Samuel 1: 17-27). É mencionado dançando diante da arca (II Samuel 6: 5, 14). Grande parte dos salmos não-lhe atribuída por uma tradição persistente, refletida em muitos dos sub-títulos.

Contudo, não há apenas seguras indicações da existência de música no templo na infância da história de Israel, como também evidências arqueológicas irrefutáveis da antiguidade das próprias corporações musicais. Os fenícios (cananeus) ofuscaram os seus contemporâneos na música, e os israelitas foram logo de princípio influenciados por eles. As corporações musicais dos hebreus podem ter tido origem, em alguns casos, em antigas famílias cananéias, cujas designações, tais como a de Hemã, o zeraíta (I Crônicas 2: 6), tornaram-se parte de nomes posteriores de famílias hebraicas.

Além disso, termos como "Asafe", "Hemã", e "Etã" ou "Jedutum" são evidentemente usados pelo cronista para designar corporações musicais, e no caso de "Hemã" e "Etã" podem ser intimamente comparados com numerosos nomes abreviados encontrados em Ugarite e em outros lugares, e são caracteristicamente cananeus e remotos, não aparecendo em listas hebraicas de nomes contemporâneos.

Outros nomes que ocorrem em conexão com as corporações musicais são Calcol e Dara (I Crônicas 2: 6), que com Etã e Hemã aparecem na lista de sábios em I Reis 4: 31. Essa classificação é bem apropriada, visto que um grande músico geralmente era também vidente (I Crônicas 15: 5) ou profeta (I Crônicas 25: 2, 3) bem como sábio. Calcol e Dara são designados como "filhos de Maol" ou "membros da corporação orquestral",⁶ e parecem ter o nome de uma espécie de flor ou planta aplicado aos músicos. O equivalente de Calcol aparece significativamente em várias peças de marfim, encontradas em Megido e na forma hieroglífica *kulkul*, nome de cantor agregado ao templo de Ptá, na cidade cananita de Ascalom datando de cerca do século XIII A. C.

A música religiosa hebraica é considerada, assim, como tendo origem em fontes pré-israelitas e, embora as evidências arqueológicas não provem que Davi tenha organizado a primeira música religiosa em Israel, demonstram pelo menos que a atribuição feita pelo cronista ao rei pastor, dessa atividade, nada contém que seja discordante com o espírito da época, ou em desacordo com a cena histórica contemporânea.

Além disso, com respeito à autoria davídica dos salmos, uma conclusão semelhante pode ser tirada. Embora evidências arqueológicas não provem que nenhum dos Salmos remonte à época de Davi, demonstram por outro lado que não é apenas possível, mas grandemente provável, que muitos deles sejam da época de Davi ou de época posterior. A Abundante elucidação propiciada pela literatura religiosa de Ugarite para iluminar o Saltério Hebraico, mostra que muitos dos Salmos, como os de números 18, 29, 45, 68, 88, 89, etc., estão saturados de paralelos estilísticos e literários cananeus, e mesmo de citações diretas. Da mesma forma como os israelitas haviam tomado emprestado a sua música, tomaram emprestado dos seus predecessores cananeus a forma métrica, o vocabulário e o estilo dos seus poemas sacros.

Embora o material cananeu encontrado em muitos dos salmos não prove necessariamente uma data anterior, visto que forte colorido cananeu pode ser mostrado como tendo lugar em dois períodos distintos — os séculos XI A. C. ou os séculos VI a IV A. C. — o fato é que o contexto cananeu de um salmo como o 68, e os seus impressionantes paralelos com um poema tão antigo como o Cântico de Débora (Juizes 5), que não pode ser datado, em hipótese alguma, depois do começo do século XI A. C., mostra que este Salmo (e certamente muitos outros) bem pode ser que remonte ao tempo de Davi, ou antes dele. De fato, as evidências arqueológicas indicam uma grande probabilidade de que o Saltério tenha sido formado durante todo o período da história do Velho Testamento, de Moisés a Malaquias, como a sua evidência interna nos leva a concluir, apoiando assim o papel tradicional de Davi como músico, poeta e organizador da música sacra em Israel.

Capítulo XX

O IMPÉRIO DE SALOMÃO

Davi havia subjugado as nações vizinhas que se haviam mostrado hostis à monarquia israelita, de forma que o longo reinado de quarenta anos de Salomão não foi ameaçado por nenhum inimigo importante, e tornou-se famoso como uma era de paz quase ininterrupta. Davi deu a seu filho o nome de Salomão, que significa “pacífico”, prevendo a tranquilidade do seu reino.

A amplitude das conquistas de Davi (II Samuel 8: 1-18) e a grandeza do império de Salomão são enfaticamente indicadas no texto bíblico (I Reis 4: 21). Porém considerando os grandes impérios da Assíria no Eufrates, dos hititas no Halis e do Egito no Nilo, que haviam permanecido durante séculos da história do Velho Testamento, nada pareceria mais improvável do que um reino esplêndido e territorialmente extenso como o de Salomão. Mas as descobertas arqueológicas demonstram meridianamente que, precisamente durante esse período de cerca de 1100 a 900 A. C., o poderio de todas essas nações estava providencialmente ou em eclipse ou em suspensão, de forma que Salomão pôde reinar com o esplendor e a sabedoria divinamente outorgada que lhe haviam sido prometidos (I Reis 3: 13).

Salomão declarou guerra contra a cidade-estado de Hamate, no Rio Orontes, ao norte do seu reino, cidade essa que tinha um poderio muito insignificante em comparação com os grandes impérios assírios, hitita ou egípcio. Ele foi obrigado a fazê-lo para assegurar essa parte da sua fronteira. Assim, invadiu Hamate e contruiu cidades-celeiros nessa região (II Crônicas 8: 3, 4).

Escavações e descobertas na antiga localização de Hamate, a 192 quilômetros ao norte de Damasco, demonstraram que a ocupação da cidade fora interessante e prolongada, particularmente como centro hitita, o que é evidenciado pela reconstrução de grande número de inscrições hititas desse lugar, já em 1871. Toi, que era o seu rei na época de Davi, estabelecera laços de amizade com Israel, e congratulou-se com Davi por ter derrotado Hadadezer de Zobá, que era seu inimigo comum (II Samuel 8: 9; 10: 1).

Rezom de Damasco (I Reis 11: 23-25) e Hadade, o edomita (I Reis 11: 14-22), eram também inimigos de Salomão, mas nenhum deles estava suficientemente forte para causar dificuldade séria ao rico e poderoso monarca israelita. Todavia, Rezom, ao tomar Damasco e fazer dela o centro do poderio arameu, lançou os alicerces de uma força, que haveria de provar ser antagonista mortal do Reino do Norte, durante um século e meio depois da morte de Salomão e do rompimento da Monarquia Unida.

Para conservar Damasco em xeque, Salomão fundou Hazor, evidentemente para controlar a travessia do Jordão superior, e contruiu cidades para seus cavaleiros e seus carros, na região do Líbano (I Reis 9: 15, 19). Foi também compelido a guardar a estrada pelo sul, que ia de Edom para Ezriom-Geber, para evitar a interrupção do fluxo de cobre e de outras matérias primas do seu porto chave no Mar Vermelho, que poderia ser interposta pelo inamistoso Hadade, que havia retornado do Egito para importunar o monarca israelita. Afora essas dificuldades, as relações de Salomão com os reis vizinhos eram amigáveis. Conseqüentemente, ele foi capaz de de-

votar-se à organização do seu reino, e ao cultivo das artes de paz, atividades que proporcionaram uma era de prosperidade sem precedentes para o seu reino.

I. A NOTÁVEL PROSPERIDADE DA ÉPOCA DE SALOMÃO

A rápida expansão da vida econômica de Israel sob o governo de Salomão, deveu-se a várias razões, entre as quais a política era uma das mais importantes. Seja por tratados de amizade, seja por conquista, Davi havia estendido a esfera da influência israelita a tal ponto, que ao tempo em que Salomão subiu ao trono, a nação possuía um vasto potencial de comércio e de renda tributária crescente. Salomão, tendo sagacidade política e administrativa herdada de seu pai, mostrou-se igual a ele, aproveitando muito bem as inigualáveis oportunidades de expansão econômica que se lhe apresentaram, e "nas relações com outros povos: manteve a política de seu pai".¹

1. Diplomacia Internacional de Salomão. O grande rei mercante de Israel cultivou cuidadosamente os laços de amizade entre Israel e o importante reino marítimo de Tiro, que tinha grandes vantagens econômicas. Além disso, pelo menos preservou a lealdade aparente dos povos vassalos, exceto os de Damasco e Edom que se rebelaram na última parte do seu longo reinado, quando se estabeleceu a decadência na sua administração. Essa lealdade ele conseguiu em grande parte através de casamentos reais, que ligaram os seus satélites a ele, mas o levaram a graves males religiosos (I Reis 11: 1-8). Em primeiro lugar, entre essas alianças reais, situava-se a estabelecida com o Egito, que fora cimentada através do seu casamento com a filha do Faraó reinante (I Reis 3: 1, 2). Esse governante possuía considerável poder. Pois fora capaz de reclamar e parcialmente impor seu domínio sobre a Palestina. (Era sem dúvida um dos últimos reis da vigésima-segunda dinastia, visto que Sesonque (O Sisaque da Bíblia), fundador da vigésima-segunda dinastia, famoso na arqueologia, pelas suas inscrições na parede sul do templo de Carnaque, contrariou a política de seus predecessores, e fez tudo o que pode para enfraquecer Salomão).²

A importante e estratégica cidade cananita de Gezer, na planície próxima à Planície Marítima, com história ocupacional que remonta a cerca de 3000 A. C., é mencionada ao revoltar-se contra Faraó, e depois de ser destruída, entregue a Salomão como dote da filha de Faraó, quando ela foi dada em casamento ao rei hebreu (I Reis 9: 16). As ruínas escavadas no local confirmam a declaração do Livro dos Reis e mostram que Salomão realmente não reconstruiu a cidade mas erigiu uma fortaleza em local próximo (I Reis 9: 17).

2. Economia Doméstica de Salomão. Dentro do seu reino, o monarca israelita tomou importantes medidas administrativas, tendo em vista tanto a futura prosperidade, como a sucção de considerável parte da renda nacional, que fora grandemente aumentada, canalizando-a para o tesouro nacional, a fim de financiar seu luxuoso modo de vida e suas ambiciosas realizações construtoras e comerciais. A divisão por ele feita do país em doze regiões, que em grande parte ignorou os antigos limites tribais (I Reis 4: 7-20), é mencionada especificamente e deve ter sido apenas o esboço de uma organização muito eficiente, presidida por importantes oficiais, dois dos quais eram casados com filhas de Salomão.

Uma das principais fontes da imensa renda que era necessária para sustentar o esplêndido reinado de Salomão, era a taxação direta em forma de dinheiro, mercadorias e labor não recompensados em seus vastos projetos de construção. Prata pesada era o veículo de trocas, se é que o dinheiro era usado, visto que moedas não entram em uso até séculos depois. Porém, as evidências arqueológicas indicam o fato de que o dinheiro não era comum, e que o israelita pagava os seus impostos em espécie, na forma de produtos da terra, tais como milho, vinho e óleo. Mesmo depois, no século IX A. C., o tributo prestado a Israel por Mesa e Moabe, arqueologicamente famoso, cujo monólito foi descoberto em 1868, era pago em ovelhas e lã, produtos de um país pastoral (II Reis 3: 4).

Ao lado de impostos em dinheiro e em espécie, Salomão requeria grandes doações de trabalho gratuito dos remanescentes, dos originais habitantes não israelitas do país, aos quais ele reduziu, praticamente, à escravidão (I Reis 9: 20, 21). Ele também criou um tributo especial "Sobre todo o Israel" aparentemente para a construção do templo (I Reis 5: 13-18).

3. *Expansão Comercial de Salomão*. Outra importante fonte de renda para o tesouro real foi a notável expansão da indústria do rei. Ele é famoso como o “primeiro grande rei comercial de Israel”.³ Aproveitando plenamente as condições especialmente favoráveis, que existiam tanto em terra como no mar, ele expandiu o comércio notavelmente. A domesticação do camelo árabe a partir do século XII A. C., como Albright notou, acarretou um grande crescimento na mobilidade dos nômades. Agora as caravanas podiam viajar através dos desertos, cujas fontes de água podiam estar separadas por dois ou três dias de jornada. Há amplas evidências arqueológicas de que, à época de Salomão, o comércio através de caravanas entre o Crescente Fértil e o sul da Arábia já era bem desenvolvido.

O controle exercido por Salomão sobre as regiões fronteiriças de Zobá, Damasco, Haurã, Amom, Moabe e Edom, significava que ele monopolizava o Mar Vermelho até Palmira (Tadmor), II Crônicas 8: 4), um oásis a 224 quilômetros a nordeste de Damasco, que ele construiu (I Reis 9: 18). Dessa forma, exercendo controle sobre quase todas as estradas mercantis, tanto para leste quanto para oeste do Jordão, o monarca israelita foi capaz de aumentar substancialmente a renda que entrava nos cofres reais, cobrando pedágio dos mercadores que passavam pelos seus territórios (I Reis 19: 15).

4. *Comércio em Cavalos e Carros*. Esse próspero empreendimento, desenvolvido pelo monarca israelense, que tinha mente industrial, foi possível devido ao controle que ele exercia sobre as estradas comerciais entre a Ásia Menor, a Mesopotâmia e o Egito, e é narrado em uma enigmática passagem em I Reis 10: 28, 29: “E tiravam cavalos do Egito para Salomão; e às manadas os recebiam os mercadores do rei; cada manada por um certo preço. E subia e saía o carro do Egito por seiscentos siclos de prata, e o cavalo por cinquenta; e assim, por meio deles, os tiravam para todos os reis dos heteus e para os reis da Síria”.

Estudiosos modernos à luz deste trecho, conforme a arqueologia, e segundo a Septuaginta e a Vulgata Latina, estão inclinados a traduzir a expressão “as manadas”, para “cada manada”, não como um substantivo comum, mas como o nome de lugar, *Qwh*. “E tiravam cavalos do Egito e de *Qwh*, e os recebiam os mercadores do rei de *Qwh* por um preço.”⁴ Nos registros assírios, *Cue* (*Qwh*) corresponde à Cilícia, país entre as montanhas do Taurus e o Mar Mediterrâneo, na Ásia Menor, de acordo com Heródoto, famosa no Período Persa por seus cavalos de raça. Da mesma forma, Hugo Winckler corrige *Mizraim* (Egito) do texto hebraico de I Reis 10: 28, 29 para *Musri*, que denota a Capadócia, ao norte da Cilícia, segundo o que tanto os cavalos quanto os carros eram importados da Capadócia e da Cilícia.

Albright, seguindo Winckler parcialmente em sua correção da primeira referência ao Egito, devido ao fato conhecido de que os egípcios daquela época eram peritos na manufatura de carruagens, considera genuína a interpretação de “Egito” em I Reis 10: 29: “Os cavalos de Salomão vinham da Cilícia; e comerciantes do rei os recebiam da Cilícia por certo preço. Importava-se do Egito um carro por. . .”⁵ Esta redação e sua respectiva interpretação fariam de Salomão o intermediário comercial entre o Egito e a Ásia Menor, tendo completo monopólio do comércio de cavalos e carros, trocando quatro cavalos cilicianos por uma carruagem egípcia. Porém, visto que a interpretação repousa sobre correção plausível, e que Salomão estava evidentemente mais preocupado com a compra de cavalos e carros para si próprio, com objetivos militares, ele deve ter trazido os cavalos, pelo menos a sua maior parte, do país que tinha os melhores carros, como indica o texto hebraico, e como o cronista declara expressamente: “Importavam-se cavalos para Salomão do Egito e de todas as terras” (II Crônicas 9: 28). Porém, visto que Salomão controlava as estradas comerciais que atravessavam os seus extensos domínios, e visto que ele estava em condições de suprir seus vizinhos do norte com essas cousas necessárias, transformou a indústria egípcia de carros e cavalos em lucrativa fonte de renda para si próprio, bem como uma forma de aumentar o seu poderio militar.

5. *Construção de Cidades para os Carros*. Menciona-se o fato de Salomão ter formado um poderoso esquadrão de carros de guerra (I Reis 4: 26), que tinha sua base de operações em várias cidades construídas para carros, entre as quais são mencionadas Jerusalém, Hazor, Megido e Gezer (I Reis 9: 15-19). “Também ajuntou Salomão carros e cavaleiros, tinha mil e quatrocentos carros e doze mil cavaleiros, que distribuiu às cidades para os carros, e junto ao rei em Jerusalém” (I Reis 10: 26).

Escavações arqueológicas em Megido, Hazor e Gezer, têm ilustrado as informações bíblicas a respeito das construções de Salomão naquelas cidades. Especialmente em Megido, grande outeiro de 42.000m² no Vale de Esdrelom, sede da quinta região administrativa de Salomão, tem sido feitas notáveis descobertas, que datam da época de Salomão. Grande número de estábulos, capazes de abrigar pelo menos 450 cavalos e cerca de 150 carros, foram desenterrados ali. O plano e a forma de construção desses edifícios são definitivamente salomônicos, bem como outras estruturas, tais como a "Grande Casa"; que era usada pelo comandante durante aquele período. Ostentam forma típica, e bem podem ter sido desenhados pelos arquitetos de Hirão de Tiro, bem como o templo de Jerusalém.

Grupos semelhantes de estábulos pertencentes à época de Salomão, em Hazor e no Tel el Hesi, apresentam outras evidências do esplendor e do poderio militar de Salomão. As evidências bíblicas, substanciadas pela arqueologia, são de que Salomão foi o primeiro rei de Israel a empregar cavalos e carros nas batalhas. Davi "jarretou a todos os cavalos dos carros" (II Samuel 8:4).

6. *Expedições a Ofir.* A marinha de Salomão e os seus projetos mercantis marítimos em colaboração com Hirão de Tiro, constituem outra fonte da sua proverbial prosperidade. "Fez o rei Salomão também naus em Ezion-Geber, que está junto a Elate, na praia do Mar Vermelho, na terra de Edom. Mandou Hirão com aquelas naus os seus servos, marinheiros, conhecedores do mar, com os servos de Salomão. Chegaram a Ofir, e tomaram de lá quatrocentos e vinte talentos de ouro, que trouxeram ao rei Salomão" (I Reis 9: 26-28). "De três em três anos voltava a frota de Társis, trazendo ouro e prata, marfim, bugios e pavões" (I Reis 10: 22).

Ofir, que é geralmente associada com a produção de ouro fino, no Velho Testamento (I Reis 10: 11; Jó 22: 24; Salmo 45: 9; Isaías 13: 12), incluía não apenas a região a sudoeste da Arábia (o moderno Iêmen), no litoral do Mar Vermelho, adjacente a Sabá e Havilá (Gênesis 10: 29), mas visto que se diz que as expedições levavam três anos, Ofir devia incluir também porções da Costa Africana. A expressão "três anos" pode indicar, todavia, apenas um ano e parte de outros dois, ou cerca de um ano e meio. Segundo o costume hebraico de datar, por exemplo, um reinado de três anos podia significar realmente, apenas um ano inteiro e partes de dois outros. Assim, provavelmente a frota zarpava em novembro ou dezembro do primeiro ano, voltando no começo da primavera do terceiro ano, para evitar tanto calor do verão quanto lhe fosse possível. Da mesma forma, mais de um milênio antes, os Babilônicos levavam três anos para fazer uma viagem a Meluca, nas vizinhanças de Ofir, aproximadamente à mesma distância.

Os produtos da viagem que se mencionam, são de providência genuinamente africana ou possivelmente do sul da Arábia: ouro, prata, marfim, e duas qualidades de macacos, com nomes egípcios, que devem ser traduzidos como "bugios e babuínos" em vez de "bugios e pavões".⁶

As "naus" ou "frota de Társis" (*'oni Tarshish*) têm sido também elucidada por remotas fontes orientais. Uma tradução melhor da marinha mercante de Salomão, à luz do crescente conhecimento que se tem hoje das atividades mercantis fenícias, no Mediterrâneo, seria "frota da refinaria" ou da "fundição", que trazia metal das minas coloniais para Israel. Os barcos fenícios costumavam singrar os mares regularmente, transportando minério das cidades mineiras da Sardenha e da Espanha. Embora essa atividade colonizadora e comercial antes do século VIII A. C. fosse negada aos fenícios pelos escritores da história e arqueologia do mundo oeste-mediterrâneo até bem recentemente, inscrições descobertas em Nora e Bosa, na Sardenha, provam que já no século IX A. C. os fenícios estavam colonizando e traficando no Mediterrâneo ocidental. Uma dessas inscrições de Nora, contém o nome de Társis imediatamente antes do nome da Sardenha, indicando evidentemente que o nome fenício de Nora referia-se a Társis, que significava "a Refinaria".⁷

O nome Társis ocorre também em uma inscrição de Esar-Hadom, rei da Assíria no século VII A. C., referindo-se a uma terra fenícia no extremo oposto do Mediterrâneo, oposto à ilha de Chipre. À luz das evidências arqueológicas disponíveis, não há a menor razão para duvidar que no tempo de Hirão I de Tiro (c. 969-936 A. C.), o comércio fenício já se tivesse

espalhado por todo o Mediterrâneo, e que os marujos tírios fossem capazes de assistir a Salomão na formação da sua frota, e prover a perícia para operá-la.

7. Mineração e Refinação de Cobre. A arqueologia não só atesta a possibilidade histórica do fato de os marinheiros e artesãos fenícios terem ajudado a Salomão a formar e operar a sua frota no Mar Vermelho, mas ilustra claramente um ponto adicional: técnicos fenícios construíram o porto marítimo de Ezion-Geber para ele. Uma importante fundição de cobre descoberta ali por Nelson Glueck (1938-1940), a primeira já descoberta, foi certamente obra de artífices fenícios, que tinham larga experiência na arte e montar fornalhas e refinarias de cobre nos estabelecimentos fundidores da Sardenha e da Espanha (a posterior Tartessus), que eram chamados Társis, segundo o que os navios, especialmente equipados para transportar essas cargas de minério de metal, eram chamados "navios de Társis".

A construção da refinaria de cobre na antiga Ezion-Geber (moderna Tel el-Queleifé) é incrivelmente boa, como Glueck teve oportunidade de notar, e indicam um conhecimento prático e uma habilidade que eram resultado de longa experiência. A conclusão inescapável é que os técnicos de Hirão, que eram peritos no ramo, foram os responsáveis pela construção da fundição; que ela data do século X A. C., e foi reconstruída em vários períodos posteriores. O Tel el-Queleifé era, portanto, uma *tarshish* ou refinaria de metal, como as colônias fenícias do mesmo nome na Sardenha e na Espanha.

A descoberta de refinaria de cobre em Tel el-Queleifé elucida a breve, mas importante, referência bíblica à fundição e modelagem de cobre no Vale do Jordão (I Reis 7: 46) e indica outra fonte prolífica da riqueza de Salomão. Como diz Glueck, Salomão "foi o primeiro que localizou a indústria mineira do Vadi Arabá em escala verdadeiramente nacional".⁸ Como resultado, o cobre tornou-se o primeiro produto de exportação do rei, e a principal mercadoria dos seus mercadores. Zarpando de Ezion-Geber, carregado de minério fundido, sua frota trazia de volta, em troca, outras valiosas mercadorias obtidas nos portos árabes ou nos litorais próximos da África.

8. A Visita da Rainha de Sabá. Os navios de Salomão navegavam para o Mar Vermelho. Suas caravanas penetravam profundamente na Arábia. Na sua ampla expansão comercial, ele deve ter feito negócios e, ao mesmo tempo, deve ter competido com a famosa Rainha de Sabá. Sua jornada corajosa (I Reis 10) de camelo até Jerusalém, atravessando mais de mil e milcentos quilômetros de região inóspita, foi ditada, quase certamente, por razões comerciais, bem como pelo prazer de ver o esplendor de Salomão e ouvir sua sabedoria.

A visita deve ter motivado delimitação de esferas de interesses, e a assinatura de tratados de comércio, que regulassem a troca equitativa de produtos da Arábia por produtos da Palestina, e especialmente o cobre do Vadi Arabá. A visita diplomática da rainha e suas conversas com o monarca israelita tiveram, evidentemente, grande sucesso (I Reis 10: 1, 2, 10, 13).

Embora a Rainha de Sabá da época salomônica não tenha sido até agora atestada pelas inscrições do sul da Arábia, não há razão válida para negar a historicidade da sua pessoa ou da sua visita ao monarca israelita. É verdade que as inscrições mais antigas, encontradas em Nabá (Saba), remontam apenas aos séculos VII ou VIII A. C., e as inscrições assírias não começam a mencionar nomes de reis sabeus antes do fim do século VIII A. C. Contudo, não há justificativa para duvidar que Sabá fosse um importante reino ou confederação tribal, dois ou três séculos antes. Da mesma forma, não há razão para menosprezar toda a narrativa da visita da Rainha, considerando-a "um conto romântico", como geralmente costumava-se fazer. Embora rainhas tivessem uma parte insignificante na história do sul da Arábia, naquela época elas governavam grandes confederações tribais ao norte da Arábia, do século IX até o VII A. C., como relatam as inscrições cuneiformes.

9. Alianças Matrimoniais de Salomão. Para assegurar a paz e a segurança futuras de seu reino, Salomão cedeu ao costume da época, e fez muitas alianças domésticas com raças e tribos vassalas, casando-se com mulheres estrangeiras. Segundo as Cartas de Amarna, do século XIV A. C., e numerosas outras fontes, há abundante exemplo dessa prática de casamento entre duas famílias reais, por razões políticas e outras. Os Reis do Egito, por exemplo, davam as suas

filhas em casamento a reis dos hititas e príncipes de Mitani, nos séculos XIV e XIII A. C. Acube, da casa real de Onri, casou-se com mulher da casa real de Tiro, no século IX A. C.

Em vez de firmar o reino, esse expediente maligno levou ao declínio espiritual, à idolatria total, e à conseqüente corrupção da nação. Das numerosas divindades às quais as suas esposas estrangeiras corromperam o coração de Salomão, talvez a mais conhecida nos tempos antigos fosse Astarote, chamada "abominação dos sidônios" (I Reis 11: 5, 33), visto que o seu culto fora primeiramente estabelecido entre os fenícios. Ela era a deusa da fertilidade, conhecida como Astarte entre os gregos, e como Istar na Babilônia. Vários tipos de imoralidades eram concommitantes ao seu culto degradante. Essa deusa do amor sexual, e também da guerra na Babilônia e na Assíria, é pintada em um selo de impressão encontrado em Betel, e seu nome é apresentado em caracteres hieroglíficos.

II. O TEMPLO DE SALOMÃO

A arqueologia tem fornecido o testemunho de que as atividades construtoras e industriais de Salomão foram ainda mais extensas do que pode concluir-se do vívido relato do Livro dos Reis. É verdade que há evidências abundantes, que substanciam os registros bíblicos, de que o monarca de Israel aproveitou-se grandemente da perícia dos fenícios, não apenas em suas realizações marítimas, como também a particularmente na construção do magnífico templo de Jerusalém, e outros edifícios. Escavações feitas por Albright em Gibeá (Tel el-Ful), local da capital de Saul, têm revelado a robustez, mas, por outro lado, a extrema rudeza dos edifícios reais, em comparação com a perícia arquitetônica demonstrada na Megido salomônica, no templo e no palácio real em Jerusalém.

No tempo de Davi e Salomão, em que ambos mantiveram laços de amizade com Hirão I de Tiro (c. 969-936 A. C.), a Fenícia do sul estava consolidada sob o reinado de um rei que governava em Tiro, mas ostentava o título oficial de "Rei dos Sidônios". Desde o XII até o VII século A. C., Tiro e Sidom existiram como uma unidade política. Só antes e depois desse período, essas duas cidades foram estados separados, de forma que Hirão era um governante rico e poderoso; ao conseguir e manter a sua amizade, Salomão deu uma demonstração da sua proverbial sabedoria. Além do mais, o nome de Hirão (originalmente Abirão) era um nome fenício real comum, como é atestado pelas inscrições, notavelmente a encontrada no sarcófago de Abirão em Biblos (bíblica Gebal, Salmo 83: 7; Ezequiel 27: 9), descoberta em 1923-1924 por uma expedição francesa dirigida por M. Montet, e que data provavelmente do século XI A. C.

1. A Planta do Templo. Apesar do fato de nenhuma ruína arquitetônica encontrada em Jerusalém poder ser atribuída a Salomão, numerosos achados arqueológicos no antigo Oriente Próximo têm lançado muita luz indireta sobre a construção do Templo. Sabe-se agora que a planta do edifício era caracteristicamente fenícia, como era de se esperar, visto que ele foi construído por um arquiteto fenício (I Reis 7: 13-15). Plantas de alicerces semelhantes têm sido exumadas ao norte da Síria, especialmente pela Universidade de Chicago no Tel Tainate, em 1936, e os achados demonstram que as especificações da estrutura salomônica esboçadas em I Reis 6-7, são pré-gregas, e autênticas para o século X A. C., não devendo ser-lhe negada autenticidade histórica, nem ser considerada como do período de influência helênica posterior ao século VI A. C., como alguns críticos estão acostumados a fazer.

Da mesma forma que o templo de Salomão, o santuário do Tel Tainate era retangular, com três aposentos, um pórtico com duas colunas na frente, um átrio principal, e uma cela ou santuário com uma plataforma elevada. Tinha dois terços do comprimento do templo de Salomão, e era, provavelmente revestido de cedro.

O capitêu de pilastra proto-eólico foi usado extensivamente no templo de Salomão, e exemplos desse tipo de arquitetura foram encontrados em Megido, em Samaria, em Siquém, em Moabe, e perto de Jerusalém datando desde de 1000 A. C., ou, como em Megido, desde o século VIII A. C. As decorações do templo, tais como lírios, palmas e querubins, também eram caracteristicamente sírio-fenícias, sendo este último um leão alado com cabeça humana, isto é, uma esfinge alada. Este animal híbrido, entretanto, não era uma inovação salomônica, mas foi

herdado do tabernáculo, e aparece centenas de vezes na iconografia da Ásia ocidental entre 1800 e 600 A. C. Muitas representações são encontradas com uma divindade ou rei assentado em um trono sustentado por dois querubins. Em Israel, a Divindade e o Seu trono – ambos invisíveis – eram semelhantemente sustentados por querubins simbólicos.

Dessa forma, a arqueologia elucida grandemente o significado do querubim no templo de Salomão e no tabernáculo anterior, e nos permite traduzir I Samuel 4: 4 desta forma: "... a arca do Senhor dos exércitos, entronizado *sobre* os querubins".

2. *Jaquim e Boaz*. Da mesma forma como o santuário ao norte da Síria, no Tel Tainate, o edifício de Salomão tinha duas colunas que se situavam no pórtico. Esses pilares, flanqueando a entrada principal de um templo, eram comuns no primeiro milênio A. C., na Síria, Fenícia e Chipre. Espalhou-se esse tipo arquitetônico em direção ao oriente, para a Assíria, onde é encontrado nos templos de Sargão em Corsabade (fim do século VIII A. C.), e em direção ao ocidente para as colônias fenícias no Mediterrâneo ocidental. No templo de Salomão, segundo costume oriental comum, elas tinham os nomes distintivos de "Jaquim" e "Boaz". Foi demonstrado de maneira convincente que os nomes das duas colunas representavam as primeiras palavras de oráculos dinásticos que eram inscritos nelas. A fórmula "Joaquim" pode significar: "Jeová estabelecerá (*yakin*) o teu trono para sempre", ou cousa semelhante, e o oráculo "Boaz" pode ter sido: "Em Jeová está a força do rei", ou cousa parecida.

Jaquim e Boaz têm sido freqüentemente interpretadas como obeliscos sagrados, como os que se situavam ao lado dos grandes templos egípcios em Heliópolis e em Tebas, ou ao lado do templo de Melcarte em Tiro, e é possível, sem dúvida, que Salomão possa ter feito concessões à moda arquitetônica da época. Algumas vezes elas têm sido consideradas como árvores estilizadas ou então como pilastras cósmicas, como os pilares de Hércules. A melhor interpretação parece ser a dada por Robertson Smith há muitos anos, que as considerava comolareiras ou altares gigantescos de fogo.

W. R. Albright adota essencialmente a opinião de Robertson Smith, de que Jaquim e Boaz eramlareiras ou altares gigantescos de fogo, usando provas encontradas em túmulos pintados em Marisa, ao sul da Palestina, onde aparecem fornalhas de incenso semelhantes. Evidências corroboradas são encontradas no Pilar de Djede, no Egito, um emblema sagrado de Osíris, que ostenta certas semelhanças com essas colunas. Mais importante do que isso, Albright enfatiza o fato de que cada fuste das duas pilastras é claramente mencionado como sendo coroado com um *gullah* ou vaso de óleo para castiçal. (I Reis 7: 41; cf. Zacarias 4: 3).

Assim, o fato de seguir os modelos fenícios e dessas imponentes colunas de incenso, tornaram graciosa e iluminaram a magnificente fachada do templo em Moriá. Sem dúvida, ao receber os primeiros raios da aurora de Jerusalém, ou serem envolvidas na névoa que durante a noite se elevava do Vale do Cedrom, enquanto os seus pavios brilhavam e fumaceavam, lembravam aos adoradores a coluna de fogo e a nuvem que outrora guiara Israel através da peregrinação pelo deserto.

3. *O Mobiliário do Templo*. A arqueologia tem elucidado também grande parte do equipamento do templo, que pelo menos foi modelado segundo cópias sírio-fenícias, que por sua vez remontavam a apropriações muito anteriores, da Mesopotâmia. O altar de ofertas queimadas, por exemplo, segundo as medidas do altar do templo de Ezequiel (Ezequiel 43: 13-17), que tinha certamente a mesma forma do altar de Salomão, se não o mesmo tamanho, era a miniatura de um templo-torre (em babilônio, zigurate), segundo o que ele foi parcialmente desenhado. A descrição que Ezequiel faz desse altar é importante e muito interessante do ponto de vista arqueológico, porque preserva um pouco da terminologia em uso, que foi aplicada às suas várias partes.

De acordo com o relato que Ezequiel faz, os alicerces são chamados, simbolicamente, no hebraico, "o seio da terra" (*heo ha aretz*, Ezequiel 43: 14) e a cumieira, "a montanha de Deus" (*har el*, Ezequiel 43: 15, 16). Estas duas expressões são traduções literais de termos babilônicos correspondentes à base e ao topo de um templo-torre ou zigurate comum do antigo mundo babilônico, como se sabe de placas cuneiformes. Em conexão com isto, outro paralelo

impressionante aparece no fato do tope do *ziquuratu* (literalmente, "pico da montanha"), como o altar habraico de ofertas queimadas (Exodo 27: 2; Ezequiel 43: 15), era também ornamentado com quatro "chifres", como se sabe tanto por inscrições como por representações monumentais.

É interessante notar, ademais, que a palavra traduzida como "templo" em hebraico (*hekal*) foi apropriada dos cananeus de sumérios não-semitas, os precursores dos babilônios semitas no Vale do baixo Tigre-Eufrates, pelo menos um milênio e meio antes. Tais apropriações são comuns, como no caso do querubim e de outras partes, tanto do tabernáculo como do templo, e não implica nem um pouco em que os hebreus emprestassem qualquer significado pagão a eles. De fato, como no tabernáculo onde todos os itens da construção e do equipamento foram divinamente ordenados, cada detalhe era ao mesmo tempo divinamente investido de um significado consoante com a adoração do único Deus verdadeiro, e revestido de um rico simbolismo típico da vida do futuro Redentor messiânico.

Contudo, Salomão foi muito além da modesta simplicidade divinamente ordenada do tabernáculo e de seu ritual e mobiliário simbólicos. Um exemplo disto é não apenas provido pelos obeliscos gêmeos ornamentando a entrada do templo, mas também pelo grande mar de bronze apoiado em doze bois, orientados em direção dos pontos cardeais, sendo essa uma apresentação nova do santuário (I Reis 7: 23-26). Essa imensa bacia, que substituíra o lavatório do tabernáculo, era decorada com ramos de flores em alto relevo, e servia, como o seu simples antecessor, para as abluções cerimoniais. No nome a ela dada por Salomão ("mar"), e em sua construção, ambos indubitavelmente resultado da influência siro-fenícia, descobre-se um claro significado cósmico,

No antigo Oriente Próximo, o "mar" era universalmente reconhecido como tendo significado cósmico. Em seu nome e em sua função, o "mar de fundição" de Salomão dificilmente pode ser separado do "mar" mesopotâmico (*apsu*), termo usado tanto como designação do oceano subterrâneo de água doce, fonte de toda a vida e fertilidade, quanto o nome de uma bacia de água sagrada existente no templo. Além do mais, estas várias fontes cósmicas de água são concebidas em termos mitológicos como dragões, tanto em acádio (*Apsu* e *Tiamate*), canaceu ("mar", *yammu* e "rios" *naharu*) e no hebraico bíblico ("mar", *yam*, e "rios", *neharoth*). O termo "mar", significando a fonte da vida entre os sírios e fenícios, chegou a denotar o Mediterrâneo, principal meio de vida cananeu, como na Mesopotâmia denotou a putativa fonte subterrânea dos grandes rios vivificadores daquela terra.

As relações do "mar" com os lavatórios portáteis que Salomão fez (I Reis 7: 38), que correspondem às pias portáteis fenícias encontradas na ilha de Chipre, era semelhante à que existia entre o "mar" (*apsu*) e as "bacias portáteis para água" (*eguble*) dos templos babilônicos.⁹

Pelo fato de ter ido além da simplicidade do tabernáculo, modesta e divinamente ordenada, o templo, como sua elaborada organização e seu débito para com a arquitetura e prática religiosa siro-fenícia, apresentava o perigo de um sincretismo religioso, que haveria de manifestar-se em conflito intermitente entre os assimiladores e os separatistas religiosos, nos séculos subsequentes. O próprio Salomão, evidentemente, foi o primeiro que sucumbiu ao perigoso precedente, permitindo que altares e santuários de divindades estrangeiras fossem construídos nas proximidades da própria Jerusalém, talvez em parte como um expediente político. Mas a prática, fosse qual fosse o seu motivo, encorajou a reincidência no paganismo por parte das massas, e essas reincidências é evidente na história de Judá, até o cativo babilônico.

Capítulo XXI

ISRAEL E OS ARAMEUS

As elaboradas operações construtoras de Salomão, e a escala pródiga da sua vida pessoal, levaram a trabalho forçado, impostos pesados e outras medidas opressoras, que produziram crescente inquietude entre os seus súditos. A sua apostasia religiosa, na última parte de seu reinado, espalhou ainda mais as sementes de rebelião interna. De especial significado entre os inimigos estrangeiros, que foram divinamente levantados para castigar Salomão, menciona-se "Rezom, filho de Eliada" (I Reis 11: 23). Esse ambicioso líder militar, que como jovem oficial do exército de Zobá havia escapado quando Hadadezer perdera o reino para Davi, subseqüentemente havia se estabelecido na importante cidade de Damasco, e como fundador de um importante reino arameu, que mais tarde evidenciara-se como inveterado inimigo do Reino do Norte, de Israel, por mais de um século e meio, foi um turbulento inimigo de Salomão, nos últimos anos do Reino Unido (I Reis 11: 23-25).

O rápido crescimento desse poderoso reino hostil nas fronteiras do norte de Israel, que em certas ocasiões ameaçara extinguir a sua vida nacional, tornou-se possível em grande parte devido à desintegração da Monarquia Unida, durante o reinado do filho e sucessor de Salomão, Roboão. A insensatez desse jovem rei, falhando em atender às solicitações do povo, de reduzir o pesado jugo que Salomão havia imposto sobre eles, ocasionou a divisão do reino em Siquém, onde todo o Israel se havia reunido para confirmar Roboão na sucessão (I Reis 12: 1-19). Esta suprema tragédia trouxe em seu bojo muitos males internos, bem como externos, que os séculos não puderam neutralizar.

I. ISRAEL SOB O DOMÍNIO DE JEROBOÃO I

O homem que estava destinado a ser o primeiro governante a ocupar o trono do Reino do Norte, aparece inicialmente nos registros bíblicos como um chefe enfraimita encarregado do recrutamento de trabalhadores para construir a secção Milo do muro de Jerusalém. Sendo homem de proeminente coragem, opôs-se à tirania de Salomão, e foi compelido a pedir asilo no Egito (I Reis 11: 26-40). Tendo ouvido que Salomão morrera, voltou à sua terra natal, aparentemente preparado para apoiar o filho de Salomão, Roboão, em suas pretensões ao trono (I Reis 12: 4). Porém, a insensata decisão deste último, em Siquém, alienou as dez tribos do norte da casa de Davi, as quais escolheram Jeroboão como seu rei.

1. As Apostasias de Jeroboão. A fim de firmar a sua posição política logo depois da sua ascensão ao trono, o novo rei deu alguns passos com o objetivo de desviar os seus súditos da fé e da adoração de seus pais. Ele temia que os piedosos israelitas, fazendo peregrinações costumeiras ao templo de Jerusalém, se voltassem para o Reino do Sul, não só quanto aos assuntos religiosos, mas também quanto aos negócios políticos (I Reis 12: 27). Por isso, construiu dois santuários a Yahweh — um em Betel, na parte sul do reino, a dezenove quilômetros ao norte de Jerusalém, e famoso como lugar de adoração desde tempos patriarcais, quando Abraão construía ali um altar (Gênesis 12: 8), e outro no extremo norte, em Dã, da mesma forma antigo centro de adoração (Juizes 18: 30). Erigindo um santuário em Dã, tentou "desenvolver relações de maior amizade com as tribos mais ao norte, que sempre se haviam conservado mais ou menos separadas".¹ Para fazer a adoração mais atraente nos santuários que ele construiu em Betel e em Dã, desde que estes templos não podiam, obviamente, se comparados com o majestoso templo em Jerusalém,

Jeroboão introduziu uma audaciosa e perigosa inovação. Ele "... fez dois bezerros de ouro; e disse ao povo: Basta de subirdes a Jerusalém; vês aqui teus deuses, ó Israel, que te fizeram subir da terra do Egito! Pôs um em Betel, e outro em Dã" (I Reis 12: 28, 29).

Embora geralmente se tenha considerado que os "bezerros de ouro" eram representações diretas de Yahweh como deus-touro, é difícil de se conceber que Jeroboão tivesse recorrido a expediente tão baixo, que consistia a um abandono violento de Yahweh, especialmente quando o seu desígnio era consolidar a autoridade recém-adquirida e um tanto precária. Além disso, uma concepção tão grosseira é, outrossim, sem paralelos na tradição bíblica, e se opõe às evidências arqueológicas. Entre os vizinhos mais próximos de Israel – cananeus, arameus e heteus –, as divindades eram "quase sempre representadas sobre o dorso de um animal, ou em um trono carregado por animais – mas nunca representadas, elas mesmas, em forma de animal.² Por exemplo, o deus da tempestade da Mesopotâmia é pintado em selos cilíndricos do segundo milênio A. C., na forma de um relâmpago vertical nas costas de um boi.

Embora haja pequena diferença conceitual entre a representação da divindade entronizada sobre o querubim (I Samuel 4: 4; II Reis 19: 15) ou de pé sobre um boi, exceto os primeiros seres de mundo sobrenatural, que guardam a santidade (Gênesis 3: 24) e o trono de Deus (Ezequiel 1: 5; Apocalipse 4: 6-9), a inovação de Jeroboão foi extremamente perigosa. As filiações bovinas de Baal, senhor do céu, eram mui intimamente relacionadas com os aspectos mais degradantes dos cultos pagãos dos quais se devia fugir, e todas as condições são de que o Reino do Norte se tornou presa de uma poluição idolátrica, como resultado disso. Repetidamente os escritores do Velho Testamento denunciavam Jeroboão como aquele que "fez pecar a Israel". Além disso, "os bezerros associados com a adoração de Yahweh em Betel e em Dã, são repetidamente mencionados como abominações"³, e Jeroboão é mencionado em conexão com outras apostasias (I Reis 12: 31-33). O declínio espiritual subsequente no Reino do Norte, com a introdução de bosques para o culto da fertilidade (II Reis 13: 6), lugares altos para os ritos licenciosos dos deuses agrícolas cananeus (I Reis 12: 31), e todos os tipos de total idolatria testificam dos perniciosos efeitos da apostasia de Jeroboão (II Reis 17: 7-18).

2. Guerra e Invasão Durante o Reinado de Jeroboão. O sério enfraquecimento das tribos israelitas, devido à divisão da monarquia, foi ainda mais acentuada pelas guerras de desgaste entre os dois reinos separados, que começaram no reinado de Jeroboão e Roboão, e continuaram intermitentemente no de sucessivos governantes. Atenção específica e repetida é dada ao fato de que "houve guerra entre Roboão e Jeroboão todos os seus dias" (I Reis 14: 30; 15: 6). Esse triste estado dos negócios expôs ambos os reinos ao perigo de inimigos externos comuns. Embora o poderio arameu na Síria estivesse crescendo continuamente durante esse período, ainda assim ele não era suficientemente forte para aproveitar-se da fraqueza de Israel. Contudo, Sesonque I do Egito (o Sisaque da Bíblia) (c. 935-914 A. C.), fundador da Vigésima-Segunda Dinastia, pôde valer-se das condições de insegurança na Palestina para empreender uma invasão em grande escala, no quinto ano de Roboão e apoderar-se dos escudos de ouro de Salomão, e de outros tesouros reais e do templo (I Reis 14: 25-28).

Os registros egípcios não oferecem a data da expedição de Sisaque, e baseando-se na cronologia incerta dos primeiros reis da linhagem davídica, os eruditos ainda não entraram em acordo quando à data precisa. Albright data a ascensão de Roboão em cerca de 922 A. C., e assim o quinto ano do seu reinado seria cerca de 917 A. C. Outros estudiosos variam essa localização cronológica em uma década, mais ou menos, anteriormente.

O corpo de Sisaque, ostentando uma máscara de ouro, foi descoberto em sua câmara mortuária intacta em Tânis, em 1938-1939. A sua inscrição triunfal em Carnaque (a antiga Tebas) dá uma longa lista de suas conquistas, que inclui cidades em todas as regiões de Judá, e se estende pela planície costeira, atravessando a Planície de Esdrelom em direção a Gileade, "mostrando que ele invadiu também o Reino do Norte, apesar da sua amizade anterior com Jeroboão (I Reis 11: 40)".⁴ Uma parte da estela (monólito) de Sisaque foi desenterrada em Megido, provando que ele realmente tomou e ocupou essa importante cidade, como é contado na inscrição de Carnaque.

II. ISRAEL E A ASCENÇÃO DO PODERIO ARAMAICO

A desintegração da Monarquia israelita, com a morte de Salomão e as guerras subseqüentes entre os dois reinos divididos, não só permitiu que Sisaque saqueasse a Palestina, mas também forneceu aos arameus de Damasco uma oportunidade ímpar de consolidar o seu poderio, e fazer do seu reino o estado dominante na Síria. Os reinos de Israel e Judá, por outro lado, estavam tão envolvidos em hostilidades mútuas, que tinham pouco tempo para se devotar à terrível ameaça de um poderoso estado inamistoso e em desenvolvimento, a formar-se tão perigosamente ao alcance da sua mão.

1. *Os Primeiros Reis de Damasco.* A sucessão de reis sírios que governavam em Damasco e elevaram a cidade-estado ao apogeu de seu poder, e a tornar-se o inimigo inveterado de Israel por um século e meio, tem sido notavelmente elucidada pela arqueologia. Velado na obscuridade e infestado de problemas, esse período é agora muito melhor compreendido como resultado do descobrimento da estela inscrita de Ben-Hadade I, descoberta ao norte da Síria, em 1940. Essa importante inscrição real confirma de maneira genérica a lista dos primeiros reis sírios, como é apresentada em I Reis 15: 18, onde Ben-Hadade é mencionado com “filho de Tabrimom, filho de Heziom, rei da Síria, e que habitava em Damasco”. De acordo com W. F. Albright, a tradução do monumento de Ben-Hadade (considerando-se a restauração, até certo ponto incerta, de uma porção parcialmente indecifrável), a seqüência é idêntica: Bir-Hadade, filho de Tab-Ramã, filho de Hadiã, rei de Arã (Síria).⁵ Bir-Hadade é equivalente a Bar-Hadade, em hebraico Ben-Hadade, e Tab-Ramã e Hadiã são comparáveis ao hebraico Tabrimom e Heziom.

Embora o nome correto do primeiro rei de Damasco tenha sido estabelecido pelas evidências arqueológicas, o problema da identidade de Rezom, que apossou-se de Damasco durante o reinado de Salomão e aparentemente governou ali (I Reis 11: 23-25), ainda não foi resolvido. Será Heziom idêntico a Rezom? Se é, a forma Rezom é secundária, e deve ser considerada como corruptela de Heziom. Se não for esse o caso, o que parece ser improvável, Rezom deve ser excluído da lista dinástica de I Reis 15: 18, o que é improvável em vista do fato de que ele, sem dúvida, foi fundador do poderoso estado damasceno, tendo emprestado a ele o temperamento de hostilidade contra Israel que haveria de tornar-se hereditário nos reis que se seguiram, e que torná-lo-iam um dos mais agressivos e perigosos inimigos.

2. *Ben-Hadade I.* Na época em que Ben-Hadade tomou parte na sucessão dos reis sírios (c. 890 A. C.), a Síria havia crescido em poder de maneira tão grande que era o estado mais forte desta região oeste da Ásia, e estava pronto a aproveitar qualquer oportunidade para expandir os seus domínios. Essa ocasião se apresentou quando o aflito Asa, rei de Judá (c. 917-876 A. C.), enviou um apelo urgente à Síria para ajudá-lo contra Baasa, rei de Israel (c. 900-877 A. C.), o qual, alargando as suas fronteiras em direção ao sul, até uma distância de oito quilômetros de Jerusalém, conseguiu fortificar Ramá como fortaleza fronteiriça sobranceira à capital de Judá (I Reis 15: 17).

Em desespero, o rei de Judá mandou a Ben-Hadade o que havia sobrado do tesouro real e do templo, pilhado tão recentemente por Sisaque, como expediente mercenário para seduzir a Síria, levando-a a estabelecer uma aliança com ele contra Israel. Recorrendo a esse expediente, Asa seguiu uma política que seu pai Abias havia inaugurado, recorrendo a uma aliança com Damasco todas as vezes que uma agressão de Israel ao reino do sul se tornava iminente (I Reis 15: 19).

A estratégia de Asa, de início, teve sucesso, pois Ben-Hadade invadiu o Israel do norte, e forçou Baasa a abandonar Ramá e a retirar-se para a sua cidade, capital de Tirza (I Reis 15: 20-22). Mas o custo foi maior do que o rei pensava. Cortejando o favor de Damasco contra Israel, Asa deu uma oportunidade ímpar para o engrandecimento daquele que era, em verdade, ameaça comum, e colocou ambos os reinos hebraicos em uma posição que realmente era de subserviência a um inimigo comum. Estando Israel e Judá em peleja mortal, a ascensão de Da-

masco ao poder foi virtualmente desimpedida.

3. *Ben-Hadade I e II.* Antes da descoberta da estela inscrita de Ben-Hadade, os eruditos estavam quase universalmente acostumados a distinguir entre Ben-Hadade I, filho de Tabrimom, filho de Heziom, contemporâneo de Asa e Baasa (1 Reis 15: 18) e Ben-Hadade, contemporâneo de Elias e Eliseu. Apenas ocasionalmente um estudioso da Bíblia, como T. K. Cheyne, reconheceu a possibilidade de que os dois pudessem ser idênticos. Contudo, a maioria admite que o chamado Ben-Hadade I faleceu durante os primeiros anos do reinado de Onri ou de Acabe (c. 865 A. C.), e foi sucedido por Ben-Hadade II.

Não obstante, a evidência encontrada no monólito de Ben-Hadade argumenta fortemente em favor da identidade entre Ben-Hadade I e Ben-Hadade II. Além disso, cuidadosas pesquisas dos debatidos problemas da cronologia dos reis israelitas e judaicos deste período, têm resultado na redução dos anos de reinado, especialmente dos reis israelitas, e tem removido qualquer objeção séria à equiparação, baseando-se na impossibilidade de um reinado tão longo de Ben-Hadade I.

Um argumento adicional momentoso, comumente interposto contra a identificação de Ben-Hadade I e Ben-Hadade II, é a palavra do monarca sírio derrotado, ao Rei Acabe, de Israel, depois da vitória deste último em Afeque, registrada em 1 Reis 20: 34: "As cidades que meu pai tomou a teu pai eu tas restituirei; monta os teus bazares em Damasco, como meu pai fez em Samaria".

Esta referência dificilmente pode ser com relação ao pai de Acabe, Onri (c. 876-869 A. C.), que fundara a metrópole de Samaria como capital do Reino do Norte, pois fontes disponíveis não emprestam o mínimo apoio à teoria de que este último sofrera uma derrota em choque contra a Síria. O termo "pai", especialmente quando usado a respeito da realeza, deve ser freqüentemente interpretado como "predecessor", como é claramente exemplificado pelos monumentos.

Sem dúvida, julga-se que foram roubadas algumas cidades de Israel por alguns dos primeiros reis sírios como Heziom ou Tabrimom, durante o reinado de Jeroboão I (c. 922-901 A. C.), ou de seu filho Nadabe (c. 901-900 A. C.), a respeito do que, todavia, não há registro bíblico. Este período, embora seja extremamente obscuro a respeito de acontecimentos em Damasco, certamente foi testemunha de uma grande expansão do poderio sírio. Há muita razão para concluir-se que o aflito Jeroboão teve que fazer importantes concessões à Síria, nessa época.

O uso da expressão "Samaria", por Ben-Hadade, era evidentemente uma fórmula. A cidade estava tão bem situada estrategicamente, e gozava de crescimento tão grande, que logo depois da sua fundação por Onri, o seu nome foi popularmente transferido para todo o Reino do Norte, do qual ela era a capital, e muitos exemplos na Ásia oriental podem ser citados, onde o nome de um país e de sua capital se tornaram idênticos. O rei sírio estava simplesmente usando uma nova designação de Israel em lugar da antiga, e os privilégios comerciais, aos quais alude, podem ter sido estabelecidos em Tirsá, Siquém ou alguma das outras cidades do Reino do Norte, antes que ele fosse chamado de "Samaria".

III. ISRAEL E ARÁ EM CONFLITO

Desde a invasão que empreendeu contra o reino de Baasa (c. 900-877 A. C.), do norte de Israel, Ben-Hadade I havia assumido controle das ricas estradas de caravanas que se dirigiam em direção ao oeste, para os portos fenícios. O resultado foi que imensa prosperidade canalizou-se para Damasco, permitindo-lhe acumular grande força militar para desempenhar o seu importante papel de estado dominante na Síria. Era natural que os mercadores arameus aproveitassem esta circunstância para procurar monopolizar o comércio fenício, e tentar captar o comércio do mercado israelita.

No entanto, Ben-Hadade agora enfrentava uma situação diferente, depois da morte de Baasa e da fundação de uma nova dinastia israelita por Onri. Nunca antes o monarca sírio fora requisitado a entender-se com rivais tão perigosos como Onri e seu filho Acabe.

1. *Ben-Hadade I e Onri*. O reinado de Onri (c. 876-869 A. C.) começou em uma nova era de poderio e influência israelita nos negócios sírio-palestinos. Diplomáticamente, Onri deu passos para estabelecer íntimos laços de associação com a Fenícia, a fim de compensar o monopólio comercial sírio, o que levou ao casamento de seu filho e sucessor com Jezabel, filha de Etbaal, rei dos sidônios (I Reis 18: 18).

Em outras direções, Onri demonstrou vigor ao entender-se com forças estrangeiras. A famosa pedra moabita erigida pelo Rei Mesa de Moabe, em Dibom (a moderna Dibã), ao norte de Arnom, em cerca de 840 A. C., descobre o fato de que foi Onri quem assumiu o controle do norte de Moabe, ocupando as suas cidades e tributando-as pesadamente. A estela inscrita que é arqueologicamente de grande importância, diz o seguinte:

Eu sou Mesa, filho de Chemós. . . rei de Moabe, o dibonita. . . Onri, rei de Israel, . . . oprimiu Moabe muitos dias porque Chemós estava zangado com a sua terra. E seu filho o sucedeu, e ele também disse: eu oprimirei a Moabe. . . Ora, Onri anexou toda a terra de Mandeba, e Israel ocupou-a, em seus dias e na metade dos dias de seu filho, quarenta anos, e Chemós restaurou-a em meus dias.⁶

A escolha feita por Onri, de Samaria como novo local estratégico para sua capital, e as suas complicadas operações edificadoras e de fortificações, naquela cidade, fortaleceram grandemente o seu reino, contra a crescente ameaça síria. Modernas escavações no local têm verificado a grandeza da antiga cidade, e a estratigrafia dos tempos israelitas mostram que os períodos I e II pertencem a Onri e a Acabe; o III ao tempo de Jeú (II Reis 10: 17); e os períodos IV a VI ao século VIII A. C., quando a cidade alcançou o apogeu da sua prosperidade. Ruínas de grossos muros e numerosas cisternas largas são mudas evidências da capacidade de Samaria de suportar por longa duração cercos prolongados, primeiramente por parte dos sírios (II Reis 6: 24-30), e finalmente por parte dos poderosos assírios (II Reis 17: 5).

As medidas varonis adotadas por Onri, para competir com o crescente prestígio de Ben-Hadade, foram assistidas por um novo fator que apareceu no horizonte político. O progresso da Assíria, embora tenha propiciado uma nova fonte de ansiedade para Israel, agiu como restrição suplementar sobre os arameus. Sem dúvida, esta é a razão de não haver evidência de uma invasão síria de Israel durante o reinado de Onri, ou mesmo que o rei israelita fosse nem sequer um tributário de Ben-Hadade I.

Todavia, fosse meramente em virtude da sua reputação no estrangeiro como fundador de uma nova dinastia e governante enérgico, fosse de alguma forma mais direta, evidentemente o primeiro contato entre Israel e a Assíria ocorreu durante os dias de Onri, pois daquela época em diante Israel aparece nos registros cuneiformes como *Bit-Humri* ("Casa de Onri"). Este título oficial assírio foi aplicado à Assíria, capital do reino. Além do mais, a designação de um rei israelita se tornou *mar-Humri* ("filho", isto é, "sucessor real de Onri").⁷ Tiglate-Pileser III refere-se à terra de Israel mais de um século depois, com o nome oficial de *Bit-Humria*, evidenciando a significação de Onri como governante, na história de Israel.

2. *Ben-Hadade I e Acabe*. O filho de Onri, Acabe (c. 869-850 A. C.), seguiu à risca a política geral de seu pai, fortalecendo o reino interior e exteriormente, prevenindo o dia de um embate possível com os arameus. Com este objetivo ele continuou a desenvolver Samaria como bastião imperial e residência real, além de construir e fortificar muitos outros lugares, inclusive Jericó (I Reis 16: 34; 22: 39). Empreendeu também o grande aumento da sua posição diplomática. Ao seu tratado com Tiro, cimentado com o casamento real e a introdução do culto tiro de Baal-Malcate em Israel, ele juntou uma aliança protetora com o Reino do Sul, selada por outra união real, quando ele deu sua filha Atalia em casamento a Jeorão, príncipe herdeiro de Judá (II Reis 8: 18, 26).

O ataque sírio há tempos ameaçando, aconteceu cerca de cinco anos antes do fim do reinado de Acabe. A testa de uma coalizão de trinta e dois reis vassalos, subitamente apareceu o rei Ben-Hadade diante das portas de Samaria (I Reis 20: 1). A brilhante estratégia de Acabe não apenas venceu essa batalha, nessa ocasião, mas também a que se travou no ano seguinte,

quando ele obteve uma vitória ainda mais decisiva sobre os sírios em Afeque, a leste do Mar da Galiléia, na estrada de Damasco a Bete-Seã (I Reis 20: 26-43).

Contudo, no ano seguinte, o aparecimento de uma poderosa marcha assíria em direção à Síria-Palestina, compeliu Acabe e seu inimigo hereditário, Ben-Hadade, a se aliarem em uma coalizão geral de reis vizinhos, a fim de bloquear o ambicioso avanço assírio em direção ao sul. Assurnasirpal II, (883-859 A. C.), cuja formidável máquina de guerra havia estendido o poderio assírio até o Mediterrâneo, havia não obstante permanecido afastado do território de Damasco e de Israel. Seu filho Salmaneser III (859-824 A. C.), porém, orientou o poderio assírio em direção ao sudoeste, em repetidas campanhas contra a Síria e a Palestina. A Inscrição Monolítica, hoje no Museu Britânico, registra as expedições militares do rei durante os primeiros seis anos de seu reinado, e inclui uma descrição de seu choque com a coalizão síria dirigida por "Hadadezer (Ben-Hadade) de Arã (Damasco)" em 853 A. C. A batalha teve lugar em Carcar, ao norte de Hamate, no Vale do Orontes, uma estratégica cidade fortificada que guardava o acesso a toda a Síria inferior.

Claramente mencionado ao lado de Hadadezer (Ben-Hadade), também chamado Adadidri nos monumentos, está "Acabe, o israelita". A importância do governante israelita é indicada pelo grande número de carros de guerra que se diz ter ele fornecido para a aliança – dois mil, em comparação com apenas mil e duzentos de Hadadezer, e setecentos de "Iruleni de Hamate", mencionado em terceiro lugar. Porém Hadadezer forneceu duas vezes mais soldados do que Acabe, vinte mil contra os seus dez mil.

Em termos extravagantes, Salmaneser proclama uma grande vitória, o que bem pode ser para se duvidar, visto que ele não os perseguiu até Hamate, o que certamente teria feito, fosse decisiva a sua vitória. Também não foi capaz de relatar nenhum sucesso posterior, e da mesma forma não recomeçou o ataque a Hamate ou a Damasco, senão depois de meia dúzia de anos.

3. Ben-Hadade e Jeorão. De acordo com os documentos disponíveis, Acabe foi o último rei mencionado nos registros assírios como inimigo de Salmaneser. O rei israelita encontrou a morte (c. 850 A. C.) em sua tentativa para recuperar dos sírios a Ramote, em Gileade, quando a velha hostilidade recrudescceu, abatendo-se a ameaça assíria sobre eles, depois da batalha de Carcar (I Reis 22: 1-15). A revolta de Moabe, após a morte de Acabe, preocupou o seu fraco e doente filho Acasias (c. 850-849 A. C.) e Jorão (c. 849-842 A. C.).

Em 848 A. C., undécimo ano do seu reinado, Salmaneser III fez outro ataque à Síria. Nessa campanha, ele foi defrontado por uma confederação de "doze reis do litoral", outra vez tendo à testa Adadidri (Ben-Hadade I) de Damasco e Iruleni de Hamate. Nesta ocasião, porém, não é feita nenhuma menção à participação de Israel na aliança. O mesmo se verifica no décimo-quarto ano do seu reinado (845 A. C.), quando fez um supremo esforço para invadir a Síria central e do sul, como registra a Inscrição do Touro, (Registrado em dois grandes colossos-bovinos, recuperados no centro do outeiro em Calá (Nimrude)).⁸ A morte de Acabe às mãos dos traidores sírios, ao tentar recuperar Ramote de Gileade, que Ben-Hadade perfidamente deixara de devolver a Israel, de acordo com o tratado de Afeque (I Reis 20: 34), deu razão, possivelmente, para que seus filhos decidissem enfrentar a ameaça assíria, de preferência a tomar parte da aliança síria em 848 e 845 A. C., com Damasco na velha posição de liderança.

4. Hazael e Jeú. O longo e enérgico reinado de Ben-Hadade chegou ao fim em cerca de 843 A. C. ou pouco depois. Em cerca de 841 A. C. Hazael, um oficial de influência no serviço da corte de Damasco, usurpou o trono. Em uma laje do pavimento de Nimrude (Calá), Salmaneser registra o fato de ter atravessado o Rio Eufrates pela décima-sexta vez no décimo-oitavo ano do seu reinado (841 A. C.), e o seu ataque a Hazael (*Haza'ilu*) de Damasco. Um texto de Assur descreve essa significativa mudança na dinastia de Damasco, confirmando de maneira impressionante a narrativa bíblica (II Reis 8: 7-15). "Adadidri abandonou a sua terra (isto é, morreu de forma violenta ou foi assassinado). Hazael, filho de ninguém, apossou-se do trono". [Evidências da estela (monólito) de Ben-Hadade, na região de Alepo, no norte da Síria, indicam que Ben-Hadade, no relato bíblico, não é um erro nem corruptela de Adadidri, como supõe E. Kraeling, mas a mesma pessoa].⁹

Os contatos de Hazael com Jorão, que na confusão subsequente à mudança de dinastia em Damasco, evidentemente recuperou Ramote-Gileade (II Reis 8: 28; 9: 14), estavam destinados a ter vida curta. Não se passaram muitos meses antes que o novo rei sírio fosse enfrentado por um novo governante israelita, um usurpador como ele mesmo. Jeú (c. 842-815 A. C.), iniciando um violento expurgo político e religioso em Israel, incorreu no ódio implacável de Hazael, ao submeter-se a Salmaneser III em sua invasão de 841 A. C., em vez de juntar-se à Síria, no afã de resistir o avanço assírio.

O Obelisco Negro de Salmaneser III, que Austen Layard encontrou em 1846 no palácio imperial em Nimrude, mostra Jeú no ato de ajoelhar-se diante do imperador assírio. Seguindo o rei prostrado, vem israelitas carregando oferendas. A inscrição diz: "Tributo de lãua (Jeú), filho de Onri. Prata, ouro, um vaso de ouro, um copo grande de ouro, taças de ouro, cântaros de ouro, chumbo, cetro para a mão do rei, dardos eu recebi dele". 10

Hazael, então maneta, resistiu ao ataque assírio de 841 A. C., e foi capaz de, pelo menos, repelir um golpe esmagador. Mas Damasco sofreu terrível castigo no ataque do "gigante entre os semitas". Por vários anos depois disso, Hazael ficou preocupado com o perigo de iminente agressão da Assíria, mas depois do esforço final de Salmaneser para subjugar a Síria central e do norte, no vigésimo-primeiro ano do seu reinado (837 A. C.), ele foi compelido a abandonar as suas campanhas sírias, a fim de atender aos problemas mais prementes ao norte. Nem ele nem seu filho Samsi-Adade V (824-815 A. C.) foram capazes de empreender uma nova campanha contra a Síria média e do sul.

Hazael, por fim livre dos seus próprios planos ambiciosos de expansão territorial, começou a molestar Israel de modo implacável, especialmente na região Este-Jordânica. À medida que os arameus "trilharam" impiedosamente Gileade e Basã "com trilhos de ferro" (II Reis 10: 32, 33; Amós 1: 3, 4), e invadiram cada vez mais o território israelita, Jeú deve ter reconhecido como tinha avaliado mal a situação internacional, ao apaziguar a Assíria.

5. Hazael e Jeoacaz. Com a morte de Jeú, em 815 A. C., um recrudescimento dos implacáveis ataques de Hazael contra Israel depressa reduziram o seu filho Jeoacaz (815-801 A. C.) a um estado de degradação tão grande, que o rei israelita se tornou pouco mais do que um partidário dos arameus (II Reis 13: 1-9, 22, 25). Impondo rígidas restrições militares a Israel, cujo território se havia contraído até compreender não muito mais do que a região montanhosa de Efraim, os exércitos sírios estavam livres para atravessarem à vontade os domínios de Jeoacaz. Logo Hazael achou-se na posse da planície filistéia. Destruindo Gate, ficou em condições de atacar Jerusalém. Foi afastado apenas mediante o pagamento de uma elevada soma, conseguida despojando-se o templo (II Reis 12: 17-18).

No que tange à extensão da sua movimentação para o sul, Hazael se projeta como o maior dos conquistadores arameus, que reinaram em Damasco. Embora não haja evidência concreta de nenhuma de suas extensas conquistas ao norte, seu reinado levou o país à posição de potência principal em toda a Síria, e consistiu no período do seu maior controle territorial. O reaparecimento da Assíria a oeste, sob o governo de Adadnirari III (805-782 A. C.), porém, provou que o império de Hazael, construído através da força bruta e da coerção, carecia de solidariedade intrínseca.

Considerando que uma Síria unificada havia enfrentado e posto em xeque a carreira de Salmaneser, na época de Ben-Hadade I, o avanço de Adadnirari em direção a oeste de forma alguma deu a perceber tal unidade. Dado que Damasco escapou da destruição, aparentemente o conseguiu por seus recursos próprios que, no entanto, não foram suficientes para salvá-la de um opressivo tributo. De acordo com a estela de Sabá, descoberta em 1905, e agora no Museu de Constantinopla, Adadnirari diz:

Para marchar contra Arã eu dei ordens. Mari' (Hazael) eu fechei em Damasco, sua cidade real; 100 talentos de ouro, 1.000 talentos de prata . . . eu recebi. ¹¹

Mesmo os países que se sabe terem sido anexados por Hazael, tais como *Bit Humri*

(Israel) e *Palastu* (Filistia), revoltaram-se durante a crise e enviaram tributo à Assíria. Da porção superior de uma laje encontrada em Nimrude (Calá), uma inscrição de Adadnirari relaciona, entre outros países, "Tiro, Sidom, Humri (Omrilândia, Israel), Edom, Palastu (Filistia)", terras que, diz ele, "eu pus em submissão debaixo dos meus pés. Tributos e impostos eu impus a eles".¹²

Depois de um longo reinado de pelo menos quarenta anos, como Davi, Salomão, Asa e Usias em Judá, e como Jeroboão II em Israel, Hazel morreu em 801 A.C. ou pouco depois. O fato de Adadnirari III, por volta do ano 802 A. C. (e talvez vários anos antes) citar *Mari'* como rei de Damasco, deve ser explicado sob a suposição de que esse termo seja um sobrenome de Hazael, ou simplesmente um título popular dos reis de Damasco, ou provavelmente uma abreviação de um nome como *Mari-Hadad*: "Hadade é meu senhor".¹³

De indubitável significado nesse contexto é a inscrição encontrada em um marfim do local de Arslâ Tas, ao norte da Síria, que leva o nome "nosso senhor Hazael" e data da época deste famoso rei sírio. Outros marfins semelhantes encontrados em Nimrude, a antiga Calá, datam de época um tanto posterior, visto que uma placa assíria de inventário de bens cita-os como despojo de guerra de Damasco, da época do sucessor de Hazael.

Capítulo XXII

ISRAEL E OS ASSÍRIOS

Desde a divisão da Monarquia Israelita (c. 922 A. C.) até à queda do Reino do Norte, dois séculos mais tarde, dois fatores primordiais influenciaram a história da Síria-Palestina. Um, como foi discutido no capítulo anterior, foi a rápida ascensão dos arameus de Damasco ao poder. O outro considerado como parcialmente concomitante ao primeiro, foi o grande avanço de uma Assíria recém-despertada, cujas invasões do oeste motivaram as transformações mais surpreendentes no estado dos negócios nacionais da Síria. Os arameus estavam ora envolvidos em guerra cruel contra os israelitas ora aliados a eles contra os assírios. Ora israelitas e arameus celebravam aliança com a Assíria ou com outro país contra o Reino do Sul, de Judá.

No período imediatamente seguinte à morte de Hazael (c. 801 A. C.), Israel foi capaz, de maneira assombrosa, não apenas de recuperar o prestígio de outrora, e o poder que havia desfrutado sob a dinastia fundada por Onri, mas também de atingir o apogeu da sua prosperidade e do período da sua maior extensão territorial. Este feito notável tornou-se possível em virtude de assinaladas vitórias sobre os arameus, e a um extenso hiato no avanço assírio para oeste. Porém, a calmaria assíria era apenas a bonança que precede a tempestade, que se abateria com tanta violência e que varreria tanto Damasco como Israel.

I. ISRAEL E O DECLÍNIO DE DAMASCO

Porém, antes da demorada retirada da Assíria do centro e do sul da Arábia, Adadnirari III (805-782 A. C.) foi capaz de inflingir terrível golpe em Damasco, que foi suficientemente mutilante para permitir que os israelitas arrebatassem as algemas que os arameus haviam imposto sobre eles, e retornassem os seus antigos limites. Na estela inscrita deste rei assírio, descoberta em 1905, Adadnirari diz:

Contra Arā (Síria) eu marchei. Mari', rei de Arā, em Damasco, sua cidade real, eu tranquei. O terrífico esplendor de Assur (deus nacional dos assírios). . . subjugou-o, e ele agarrou os meus pés, ele tornou-se meu vassalo. 2.300 talentos de prata, 20 talentos de ouro, 3.000 talentos de cobre, 5.000 talentos de ferro, vestimentas coloridas de lã e de linho, uma cama de marfim. . . sua propriedade e seus bens, em quantidade incomensurável, em Damasco, sua cidade real, em seu palácio, eu recebi.¹

Pelo enigmático nome de Mari' ("Meu Senhor") os assírios referiam-se, evidentemente, a Hazael, no final de cujo reino houve decisivo enfraquecimento do poderio arameu, ao invés de sê-lo em referência ao seu filho e sucessor, Ben-Hadade II. Em qualquer caso, não há base para inserir um outro rei, Mari', seja antes ou depois de Ben-Hadade II. Pelo contrário, esse nome deve ser interpretado como "o título que havia substituído o nome real na linguagem comum"² e que nesse caso era empregado por Adadnirari III em relação a Hazael, visto que é difícil localizar o falecimento de Hazael antes de 801 A. C.

1. Joás e Ben-Hadade II. A tarefa de restaurar a sorte israelita estava reservada a Joás, filho de Joacaz, duodécimo rei de Israel (c. 801-786 A. C.), que "retomou das mãos de Ben-Hadade, filho de Hazael, as cidades que este havia tomado das mãos de Jeoacaz, seu pai, na

guerra; três vezes Jeoás o feriu, e recuperou as cidades de Israel" (II Reis 13: 25).

Ben-Hadade II, portanto, falhou completamente em proteger as conquistas sírias, que seu pai Hazael havia feito ao sul. A vigorosa restauração de Israel empreendida por Jeoás, indicada não apenas pelos sucessos que alcançou contra os arameus, mas também por uma importante vitória conseguida em uma guerra com Amazias de Judá (II Reis 13: 12; 14: 12), colocou Ben-Hadade francamente na defensiva, pelo menos no que dizia respeito a Israel.

2. *Ben-Hadade II e Zaquir de Hamate*. Embora o poderio arameu tenha sofrido ao sul da Síria, o prestígio de Ben-Hadade gozou de notável vitalidade ao norte, como é mostrado pela importante estela de Zaquir, rei de Hamate, descoberta em 1903 na moderna Afis, a sudoeste de Alepo, no norte da Síria. Esse importante monumento, publicado pelo descobridor H. Pongnon em 1907, faz significativa referência, nas linhas quatro e cinco, a Ben-Hadade II. Apresentado com a forma aramaica do nome, "Bar-Hadade, filho de Hazael, rei de Arã", é mencionado como estando à testa de uma coalizão de doze a dezoito reis contra "Zaquir, rei de Hamate, e Lu'as". As operações da confederação, em que apenas sete dos reis tomaram parte, como Zaquir menciona expressamente, são dirigidas contra Hazreque (a Hadraque bíblica de Zacarias 9: 1), capital de Lu'as, principado ao norte da Síria, a sudoeste de Alepo e ao norte de Hamate, sobre o Orontes.

A verdadeira causa do ataque da coalizão hostil dirigida por Ben-Hadade II, foi a aliança de dois estados poderosos e independentes, Hamate e Lu'as. Este movimento político desequilibrava de tal forma o poderio militar na Síria, e foi acompanhado de ameaça tão grande à autonomia de Damasco e de outros estados sírios, que eles se dispuseram a recorrer até à guerra para impedi-lo. Ben-Hadade II, especialmente, tinha razão de abespilhar-se com qualquer outra ameaça ao poderio sírio, visto que as suas perdas em favor de Israel, ao sul, haviam reduzido seriamente a sua influência naquela direção. Além disso, a vitória de Zaquir sobre a coligação, celebrando a qual ele erigiu a sua estela, provê outra indicação do declínio do poderio arameu.

3. *Jeroboão II e a Subjugação de Damasco*. Os sucessos de Jeoás contra a Síria continuaram ininterruptamente em virtude das façanhas do seu filho Jeroboão II (c. 786-746 A. C.). Esta notável era de expansão e prosperidade de Israel, tornou-se possível tanto pela comparativa fraqueza e inação da Assíria no oriente, durante o longo reinado de Jeroboão II, quanto pelo rápido declínio de Damasco.

Nas breves notas do Livro de Reis, o "poder" de Jeroboão é enfatizado, e (II Reis 14: 28) como "reconquistou Damasco e Hamate, pertencentes a Judá, para Israel" (II Reis 14: 28) e como "restabeleceu ele os termos de Israel, desde a entrada de Hamate até ao mar da planície" (de Arabá) (II Reis 14: 25). Isto significa a conquista de Damasco e a extensão da influência israelita pelo menos até às extremidades mais sulinas de Hamate ao norte, chamadas "a entrada de Hamate". Desde os dias da conquista, esse ponto fora reconhecido e aceito como limite setentrional da terra prometida (Josué 13: 5), alcançado no período do maior controle territorial de Israel na era davídica-salomônica (II Samuel 8: 5-11), e restaurada como resultado das façanhas militares de Jeroboão II.

No caso de Damasco, as vitórias de Jeroboão compreenderam a subjugação da cidade e não apenas uma simples relação de tributária, como supõe Alfred Jepsen. Os subsídios bíblicos que tratam das proezas militares de Jeroboão, dão a entender claramente essa conquista, o que é confirmado por outras linhas de evidência, provando a extraordinária prosperidade do reinado de Jeroboão.

Escavações em Samaria têm confirmado o esplendor da capital israelita no século VIII A. C. Jeroboão II refortificou a cidade com um muro duplo que chegava a ter dez metros de espessura em áreas mais expostas, compreendendo fortificações tão substanciais, que o exército assírio levou três anos para invadir a cidade (II Reis 17: 5). O palácio mais esplêndido, construído de pedra calcária, ostentava uma forte torre retangular e um extenso terraço exterior, que até agora tem sido atribuído a Acabe, mas que certamente pertence à época de Jeroboão II. O selo de jaspé de "Sema, servo de Jeroboão", descoberto por Schumacher em Megido, deve ser identifi-

endo com Jeroboão II, como agora é geralmente aceito. O magnífico leão gravado nele, que até agora parece ter vida, apresenta evidências do florescimento das artes naquela época.

Em adição à arqueologia, as profecias elucidam o vasto comércio e a prosperidade do reino de Jeroboão, com o conseqüente luxo e declínio moral. Tributos de um território grandemente aumentado afluíam para os cofres de Samaria, e criaram uma classe muito rica, consistindo em grande parte da oligarquia governante e dos favoritos da corte. Berrantes desigualdades sociais e econômicas foram alimentadas pela conduta egoística e inescrupulosa dos ricos (Amós 2: 6; 8: 6).

Simples habitações de tijolos crus deram lugar a "casas de pedra lavradas", e o palácio de marfim de Acabe (o que compreende somente as decorações) foi imitado por muitos dos abastados da terra (Amós 3: 15; 5: 11; I Reis 22: 39). Luxuosas festas estavam na ordem do dia (Amós 6: 4-6). A religião degenerada até o nível de um mero ritualismo, vazio de justiça e moralidade (Amós 4: 4; 5: 5; 8: 14).

Como havia predito o profeta, esta prosperidade imoral, engendrando um falso sentimento de segurança, e erigido sobre um alicerce frágil de injustiça moral e social, não estava destinada a ser permanente. A casa de Jeroboão deveria ser visitada pela espada (Amós 7: 9) e o povo haveria de ser levado ao cativeiro (Amós 5: 27), predições que o quartel do século seguinte justificaria plenamente. Por volta de 746 A. C., Jeroboão faleceu de morte natural, e o seu filho e sucessor Zacarias, depois de um breve reinado de apenas seis meses, foi assassinado por um usurpador. Esse fato iniciou um período de agudo declínio, e destruidora luta civil.

II. ISRAEL E A ASCENSÃO DA ASSÍRIA

Depois do reinado da famosa rainha Semíramis e de seu filho Adadnirari III (810-783 A. C.), o poderio da Assíria declinou. Salmaneser IV (782-773 A. C.), Asurdã III (722-755 A. C.) e Assurnirari V (754-745 A. C.) foram governantes fracos e não apresentavam perigo nenhum para o oeste. Preocupado com os problemas domésticos, Jeroboão II de Israel foi capaz de estender o seu poderio na Síria, de maneira quase inteiramente inconteste.

1. Menaém e Tiglate-Pileser III. Precisamente na época da morte de Jeroboão II, e do assassinio de seu filho logo em seguida, acontecimentos importantes estavam transpirando na Assíria. Um grande guerreiro e estadista, Tiglate-Pileser III (745-727 A. C.), havia usurpado o trono. Tiglate-Pileser III proporcionou ao moribundo Império Assírio um ressurgimento vigoroso, imitando a obra do seu famoso predecessor, Tiglate-Pileser I (c. 1114-c. 1076 A. C.), poderoso conquistador, de cujo nome ele se apropriou, e que antigamente havia levantado a Assíria à posição de grande potência.

Na Babilônia, onde ele era também reconhecido como rei, o novo imperador era chamado de Pulu, talvez o seu nome original antes de ter-se apropriado do título mais pomposo de Tiglate-Pileser. Era como Pul que ele foi conhecido popularmente pelos israelitas. Com este nome ele é mencionado ao arrancar tributos de Menaém (c. 745-738 A. C.), que havia ascendido ao trono de Israel depois de Salum, assassino de Zacarias, filho de Jeroboão II, ter reinado apenas um mês. A narrativa bíblica diz assim: "Então veio Pul, rei da Assíria, contra a terra; Menaém deu a Pul mil talentos de prata, para que este o ajudasse a consolidar o seu reino" (II Reis 15: 19) (Veja quadro nº 32)

É interessante notar que este mesmo acontecimento é mencionado nos anais do grande rei assírio: "Quanto a Menaém, o terror o dominou; como um passarinho, sozinho ele fugiu e se submeteu a mim. Levei-o de volta ao seu lugar e . . . prata, vestidos coloridos de lã, vestimentas de linho. . . eu recebi como seu tributo".³

2. Rezim e o Ressurgimento do Poder Arameu. A confusão civil e a fraqueza conseqüente à morte de Jeroboão, deu a Damasco oportunidade de sacudir o jugo israelita e assumir importância suficiente para aparecer uma vez mais nos registros contemporâneos. Rezim (c. 750-732 A. C.), último rei arameu a governar em Damasco, aparece nos Anais de Tiglate-Pile-

ser III como "Rasunu de Arã". Com "Meniimu" (Menaém) de "Samerina (Samaria) e os reis de Tiro, Gebal (Biblos), Carquemis, Hamate, etc., Rezim é mencionado como tendo pago tributo ao seu dominador assírio no começo do reinado de Tiglate-Pileser III, sem dúvida em seu terceiro ano (742 A. C.).

3. *Azarias de Judá e o Perigo Assírio.* O avanço de Tiglate-Pileser em direção ao ocidente, em 743 A. C., como resultado do que tanto Menaém de Israel como Rezim de Damasco tiveram que pagar tributo, havia propiciado uma nova aliança sírio-palestina para estancar a inundação. O líder natural dessa aliança foi Judá, sob a direção de Azarias (c. 783-742 A. C.), que era de longe o estado mais poderoso e mais influente na Síria-Palestina na época. Além do mais, Tiglate-Pileser faz clara referência, em seus Anais, a *Azriau de Yaudu* (genitivo de *Yaudl*) em conexão com o qual, obviamente, aquela aliança era mencionada.

O desaparecimento de Azarias dos registros assírios, sem menção alguma do seu destino, exceto de que a aliança extensa que ele dirigira fora esmagada pela perícia militar de Tiglate-Pileser III, indica que ele morreu pouco depois, provavelmente não depois de 742 A. C., e de qualquer forma antes que os assírios pudessem emprender uma ação punitiva contra ele.

4. *Guerra de Peca e Rezim Contra Acaz.* A rapidez com que os aliados derrotados chegaram a um acordo com os assírios invasores, e subseqüentes acontecimentos no reinado de Acaz (c. 735-715 A. C.), mostram que Israel e Damasco por um lado, e Judá sob o governo de Azarias por outro, haviam sido amigos somente durante os maus tempos, como Acabe e Ben-Hadade I, mais de um século antes. Quando os pesadíssimos tributos assírios, nos anos que se seguiram, demandaram a formação de uma nova aliança para sacudir o jugo do opressor, sob a direção de Peca de Israel (c. 737-732 A. C.), o rei israelita encontrou um sôfrego aliado em Rezim de Damasco se, pelo contrário, este último não foi o verdadeiro promulgador da nova associação, como argumenta plausivamente Alfred Jepsen.

Permitiu-se à coalizão sírio-palestiniana um período de tempo para que ela pudesse tomar fôlego — em outras palavras, consolidar-se. Isto foi devido à campanha de Tiglate-Pileser em Urartu, na Armênia (737-735 A. C.). Sofrendo pressão de Israel e da Síria, estados palestinos como a Filístia e Edom, entraram na nova aliança. Acaz de Judá, contudo, permaneceu inflexível. Para tornar o Reino do Sul incapacitado como oponente efetivo, ou para forçar Acaz a entrar na liga anti-assíria, Peca e Rezim invadiram Judá e cercaram Jerusalem (II Reis 16: 5; Isaías 7: 1-9).

Reduzido a penúria extrema, e ignorando o destino iminente de Damasco e Samaria, Acaz despachou uma embaixada com tributo para pedir a ajuda de Tiglate-Pileser (II Reis 16: 7, 8). Em uma inscrição que registra o pagamento de tributos por vários estados vassalos da Síria-Palestina, inclusive os reis de Hamate, Arvade, Moabe, Gaza, Ascalom, Edom e outros, ocorre "Iauazi (Jeoacaz, isto é, Acaz) de Judá". O tributo é mencionado como sendo de "ouro, prata, chumbo, ferro, estanho, vestimentas brilhantes e coloridas de lã e linho, as vestes de púrpura das suas terras. . . toda a sorte de cousas preciosas, os produtos do mar e da terra seca. . . o tesouro real, cavalos, mulas, cativos para o jugo. . ."⁴

Jeoacaz ("possuidor do Senhor"), o mais formal dos nomes empregados pelos assírios, era evidentemente considerado pelos piedosos judeus como inteiramente impróprio para um caráter tão fraco, que se sobressaiu pela sua idolatria. Por isso, eles preferiam chamar o seu ímpio governante apenas de "Acaz" ("Possuidor"). Além disso, porque "queimou a seu filho como sacrifício", e praticou outros ritos pagãos (II Reis 16: 3, 4). Acaz inclinou-se para o paganismo, como é ilustrado pela imitação que fez do tipo de altar que ele vira quando fora prestar homenagem a Tiglate-Pileser em Damasco (II Reis 16: 10-16).

5. *Tiglate-Pileser III e a Queda de Damasco.* O pedido de ajuda feito por Acaz contra Israel e Damasco, deve ter ido ao encontro das ambições de Tiglate-Pileser com respeito à Síria-Palestina. A sua resposta, certamente ditada pelo interesse próprio, teve a forma de uma campanha contra a Filístia em 734 A. C. Foi um movimento de tropas com o objetivo de dividir os aliados, evidentemente, isolando Damasco, abrindo um caminho através do norte de Israel até a planície costeira, e estabelecendo contato com Acaz.

Com toda a probabilidade, foi nesta expedição à planície filistéia que Tiglate-Pileser devastou Israel, tomando "Ijom, a Abel-Bete-Maaca, a Janoa, a Quedes, a Hazor, a Gileade e a Galiléia, a toda a terra de Naftali. . ." (II Reis 15: 29), e deportou os habitantes da região para a Assíria. Porém, o registro do próprio imperador a respeito do acontecimento, inclui obviamente um sumário de várias campanhas, inclusive a de 734 A. C., mas deixa a data incerta. Sua declaração é:

*"... a ampla terra de Naftali, em sua plenitude, eu coloquei dentro dos limites da Assíria. Meu oficial eu coloquei sobre ela como governador".*⁵

Novamente ele diz: "A terra de Bit-Humria. . . todo o seu povo, bem como os seus bens, eu transportei para a Assíria".⁶

Bit-Humria, ou "Casa de Onri", foi o nome corrente na Assíria para a terra de Israel desde os dias do rei Onri, fundador de uma famosa dinastia mais de um século antes. Uma deportação tão generalizada de um povo, para impedir rebelião ulterior, era um costume notório da cruel administração de Tiglate-Pileser, como é bem sabido devido a outros registros seus ainda existentes. Em certa ocasião ele se jactou de ter deportado "30.300 pessoas. . . de suas cidades" e tê-las colocado em outra província. Em outra ocasião ele diz ter desalojado 1.223 pessoas.

Tendo infringido o devido castigo a Israel, arrebatando-lhe o território setentrional, Tiglate-Pileser agora se voltava contra Damasco, a fim de punir o outro importante rebelde, Rezim. Os acontecimentos centralizaram-se ali nos dois anos seguintes (733 e 732 A. C.), quando a ação militar punitiva é mencionada "contra a terra de Damasco" nas Listas Epônimas Assírias. (Esses importantes registros cronológicos dão um nome a cada ano, em seqüência, o nome de um oficial graduado, e de 860 A.C. a 703 A. C. incluem também um acontecimento importante de cada ano.)⁷

A despeito da condição de mutilação e fragmentação dos registros de Tiglate-Pileser a respeito do cerco da queda de Damasco, os fatos salientes sobressaem claramente. Os assírios levaram a efeito a derrota da cidade e do estado arameu do qual ela era a capital, fato que os seus antecessores em vão haviam tentado realizar, por mais de um século e meio. O choque com Rezim resultou na destruição irremediável do poderio arameu.

No prolongado cerco de Damasco, do qual pouco se sabe, pois nem mesmo a descrição de Tiglate-Pileser foi preservada, o Rei Panamu de Samal, um leal tributário sírio do monarca Assírio, sacrificou a própria vida. Esse fato consiste em uma alusão da intensidade de luta. Finalmente a cidade caiu em 732 A. C. Fazendo o devido abatimento nas hipóteses do registro assírio, a destruição da região damascena deve ter sido terrível. Cerca de 591 cidades das "dezesesseis regiões de Arã", diz o assírio, "eu destruí, (deixando-as) como montículos deixados por uma inundação. Hada ru, casa paterna de Rezim de Arã (onde) ele nascera, eu cerquei, eu capturei 800 pessoas, bem como suas possessões. . . eu deportei".⁸

A nota bíblica, concisa mas compreensiva, liga intimamente a queda de Damasco com a solicitação de Acaz e o pagamento de tributo que ele fez a Tiglate-Pileser: "O rei da Assíria lhe deu ouvidos, subiu contra Damasco, tomou-a, levou o povo para Quir, e matou Rezim". (II Reis 16: 9). A morte deste último dos reis arameus, que haviam reinado durante quase dois séculos em Damasco, foi relatada em uma placa de Tiglate-Pileser encontrada e lida por um dos pioneiros em assiriologia, Sir Henry Rawlinson. Infelizmente, porém, este importante documento perdeu-se, sem deixar nenhum rastro do seu destino, ao ser deixado na Ásia. Com a morte de Rezim, o reino aramaico de Damasco acabou para sempre.

III. ISRAEL E O TRIÚNFO DA ASSÍRIA

As extensas conquistas e a cruel administração de Tiglate-Pileser tornaram-no senhor de todo o Ocidente. Em uma lista dos seus tributários ocidentais, ele menciona, entre muitos outros, os reis de Gebal (posteriormente, Biblos) e Arvade, na costa mediterrânea; os reis de Hamate, Amom, Moabe, Ascalom, "Iauazi (Jeoacaz) de Judá, Caus-Malacu de Edom. . . (e)

Tiglata-Pileser assumiu também o controle de Israel. Quando Peca foi assassinado, o imperador assírio colocou Oséias no trono (II Reis 15: 30), obrigando-o a pagar pesado tributo à Assíria. Isto foi também devidamente registrado nas inscrições imperiais: "Pacaa (Peca), seu rei, foi deposto e eu coloquei Ausi' (Oséias) como rei sobre eles. Dez talentos de ouro. . . talentos de prata, como seu tributo, eu recebi deles, e para a Assíria os levei".¹⁰

1. Salmaneser V e o Cerco de Samaria. Tiglata-Pileser III morreu em 727 A. C. e foi sucedido por seu filho Salmaneser V (726-722 A. C.). Em fragmento de um pequeno cilindro que agora está no Museu Britânico, está registrado o único texto existente a respeito do reinado desse monarca. A inscrição é evidentemente um cilindro memorial, colocado no templo de Nabu, na cidade de Borsipa, na Babilônia, para comemorar a restauração do edifício empreendida por Salmaneser, depois que ele fora severamente danificado por uma inundação. ". . . Os seus danos eu reparei e reforcei a sua estrutura".¹¹

No Velho Testamento, por outro lado, há duas referências proeminentes a Salmaneser V. e ao papel que ele desempenhou na derrota final de Samaria, durante o reinado de Oséias. A primeira narra que "Salmaneser, rei da Assíria", depois de prender Oséias por ter conspirado com So (Sibe), rei títere na fronteira oriental do Delta, "subiu a Samaria e a sitiou por três anos" (II Reis 17: 3-6).

A segunda anotação bíblica relaciona como o começo do cerco de Salmaneser a Samaria com o quarto ano de Ezequias rei de Judá: "Ao cabo de três anos foi tomada; sim, no ano sexto de Ezequias. . . O rei da Assíria transportou Israel para a Assíria, e os fez habitar em Hala, junto a Habor e ao rio Gozã, e nas cidades dos medos" (II Reis 18: 9-11). É digno de nota que nenhuma dessas duas passagens declara que Salmaneser em pessoa invadiu a cidade.

2. Sargão II e o Colapso de Samaria. A fortaleza-capital de Israel resistiu heroicamente por três anos, às implacáveis pressões dos exércitos assírios. Antes da invasão se consumar, Salmaneser havia sido sucedido no trono por Sarruquim II (721-705 A. C.), usurpador, general do exército, que apropriou-se do antigo e venerável nome de Sargão. A menção feita a ele em Isaías 20: 1, em conexão com a captura que ele empreendeu de Asdode, acontecimento registrado em seus anais, era, até o advento da arqueologia moderna, o único lugar na literatura antiga em que o seu nome aparecia.

Agora, contudo, graças a Paul Emile Botta, o agente consular francês em Mossul, que descobriu o palácio de Sargão em Corsabade (Dur-Charruquim ou "Sargonsburgo") em 1843, e a explorações mais recentes feitas no local pelo Instituto Oriental da Universidade de Chicago, Sargão II é um dos imperadores assírios mais reconhecidos, (Veja quadros nº 33 e 34). Nos anais do seu reinado, em Corsabade, o monarca relaciona a queda de Samaria como o evento mais importante do primeiro ano do seu reinado.

*"No início do meu governo, no meu primeiro ano de reinado, . . . Samerinai (o povo de Samaria). . . 27.290. . . que viviam naquele lugar, eu deportei. . ."*¹²

Na chamada "Inscrição de Ostentação" de Sargão, em Corsabade, que resume os eventos principais dos primeiros quinze anos do seu reinado, ele diz:

*"Sítiei e capturei Samaria, deportando 27.290 do povo que habitava ali. 50 carros de guerra eu reuni de entre eles, fiz com que outros tomassem a sua (dos habitantes deportados) porção, estabeleci meus oficiais sobre eles e impus-lhes o tributo do rei anterior".*¹³

Com a queda de Samaria, o Reino do Norte chegou a um fim abrupto. A Assíria triunfara no Ocidente.

Capítulo XXIII

JUDÁ E O APOGEU DA ASSÍRIA

Sargão II, que elevou a Assíria a novas alturas de prestígio, sucumbiu em batalha, e deixou seus vastos domínios para o seu filho, Senaqueribe (704-681 A. C.). Por causa dos seus contatos com Judá, Senaqueribe figura proeminentemente no relato bíblico. Os registros das campanhas que fez, e das suas crueldades, concordam com o caráter a ele atribuído em II Reis e em Isaías.

O novo monarca estabeleceu capital na famosa e antiga cidade de Nínive, na margem oriental do Tigre; no lado oposto ao qual pertence hoje a moderna cidade de Mossul. Fortificou grandemente a metrópole, adornando-a esplendidamente com templos e palácios, fazendo dela a principal cidade do império (II Reis 19: 36). Os hebreus designavam por "Nínive, a grande cidade", tanto a cidade em si quanto as cidades adjacentes (Gênesis 10: 11, 12; Jonas 1: 2; 3: 2-4; 4: 11).

Senaqueribe construiu um alentado muro de treze a dezesseis metros de altura, estendendo-se por quatro quilômetros ao longo do Tigre, e por treze quilômetros ao redor da cidade que era por ele contida. Os fossos e as defesas da capital podem ser ainda distinguidos. Senaqueribe construiu também um sistema de águas contendo o aqueduto mais antigo da história, em Jervã, a montante do rio Gomer, que trazia água das montanhas, a cinquenta quilômetros da cidade. Austen Henry Layard empreendeu a primeira escavação com real sucesso em Nínive (Moderna Cuiunjique), em 1847, e descobriu o enorme palácio de Senaqueribe. Durante a segunda expedição de Layard (1849-1851), aquela esplêndida residência real foi desenterrada. Tinha nada menos do que setenta e um aposentos, e paredes azulejadas com lajes esculpidas. (Veja quadro nº 35).

As vastas proporções da cidade e de suas redondezas são testemunhos mudos do poderio e da glória da Assíria sob o domínio de Senaqueribe e seus sucessores Esar-Hadom e Assurbanípal. O outeiro de Cuiunjique não cobre apenas o vasto palácio de Senaqueribe, mas também os palácios e a grande biblioteca de Assurbanípal. O outeiro vizinho, de menores proporções, de Nebi Iunus ("Profeta Jonas"), que recebeu o seu nome da tradição de que o profeta hebreu foi enterrado ao pé da sua mesquita, contém o palácio do filho e sucessor de Senaqueribe, Esar-Hadom (Veja quadro nº 36).

I. EZEQUIAS E A CAMPANHA OCIDENTAL DE SENAQUERIBE

Ezequias, duodécimo rei de Judá, herdou a ameaça assíria, e desde o começo do seu reinado independente (c. 715 A. C.) teve que enfrentar uma série de invasões assírias, que consistiram na realização marcante do seu reinado. No entanto, muito antes da morte do seu pai, Acáz (c. 715 A. C.), Ezequias já era rei de fato, visto que aquele, evidentemente, estava incapacitado para a participação ativa nos negócios do estado (II Reis 18: 9).

1. Preparativos de Ezequias para Defender-se. Como sábio e piedoso governante, Ezequias fez todos os esforços para preparar o seu país, tendo em vista o dia em que ele tivesse a capacidade de sacudir de seus ombros o jugo assírio, que seu pai havia carregado e feito o país carregar, selando aliança com a Assíria (II Reis 16: 7-9). Para conseguir a libertação de

Judá dos opressivos tributos, e para permitir que o seu reino resistisse ao poderio assírio, o jovem rei, com aguda perspicácia, compreendeu que a primeira linha de defesa do seu país era o retorno a boas relações com Jeová. Para isso, logo no começo do seu reinado, iniciou uma série de reformas avassaladoras. Reparando e limpando o templo, eliminou certos rituais cananitas da serpente-fertilidade, e outras corrupções idolátricas, que se haviam insinuado, particularmente durante o reinado de Acáz (II Reis 18: 4). Celebrou também uma grande Páscoa (II Crônicas 29: 1-30: 27).

Debaixo das bênçãos divinas, o reinado de Ezequias foi marcado pela prosperidade material da nação. Sob a sua liderança, foi restabelecido o controle das cidades da planície filistéia (II Reis 18: 8), um sistema nacional de defesa foi inaugurado (II Crônicas 32: 5-7), a agricultura e o comércio expandiram-se em virtude do estabelecimento de armazéns e currais em lugares estratégicos (II Crônicas 32: 28, 29), e um adequado sistema de água em caso de cerco, na capital (II Crônicas 32: 30).

Judá fora advertido muitas vezes a respeito do perigo iminente. No quarto ano do reinado de Ezequias (724 A. C.) — sem dúvida a referência é feita à sua regência — Salmaneser V tinha começado, e no começo de 721 A. C., havia completado o sítio de Samaria (II Reis 18: 9-11). Nesse ínterim, os assírios se haviam aproximado mais e mais. No verão de 711 A. C., Sargão chamou a si o mérito da campanha contra Asdode, mas o registro bíblico declara corretamente que foi o comandante-chefe assírio, "Tartã" (em assírio, *Tartana*, "segundo em importância") que na realidade dirigiu a campanha (Isaías 20: 1). Enquanto isso o profeta Isaías andava pelas ruas de Jerusalém "nu e descalço", como sinal de que a Assíria haveria de conquistar o Egito e a Etiópia, e como advertência aos que eram tentados a confiar nessas nações por ajuda contra os assírios (Isaías 20: 2-6).

2. Senaqueribe e Merodaque-Baladã. No começo do Reinado de Senaqueribe, Ezequias revoltou-se contra a Assíria. A preocupação do novo governante assírio em dominar revoltas esparsas que irromperam logo depois da sua ascensão, bem como a consciência que Ezequias tinha da sua própria força e prosperidade, foram sem dúvida os fatores primordiais da revolta de Judá. As primeiras atividades de Senaqueribe, de fato, ficaram confinadas às suas fronteiras orientais e meridionais, onde ele submeteu os irreprimíveis caldeus das terras do mar, governados por Merodaque-Baladã, rei de Babilônia, como ele relata:

*"Em minha primeira campanha eu derrotei a Merodaque-Baladã, rei da Babilônia, bem como o exército de Elã, seu aliado, na planície de Quis. No meio da batalha ele abandonou o seu acampamento e escapou sozinho, (assim) ele salvou a vida. Os carros, cavalos, carroças, mulas, que ele deixou para trás no começo da batalha, minha mão agarrou. Em seu palácio, que está em Babilônia, alegremente eu entrei".*¹

Foi esse mesmo Merodaque-Baladã quem, pretendendo congratular-se com o Rei Ezequias pelo seu restabelecimento de severa enfermidade, tentou, com mensageiros e profusos presentes, levar Judá a participar de uma grande confederação, que estava sendo formada secretamente contra a Assíria (Isaías 39: 1-8). Esse Merodaque-Baladã foi por duas vezes governador da Babilônia (722-710 A. C. e 703-702 A. C.), e a sua embaixada a Judá, aparentemente, foi enviada na última parte do primeiro período de seu governo. Ele iniciou uma política ambiciosa de fortificar a Caldéia, o que mais tarde levou-a a ser o estado mais influente do Império Neo-Babilônico, quando o seu grande governante Nabucodonosor II invadiu Jerusalém e levou Judá para o exílio. Prevendo esse desenvolvimento dos acontecimentos, a insensatez egoística de Ezequias, ao mostrar todos os seus tesouros aos emissários de Merodaque-Baladã motivou da parte do profeta Isaías uma das mais pungentes repreensões (Isaías 39: 5-8).

3. Senaqueribe e Ezequias. Os primeiros anos de Senaqueribe, por isso, pareceram a Ezequias propícios para se rebelar contra a Assíria, e assim o forte e piedoso governador de Judá não hesitou em fazê-lo. O rei assírio, em 701, iniciou a sua grande campanha ocidental para punir Ezequias e outros recalcitrantes, e reconduzi-los para debaixo do jugo assírio. Esse importante empreendimento é descrito graficamente na Bíblia, e também registrado nos anais de Senaqueribe, impressos em cilindros ou prismas de barro.

A última edição desses anais é o chamado Prisma Taylor do Museu Britânico, e uma cópia de um prisma no Instituto Oriental da Universidade de Chicago. Senaqueribe descreve detalhadamente a sua terceira campanha, que foi dirigida contra a Síria-Palestina, e incluiu o cerco de Jerusalém. Depois de conquistar as cidades fenícias ao longo da costa, as fortalezas filistéias mais ao sul e cidades moabitas, edomitas e outras, ele descreve uma batalha vitoriosa perto de Altacu (Elteque) onde as forças palestínianas foram reforçadas pelos arqueiros e pelos carros de guerra egípcios. Em seguida, Senaqueribe faz extensa referência ao seu ataque ao reino de Ezequias:

"Quanto a Ezequias, o judeu, que não se submeteu ao meu jugo, 46 das suas fortes cidades muradas, bem como as suas cidades pequenas nas circunvizinhanças, que eram inúmeras, — por escalada e pelo uso de máquinas sitiadoras, por ataque e por assalto da infantaria, por minas, túneis e brechas, eu assediei e tomei. 200.150 pessoas, grandes e pequenos, homens e mulheres, cavalos, mulas, asnos, camelos, gado e ovelhas, inumeráveis, eu arrebatei-lhes e contei como despojo. Ele mesmo, como um pássaro engaiolado, eu tranquei em Jerusalém, sua cidade real. Aterros eu construí contra ele — qualquer que saísse da porta da sua cidade eu fazia voltar para a sua penúria. As suas cidades, que eu havia despojado, eu risquei da sua terra, e a Mitinti, rei de Asdode, Padi, rei de Ecom, e Sili-bel, rei de Gaza, eu os dei. E assim eu subjugué a terra. Aumentei o tributo anterior, e sobre ele impus, como pagamento anual, uma taxa em forma de presente para a minha majestade. Quanto a Ezequias, o terrível esplendor da minha majestade o dominou, e os Urbi (árabes) e seus mercenários (escolhidos), tropas que eles haviam trazido para defender Jerusalém, sua cidade real, abandonaram-no. Além de 30 talentos de ouro e 800 talentos de prata, havia pedras preciosas, antimônio, jóias, grandes arenitos, coches de marfim, poltronas de marfim, peles de elefante, marfim, bordo, madeira de bucho, toda a sorte de tesouros valiosos, bem como suas filhas, seu harém, seus músicos de ambos os sexos, que ele fez com que me seguissem até Nínive, minha cidade real. Para pagar tributo e aceitar a servidão, ele despachou os seus mensageiros".²

4. *Comparação Entre as Narrativas Bíblica e Assíria da Invasão de Senaqueribe.* Aparentemente, o relato da campanha ocidental de Senaqueribe, registrado no Prisma Taylor, é o mesmo descrito em II Reis 18: 13 - 19: 37; II Crônicas 32: 1-12 e Isaías 36: 1 - 37: 38. Esse monumento oferece importante elucidação para a narrativa bíblica, e há muitos e impressionantes pontos de coincidência, provando que a campanha de 701 A. C. é a descrita na Bíblia.

Por exemplo, quando Senaqueribe invadiu a Palestina, menciona-se que ele tomou muitas das cidades fortificadas de Judá (II Reis 18: 13) e ameaçou Jerusalém com um grande exército despachado de Laquis (Uma escultura descoberta em Nínive, mostra Senaqueribe assentado sobre o seu trono em Laquis, e recebendo ricos despojos, enquanto infelizes prisioneiros são torturados.)³ para lá sob o comando de "Tartã e Rabsáris e Rabsaquê" (II Reis 18: 17). Essas minúcias não apenas coincidem perfeitamente com a narrativa de Senaqueribe, mas agora sabe-se, segundo os monumentos, que Tartã (em assírio, *Tartannu*, "segundo em importância"), Rabsaquê (em assírio, *rab-shaqui* "oficial em chefe") e Rabe-Sáris (em assírio, *rabusha-reshi*, originalmente, "eunuco chefe") eram títulos de elevados oficiais assírios, e de forma alguma nomes pessoais.

O tributo de Ezequias é estimado em trinta talentos de ouro, segundo ambas as fontes, mas menciona-se apenas trezentos talentos de prata em II Reis 18: 14, enquanto que o rei assírio declara ter recebido oitocentos talentos. É bem possível que Senaqueribe tenha computado outros pagamentos ou valores em seu cálculo. George Barton sugere que a divergência é devida a corrupção textual. Eberhard Schrader concilia as duas, baseando-se na diferença entre o talento babilônico, leve e o palestino pesado.

Embora seja ponto pacífico que a inscrição de Senaqueribe, embora diferindo da narrativa bíblica em alguns particulares, realmente confirma virtualmente cada um de seus pontos, alguns eruditos magnificiam as dificuldades e sustentam que houve duas campanhas em vez de uma, e que o compilador da Bíblia "Juntou duas campanhas paralelas".⁴ A menção feita a "Tiraca, rei da Etiópia" (II Reis 19: 9; Isaías 37: 9) torna supostamente necessária uma segunda campanha, mais para o fim do reinado de Senaqueribe (entre 689-686 A. C.). Uma dinastia etíope

estava governando o Egito nessa época, na pessoa de Sabaca, e não Tiraca (Taarca), que não subiu ao trono antes de cerca de 689 A. C., uns doze anos mais tarde. Esse detalhe, porém, dificilmente justifica a necessidade de uma segunda invasão, para a qual não há evidência concreta, nem na Bíblia nem nos registros assírios.

A dificuldade não poderá ser completamente resolvida mediante as fontes de conhecimento atuais. A explicação provável, contudo, é que Taarca realmente se opôs a Senaqueribe em 701 A. C., mas como comandante militar principal sob as ordens de seu tio Sabaca, que era o Faraó reinante. Se o sobrinho tinha a posição de regente, naquela época, ou se o analista judeu escreveu praticamente, não se sabe. Dificuldades desse tipo são freqüentemente resolvidas por descobertas arqueológicas ulteriores.

A destruição do exército de Senaqueribe, que estava sitiando Jerusalém, operado por intervenção divina (II Reis 19: 35; Isaías 37: 36), oferece uma razão adequada porque o rei jamais voltou à região da Palestina. [Talvez de uma praga, pois pestilência e doença em várias partes da Bíblia são consideradas como castigo de um anjo de Deus (II Samuel 24: 15-17; Atos 12: 23). A história de Heródoto, de ratos do campo devorando as aljavas, arcos, e manoplas dos escudos dos assírios (II, 141) indica a mesma conclusão, "visto que os ratos são o símbolo grego de pestilência, e que os ratos são portadores de praga"]⁵ Os próprios registros de Senaqueribe, sobretudo, dão amplas indicações de que ele jamais tomou Jerusalém. Houvesse conseguido, ele não silenciaria a respeito de façanha tão grande. Desde que foi incapaz de apoderar-se da capital de Judá (como a Bíblia indica), "ele apresentou a história do cerco da melhor maneira possível, e relatou que havia trancado o pobre Ezequias 'como um passarinho em uma gaiola'. Realmente, Ezequias estava repousando bem seguro em sua 'gaiola' ".⁶

5. *O Fim de Senaqueribe.* Como os seus grandes antecessores Assurnasirpal II, do século IX A. C., e Tiglate-Pileser, do VIII, Senaqueribe foi governante cruel e desumano, responsável por ter empalado e esfolado vivos os seus inimigos, e outras incréveis atrocidades. Morreu como viveu — vítima de violência e traição. A Bíblia nos conta que ele teve fim em Nínive, às mãos de seus próprios filhos: "Sucedeu que, estando ele a adorar na casa de Nisroque, seu deus, Adrameleque e Sarezer, seus filhos, o feriram à espada, e fugiram para a terra de Ararate; e Esar-Hadom, seu filho reinou em seu lugar" (Isaías 37: 38; cf. II Reis 19: 37).

Esar-Hadom (681-668 A. C.), filho e sucessor de Senaqueribe, relata esse mesmo acontecimento em uma inscrição:

"No mês de Nisanu, em dia favorável. . . eu fiz jubilosa entrada no palácio real, o terrível lugar onde habita o destino dos reis. Uma firme determinação estabeleceu-se em meus ir-mãos. Abandonaram os deuses e voltaram-se para os atos de violência, planejando o mal. . . Para ganhar o reino mataram Senaqueribe, seu pai".⁷

Uma interessante referência à famosa história do seu assassinio ocorre alguns anos mais tarde, em uma inscrição de Assurbanipal, filho e sucessor de Esar-Hadom:

"O resto do povo, vivo, perto dos colossos entre os quais haviam matado Senaqueribe, pai do pai que me gerou, — naquele tempo, eu sacrifiquei aquelas pessoas ali, como oferenda ao espírito dele. Com seus corpos desmembrados eu alimentei os cães. . ."⁸

6. *Elucidação das Conquistas Assírias na Síria.* Quando Senaqueribe, fazendo o cerco de Libna, enviou mensageiros para intimidar Ezequias, o orgulhoso assírio referiu-se a grande número de cidades sírias e mesopotâmicas que haviam sido conquistadas pela força das armas assírias. Esses lugares, até bem pouco tempo obscuros, agora estão, graças à arqueologia moderna, quase todos identificados, bem como a data da sua subjugação pela Assíria. "Porventura os deuses das nações livraram os povos que meus pais destruíram, Gozã, Harã, e Rezef; e os filhos de Eden, que estavam em Telassar? Onde está o rei de Hamate, e o rei de Arpade, e o rei da cidade de Sefarvaim, de Hena e de Iva?" (Isaías 37: 12, 13).

Gozã (em assírio, *Guzanu*) é o moderno Tel Halafe, ao noroeste da Mesopotâmia, situado às margens do Rio Habur, a oeste de Harã. O local é de grande importância, arqueologica-

mente. Foi escavado pelo Barão Max Von Oppenheim (1911-1913 e depois em 1927 e 1929), desvendando uma cultura inconfundível, que remonta ao quinto milênio A. C. Foi uma das cidades à qual as forças assírias deportaram os israelitas depois da queda de Samaria (II Reis 17: 6; 18: 11).

Rezeze é a *Rasappa* assíria, por muito tempo residência de um governador assírio, e provavelmente a moderna Rusafá, a alguns quilômetros a oeste do Eufrates, no caminho de Palmira. Hará é a importante cidade comercial do norte da Mesopotâmia, às margens do Rio Balique, proeminente como centro caravaneiro desde os tempos patriarcais até a época assíria, sobrevivendo até hoje como pequena aldeia. Os "filhos de Éden" eram os habitantes de *Bit Adini* nos documentos assírios, pequeno reino situado em ambos os lados do Eufrates, ao norte do Rio Balique. Telassar era uma região ou uma cidade na mesma região.

Hamate é a cidade-reino sobre o Rio Orontes, a cerca de 200 quilômetros ao norte de Damasco, famosa no Velho Testamento desde os tempos de Davi, e bem conhecida através de monumentos assírios. O seu local foi escavado e mostra uma ocupação hitita característica. Arpade (Tel Erfade, a vinte quilômetros ao norte de Alepo) é geralmente citada com Hamate, no Velho Testamento, do que se depreende que não era muito longe desta. Figura proeminentemente nos registros assírios, sendo tomada por Tiglate-Pileser III (742-740 A. C.).

Sefarvaim é a *Shabarain* assíria, perto de Ribla, na Síria. Hena e Iva não foram identificadas, mas certamente estão localizadas na mesma região.

II. EZEQUIAS E A INSCRIÇÃO DE SILOÉ

O reinado de Ezequias é arqueologicamente importante, não apenas devido à sua proeminência nos documentos assírios, mas também em virtude da sua conexão com a paleografia hebraica. A inscrição, feita por algum engenheiro desconhecido nas paredes do túnel de Siloé, nos dias de Ezequias, é da maior significação no estudo da escrita hebraica antiga.

1. *O Túnel de Siloé.* Ezequias não se revoltou irrefletidamente contra o rei da Assíria. Durante todo o seu reinado, o avanço do inimigo estimulou-o a tomar todas as medidas possíveis para proteger a sua capital de ser invadida. Da maior importância, entre esses preparativos para resistir ao cerco, são os passos que ele deu para assegurar um suprimento de água dentro dos muros de Jerusalém. "Fez o açude e o aqueduto e trouxe água para dentro da cidade" (II Reis 20: 20). O cronista diz mais, que "também o mesmo Ezequias tapou o manancial superior das águas de Giom, e as canalizou para o ocidente da cidade de Davi" (II Crônicas 32: 30).

Giom, fonte intermitente, que constituía o mais antigo suprimento de água de Jerusalém, situava-se no vale de Cedrom, pouco abaixo da íngreme colina oriental (Ofel). Por isso ela estava exposta a um inimigo que atacasse a cidade. Essa abundante fonte de água foi completamente coberta, e dissimulada, mas foi canalizada por um aqueduto especialmente construído, para um poço que ficava do lado de dentro dos muros, onde uma população sitiada poderia buscar toda a água que necessitasse. Dessa forma, os atacantes foram privados de água, ao passo que ao mesmo tempo a cidade sitiada tinha assegurado um amplo suprimento dela. "Porque viriam os reis da Assíria, e achariam tantas águas?" perguntavam eles enquanto tornavam as águas existentes fora dos muros inacessíveis a um invasor (II Crônicas 32: 24).

O grande aqueduto de Ezequias, de 592 metros de comprimento, escavado em rocha viva, é "um dos artifícios mais estupendos para suprimento de água no período bíblico, comparável aos túneis de Megido e de Gezer".⁹ Trabalhadores, empregando picaretas, operando em forma de zigue-zague, começando nas extremidades, e finalmente encontrando-se no meio, escavaram um conduto que tem em média dois metros de altura, e que constitui notável feito de engenharia.

2. *O Túnel de Siloé e o Sistema de Águas Anterior em Jerusalém.* Escavações feitas já há muito tempo em Jerusalém, pelo Fundo de Exploração da Palestina, sob a direção do Sir Charles Warren (1867), resultaram na descoberta de um poço cortado na rocha viva, acima da Fonte Giom, medindo treze metros. Através desse artifício, agora conhecido como "Poço Warren", em homenagem ao seu descobridor nos tempos modernos, os antigos jebuseus, provavelmente

já em 2.000 A. C., podiam obter água sem sair dos muros da cidade. O poço pelo qual podiam ser descidos baldes, terminava em um reservatório em forma de caverna, na qual as águas de Gion corriam através de um túnel horizontal, que penetrava na montanha cerca de doze metros para oeste e oito para o norte. Trinta e três degraus cortados na rocha levavam à plataforma sobre o cumee fortificado, do qual as mulheres de Jerusalém podiam baixar os seus jarros para tirar água de uma bacia tosca de quatro metros quadrados.

Anteriormente, talvez na época dos jebuseus ou de Davi e Salomão, um canal a céu aberto, descoberto por Conrad Shick, em 1891, levava água da Fonte Gion para o Poço Velho de Siloé, localizando bem na extremidade sudeste da antiga cidade. Isaías aparentemente referia-se às águas que corriam suavemente por esse regato canalizado, quando falou poeticamente das "águas de Siloé que correm brandamente" (Isaías 8: 6).

3. O Reservatório de Siloé. Além desse aqueduto escavado na rocha, Ezequias construiu um reservatório novo e maior, chamado "Poço de Siloé". O Poço ao qual o túnel levava, mede cerca de dez metros por sete. Nos tempos de Jesus, o cego que foi curado recebeu instruções para ir "lavar-se" nesse poço (João 9: 7-11).

O lugar é o mesmo "açude de Hasselá, junto ao jardim do rei" (Neemias 3: 15), e algumas vezes é chamado "Poço do Rei", porque havia um jardim real em área fértil na boca do Vale Tiropeano, que era regado pelo transbordamento do reservatório (Veja quadro nº 37).

4. A Inscrição de Siloé. A cousa de maior interesse arqueológico, no túnel de Ezequias, é a inscrição de seis linhas feita em hebraico clássico, lindamente cortado na parede do conduto, a cerca de seis metros do fim do aqueduto, em Siloé. Essa notável inscrição, descoberta acidentalmente em 1880 por um garoto que nadava no poço, comemora o término da árdua tarefa de escavar a sólida rocha, quando os trabalhadores com picaretas, cunhas e martelos, cavando de extremidades opostas, finalmente se encontraram.

A inscrição é traduzida assim:

"A perfuração está completada. Ora, esta é a história da perfuração. Enquanto os trabalhadores ainda estavam levantando picareta contra picareta, em direção ao seu vizinho, e quando faltavam ser cortados três côvados, cada um ouviu a voz do outro, que chamava o seu companheiro, visto que havia uma fenda na rocha, do lado direito. E no dia do término da perfuração os canteiros golpearam a rocha, cada um para encontrar o seu companheiro, picareta contra picareta; e ali fluíram as águas para o poço, atravessando mil e duzentos côvados, e de cem côvados era a altura da rocha sobre a cabeça dos canteiros". 10

O Professor A. H. Sayce decifrou a inscrição primeiramente à luz de velas, assentado na lama e na água durante horas, para realizar a sua tarefa. Hermann Guthe, da Associação Germano-Palestina, removeu mais tarde os depósitos de óxido de cálcio que obscureciam a escrita, recuperando plenamente a escritura. A inscrição foi subsequentemente cinzelada da rocha, e levada pelo governo turco para o Museu Otomano Imperial de Constantinopla, hoje chamado Museu Arqueológico Turco de Istambul.

5. Importância da Inscrição de Siloé. Devido à escassez de documentos contemporâneos escritos em hebraico antigo, a inscrição de Siloé tem valor paleográfico inusitado. Como diz C. C. McCown:

"É notável que a terra que serviu de berço para o alfabeto, e o povo cuja literatura tornou-se um dos principais tesouros da civilização, tenha deixado tão poucos documentos contemporâneos".

Na verdade, não contando o monólito de Mesa de Moabe, que não era absolutamente hebreu, datando do século IX A. C., e o Calendário de Gezer, do século X A. C., a Inscrição de Siloé é o único documento contemporâneo, curto ou longo, em hebraico, que tenha sobrevivido do século VIII A. C. ou antes.

Os hebreus certamente escreviam em pergaminhos e em papiros, que infelizmente são perecíveis. Aparentemente não escreviam em pedra. Contudo, fragmentos de cerâmica, chamados ostraca, contendo recibos, cartas e listas escritas com tinta com uma pena de junco, vieram à luz principalmente em Samaria e em Laquis. Além disso, numerosos selos, impressões de selos e de grafite sobre a cerâmica, e outros poucos fragmentos de escrita, foram servindo gradualmente para formar uma coleção de material suficiente, a fim de que o estudioso do assunto possa rastrear o curso do desenvolvimento do hebraico, e para dar ao paleógrafo valiosos critérios de valor considerável para datar. Porém, com material precariamente esparso, especialmente antes de 700 A. C., a importância paleográfica da Inscrição de Siloé é óbvia.

A Inscrição de Siloé está escrita em Hebraico Antigo (cananeu), cujos caracteres são de forma um tanto denteada. As Escrituras originais dos hebreus foram escritas nesse mesmo alfabeto cananeu-fenício, que havia alcançado uma forma razoavelmente estável antes da Conquista, mas continuou a sofrer algumas mudanças de estilo e de caligrafia, no curso dos séculos. Consequentemente, no período pos-exílio, as Escrituras Sagradas foram expressas através do alfabeto aramaico antigo. Quando aquele alfabeto assumiu forma retangular, a Bíblia hebraica achou-se escrita naquele estilo caligráfico já característico do manuscrito de Isaías dos rolos do Mar Morto, escrito no século II A. C., e descoberto na Palestina em 1947. Esta forma caligráfica do alfabeto foi preservada nas edições impressas atuais das Escrituras hebraicas, visto que o texto sagrado, que os eruditos massoréticos editaram e "congelaram" no período de 600 a 900 A. D., era grafado no tipo de letra redonda aberta. Assim, a Bíblia hebraica chegou ao mundo cristão através de um processo de desenvolvimento prévio, que se estendeu por mais de dois milênios.

Capítulo XXIV

OS ÚLTIMOS ANOS DE JUDÁ

Depois do reinado de Ezequias, não há registro, nas inscrições assírias, de nenhuma expedição ulterior contra Judá. Até o fim da Assíria, em 612 A. C., nenhum rei de Judá ousou, aparentemente, desafiar o grande poderio estabelecido às margens do Tigre. Do ponto de vista arqueológico, este fato é lamentável, pois significa que desde então os registros assírios não tiveram ocasião de mencionar os judeus. Assim, a importante época de Manassés, Amom e Josias (687-609 A. C.) é um espaço quase completamente vazio, no que tange à arqueologia.

Porém, a Assíria teve dois de seus maiores reis depois da morte de Senaqueribe: Esar-Hadom (680-669 A. C.), filho de Senaqueribe, e Assurbanípal (669-633 A. C.), filho de seu filho, o último grande monarca assírio. Esar-Hadom, famoso conquistador que derrotou Taarca, Faraó do Egito, foi o primeiro governante assírio a adicionar à sua grande lista de títulos, o de "Rei dos reis do Egito".¹ A brilhante vitória de Esar-Hadom sobre Taarca foi celebrada com um monólito comemorativo, erigido em Senjirli, ao norte da Síria, e descoberto em 1888 por uma expedição alemã. Esar-Hadom é sem dúvida o "senhor duro, e um rei feroz" de Isaías 19: 4, que realizou a maior ambição de todos os assírios – a conquista do Egito. Esar-Hadom é também mencionado várias vezes explicitamente no Velho Testamento. Em Esdras 4: 2 ele é mencionado como o rei que colonizou Samaria.

Assurbanípal foi também um renomado conquistador, mas é mais conhecido por sua cultura. A enorme biblioteca real, que ele estabeleceu em Nínive, foi descoberta em 1853, contendo especialmente cópias assírias das histórias babilônicas da criação e do dilúvio. Porém, ele é mencionado na Bíblia apenas uma vez, e mesmo assim através de uma tradução hebraizada do seu nome, "o grande e nobre Osnaper", de quem se diz também ter colonizado Samaria.

I. DECLÍNIO DA MONARQUIA HEBRAICA

Durante o zênite do período assírio, houve agudo declínio na estabilidade moral dos ocupantes do trono de Judá. A separação das contagiantes práticas das nações pagãs circunvizinhas fora sempre a glória e a fortaleza da Monarquia Hebréia. Quando aquela separação era interrompida, a ruína de Judá não estava longe.

1. *Manassés e a Orgia Idólatra de Judá.* O filho de Ezequias, Manassés (687-642 A. C.), foi um perfeito contraste com o seu pai. Considerando que o primeiro havia procurado desarraigar a idolatria e fortalecer o reino de Judá moral e espiritualmente, o segundo dedicou-se com todos os esforços para introduzir um sincretismo religioso consumado, que perverteu inteiramente o judaísmo, e fê-lo merecer a reputação de ser "o mais ímpio rei de Judá" (II Reis 21 1-15; II Crônicas 33: 1-20). O reinado de Manassés, um dos mais longos da linhagem davídica, (Cincoenta e cinco anos de acordo com II Reis 21: 1; Albright considera-o de quarenta e cinco anos.)² escancarou a porta para o paganismo cananeu e fez mais para desmoralizar a nação e arrastá-la inevitavelmente para o sorvedouro do cativo babilônico, do que talvez, qualquer outro fato na história de Judá.

A arqueologia tem elucidado grandemente o sincretismo religioso de Manassés. Baal, a quem se diz ter ele levantado altares (II Reis 21: 3), é agora bem conhecido como o principal deus do panteão cananeu, e identificado como Hadade, o deus da tempestade. O culto de Baal incluía adoração e danças lascivas e licenciosas nos cumes arborizados dos morros, chamados "lugares altos". Manassés "tornou a edificar os altos que Ezequias, seu pai, havia destruído e fez um Aserá" (II Reis 21: 3).

Como se sabe agora, segundo a literatura épica de Ras-Shamra, pertencente ao século XIV A. C., Aserá era a consorte da principal divindade cananita, El. Porém, no século IX A. C. e mais tarde, na Palestina, ela era considerada como esposa de Baal. O "Aserá" (poste-ídolo) que Manassés fez era uma imagem desta deusa pagã. Aserá e suas colegas, Anate e Astarte (Astarote), como padroeiras do sexo e da guerra, eram muitas vezes representadas como "virgens" grávidas. Além disso, os seus templos eram centros de vício legalizado, e as suas representações idólatricas e seu ritual eram uma glorificação da prostituição em nome da religião.

Manassés cultivou também a adoração planetária e das estrelas (II Reis 21: 3-5), e o culto de Moloque, uma divindade amonita, cuja adoração era intimamente relacionada com adivinhação astral (Amós 5: 25, 26; Atos 7: 41-43) e cujo ritual era caracterizado pelo sacrifício de crianças feito por seus pais, compelindo-as a passar por uma fornalha. Escavações feitas na Palestina desenterraram montões de cinzas e restos de esqueletos infantis em cemitérios próximos a altares pagãos, indicando a prática generalizada desta cruel abominação.

Uma referência interessante à idolatria e à adoração de Moloque e sua conexão com o demonismo, é encontrada no Salmo 106: 36-37. Diz que os hebreus "se mesclaram com as nações e lhes aprenderam as obras; deram culto a seus ídolos. . . pois imolaram seus filhos e suas filhas aos demônios. . ." De fato, a idolatria de Manassés foi o resultado de uma gigantesca irrupção de ocultismo, ocasionado por demônios. Diz-se que ele praticou augúrios, e usou encantamentos, e tratou com médiuns (que tinham demônios adivinhadores) e com feiticeiros (que possuíam conhecimento oculto quando sob o controle de um demônio adivinhador) (II Reis 21: 6; II Crônicas 33: 6).

A arqueologia tem descoberto vasta quantidade de evidências da preponderância de fenômenos demoníacos entre os antigos povos das terras bíblicas. Tábuas contendo encantamentos, prognósticos e augúrios, e rituais exorcistas mostram como era comum a crença e a escravização a espíritos maus, e provam que mágica, adivinhação, necromancia e todas as variedades de ocultismo eram praticadas no mundo bíblico antigo. De fato, é da Mesopotâmia (especialmente da Babilônia) "que vêm os subsídios mais ricos para o estudo da magia antiga e da adivinhação".³

2. *Manassés e os Monumentos Assírios.* A elucidação propiciada pela arqueologia ao reinado de Manassés é em sua maior parte, de natureza indireta. Porém, há uma referência direta ao rei judeu nas inscrições de Esar-Hadom, que é de considerável interesse, particularmente porque é a narrativa da deportação de Manassés para o cativeiro na Babilônia, seu arrependimento e subsequente restauração ao trono. De acordo com a narrativa de II Crônicas 33: 10-13 (omitida em II Reis e freqüentemente rejeitada pelos críticos), Jeová trouxe sobre o idólatra e impenitente Manassés e seu povo "os príncipes do exército do rei da Assíria, os quais prenderam Manassés com ganchos, amarraram-no com cadeias, e o levaram a Babilônia".

Na Estela Senjirli de Esar-Hadom, Baalu, rei de Tiro, é mostrado levantando mãos algemadas em súplica à Assíria, e ao seu lado Tiraca, rei da Etiópia, é retratado com um gancho passado pelos lábios e amarrado com uma corda às mãos de Esar-Hadom.

Quanto ao fato do cativeiro babilônico de Manassés, não há confirmação desse acontecimento mencionado pelo cronista. Mas as inscrições de Esar-Hadom falam da visita compulsória de Manassés à grande capital assíria, Nínive, por volta do ano 678 A. C:

"Àquela época o palácio mais antigo de Nínive, que os reis que antes se foram, meus pais, haviam construído . . . chegou a parecer muito pequeno para mim . . . e o povo das terras que minhas armas haviam despojado eu obriguei a carregar a cesta e o cocho. . . Aquela

palácio pequeno eu derrubei totalmente. . . E convoquei os reis da Síria e os do outro lado do mar — Baalu, rei de Tito, Manassés, rei de Judá, Causgabri, rei de Edom, Mussurri, rei de Moabe. . . Milqui-Asapa, rei de Gebail (Biblos), etc., etc. . . vinte reis ao todo. Dei-lhes ordens".⁴

A referência ao cativeiro de Manassés na Babilônia foi em certa época considerada comumente como erro da parte do cronista, devendo a referência ser a Nínive. Todavia, as inscrições provam que Esar-Hadom de fato reconstruiu a antiga cidade destruída por seu pai Senaqueribe:

"... No começo do meu governo, no primeiro ano do meu reinado, quando tomei assento sobre o trono real, em poder, apareceram sinais favoráveis nos céus e na terra. . . Através dos rituais adivinhantes, oráculos encorajadores foram desvendados, e para a reconstrução de Babilônia e a restauração de Esagila (templo dos deuses) eles fizeram com que a ordem (oráculo) fosse escrita".⁵

Esar-Hadom continua a sua descrição da reconstrução de Babilônia:

"Convoquei todos os meus artesãos e o povo da Babilônia em sua totalidade. Fi-os carregar a cesta e coloquei a rodilha sobre eles. . . Levantei o cocho à minha cabeça, e o carreguei. . . Moldei tijolo. . . Babilônia eu reconstruí de novo, aumentei, elevei até às alturas, tornei magnífica".⁶

Tendo em seu crédito uma realização tão esplêndida como a reedificação de Babilônia, não é provável que Esar-Hadom tivesse deixado Manassés e os outros vários reis que ele convocara a Nínive, voltarem a seus países sem ver essa demonstração magnificente da sua glória e grandes feitos.

3. *A Reforma de Josias.* Com a idade de oito anos, Josias subiu ao trono quando seu pai Amom, filho de Manassés, foi assassinado, depois de breve reinado de apenas dois anos (c. 642-640 A. C.). O longo e piedoso reinado de Josias estendeu-se de 640 a 609 A. C. O evento de maior projeção do seu reinado foi a descoberta do "livro da Lei" durante a completa reforma do templo. A leitura desse livro levou a um grande avivamento e grande reforma (II Reis 22: 3-23: 37).

Se o "livro da lei" era o Pentateuco ou apenas o livro de Deuteronômio, de qualquer forma a arqueologia elucida de maneira interessante a possível razão para que os trabalhadores encontrassem esse documento durante os seus trabalhos de reparação do templo. A descoberta está intimamente relacionada com a atividade dos canteiros e carpinteiros, e é inteiramente possível que essa cópia do Pentateuco tivesse sido colocada na pedra fundamental do templo, quando ele fora erigido por Salomão (966 A. C.). Sem dúvida a alvenaria se havia danificado a tal ponto que essa pedra teve que ser substituída, e assim os documentos vieram à luz.

Esta é uma explicação muito mais razoável do que a crítica vigente que considera o "livro da lei" como somente o livro de Deuteronômio, e como uma trama posterior, do século VII A. C., e que ele não foi tanto "descoberto" como impingido a um rei e um povo crédulos, como sendo antigo documento mosaico. A arqueologia tem demonstrado que era costume, nos tempos antigos, colocar documentos no alicerce dos edifícios, como é feito até os dias atuais.

Nabonido, rei babilônico do século VI A. C., por exemplo, gostava de cavar os alicerces dos edifícios antigos na sua época, para reaver documentos ali depositados séculos antes. Isso ele fez no templo de Samas em Sipar, na Mesopotâmia inferior:

"Quando eu havia trazido Samas para fora, e fi-lo habitar em outra casa, aquela casa eu derribei, e dei uma busca para achar o registro do seu antigo alicerce; e eu cavei até uma profundidade de dezoito côvados, e o registro do alicerce de Narā-Sim, filho de Sargão, Sames permitiu, a mim, observar".⁷

4. *A Morte de Josias.* A arqueologia tem facilitado uma tradução correta da passagem que fala da morte de Josias, e revelou a razão do avanço do Faraó-Neco em direção ao Eufrates. “Nos dias de Josias subiu Faraó-Neco, rei do Egito, contra o rei da Assíria, ao rio Eufrates; e, tendo saído contra ele o rei Josias, Neco o matou, em Megido, no primeiro encontro” (II Reis 23: 29). Até agora, devido à ausência de uma chave arqueológica a frase “subiu Faraó-Neco, rei do Egito, *contra* o rei da Assíria”, tem sido traduzida de modo errado. A tradução correta deve ser “subiu Faraó-Neco ao rei da Assíria”. Embora seja verdade que a preposição hebraica *'al* aqui empregada possa significar “contra”, o contexto histórico mostra que nessa passagem ela tem um de seus significados mais especializados.

Os historiadores ficavam perplexos sem saber o motivo porque Josias avançava “contra” Neco, quando o Faraó se encaminhava para combater contra a Assíria, antigo inimigo dos hebreus. A Crônica Babilônica, publicada por C. J. Gadd em 1923, considera todo o assunto sob nova luz, e mostra que o Faraó-Neco de forma alguma avançava contra os assírios, mas vinha em sua ajuda.

Depois da morte de Assurbanípal, em 633 A. C., o Império Assírio declinou rapidamente. Em 612 A. C., Nínive caiu diante do ataque de uma aliança de babilônios, medos e citas. Um remanescente do exército assírio fugiu em direção ao ocidente, para Harã, e fez dela sua capital temporária. O rei do Egito, Faraó-Neco, assim, veio para ajudar o remanescente assírio e seu rei Assurubalite, que permaneceu em Carquemis durante vários anos, cercado pelos medos e babilônios, que o atacavam.

Josias, que não simpatizava com a Assíria, não querendo que ajuda alguma chegasse aos assírios em apuros, foi a Megido para interceptar Neco, mas foi morto pelo egípcio. Neco, por sua vez, foi fragorosamente derrotado quando mais tarde chocou-se com Nabucodonosor em Carquemis, sobre o Eufrates, em 605 A. C.

Com a batalha de Carquemis, dois antigos impérios caíram: a Assíria desapareceu para sempre, e o Egito nunca mais voltou a ser potência de primeira grandeza. A magnífica cidade de Carquemis, tendo através de si longa e brilhante carreira, foi inteiramente destruída por Nabucodonosor, e permaneceu enterrada sob as areias do deserto até que modernas escavações trouxeram os seus interessantes monumentos à luz do dia.

5. *A Monarquia Hebraica Sob Controle Egípcio.* Com a morte de Josias em 609 A. C., o trono de Judá passou temporariamente a ser dominado pelo Egito. Jeoaquaz, filho de Josias, foi feito rei, mas governou apenas três meses, depois do que foi deposto por Neco (II Reis 23: 33), que o levou para o Egito, onde morreu (II Reis 23: 34). Depois de destronar Jeoaquaz, o Faraó-Neco fez de Eliaquim, outro filho de Josias, o novo rei, e mudou o seu nome para Jeoaquim (609-598 A. C.). Esse rei pagou tributo ao seu dominador egípcio (II Reis 23: 35).

6. *A Monarquia Hebraica Sob Controle Babilônico.* Na gigantesca competição tríplice pela supremacia mundial, travada pela Assíria, Egito e Babilônia, e que caracterizou a última parte do reinado de Josias, e foi coeva do ministério de Jeremias em Judá, a Babilônia venceu, como o grande profeta predissera. Quando Nabucodonosor se tornou senhor da Palestina, Jeoaquim livrou-se da sujeição a ele (II Reis 24: 1), e daí em diante, os reis de Judá foram vassalos do rei da Babilônia, e pagaram caro quando tentaram livrar-se do novo jugo.

Jeoquim, implacável inimigo de Jeremias e de reformas religiosas e morais, foi um oportunista que tentou livrar-se do controle babilônico da mesma forma como se livrara da sujeição ao Egito, quando a época lhe parecera favorável. Contudo, ao fazê-lo, foi surpreendido pelas forças da Babilônia marchando contra a sua capital. No curso dos acontecimentos que se seguiram, ele foi certamente assassinado, e enterrado vergonhosamente, “como se sepulta um juízo” (Jeremias 22: 18, 19).

Com a morte de Jeoaquim em 598 A. C., seu filho Joaquim sucedeu-o no trono. Seu reinado durou apenas três meses, findos os quais ele foi levado cativo para a Babilônia. Lá durante trinta e sete anos, foi um preso político, sendo libertado pelo sucessor de Nabucodonosor.

sor II, Evil-Merodaque, que lhe deu uma ração diária de alimentos, pelo resto da sua vida (II Reis 25: 27-30). Esse detalhe interessante da história bíblica tem sido confirmado de maneira singular pelos registros babilônicos, que mencionam *Yauquim, da terra de Yaude*, isto é, Joaquim de Judá, como uma das pessoas que recebiam pensão real. Além disso, o nome de Joaquim foi autenticado em escavações por W. F. Albright e Melvin Grove Kyle no Tell Beite-Mirsim (Quiriate-Sefer) e por Elihu Grant em Bete-Semes.

II. A QUEDA DE JERUSALÉM

Jeremias, por meio de um longo e fiel ministério, que se estendeu pelos últimos quarenta anos da agonia mortal da nação, e do trágico fim de Judá como monarquia, tentou desesperadamente salvar Jerusalém e Judá da destruição, conclamando o povo de volta para Deus. Porém, tanto o príncipe como o plebeu pareciam ter-se tornado cada vez mais devotados, de maneira fanática e irremediável, à idolatria. Recusando-se a dar ouvidos à advertência incessante do profeta, de que se eles se arrependessem, haveriam de ser libertados da Babilônia, julgamento terrível e implacável caiu finalmente sobre a cidade apóstata.

1. Zedequias e o Fim da Monarquia. Depois de remover Joaquim do trono de Judá, Nabucodonosor coroou rei a Matanias, tio de Joaquim, e mudou o seu nome para Zedequias (II Reis 24: 17). Como títere de Nabucodonosor, Zedequias estava constantemente sofrendo pressões de seus conselheiros e súditos, para buscar a ajuda do Egito em uma revolta contra a Babilônia. A despeito das solenes advertências de Jeremias, contra essa ação insensata, Zedequias se voltou para o Faraó Hofra (Ápries) (c. 588-569 A. C.), pedindo ajuda e revoltou-se contra Nabucodonosor.

O exército caldeu, conseqüentemente, dirigiu-se para Jerusalém, abrasado com ira implacável, e dedicou-se a uma destruição completa. No horrendo sítio que se seguiu, pestilência, fome e mesmo canibalismo tiveram lugar (II Reis 25: 1; Jeremias 32: 24). O aparecimento do exército egípcio deu apenas um pequeno repouso à cidade sitiada (Jeremias 37: 5). A cidade caiu em 587 A. C. Zedequias tentou escapar, mas foi capturado pelos caldeus em Jericó, e trazido para ser julgado diante do rei da Babilônia em Ribla, sobre o Orontes, a oitenta quilômetros ao sul de Hamate (Jeremias 39: 5-7).

Zedequias viu os seus próprios filhos serem mortos. Depois, os seus olhos foram vazados, e ele foi acorrentado e levado cativo para Babilônia, onde foi aprisionado até a morte (II Reis 25: 1-7; Jeremias 52: 11). Jerusalém foi saqueada impiedosamente, e arrasada até os alicerces (II Reis 24: 17 - 25: 10). Dessa forma "o ano 587 A. C. marcou o fim não apenas de uma dinastia, mas de uma era".⁸

2. A Época de Jeremias e as Cartas de Laquis. A vida e a época de Jeremias foram vividamente ilustradas pela descoberta feita em 1935 por J. L. Starkey, de dozoito ostracas grafadas em hebraico, na escrita fenícia antiga. Esses documentos inestimáveis foram descobertos na sala de guarda adjacente à porta exterior da cidade de Laquis (Tel ed-Duweir), antiga fortaleza de Judá, a cerca de quarenta quilômetros a sudoeste de Jerusalém. Três outras ostracas, elevando o total de peças de cerâmica inscritas para vinte e uma, foram encontradas na última campanha em Laquis, em 1938.

Estas ostracas são compostas de cartas e listas de nomes do período imediatamente precedente à queda final de Jerusalém. Quase todas elas datam aparentemente do outono de 589 A. C., visto que pertencem a uma camada de cinzas que representa a destruição final de Laquis, que Nabucodonosor realizou antes do sítio final a Jerusalém.

Jeremias, em uma de suas profecias endereçadas a Zedequias, faz uma referência às cidades fortificadas de Judá, que é impressionantemente elucidada pelas Cartas de Laquis. Menciona "quando o exército do rei da Babilônia pelejava contra Jerusalém, e contra todas as cidades que restavam de Judá, contra Laquis e contra Azeca; porque só estas ficaram das cidades fortificadas de Judá" (Jeremias 34: 7).

A Carta Número IV contém esta passagem: "Estamos esperando os sinais da estação do Laquis, de acordo com todos os sinais que você está dando, porque não somos capazes de ver os sinais de Azeca".⁹ É interessante que o mesmo termo empregado aqui para "sinais (de fogo)" ocorre em Jeremias 6: 1: "Fugi, filhos de Benjamim, do meio de Jerusalém; tocai a trombeta de Tecoa, e levantai o facho sobre Bete-Haquerém, porque da banda do norte surge um grande mal, uma grande calamidade".

Embora as Cartas de Mari, do século XVIII A. C., tenham recentemente demonstrado que a sinalização com fogo era praticada no Vale do Eufrates doze séculos antes dos tempos de Jeremias, esta carta de Laquis esclarece o sistema de telegrafia de sinais usada pelo exército judeu nos últimos dias do reino de Judá. Além disso, ela ilustra notavelmente a referência de Jeremias a Laquis e Azeca como cidades fortificadas de Judá.

Esses dois lugares foram identificados. Azeca (Tel Zacaria) no Sepelá (planície) foi escavada por Frederick J. Bliss, do Fundo de Exploração da Palestina, em 1898, e suas fortificações resistentes foram identificadas. O mesmo pode ser dito da própria Laquis, escavada pela Expedição Arqueológica Wellcome - Marston de 1933 a 1938, sob a direção de J. L. Starkey, e continuada depois de sua morte por Charles Inge e Lancaster Harding.

A Carta Número III é uma das mais significativas de toda coleção, do ponto de vista bíblico. Como a maioria das outras, foi escrita por um certo Osaías, que estava estacionado em algum posto militar, a um homem chamado Jaós, que aparentemente era o oficial comandante em Laquis. O texto é o seguinte:

"O servo Osaías manda informar meu senhor Jaós: Possa o Senhor Yhwh (Jeová) fazer com que meu senhor ouça boas novas de paz! E agora, tu mandaste uma carta, mas meu senhor não esclareceu o teu servo a respeito da carta que enviou ao teu servo ontem à tarde, pois o coração do teu servo tem estado enfermo desde que escreveste ao teu servo. E quando ao que o meu senhor disse: "Você não sabe! - leia (a) carta", assim como vive o Senhor, ninguém chegou a ler para mim carta alguma em tempo algum, nem eu li nenhuma carta que possa ter vindo para mim, e nem daria nada por ela! - E tem sido relatado ao teu servo dizendo: O comandante do exército, Conias filho de Elnatã, desceu a fim de ir ao Egito, e a Odavias, filho de Abijã e seus homens, enviou-me ele para obter-lhe suprimentos". - E quando à carta de Tobias, servo do rei, ("O rei" não pode ser outro senão Zedequias, sempre mencionado apenas pelo título nesses textos.) que veio Salum, filho de Jadua, através do profeta, dizendo: Cuidado, teu servo a enviou ao meu senhor".¹⁰

Osaías, como vários outros nomes nas diferentes cartas, é bíblico, e ocorre em Jeremias 42: 1 e Neemias 12: 32. Jaós, é uma forma abreviada do nome Josias. Todas as palavras e frases são caracteristicamente bíblicas, e Deus é mencionado pelo tetragrama Yhwh (as consoantes do nome Yahweh ou Jeová). Muitos dos nomes também são bons compostos bíblicos de Jeová.

A prolixidade da primeira parte da carta é devida em grande parte ao uso polido e idiomático de "meu senhor" (*adoni*) em lugar de "tu" e "teu servo" em lugar de "eu" ou "mim". A última parte da epístola parece referir-se claramente a uma visita do oficial comandante do exército judeu ao Egito, para realizar conferências militares com os oficiais do Faraó Psamético (594-588 A. C.), preparando-se para a invasão caldeia que se ameaçava. A força expedicionária resultante é mencionada por Jeremias. "O exército de Faraó saíra do Egito; e, quando os caldeus, que sitiavam Jerusalém, ouviram esta notícia, retiraram-se dele". (37: 5).

Um dos detalhes mais significativos de todos é a referência ao "profeta". Embora não seja impossível que isto seja uma referência direta ao próprio Jeremias, e assim é interpretado por algumas pessoas, visto que havia vários profetas em atividade naquela época, "ele era talvez um profeta que tinha essencialmente a mesma mensagem de Jeremias, mas que não deixou nenhum livro escrito".¹¹ O que é importante não é a identificação do "profeta", mas a íntima relação aqui estabelecida com a vida interna de Israel e que "aqui pela primeira vez fora do Velho Testamento, encontramos menção de um 'profeta' do tipo que desempenhou papel tão importante na história hebraica".¹²

A Carta Número VI é especialmente uma reminiscência de Jeremias 38: 4, onde o profeta, proclamando a sabedoria de se submeter aos caldeus, é por isso acusado pelos príncipes diante do rei: "Morra este homem, visto que ele, dizendo assim estas palavras, afrouxa as mãos dos homens de guerra que restam nesta cidade, e as mãos de todo o povo". A carta em questão diz assim:

*"Ao meu senhor Jaós, possa Yawh (Jeová) fazer com que meu senhor veja esta estação em boa saúde! Quem é o teu servo senão um cão para que meu senhor lhe envie a carta do rei e as cartas dos príncipes, dizendo: 'Por obséquio, lê-la-as!'" E eis que as palavras dos príncipes não são boas, a não ser para enfraquecer as tuas mãos e afrouxar as mãos dos homens que estão informados a respeito delas (?). . . E agora, (?) meu senhor, não escreverás a eles dizendo: 'Porque fazes assim até em Jerusalém? Eis que para o rei e para a sua casa (?) estais fazendo isso!' E como vive Yawh teu Deus, desde que o teu servo leu as cartas, não tem havido paz (?) para o teu servo. . ."*¹³

Na carta, o suposto desencorajamento vem dos príncipes, em vez de sê-lo da parte do profeta. Porém, evidentemente o patriota na fronteira tem identidade de pensamentos com o profeta em Jerusalém, compreendendo que a confiança nas promessas mirabolantes do Egito, estava engodando a Judá, atraindo-a para a destruição, e que o verdadeiro patriotismo era encorajar o povo a enfrentar a certeza de uma vitória babilônica.

Poucos livros da Bíblia foram elucidados mais vividamente pelas descobertas arqueológicas do que o de Jeremias, e poucas descobertas têm tido conexão mais direta com a Bíblia do que as Cartas de Laquis. Elas fornecem, sem exagero, um virtual "suplemento a Jeremias".¹⁴

Capítulo XXV

JUDÁ NO EXÍLIO

Judá recebeu amplas e extensas advertências, tanto por preceito como por exemplo, de que se continuasse na apostasia e na idolatria, a nação seria destruída e exilada em um país estrangeiro. No limiar da sua existência nacional, Deus havia advertido o Seu povo em termos os mais claros, que se não observasse a Sua lei, as suas cidades se tornariam montões de ruínas, e seus campos um deserto. Isaías e Miquéias haviam predito o cativeiro de Judá um século e meio antes da sua ocorrência (Isaías 6: 11; 12: 11, 12), anunciando a Babilônia como o lugar (Isaías 11: 11; 39: 6; Miquéias 4: 10), enquanto que o profeta Jeremias havia declarado realmente que ele haveria de durar setenta anos (Jeremias 25: 1, 11, 12).

O progressivo cativeiro do Reino do Norte começou com Tiglate-Pileser (745-726 A. C.) e continuou com a queda de Samaria e o fim de Israel em 721 A. C., com subseqüentes deportações por reis assírios posteriores, Esar-Hadom e Assurbanípal; assim, consistiu em ilustrações reais dos ensinamentos dos profetas judeus. Mesmo a invasão de Senaqueribe e a sua deportação de 200.150 cativos de Judá (cf. II Reis 18: 13) não conseguiu levar o povo a dar ouvidos às advertências dos profetas. A teimosa ligação de Judá à idolatria, a despeito da paciente indulgência e das nefastas admoestações de Jeová, deveriam motivar, mais tarde, os rigores do exílio na Babilônia.

Os eventos de rápida sucessão depois da destruição de Nínive e da queda da Assíria em 612 A. C., preparam o palco internacional para o drama da punição de Judá na Babilônia. A ascensão do Império Neo-Babilônico (605-539 A. C.) foi tão rápida quanto a sua queda. Quando a sua divina missão de castigar o povo de Deus foi realizada, ele foi rapidamente destruído.

I. NABUCODONOSOR II E OS CATIVOS JUDEUS

Nabucodonosor II (605-562 A. C.), um dos mais poderosos e autocráticos soberanos antigos, adotou essencialmente a mesma política de deslocar populações inteiras inaugurada pelos reis assírios do século VIII A. C. Com respeito à deportação de Judá, o plano de Nabucodonosor atingiu dois objetivos: garantiu, pelo menos durante certo tempo, a submissão respeitosa dessa região ocidental, que havia demonstrado amplamente quão recalcitrante e teimosa podia ser; além disso, supriu o ambicioso monarca de hábeis artesãos e operários para a execução dos grandes projetos de construção na Babilônia.

1. A Primeira Deportação. De acordo com a narrativa bíblica, o rei babilônico fez três deportações de Judá: uma "no terceiro ano do reinado de Jeoaquim" (605 A. C.), na qual Daniel e outras personagens reais foram levadas (Daniel 1: 1-4); a segunda em 597 A. C., quando o rei Joaquim e outros, inclusive Ezequiel, foram levados (II Reis 24: 14-16) e a terceira em 587 A. C., quando a cidade e o templo foram destruídos (II Reis 25: 9-10).

Os críticos não duvidam seriamente da segunda e da terceira deportações, mas geralmente consideram lenda a primeira, mencionada por Daniel. Contudo, confirmação extra-bíblica para apoiar o testemunho de Daniel, não é inteiramente inexistente. Josefo, historiador judeu do primeiro século A. D., preservou o importante testemunho do sacerdote babilônico

Berossus, do século III A. C., confirmando essa campanha.

Josefo cita Berossus, quando relata que Nabopolassar, ao ouvir que o governador que ele havia nomeado para o oeste se havia revoltado contra ele, enviou seu jovem filho Nabucodonosor contra o rebelde, que venceu e colocou o país de novo sob o domínio da Babilônia. Durante essa campanha, Nabucodonosor recebeu notícias da morte de seu pai. Confiando os cativos judeus, sírios e de outras nacionalidades aos cuidados de seus oficiais, ele apressou-se em voltar para a Babilônia, a fim de assumir o trono.

A primavera ou verão de 605 A. C., quando podia se evitar a estação chuvosa, seria a ocasião natural para a campanha de Nabucodonosor citada por Daniel e Berossus. As evidências babilônicas apóiam esta data. As últimas duas tábuas de Nabopolassar são datadas de maio e agosto de 605 A. C., enquanto que as duas primeiras de Nabucodonosor foram inscritas em agosto e setembro do mesmo ano. Não há, portanto, nenhuma razão válida para rejeitar a historicidade da primeira deportação, mencionada no Livro de Daniel, a despeito do fato de que tal campanha é ignorada no Livro de Reis.

2. A Segunda e Terceira Deportações. As últimas operações militares de Nabucodonosor em Jerusalém são contadas minuciosamente nas Escrituras. No cerco de 597 A. C., o Rei Joaquim se rendeu, e o rei Babilônico o levou, bem como os príncipes, os guerreiros, "todos os artífices e ferreiros, ao todo dez mil", para a Babilônia (II Reis 24: 10-17). Ao mesmo tempo, despojou o templo do resto de seus tesouros (I Reis 24: 13), parte dos quais havia sido levada na primeira deportação (Daniel 1: 2), fez outra pilhagem, e colocou o tio de Joaquim, Matanias, no trono de Judá, mudando o seu nome para Zedequias.

A revolta de Zedequias, em o nono ano do seu reinado, ocasionou a completa destruição da cidade e do templo.

"No décimo-nono ano de Nabucodonosor, rei de Babilônia, Nebuzaradã, chefe da guarda e servidor do rei de Babilônia, veio a Jerusalém. E queimou a casa do Senhor e a casa do rei, como também todas as casas de Jerusalém. . . " (II Reis 25: 8, 9).

Nebuzaradã, capitão da guarda, era o Nabu-zer-idina babilônico, padeiro-mor (título que viera a não ter nenhum significado funcional).

Todas as coisas de valor na cidade, foram levadas, inclusive os ricos acessórios do culto do templo de Salomão. Os sumos sacerdotes foram mortos, e Zedequias teve os olhos vazados, sendo levado acorrentado para a Babilônia (II Reis 25: 1-21). Sobre o povo que ainda permaneceu na terra, Nabucodonosor colocou um governador chamado Gedalias, que parece ser o oficial de alta patente "que estava sobre a casa" mencionado em um selo deste período encontrado em Laquis.

3. A Desolação da Palestina. Escavações em Jerusalém e na Palestina em geral, mostram como foi completa a danificação e a destruição efetuada durante a invasão caldaica. Nenhum sinal do templo de Salomão foi deixado, nem dos palácios dos reis davídicos. Escavações feitas em Azeca, Bete-Semes e Quiriate-Sefer, e exames de superfície por toda a parte, oferecem evidências mudas da terrível desolação. Em Laquis, duas destruições ocorreram, com pequenos intervalos, e devem, sem dúvida, ser relacionadas com as invasões de Nabucodonosor em 597 e 587 A. C., tendo as Cartas de Laquis sido recuperadas das ruínas da segunda dessas destruições.

4. O Ministério de Ezequiel. Da mesma forma que Jeremias foi um profeta para o povo de Jerusalém e Judá, Ezequiel, seu contemporâneo mais novo, desempenhou o mesmo papel em relação aos judeus no exílio. Ele viveu e profetizou para a comunidade judaica "no meio dos exilados, junto ao rio Quebar" (Ezequiel 1: 1, 2). "O rio Quebar" é agora conhecido em virtude de registros cuneiformes, como o canal babilônico Cabar, na Babilônia central, que corria entre Babilônia e a cidade de Nipur, cem quilômetros a sudeste. A mesma palavra indicava, para os babilônios, tanto rios como canais.

Nipur, escavada por uma expedição americana sob a direção de Peters, Haynes e Hilprecht (1880-1900), resultou no descobrimento de vários milhares de tábuas de barro, inclusive uma narrativa suméria do dilúvio. Agora sabe-se como Nipur ficava perto das colônias de judeus deportados, às quais Ezequiel ministrou. Porém, a residência de Ezequiel, Tel-Abibe (Ezequiel 3: 15), sabe-se agora que é a babilônia *til-abubi*, “outeiro do Dilúvio”, termo usado em cuneiforme acádio para designar os outeiros baixos espalhados pela Mesopotâmia. Além disso, nomes compostos com o elemento *tel* (ou *tell*), “outeiro”, eram comuns na Babilônia daquela época, durante a qual velhas cidades abandonadas estavam sendo ocupadas de novo.

Em uma terra que, economicamente, era muito mais rica que Judá, os exilados gozaram de muitos privilégios, e nada havia que os impedisse de serem elevados a posições de proeminência e prosperidade (Daniel 2: 48; Neemias 1: 11). Os cativos que se estabeleceram em Nipur e suas redondezas gozaram das oportunidades oferecidas por um grande centro comercial, e mesmo durante o período do cativeiro devem ter adquirido grandes riquezas. Mais tarde, sob os reis persas Artaxerxes I (465-424 A. C.) e Dario II (424-405 A. C.), um famoso mercado ali se localizava, operado por “Murachi e Filhos”, com o qual muitos indivíduos que possuíam nomes judaicos estavam associados.

Contudo, nem todos os exilados se adaptaram ao novo ambiente. Muitos eram pobres, desanimados e aflitos na sua nostalgia. Por isso, Ezequiel foi comissionado a trazer-lhes uma mensagem de esperança que se projetou para o futuro, até o tempo do reino terreno de Israel, sob o governo do Messias (capítulos 40-48).

5. *Autenticidade das Profecias de Ezequiel.* A arqueologia está fazendo muito no sentido de contraditar as teorias radicais a respeito da autoria e data do Livro de Ezequiel. Até bem pouco, comparativamente, a profecia era considerada como obra genuína do século VI A. C., e escrita por Ezequiel, profeta aos exilados hebreus. Isto está sendo agora negado por críticos como C. C. Torrey, que considera a profecia essencialmente como uma pseudo-epígrafe, em sua maior parte obra do século III A. C., e de forma alguma de Ezequiel.

Um dos principais argumentos de C. C. Torrey contra a veracidade da profecia, é a datação de acontecimentos baseando-se no “cativeiro do rei Joaquim”. Considerando que o monarca reinou apenas três meses e foi levado cativo para a Babilônia, tal procedimento é confessamente incomum. Contudo, a arqueologia contraditou as críticas nessa matéria, e apresentou essa declaração da profecia como “um argumento inexpugnável em favor da sua veracidade”.¹

Alças de jarros descobertas em Tel Beit Mirsim e em Bete-Semes em 1928-1930, ostentam as palavras “Eliaquim, mordomo de Yaukim”, apresentam-se como uma evidência clara de que esse Eliaquim era o mordomo da propriedade da coroa pertencente a Joaquim, e que o rei exilado era ainda reconhecido como soberano de direito, pelo povo de Judá. Zedequias era meramente considerado como regente em lugar de seu sobrinho exilado (cf. Jeremias 28: 4). Os judeus desejavam reconhecer o seu rei por direito, mas não ousavam datar os eventos segundo os anos do seu reinado, “visto que aquele reinado realmente havia sido encerrado pelos babilônicos”.² Por outro lado, era bem natural que os judeus na Babilônia datassem, tendo como base a captura do seu soberano.

Que Joaquim era ainda considerado “rei de Judá, mesmo pelos próprios babilônicos, foi provado em 1940, pela publicação das tábuas do reinado de Nabucodonosor, enumerando os destinatários da generosidade real, e incluindo Yakim, rei da terra de Yhawd (Judá)”.³ Em adição a esta notável confirmação da autenticidade da profecia de Ezequiel, o livro está repleto de “alusões arqueológicas acuradas, que dificilmente poderiam ser explicadas, se Torrey estivesse com a razão”.⁴

Caso típico é a referência à Pérsia (Paras), como país que era suficientemente forte para despachar tropas para combater nos exércitos de Tiro e Gogue (Ezequiel 27: 10) e 38: 5). “Como poderia Ezequiel fazer esta menção casual aos persas”, diz Torrey, “antes daquele povo ter feito a sua apresentação no palco da história?”⁵ A arqueologia deu, semelhantemente, a resposta a esta pergunta.

que a Pérsia era um importante país independente sob o domínio de reis aquemênios, já no século VII A. C., várias gerações antes do período de Ezequiel. Corroborando esta evidência, os registros cuneiformes assírios do século IX A. C. já mencionam a Pérsia como um país a oeste do Irã. É verdade que ela não se tornou potência mundial até que Ciro conquistou Astíages, rei da Média (c. 550 A. C.), pouco mais de duas décadas depois do encerramento do ministério de Ezequiel. Contudo, a referência feita pelo profeta requer apenas uma terra de relativa importância, antes da época de Ciro.

6. *A Babilônia de Nabucodonosor II.* Os esplendores da Babilônia de Nabucodonosor II são agora bem conhecidos, como resultado das modernas escavações. De 1899 em diante, a *Deutsche Orientgesellschaft*, sob a direção de Robert Koldewey, escavou o local da antiga cidade, e desenterrou ruínas dos grandes edifícios de que muito falam as inscrições do próprio rei. O Livro de Daniel registra, de maneira significativa, que o orgulhoso monarca babilônico se jactava da magnificência da sua capital, o que merece, por parte dos monumentos, ampla elucidação. "Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei para a casa real, com o meu grandioso poder, e para glória da minha majestade?" (Daniel 4: 30).

A arqueologia mostra "que a cidade realmente deve a este monarca a maior parte da sua imortal reputação de magnificência. . ."⁶ Por entre as vastas ruínas, levanta-se a Porta de Istar, que se abre num muro duplo maciço com fortificações, ornamentado com touros e dragões feitos com tijolos esmaltados coloridos. A Porta de Istar dava acesso à grande rua processional da cidade, cujas paredes eram também adornadas com leões esmaltados, como o era também a sala do trono do palácio de Nabucodonosor.

Na área do templo resta apenas o solo plano onde se levantava o zigurate de Nabucodonosor, mas de acordo com Heródoto, ele se elevava a uma altura de oito andares. Não muito longe estava o templo de Marduque, que o rei havia restaurado, construído com vários andares, como os arranha-céus modernos. Na área geral, que agora não mais é identificável, estavam as mais famosas de todas as construções de Nabucodonosor, os jardins suspensos, que o rei construiu em terraços para recompensar a sua rainha média pela perda de suas amadas montanhas, e que os gregos consideravam como uma das sete maravilhas do mundo (Veja quadro nº 38)

A inscrição da Casa Da Índia Oriental, agora em Londres, dedica seis colunas da escritura babilônica a uma descrição dos enormes edifícios de Nabucodonosor, em seu zelo de aumentar e embelezar a sua capital. Ele reconstruiu mais que vinte templos em Babilônia e em Borsipa, executou um vasto sistema de fortificações, e fez grandes estaleiros para a indústria naval.

A maior parte dos tijolos encontrados nas escavações da Babilônia trazem o seu selo: "Nabucodonosor, rei de Babilônia, mantenedor de Esagila e Ezida, exaltado primogênito de Nabopolassar, rei da Babilônia".⁷ Esagila ("Casa cuja cumieira é elevada") era o nome babilônico do templo de Marduque (Bel) em Babilônia. Ezida (A Casa Perene) era o templo de Nebo, patrono da cultura, em Borsipa. Um dos registros de Nabucodonosor faz recordar a sua jactância mencionada em Daniel 4: 30: "As fortificações de Esagila e Babilônia eu reforcei e estabeleci o nome do meu reino para sempre".⁸

A alusão feita por Daniel às atividades construtoras de Nabucodonosor, é importante em relação ao ponto de vista crítico que geralmente se tem do livro, que atribui-lhe uma data no período dos macabeus (c. 167 A. C.). Mas o problema é: Como o suposto escritor posterior do livro poderia saber que as glórias de Babilônia eram devidas às operações de engenharia civil de Nabucodonosor? R. H. Pfeiffer, embora defendendo o ponto de vista crítico, confessa que possivelmente nunca o saberemos".⁹ Mas se alguém aceita a veracidade do Livro de Daniel, nesse caso apoiado de maneira notável pela arqueologia, o problema dos críticos se desvanece.

7. *Evidência do Exílio Judaico.* A questão interessante para o arqueólogo bíblico é se existe alguma evidência arqueológica provando que realmente os judeus foram cativos na Babilônia, ou não. A descoberta de cerca de trezentas tábuas cuneiformes em um edifício abobadado perto da Porta de Istar, na Babilônia, torna possível agora uma resposta positiva a essa

dúvida. Essas tábuas, depois de cuidadoso estudo, descobriu-se datarem de 595 a 570 A. C., período virtualmente contemporâneo ao ministério de Ezequiel aos exilados, e conterem listas de rações alimentares pagas a artífices e cativos que residiam em Babilônia ou perto dela, nesse período.

Entre os que recebiam essas rações estão pessoas de várias nações subjugadas — tais como Egito, Filístia, Fenícia, Ásia Menor, Pérsia e Judá. Os judeus enumerados têm nomes que são característicos, e alguns são bíblicos, como Semaías, Gadiel e Selemias. É nessas tábuas que ocorre a menção do Rei Joaquim de "Yhawd", associado com cinco outros príncipes reais, cujo nome, como vimos antes neste capítulo, tem parte importante na autenticidade do Livro de Ezequiel.

Joaquim, escrito *Yhawkin* (*Yawkino*), é especificamente citado como "rei da terra de Yhawd". "Yhawd" é simplesmente uma forma abreviada de Judá, perfeitamente familiar no período posterior ao exílio, quando o pequeno estado judeu moldou alças de jarro oficiais e também moedas de prata com a legenda "Yhawd" ("Judá").

Um dos documentos mencionando *Yhawkin* é especificamente datado de 592 A.C. A esse tempo o rei judeu cativo parecia ter liberdade para andar pela cidade, como é sugerido pela distribuição de ração feita a ele. Aparentemente, não foi senão em época posterior, que ele foi lançado na prisão, da qual foi libertado no trigésimo sétimo ano do seu exílio, sendo restaurado a um tratamento favorável e mesmo preferencial.

II. ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS NO IMPÉRIO NEO-BABILÔNICO

O Novo Império Babilônico estava destinado a cair, logo depois de completar a tarefa de castigar o idólatra Judá. Depois de longo reinado e do poderio incontido de Nabucodonosor, o declínio verificou-se rapidamente. O poderoso monarca foi sucedido no trono por seu filho Amel-Mardue, em acádio, "homem de Mardue" (562-560 A. C.), chamado Evil-Merodaque em II Reis 25: 27. Confirmação arqueológica desse rei foi encontrada em um vaso descoberto em Susa, no curso das escavações francesas ali realizadas, que trazia a inscrição: "Palácio de Amil-Mardue, Rei de Babilônia, filho de Nabucodonosor, Rei de Babilônia".

Evil-Merodaque logo foi assassinado por seu cunhado Nergal-sar-usur (Neriglisar), que por sua vez reinou quatro anos apenas (560-556) A. C.). Em seguida o seu filho Labachi-Mardue (Labasso-Arques) foi assassinado depois de reinar apenas alguns meses.

1. *Nabonido como Rei.* Um dos conspiradores que acabou com Labachi-Mardue foi um nobre babilônico chamado Nabonido (em acádio, Nabunaide, "o deus Nabu, isto é, Nebo é exaltado"), que em seguida reinou como o último monarca do Império Neo-Babilônico (556-539 A. C.). Nabonido era um homem de grande cultura e de interesse religioso. Era arqueólogo, bem como construtor e restaurador de templos. Procurava inscrições, que mesmo naquela época era antigas, e tinha nomes e listas de reis copiadas, o que se demonstrou ser útil para historiadores e antiquários de épocas ulteriores. A sua mãe parece ter sido uma sacerdotiza do templo do deus lua Sim, em Harrã, e ele mesmo tinha ardente interesse nos santuários de Sim, tanto em Harrã como em Ur.

A própria filha de Nabonido foi dedicada ao grande templo de Sim em Ur. A devoção do rei ao deus lua em detrimento de Mardue, sublevo evidentemente os sacerdotes contra o seu programa religioso. Quando a Babilônia foi ameaçada por Ciro, o piedoso rei reuniu os vários deuses em Babilônia, para que fossem protegidos, mas eles foram subseqüentemente envolvidos aos seus santuários, pelo conquistador.

Nabonido passou muitos anos do seu reinado em Tema, na Arábia, próspera região que tinha muitas vantagens comerciais e militares. Quando Ciro ameaçou devastar a Babilônia, o rei voltou para lá, no décimo-sétimo ano do seu reinado (539 A. C.). Depois da queda da Babilônia, Nabonido, foi amavelmente tratado por Ciro, que lhe deu a Carmânia, ao sul da Pérsia, para que ele a governasse, ou talvez simplesmente como seu domicílio.

2. *A Co-Regência de Belsazar.* De acordo com os registros contemporâneos da Babilônia, Belsazar (em acádio, *Bel-sar-usur*, "Bel proteja o rei") era o filho mais velho e co-regente de Nabonido, último soberano do Império Neo-Babilônico. A seguinte passagem declara explicitamente que antes de Nabonido começar a sua expedição a Tema, entregou as rédeas do governo propriamente dito, a Belsazar:

"Ele confiou um acampamento ao seu filho mais velho, primogênito; as tropas da terra ele enviou com ele. Abriu a mão, e confiou-lhe o reinado. Depois ele mesmo empreendeu uma campanha longínqua; a força da terra de Acade marchou com ele; em direção a Tema, no meio da terra Ocidental, ele assentou a sua face. . . Ele mesmo estabeleceu a sua habitação em Tema. . . Aquela cidade ele tornou gloriosa. . . Fizeram-na como um palácio de Babilônia. . ." 10

De acordo com os registros babilônicos, Belsazar tornou-se co-regente no terceiro ano do reinado de Nabonido (553 A. C.) e continuou naquela posição até a queda de Babilônia 539 A. C.). A Crônica de Nabunaide relata que no sétimo, nono, décimo e undécimo anos, "o rei estava na cidade de Tema. O filho do rei, os príncipes e as tropas estavam na terra de Acade (Babilônia)." 11

Enquanto Nabonido estava ausente, em Tema, a Crônica de Nabunaide diz expressamente que o Festival do Ano Novo não foi celebrado, mas foi observado no décimo-sétimo ano, quando o rei voltou para a capital. Desta forma, é claro que Belsazar realmente exerceu a co-regência em Babilônia, e que os registros babilônicos, de maneira notável, suplementam a Bíblia (Daniel 5; 7: 1; 8: 1), que não está errada ao representar Belsazar como o último rei de Babilônia, como outrora a crítica destrutiva estava tão segura em negar. Nem pode dizer-se estar errado o Livro de Daniel, ao chamar Belsazar de "filho de Nabucodonosor" (Daniel 5: 1). Mesmo que Belsazar não fosse relacionado genealogicamente com Nabucodonosor, o que não é de se duvidar — visto que sua mãe, Nitôcris, era evidentemente filha de Nabucodonosor — o uso de "filho de" como equivalente ao uso semita de "sucessor de" no caso de realeza, não seria inexacto neste caso.

3. *A Queda da Babilônia.* Ciro II, "o Grande", fundador do Império Persa, sucedeu seu pai Cambises I no trono de Ansã (c. 559 A. C.) e daí em diante começou a conquista relâmpago do antigo mundo semita. Por volta de 549 A. C., ele havia conquistado os medos, e de 546 A. C., a Lídia. Em 539 A. C., a Babilônia caiu diante dele. A Crônica de Nabunaide conta que as forças persas tomaram Sipar pouco antes, e que o grande conquistador entrou em Babilônia logo depois:

"No mês de Tasritu, quando Ciro atacou o exército de Acade em Opis sobre o Tigre, os habitantes de Acade se revoltaram, mas ele (Nabonido) massacróu os confusos habitantes. No 15º dia, Sipar foi tomada sem luta. Nabonido fugiu. No 16º dia Gobrias (Ugharu), governador de Gutim, e o exército de Ciro, entraram em Babilônia sem luta. Em seguida, Nabonido foi preso em Babilônia, quando voltou (lá). . . No mês de Arasamnu, no 3º dia, Ciro entrou em Babilônia. Ramos verdes foram espalhados em frente dele — o regime de "Paz" (Shulmu) foi imposto na cidade. Ciro enviou saudações para toda Babilônia. Gobrias, seu governador, instalou (sub-) governadores em Babilônia. . . No mês de Arasamnu, na noite do 11º dia, Gobrias morreu. No mês (Arasamnu, dia. . . o dia, a esposa do rei morreu. Desde o 27º dia de Arasamnu até o 3º dia de Nisanu, luto oficial foi observado em Acade, todo o povo com seu cabelo desgrehado". 12

A Crônica de Nabunaide assim relata que a alegre aclamação de Ciro pelos babilônios foi logo seguida pela morte de uma importante personagem real. Infelizmente, contudo, o estado de mutilação do texto torna impossível decidir se foi "o rei" (segundo Pinches), "a esposa do rei" (Winckler, Scharader) ou "o filho do rei" (Hagen, Caiger).

Dougherty apóia a opinião de que a referência é à "esposa do rei", mãe de Belsazar. "A tristeza em virtude da morte de seu filho e a passagem de Babilônia a mãos estrangeiras, podem ter apressado a morte da rainha de Nabonido. Como ele, provavelmente ela também era avançada em anos". 13

A explicação de Dougherty empresta significado também ao período de luto oficial por ela, que era evidentemente filha de Nabucodonosor. Daniel 5 e Xenofontes concordam em que a morte de Belsazar ocorreu em conexão com a captura de Babilônia. Esse evento deve ter-se dado quando Gobrias, general de Ciro, adentrou a cidade sem resistência geral, no décimo-sexto dia do mês de Tisri (outubro).

Embora nenhum documento de origem babilônica afirme que Belsazar estava presente à queda de Babilônia, por outro lado não há evidência positiva contra a sua participação nos acontecimentos de 539 A. C. Na verdade, "de todos os registros não babilônicos que mencionam a situação reinante no fim do Império Neo-Babilônico, o quinto capítulo de Daniel situa-se logo depois da literatura cuneiforme, em matéria de exatidão, no que concerne aos acontecimentos mais notáveis".¹⁴ "A matéria referente a Belsazar, longe de consistir em erro das Escrituras, é uma das confirmações mais notáveis da Palavra de Deus que têm sido demonstradas pela arqueologia".¹⁵

Capítulo XXVI

JUDÁ SOB O DOMÍNIO PERSA

Com a queda de Babilônia nas mãos de Ciro, o ariano, o caminho para a volta dos judeus para a sua terra natal estava aberto. O profeta hebreu vira profeticamente a jubilosa restauração, e cantara a respeito de Ciro, como sendo o libertador que Jeová iria levantar:

"Assim diz o Senhor ao seu ungido, a Ciro, a quem tomo pela mão direita, para abater as nações ante a sua face; e descingir os lombos dos reis, para abrir diante dele as portas, que não se fecharão. Eu irei adiante de ti, endireitarei os caminhos tortuosos, quebrarei as portas de bronze, e despedaçarei as trancas de ferro; dar-te-ei os tesouros escondidos, e as riquezas enconbertas, para que saibas que eu sou o Senhor, o Deus de Israel, que te chama pelo teu nome. Por amor do meu servo Jacó, e de Israel, meu escolhido, eu te chamei pelo teu nome, e te pus o sobrenome, ainda que não me conheces" (Isaías 45: 1-4).

Embora o vidente hebraico tivesse visto o grande conquistador ungido por Jeová para a tarefa especial de pôr em liberdade os cativos judeus e devolvê-los à sua terra natal, Ciro alegou ser enviado pelo deus Marduque. A famosa inscrição de vencedor, registrada em um cilindro de barro, relata a incrível história das suas conquistas, considerando-se como um homem de destino, elucidando vividamente a mensagem profética do vidente judeu:

"Marduque. . . procurou um príncipe reto, segundo o seu coração, a quem ele tomou pela mão. Ciro, rei de Ansh, ele chamou pelo nome, e para dominar sobre todo o mundo ele o indicou. . . Para esta cidade de Babilônia ele o fez vir, ele o fez tomar pela estrada da Babilônia, indo como um amigo e companheiro, ao seu lado. Suas numerosas tropas, em número desconhecido, como a água de um rio, marcharam armadas ao seu lado. Sem batalha ou luta, ele lhe permitiu entrar em Babilônia. Ele poupou a sua cidade de Babilônia de uma calamidade. Nabunaide, o rei, que não o temia, ele entregou em suas mãos".¹

I. A PÉRSIA E A RESTAURAÇÃO DE JUDÁ

O poderoso Império Persa que se levantou depois do colapso do Neo-Babilônico, durou desde a sua fundação por Ciro, o Grande, em 539 A. C., até a sua conquista por Alexandre, o Grande, em 333 A. C. No auge do seu poderio, ele se estendia desde a Índia a leste, até o Arquipélago Grego a oeste, e desde o Danúbio, o Mar Negro, o Cáucaso e o Mar Cáspio ao norte, até os desertos Árábico e Núbio ao sul (Ester 1: 1; 10: 1). Tinha quase cinco mil quilômetros de comprimento e de oitocentos a dois mil e quatrocentos quilômetros de largura, com uma área de cerca de três milhões de quilômetros quadrados. Nesses enormes domínios, Judá era um minúsculo tributário, virtualmente perdido na extensão do imenso império. A importância do pequeno estado judeu na história moral e espiritual do mundo, porém, era muito maior do que a sua insignificância territorial poderia sugerir.

1. O Decreto de Ciro e a História Contemporânea. O edito de Ciro, registrado em II Crônicas 36: 22, 23 e Esdras 1: 2, 3, permitiu que os exilados hebreus voltassem para a Palestina e reconstruíssem o seu templo:

"Assim diz Ciro, rei da Pérsia: O Senhor, deus dos céus, me deu todos os reinos da terra, e me encarregou de lhe edificar uma casa em Jerusalém, que está em Judá; quem, entre vós, é de todo o seu povo, que suba, e o Senhor seu Deus seja com ele. . . suba a Jerusalém de Judá, e edifique a casa do Senhor".

Esta proclamação real, separada por necessidade do seu contexto histórico detalhado, como está na Bíblia, tem parecido estranho para muitos críticos e, como resultado, a sua autenticidade tem sido seriamente questionada. Porém, a arqueologia demonstrou que a concessão feita por Ciro aos exilados judeus não foi um ato isolado, mas a política geral de um líder notavelmente humano, conciliando os seus novos súditos com ele mesmo, através de favorecimento às suas religiões.

Depois que Ciro havia tomado a Babilônia, um dos seus primeiros atos foi devolver todos os deuses às suas cidades. Entre esses estava o deus lua, de Ur. Nesse local foi encontrado um portão da clausura sagrada, que havia sido reformado com tijolos que ostentavam o nome de Ciro, e em uma inscrição quebrada, o conquistador diz: "Sim (o deus lua), iluminador do céu e da terra, com os seus signos favoráveis, entregou nas minhas mãos os quatro cantos do mundo, e eu devolvi os deuses aos seus santuários". E nos tijolos do portal reformado, ele diz: "Os grandes deuses entregaram todas as terras nas minhas mãos; a terra eu fiz habitar em uma pacífica habitação", ²

O famoso cilindro de Ciro, descoberto por Hormuzd Rassam no século XIX, também está de pleno acordo com o edito real registrado na Bíblia, e mostra que Ciro inverteu a política desumana de deportar populações inteiras, praticada pelos conquistadores assírios e babilônios:

"De . . . para Assur e Susa, Agade, Asnunaque, Zambã, Meturnu, Deri com o território da terra de Gutium, as cidades do outro lado do Tigre, cujos locais eram de fundação antiga — os deuses, que habitavam nelas, eu trouxe de volta aos seus lugares, e fiz com que habitassem em uma casa para sempre. Todos os seus habitantes eu reuni e os devolvi ao lugar da sua habitação. . . Possam todos os deuses, que eu devolvi às suas cidades, rezar diariamente diante de Bel e de Nahu, pedindo longa vida para mim. . ." ³

2. *A Volta do Remanescente.* O decreto de Ciro é, nas Escrituras, datado do primeiro ano do conquistador (539-538 A. C.) (Esdras 1: 1), e mais ou menos em 537 A. C. o retorno em si deve ter começado. Mas não houve pressa por parte da maioria dos judeus, agora confortavelmente estabelecidos em prósperas profissões no comércio da Babilônia, de se juntarem a um grupo pioneiro de exilados para enfrentar os rigores físicos e econômicos de reedificar a sua desolada terra natal. A despeito de substanciais dádivas para ajudar os que desejassem voltar (Esdras 1: 6), e mesmo da devolução feita por Ciro dos vasos que Nabucodonosor havia pego em Jerusalém (Esdras 1: 7, 8), um pugno de menos de cincoenta mil pessoas, foi tudo o que se dispôs a migrar de volta para a terra natal (Esdras 2: 64, 65).

Proeminentes entre os líderes que conduziram o pugno de exilados de volta à Palestina, citaremos Sesbazar (Esdras 1: 11) e Zorobabel (Esdras 2: 2). Este nomes, como se sabe agora, segundo descobertas nessa região, são boas formações babilônicas, como era de se esperar de homens nascidos ali. Zorobabel (*zer-Babel*) significa "prole de Babilônia", e Sesbazar (*Shn-ab-usur*) significa aparentemente, "Ó deus sol, portege o pai".

Quando alguns dos mais importantes cabeças de famílias chegaram ao local do templo em Jerusalém, e viram as ruínas da devastação operada pelo exército de Nabucodonosor mais de meio século antes, deram ao tesouro da obra "em ouro, sessenta e uma mil dracmas, e em prata cinco mil arratéis", para reconstruir a casa de Deus (Esdras 2: 68, 69).

A "dracma" era uma moeda grega. Com a noção errônea de que o uso dessa moeda grega não era corrente na Palestina e em outras terras não gregas até depois das conquistas de Alexandre, O Grande (c. 330 A. C.), C. C. Torrey e outros eruditos usaram esta referência à dracma, e também a de Neemias 7: 70, para reforçar a teoria de que Esdras, Neemias e Crônicas

foram escritos por um só homem, o "cronista", que não viveu antes de 250 A. C.

Mas, agora, as evidências arqueológicas mostram que a dracma ática estava em uso como moeda padrão na Palestina, desde a metade do século V A. C. em diante. Nas escavações de Bete-Zur, vários quilômetros ao sul de Jerusalém, foram desenterradas em 1931 seis dracmas pertencentes ao nível persa, e no século IV A. C. a dracma ática se tornou a moeda oficial do estado judeu, hoje conhecida devido a várias descobertas feitas recentemente de antigas imitações de moedas áticas, inscritas com a palavra "Yhawd", nome aramaico de Judá.

3. O Início da Obra do Templo. Antes que se começasse o trabalho no templo propriamente dito, o altar das ofertas queimadas foi levantado em Jerusalém, e pelo menos uma parte da antiga adoração foi reiniciada no mês sétimo do primeiro ano do retorno (Esdras 3: 1-6). Nesse ínterim, estavam sendo levantados fundos para a construção do templo. Pedreiros e carpinteiros foram contratados, e "cedros do Líbano", encomendados aos tírios e sidônios, foram transportados em jangadas no mar até Jope, e transportados por terra para Jerusalém, como nos dias de Salomão (Esdras 3: 7).

Desde eras mais remotas a região do Líbano supriu cedro para construção de templos. Gudea, um rei da cidade mesopotâmica de Lagás, já no século XXII A. C., mandou buscar nas montanhas Amanus, na região do Líbano, madeira de cedro para reconstruir um templo. Em cerca de 1080 A. C. um homem chamado Venamom foi enviado do Egito para o Líbano, a fim de buscar madeira fina para construir uma barcaça sagrada. Nabucodonosor II, de Babilônia, deixou registros da sua visita ao Líbano, e da sua impressão a respeito dos "imponentes cedros . . . altos e fortes, de maravilhosa beleza, cuja aparência escura era notável. . ." 4

No segundo ano da volta, foi lançado o alicerce do templo (Esdras 3: 8-13) e as perspectivas para o término rápido do edifício eram boas. Todavia, acontecimentos inesperados adiaram o trabalho por cerca de quinze anos. Os problemas foram acusados pelos habitantes da terra, descendentes dos povos deportados para a Palestina pelo imperador assírio Esar-Hadom (680-669 A. C.), filho e sucessor de Senaqueribe, e pelo "grande e nobre Asnapar" (668-633 A. C.), que era, evidentemente, o famoso Assurbanípal, de cuja biblioteca descoberta em Nínive, nos vieram as histórias babilônicas da Criação e do Dilúvio (Esdras 4: 2, 10). (Veja os capítulos II e IV deste livro.) Essa população meio pagã ofereceu-se para ajudar na construção do templo. Quando essa ajuda foi sabiamente recusada, sem dúvida devido ao perigo da contaminação idólatriza, esse povo se tornou inimigo mortal do jovem estado judeu, e fez tudo o que pôde para impedir a construção do templo e dos muros da cidade.

4. Esdras, Neemias, e os Papiros Elefantinos. Os adversários da terra foram tão longe em sua oposição, a ponto de escrever cartas ao monarca persa, acusando falsamente os judeus. Desta maneira conseguiram fazer parar temporariamente o trabalho no templo. Ciro, o grande benfeitor dos judeus, foi morto em batalha em 530 A. C., e foi sucedido por seu filho Cambises, que reinou de 530 a 522 A. C.. Foi para esse monarca (aparentemente chamado Assuero em Esdras 4: 6 e Artaxerxes em Esdras 4: 7, 11, 23) que os oponentes de Judá e de Jerusalém escreveram as suas acusações incriminadoras.

As cartas registradas em Esdras 4, representando a correspondência entre os adversários dos judeus e o rei persa, estão escritas em aramaico, e a sua autenticidade tem sido geralmente negada pelos estudiosos. Mas a arqueologia, uma vez mais, pronunciou um veredito contra a opinião crítica, através das evidências fornecidas pelos agora famosos papiros elefantinos. São cartas em aramaico, idioma de diplomacia e do comércio na ásia ocidental, durante o Período Persa. Datam do Período de 500 a 400 A. C., escritos por judeus que viviam na colônia militar existente na ilha Elefantina, localizada na Primeira Catarata do Nilo, no Egito, e descobertos em 1903, esses documentos constituem a mais importante confirmação arqueológica para os livros de Esdras e Neemias.

O mais valioso resultado alcançado pelo achado desses papiros no Egito, além de elucidar grandemente em matéria de detalhe, é demonstrar que o aramaico empregado em Esdras é característico do século V A. C., e que as cartas registradas no quarto capítulo de Esdras mostram

o mesmo estilo geral, e são escritas na mesma linguagem dos papiros elefantinos e outras cartas do mesmo período descobertas mais recentemente.

5. *Dario, o Grande, e o Término do Templo.* O aparecimento de Ageu e Zacarias, insistindo para que os remanescentes que haviam voltado terminassem o templo, obra que havia sido paralizada pelos inimigos dos judeus desde o lançamento dos alicerces em 535 A. C., data do segundo ano de Dario (520 A. C.). Da mesma forma, o término da casa como resposta entusiástica à mensagem dos profetas, data do terceiro dia do mês de Adar, no sexto ano de Dario (12 de março de 515 A. C.).

Esse monarca persa é o famoso Dario I, O Grande (522-486 A. C.) dos monumentos, cujas façanhas, conseguindo salvar o reino de Ciro de uma guerra civil destruidora, são graficamente retratadas na Inscrição de Behistun, trilíngüe, um dos mais importantes monumentos arqueológicos já descobertos, e que consistiu na chave para a decifração da escrita cuneiforme babilônica. (Veja o capítulo II deste livro.) Dario continuou a política benéfica em relação aos judeus, permitindo e encorajando-os a completar a restauração do templo de Jerusalém. Quando foram feitas queixas contra o projeto, pelo governador Tatenai e outras pessoas (Esdras 5: 3), Dario ordenou uma busca nos arquivos bem conservados de Ciro, e em Acmeta (Ecbatana), capital de verão dos reis persas, foi encontrado o rolo do decreto original, autorizando a obra (Esdras 6: 1-5). Em consequência disto, Dario publicou um novo edito, proibindo qualquer impedimento ao projeto judeu, e ordenando uma contribuição magnânima para o seu término e manutenção (Esdras 6: 8).

6. *Xerxes e o Livro de Ester.* Dario foi sucedido no trono da Pérsia por seu filho Xerxes (486-465 A. C.), forma mais conhecida do nome persa *Hkshyarsa*, traduzido em hebraico como Assuero (Ester 1: 1), como o indica a decifração de inscrições em Persépolis, principal capital da Pérsia desde a época de Dario I em diante. Xerxes tentou conquistar a Grécia, mas sofreu reverses nas Termópilas, foi derrotado em uma batalha naval em Salamina, e humilhado em Platéia (479 A. C.).

O Livro de Ester começa no terceiro ano do reinado de Assuero (Ester 1: 3), mas Ester não se tornou rainha senão no sétimo ano do seu reinado (Ester 2: 16), evidentemente depois que o rei havia voltado da Grécia (279 A. C.), só quando Heródoto relata especificamente que ele prestou atenção ao seu harém. Porém, devido que acontecimentos da história e seus personagens, exceto o Rei Assuero, não são ainda conhecidos da história secular, numerosos críticos negam a historicidade do livro, exceto como história real entremeadada de ficção. A Bentzen, por exemplo, chama-a de "novela histórica".⁵

Embora seja verdade que a arqueologia não pôde, até agora, provar a historicidade do livro em si, fornece amplas evidências elucidativas que apontam para a sua veracidade. Nele há uma notável ausência de colorido helenístico ou de palavras gregas, sugerindo uma data pelo menos anterior ao fim do século IV A. C. A despeito do seu argumento de que o livro nada mais é do que ficção histórica, A. Bentzen é obrigado a confessar que "o historiador sabe algo a respeito da administração do reino persa, e especialmente da construção do palácio de Susã".⁶

Sabe-se agora, devido a escavações, que a "cidadela de Susã" (Ester 1: 2) refere-se à acrópole da cidade elamita de Susa, em cujo local restam magníficas ruínas do esplendor dos reis persas. Os arqueólogos descobriram, entre 1880 e 1890, a esplêndida residência real de Xerxes, que cobria 10.000 metros quadrados. "Os achados em Susa, pertencentes ao período de Xerxes, foram tão extraordinários que o Louvre, de Paris, dedicou duas grandes salas para a exibição desses tesouros".⁷ De fato, "não há acontecimento descrito no Velho Testamento cujo ambiente estrutural possa ser restaurado tão exata e vividamente através de escavações, como o palácio de Susã".⁸

Embora os nomes de Vasti e Ester não tenham sido encontrados em fontes contemporâneas, ambos têm etimologia persa satisfatória, e não pode haver dúvida razoável de que sejam históricos. O nome Mordecai é babilônico *Marlukai*, que ocorre freqüentemente em inscrições babilônicas do último período, e é derivado do nome do deus Marduque. O nome dos

camareiros e de outros persas no livro, até agora nada puderam provar-se como autênticos, mas visto que muitos deles são aparentemente elamitas, a descoberta recente de inúmeras placas administrativas elamitas do reinado de Artaxerxes I se presta bem para elucidar este problema.

Ilustrado especialmente pelas descobertas em Susa, foi o método de Hamã para fixar a data da destruição dos judeus lançando dados (Ester 3: 7). M. Dieulafoy, arqueólogo de Susa, realmente conseguiu recuperar um desses prismas retangulares, nos quais estavam gravados os números um, dois, cinco e seis. A palavra que significava "sortes" em Susa era *Pur*, que hoje se sabe derivar do assírio *puru*, com o mesmo significado. "Lançou Pur, isto é, sortes" (3: 7), é a explicação adicionada pelos judeus para indicar que a cerimônia em Susa atendia à mesma prática do "lançar sortes" entre eles.

II. JUDÁ E O FIM DO PERÍODO VELHO-TESTAMENTÁRIO

Depois de seguir a história da comunidade posterior ao exílio até o término do templo, no princípio de 515 A. C., o Livro de Esdras passa em silêncio os cinquenta e sete anos seguintes. A seqüência de acontecimentos é resumida no capítulo sete com o relato da chegada de Esdras e sua comitiva de Babilônia (458 A. C.), no sétimo ano do reinado de Artaxerxes. Este é, sem dúvida, o Artaxerxes I Longímanus (465-423 A. C.), embora alguns eruditos insistam que ele é Artaxerxes II Memnon (404-359 A. C.), cujo sétimo ano de reinado colocaria Esdras depois de Neemias (398 A. C.). Futuras descobertas arqueológicas confirmarão, sem dúvida, a data anterior para Esdras, o que representa a seqüência escriturística atual.

1. *A Reforma Religiosa de Esdras.* Pertencente a uma família de sumos sacerdotes, e sendo "escriba versado na lei de Moisés" (Esdras 7: 1-6), ele e sua comitiva pertenciam àqueles exilados que pensavam com saudade no seu distante templo e nas sagradas instituições e tradições do seu povo. Assim, estavam dispostos a deixar o conforto e a segurança financeira da Babilônia, para empreender a perigosa viagem de quatro meses para a sua terra de origem.

Com o auxílio de influentes cortesãos judeus, e aproveitando-se da política tolerante dos monarcas persas, Esdras foi capaz de contar com a ajuda de Artaxerxes. Um edito imperial e a ajuda real (Esdras 7: 11-26) fizeram possível a aventura, que demonstraria ser um benefício incalculável para o estado judeu restaurado.

Esdras dirigiu uma grande reforma e um grande avivamento. Promoveu a separação dos que haviam casado com o povo da terra, requerendo que eles mandassem embora as suas mulheres estrangeiras (Esdras 7-10). Também expôs e reforçou as injunções da lei de Moisés (Neemias 8: 1-10: 39). O resultado foi uma tremenda preparação moral e espiritual da comunidade pos-exílio.

2. *A Volta de Neemias a Jerusalém.* Neemias, que pertencia a uma família que originalmente viera de Jerusalém, pois ele se refere aos sepulcros de seus pais naquela cidade (Neemias 2: 3, 5), tinha profundo amor pela terra dos seus ancestrais. Na corte de Artaxerxes Longímanus, ele chegou a ocupar a posição importante e de confiança de copeiro do rei (Neemias 2: 1). No inverno do ano de 445 A. C., quando a corte residia em Susã, Neemias recebeu de alguns judeus palestinos informações do triste estado das defesas de Jerusalém. Sendo um favorito do rei, foi-lhe dado o governo da Judéia, com garantias de salvo conduto e credenciais para autoridades persas na Síria, a fim de prover os materiais necessários para a reconstrução da cidade (Neemias 2: 7-9).

Os papiros judeus encontrados em Elephantina indicam que o rei persa sob o qual Neemias serviu como copeiro, e que ajudou-o na obra em favor de Jerusalém, foi Artaxerxes I, e não Artaxerxes II. Esses papiros, escritos na geração imediatamente seguinte à de Neemias (cerca de 408-407 A. C.), mencionam várias personalidades citadas no Livro de Neemias, tais como o irmão de Neemias, Hanani (Neemias 7: 2), Sambalá, "governador de Samaria" (Neemias 2: 10) e o sumo sacerdote Joanã (Neemias 12: 22).

A menção de Sambalá é particularmente significativa, porque ele é citado na Bí-

blia como um dos principais adversários de Neemias, nos planos de restaurar os muros de Jerusalém, tarefa a que ele se dedicou logo depois de sua chegada à cidade (Neemias 2: 11-20). Além disso, é importante contar com esta autenticação extra-bíblica do nome do governador persa de Samaria, no último quartel do século V A. C., em perfeita concordância com a informação bíblica de que Neemias veio para Jerusalém em 444 A. C.

É também interessante descobrir que, a despeito do seu nome assírio, Sambalá era da religião judaica, o que se sabe agora em virtude de seus dois filhos, que sucederam ao pai, terem recebido nomes bem judeus como Dalaías e Selemias e porque os judeus residentes em Elefantina despacharam-lhes mensagens, solicitando a sua assistência para reconstruir o templo de Jeová naquela localidade, que havia sido destruído pelos egípcios em uma perseguição aos judeus em cerca de 411 A. C..

A carta que se refere aos filhos de Sambalá é datada do “179 ano de Dario, o Rei”, o que significa 407 A. C., visto que o rei referido é Dario II (423-404 A. C.). Esta evidência decisiva de que o próprio Sambalá fora governador algum tempo antes, localiza-o durante o governo de Neemias, como o indica a Bíblia.

Entre os outros proeminentes líderes da oposição à restauração dos muros de Jerusalém empreendida por Neemias, a Bíblia cita “Tobias, o amonita”, e “Gesém, o arábio” (Neemias 2: 19). Estes nomes também são autenticados pela arqueologia. Um dos chamados Papiros de Zeno, encontrados em Gerza, no Faium, proveniente dos arquivos de um oficial egípcio chamado Zeno, da época de Ptolomeu II Filadelfo (285-246 A. C.), que trata freqüentemente de negócios palestinos, consiste de uma carta de “Tobias, governador de Amom”, sem dúvida um descendente do inimigo de Neemias.

A Transjordânia também apresentou evidências da família de Tobias. Em Araque el-Emir, perto da hodierna Amã, estão as ruínas do palácio desta proeminente dinastia amonita, com os sepulcros ancestrais dos Tobíades ao seu lado. O nome de Tobias está cortado profundamente na rocha, e escrito com caracteres aramaicos arcaicos, os quais Père Vincent Atrébue a Tobias II, do século III A. C., mas Albright diz que podem datar de 400 A. C., e ser realmente identificados com Tobias I.

O nome de “Gesém, o arábio”, terceiro inimigo importante de Neemias (Neemias 6: 1), chamado Gasmu (Neemias 6: 6) no original, é também autenticado extra-bíblicamente. Sabe-se agora, devido a uma inscrição liânica, que Gesém, o arábio, era o governador persa do noroeste da Arábia.

3. A Restauração dos Muros Feita por Neemias. Depois de inspecionar o estado lamentável das defesas de Jerusalém em um circuito realizado à noite, três dias depois da sua chegada a Jerusalém, Neemias recomendou ao povo que construísse os muros, com um apelo persuasivo de grande sucesso. O seu evidente conhecimento de engenharia foi acoplado a um grande tino administrativo. A sacerdotes, comerciantes, ourives, farmacêuticos, bem como aos que eram hábeis artesãos, (3: 15), foi confiada uma porção do muro. As Mulheres também ajudaram no trabalho (3: 12).

Tão grande foi a motivação patriótica deste projeto, que trabalhadores voluntários, vindos das circunvizinhanças e cidades como Jericó, Gibeon e Mizpá, deixaram as suas colheitas de verão para trabalhar nos muros de Jerusalém. Depois de cinquenta e dois dias de esforço conjugado, os muros foram terminados, e consagrados com grande pompa e cerimônia (12: 27-43).

O muro atual de Jerusalém, com seu circuito de quatro quilômetros de alvenaria, contendo oito portas e trinta e quatro torres e variegada construção, nos contam muita coisa a respeito de mais de três milênios da história da cidade. Os muros ainda transmitem muito da atmosfera da cidade murada típica do antigo Oriente Próximo e dos dias de Neemias, a despeito do fato de que a maior parte do que está agora de pé, foi construído por mussulmanos no século XVI.

O muro que Neemias restaurou tinha, parece, nove portas importantes: a porta das Ovelhas, ao nordeste (Neemias 3: 1); a porta do Peixe, ao norte (3: 3); a porta Velha, a noroeste (3: 6); algures chamada porta de Esquina, a porta do Vale, a sudoeste (3: 13); a porta do Monturo, ao sul (3: 13); a porta da Fonte, a sudeste (3: 15); a porta das Águas, a leste (3: 26); a porta dos Cavalos, a leste, dando para o palácio real (3: 28), e a porta da Guarda, a nordeste (3: 31).

4. As Últimas Reformas de Neemias. Neemias não ficou em Jerusalém indefinidamente, depois das suas atividades em conexão com a edificação dos muros. Colocou seu irmão, Hanani, e Hananias, encarregados de Jerusalém (7: 2), e voltou para assumir suas importantes atribuições na corte persa de Susa. Mas, no trigésimo segundo ano de Artaxerxes (433-432 A. C.), Neemias voltou a Jerusalém para iniciar algumas urgentes reformas que se haviam tornado necessárias (Veja quadro nº 39).

O sumo sacerdote, Eliasibe havia cometido uma grave falta ao formar uma espécie de aliança com Tobias, o amonita, e ao colocar à disposição deste provado inimigo dos judeus, para seu uso quando visitasse Jerusalém, um dos sagrados apartamentos do templo (Neemias 13: 4-7). Neemias expulsou Tobias, purificou o templo, acertou algumas outras irregularidades do templo, e iniciou reformas necessárias com respeito à observância do sábado e ao casamento com povos pagãos (Neemias 13: 15-28).

Porém, de significado muito maior, foi a descoberta de que um dos netos do sumo sacerdote Eliasibe se havia casado com a filha de Sambalá, governador de Samaria, o antagonista mais importante da obra de Neemias (Neemias 13: 28). Este expulsou imediatamente o ofensor. Este acontecimento aparentemente levou ao rompimento final entre os judeus e samaritanos. As tensões já haviam estado a se tornar insuportáveis, até que chegou a este clímax durante as vigorosas reformas de Esdras e Neemias.

Concordam geralmente, hoje, os eruditos, em que este incidente fornece a base histórica para o cisma samaritano. Josefo, que erra, colocando a história um século mais tarde, na época de Alexandre, o Grande, menciona o sacerdote expulso como sendo Manassés, e adiciona que ele tomou com ele uma cópia da Torá, quando fugiu para Samaria, e dirigiu o culto rival estabelecido no templo, construído no Monte Gerezim.

A história de Josefo sem dúvida reflete uma tradição correta, que é a base para o aspecto religioso da hostilidade judaico-samaritana, tão grande nos tempos neo-testamentários (João 4: 9, 20). É também a explicação da origem do Pentateuco Samaritano, e do fato quase incrível de que este texto independente dos cinco livros de Moisés tenha tido a sua transmissão própria, através de escribas do século V A. C., até a sua descoberta, nos tempos modernos, sem ter tido nenhum contato conhecido com o texto hebraico transmitido.

5. A Mensagem de Malaquias e o Fim do Velho Testamento. O último livro do Velho Testamento se localiza no período de Neemias, ou pouco depois. O período da ausência de Neemias, que fora para a corte persa, pouco antes da sua volta e reforma final em 432 A. C., seria uma época provável pois os mesmos abusos corrigidos por Esdras e Neemias são invectivados outra vez por Malaquias. É improvável, em qualquer caso, que o livro data de depois de 400 A. C.

Com a profecia de Malaquias, o Velho Testamento chega ao fim em cerca de 400 A. C. Durante os quatro séculos que se passaram entre o Velho e o Novo Testamentos, quando a revelação divina em seu aspecto canônico estava em silêncio, escritos sagrados apareceram, chamados Apócrifos Pseudo-epígrafas. Esses escritos, contudo, não são divinamente inspirados no mesmo sentido das escrituras canônicas, e consequentemente nunca foram considerados canônicos.

Durante esse extenso intervalo, algumas vezes chamado "Período Intertestamentário", ou "Quatrocentos Anos Selenciosos", o Império Persa seguiu o seu curso, caindo com a ascensão de Alexandre e seu Grande Império Grego, em 333 A. C. Vários reinos helênicos emergiram do Império de Alexandre, especialmente o Egito, sob os Ptolomeus e a Síria sob os Selêucidas (c. 323-63 A. C.). Em cerca de 63 A. C., Roma assumiu a ascendência no mundo, e dominou a terra durante e depois dos tempos neo-testamentários. Mas a voz da profecia inspirada foi silen-

ciada, depois que o cânon do Velho Testamento foi encerrado no fim do século V A. C.

Numerosas razões de peso apóiam a opinião tradicional e conservadora de que o Velho Testamento foi completado antes de 400 A. C. Quanto os escritos antigos são aceitos pelo que eles são e pelo que declaram ser, esta posição apresenta-se razoável e consoante com as evidências internas dos próprios livros. Sobretudo, a tradição atribui a conclusão do cânon do Velho Testamento ao período de Esdras; o caráter do grande reformador e "escriba versado na lei de Moisés" (Esdras 7: 6) e a natureza da sua época e do seu ministério, fazem dele a figura ideal para coligir os livros sagrados do seu povo. Além disso, Josefo dá um testemunho ponderável, que não pode ser desprezado facilmente, de que o cânon da literatura sagrada judaica foi completado durante o reinado de Artaxerxes Longímanus (465-423 A. C.).

5. Testemunho da Arqueologia a Respeito da Conclusão do Cânon do Velho Testamento. Numerosos críticos têm afirmado que vários livros do Velho Testamento foram escritos depois de 400 A. C. Robert Pfeiffer, seguindo Bernhard Duhm e Paul Haupt, e representando muitos eruditos modernos, sustentam que a grande maioria dos Salmos foi escrita entre 400 e 100 A. C., e expressam dúvidas de que qualquer parte do Saltério seja pré-exílica. Esdras, Neemias e Crônicas, são cronologicamente localizados em cerca de 250 A. C., Daniel em cerca de 167 A. C., e Ester em cerca de 125 A. C.

Com referência aos Salmos, material comparativo da poesia ugarítica do século XIV A. C. e de outras fontes, mostram que "não há a menor razão válida para datar qualquer dos Salmos de após o século IV no máximo".⁹ Apesar do fato de que a arqueologia tenha justificado a data anterior e a historicidade dos livros de Daniel e de Ester em numerosos pontos importantes, o grande elemento de milagre e de miraculosa profecia do futuro no primeiro, jamais sofrerá, talvez, por parte dos estudiosos liberais, a atribuição de uma data que lhe faça justiça, dando-lhe a plena extensão profética que ele estabelece para si próprio.

Contudo, há perspectivas alvareiras de que as descobertas continuarão a elucidar a época de Esdras e Neemias, e anularão opiniões radicais como as de C. C. Torrey, Stanley Cook e Robert Pfeiffer, que julgam que o autor destes livros e do de Crônicas, conhecido tecnicamente como "o cronista", viveu em época posterior, em cerca de 250 A. C.

É verdade que inúmeras descobertas recentes, além do material mais antigo encontrado em Elephantina, estão liquidando rapidamente com essas hipóteses radicais, aumentando grandemente o conhecimento do aramaico dos tempos de Esdras e da vida da Diáspora durante o período da restauração de Judá.

Uma carta aramaica do Rei Adom de Ascalom, escrita ao Faraó-Neco do Egito, em cerca de 600 A. C., demonstra que o aramaico já se havia tornado a *língua franca* da Palestina, antes da conquista caldéia, como se depreende de II Reis 18: 26. Além disto, há numerosos achados recentes de papiros por G. R. Driver, bem como inúmeros papiros de Elephantina, que estão no Museu de Brooklin, publicados por E. G. Kraeling. Várias centenas de ostracas de Elephantina, escavadas há muito tempo por Clermont-Ganneau, darão a sua contribuição para compreendermos melhor o período de Esdras e Neemias.

Estas e descobertas arqueológicas futuras, sem dúvida, terão um ministério benéfico e de longo alcance, para iluminar a narrativa sagrada, como os achados do passado o fizeram. O que é mais importante, talvez, é que elas continuarão a prestar inestimável serviço em anular opiniões extravagantes e teorias radicais, que têm impedido tão seriamente o progresso da erudição velho-testamentária sadia e construtiva, nos tempos modernos. Este trabalho corretivo a arqueologia está capacitada a realizar, e constitui um dos pontos mais brilhantes dos futuros estudos a respeito do Velho Testamento.

ÍNDICE DAS CITAÇÕES DO CONTEÚDO

CAPÍTULO I

1. "The Old Testament and Archeology", no *Testament Commentary* (Philadelphia, 1948), p. 168
2. H. C. Leupold, *Exposition of Genesis* (Grand Rapids, 1950), Vol. I, p. 234.
3. Millar Burrows, *What Mean These Stones?* (New Haven, 1941), p. 12.
4. Cyrus H. Gordon, *The Living Past* (New York, 1941), p. 92.
5. Daniel David Luckenbill, *Ancient Records of Assyria and Babylonia* (Chicago, 1927), Vol. I, sec. 590.
6. W. F. Albright no *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament*, ed. por James B. Pritchett (Princeton, 1950), p. 320.

CAPÍTULO II

1. *Enuma elish*, Tábua I, linhas 1-10.
2. *Ibid.*, linha 60.
3. Tábua IV, linhas 93-104.
4. *Ibid.*, linhas 135-139.
5. *Ibid.*, linhas 140-146.
6. Tábua VI, linhas 5-8.
7. *Ibid.*, linhas 31-37.
8. Linhas 20-26, cf. Alexander Heidel, *The Babylonian Genesis* (2nd ed., Chicago, 1951), p. 63.
9. Tábua IV, linhas 25-28.

CAPÍTULO III

1. *From The Stone Age to Christianity* (Baltimore, 1940), p. 6.
2. Fragmento II, linhas 60-70. Cf. Alexander Heidel, op. cit., p. 151.
3. Fragmento IV, linhas 15-17.
4. George A. Barton, *Archeology and the Bible* (7th ed., Philadelphia, 1946), p. 47.

CAPÍTULO IV

1. Barton, op. cit., Cf. Millar Burrows, op. cit., pp. 26, 27.
2. W. F. Albright, "The Old Testament and Archeology" no *Old Testament Commentary* (Philadelphia, 1948), p. 137.
3. Jack Finegan, *Light from the Ancient Past* (Princeton, 1946), p. 27.
4. Cf. S. N. Kramer, *Sumerian Mythology* (1944), pp. 97f.; S. Langdon, *Semitic Mythology* (1931), pp. 206-208.
5. The Epic of Gilgamesh, Livro XI, linhas 8-14, da tradução de E. A. Speiser, *Ancient Near Eastern Texts*, ed. por James B. Pritchard (Princeton, 1950).
6. Livro XI, linhas 21-27.
7. *Ibid.*, linhas 91-95.
8. *Ibid.*, linhas 113-115.
9. *Ibid.*, linhas 118-123.
10. *Ibid.*, linhas 125-126.
11. *Ibid.*, linhas 127-131.

12. Ibid., linhas 132-137.
13. Ibid., linhas 138-140.
14. Ibid., linhas 145-155.
15. Ibid., linhas 156-161.
16. Ibid., linhas 166-169.
17. Ibid., linhas 178-182.
18. Ibid., linhas 189-195.

CAPÍTULO V

1. Ibid., linhas 118-121.
2. Ibid., linha 14.
3. Ibid., linha 180.
4. Pritchard, op. cit., p. 104.
5. Heidel, op. cit., p. 227.
6. Pritchard, op. cit., Livro XI, linhas 80-85.
7. Ibid., linhas 94-95.
8. Arno Poebel, *Historical Texts* (Philadelphia, 1914), p. 58.
9. Pritchard, op. cit., Livro XI, linha 95.
10. Morris Jastrow, Jr., *Hebrew and Babylonian Traditions* (New York, 1914), p. 330, n. 1.
11. Ibid., p. 360, n. 2.
12. Heidel, op. cit., p. 267.
13. Edward Suess, *The Face of the Earth* (English version, Oxford, 1904), Vol. I, pp. 17-22.
14. S. R. Driver, *The Book of Genesis* (New York, 1904), p. 90.
15. August Dillmann, *Genesis* (Edinburgh, 1897), Vol. I, p. 278.
16. "The New Geology" (Mountain View, California, 1923), p. 682.
17. Ira Price, *The Monuments and the Old Testament* (Philadelphia, 1925), p. 692.
18. Pritchard, op. cit., Livro XI, linhas 193-195.
19. S. N. Kramer, *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* XCVI (Dec. 1944), pp. 18-28.
20. Dillmann, op. cit., p. 262.
21. Pritchard, op. cit., Livro XI, linhas 159-161.
22. Heidel, op. cit., p. 269.
23. Pritchard, op. cit., Livro XI, linhas 98-106.
24. Ibid., 107.
25. Driver, op. cit., p. 107.
26. Heidel, *The Gilgamesh Epic and Old Testament Parallels* (Chicago, 1946), p. 265.
27. Clay, *The Origin of Biblical Traditions*, Yale Oriental Series XII (1923), p. 164.

CAPÍTULO VI

1. Herbert C. Alleman, "The Book of Genesis" in *Old Testament Commentary* (Philadelphia, 1948), p. 171.
2. H. C. Leupold, *Exposition of Genesis* (Grand Rapids, 1950), Vol. I pp. 350 f.
3. *Manual of the Ancient History of the East*, Vol. II, p. 219.
4. "Recent Discoveries in Bible Lands", in *Young's Analytical Concordance to the Bible* (20th ed., New York, 1936), p. 29.
5. *Archeology and the Religion of Israel* (Baltimore, 1942), p. 77.
6. R. Payne Smith in *A Bible Commentary for English Readers*, ed. by C. J. Ellicott (New York, n. d.), Vol. I, p. 47.
7. Leupold, op. cit., p. 353.
8. C. A. Coates, *An Outline of the Book of Genesis* (Kingston-on-Thames, n. d.), p. 84.
9. *Bible Commentary on the Old Testament*, Vol I: *The Pentateuch* (reprint; Grand Rapids, 1949), p. 158.

10. Young's *Analytical Concordance to the Bible*, p. 25.
11. Ibid.
12. "The Old Testament and Archeology", in *Old Testament Commentary* (Philadelphia, 1948), p. 138.
13. *Odisséia* (Homero), XI: 14, Vol. II, pp. 212, 217.
14. *Antiquities*, I: 6: 1.

CAPÍTULO VII

1. J. A. Montgomery, *Record and Revelation* (Oxford, 1938), p. 2.
2. H. S. Gehman, *The Westminster Dictionary of the Bible* (Philadelphia, 1944), p. 89.
3. Dillman, op. cit., p. 350.
4. Coates, op. cit., p. 86.
5. Driver, op. cit., p. 122.
6. Albright, in *Old Testament Commentary*, p. 138.
7. Ibid., p. 138.
8. S. A. B. Mercer, *The Tell El-Amarna Tablets* (Toronto, 1939), Vol. II, p. 287, linha 25, p. 711.
9. Ibid., p. 711.

CAPÍTULO VIII

1. Driver, op. cit., pp. 129f.
2. Madeleine S. and J. Lane Miller, *Encyclopedia of Bible Life* (New York, 1944), p. 421.
3. Driver, op. cit., p. 133.
4. W. F. Albright, "Recent Discoveries in Bible Lands" in *Young's Analytical Concordance* (20th ed., New York, 1936), p. 25.
5. Thorkild Jacobsen in *The Intellectual Adventure of Ancient Man* by H. and H. A. Frankfort, John A. Wilson, Thorkild Jacobsen and W. A. Irwin (Chicago, 1946), p. 129.
6. Leupold, op. cit., p. 385.
7. John Peters, *Bible and Spade* (Edinburgh, 1922), p. 74.
8. Ibid., p. 163.

CAPÍTULO IX

1. Woolley, *Abraham*, p. 95.
2. Albright, "The Old Testament and Archeology" in *Old Testament Commentary* (Philadelphia, 1948), p. 140.
3. Albright, *From Stone Age to Christianity*, p. 183.
4. Albright, in *Young's Analytical Concordance*, p. 27a.

CAPÍTULO X

1. *Prologomena to the History of Israel* (tradução inglesa, 1885), p. 320.
2. Ibid., (3rd ed.), p. 331.
3. Albright, *The Archeology of Palestine and the Bible* (New York, 1935), pp. 131.
4. S. H. Hooke, "Archeology and the Old Testament" in *Record and Revelation*, ed. by H. W. Robinson (Oxford, 1938), p. 372.
5. H. H. Rowley, "Recent Discoveries and the Patriarchal Age", *Bulletin of the John Ryland's Library* (Manchester), XXXII (Sept. 1949), p. 79.
6. Cf. *Proceedings of the American Philosophical Society*, LXIX (1930), pp. 446 f.

7. Romley, op. cit., p. 76.
8. G. E. Mendenhall, "Mari", in *the Biblical Archeologist*, XI (Feb. 1948), p. 15.
9. Ibid., p. 16.
10. Hooke, op. cit., p. 359.
11. Ibid.
12. Georges Dossin, *Syria* (1938), p. 108.
13. Mendenhall, op. cit., p. 18.
14. Albright, *The Archeology of Palestine* (1949), p. 82.

CAPÍTULO XI

1. Albright, *From the Stone Age to Christianity*, pp. 183 f.
2. Jack Finegan, op. cit., p. 83.
3. Theophile Meek, *Hebrew Origins* (rev. ed., New York, 1950), p. 32.
4. Albright, in *Young's Analytical Concordance*, p. 27.
5. Garrow Duncan, *New Light on Hebrew Origins* (London, 1936), pp. 174 f.
6. G. Wright and F. Filson, *The Westminster Historical Atlas to the Bible* (Philadelphia, 1945), p. 29a.
7. Hugo Gressmann, *Altorientalische Texte und Bilder zum Alten Testament* (1909), Vol. I, p. 79.
8. Caiger, Stephen L., *Bible and Spade* (Oxford, 1936), p. 68.
9. Cf. Alan H. Gardner, *Journal of Egyptian Archeology*, V (1918), p. 221.
10. Albright, *From Stone Age to Christianity*, p. 193.
11. Albright, "The Old Testament and Archeology" in *Old Testament Commentary* p. 142.

CAPÍTULO XII

1. H. H. Rowley, "Israel's Sojourn in Egypt", *The Bulletin of the John Ryland's Library*, XXII (1938), pp. 258.
2. P. E. Newberry, *The life of Rekhmara* (1900), p. 38.
3. James Henry Breasted, *Ancient Records of Egypt*, Vol. I sec. 402.
4. Samuel A. B. Mercer, op. cit., Vol. II, No. 287, linhas 56-60.
5. *The Old Testament and Modern Study*, p. 11.
6. Ibid., p. 4.

CAPÍTULO XIII

1. Albright, in *The Old Testament and Modern Study*, ed. by H. H. Rowley (Oxford, 1951), p. 39.
2. Ibid.
3. W. W. Davies, *The Codes of Hammurabi and Moses* (1905).
4. *The Old Testament in the Light of the Ancient East* (New York, 1911), Vol. II, p. 112.

CAPÍTULO XIV

1. *What Mean These Stones?* (New Haven, 1941), p. 79.
2. *The Bible and Archeology* (New York, 1940), p. 190.

CAPÍTULO XV

1. *Relevance of the Bible*, (New York, 1944), p. 32.
2. *From the Stone Age to Christianity*, p. 214.

CAPÍTULO XVI

1. Garstang, *Joshua-Judges* (London, 1931), p. 59.
2. James Breasted, *Ancient Records of Egypt*, (Vol. III, sec. 167).

CAPÍTULO XVII

1. George A. Barton, *Archeology and the Bible* (7th ed., Philadelphia, 1946), p. 156.
2. J. Garstang, *Joshua-Judges* (London, 1931), p. 287.

CAPÍTULO XVIII

1. Robert H. Pfeiffer, *Introduction to the Old Testament* (New York, 1941), p. 341.
2. Theodore H. Robinson, *A History of Israel* (Oxford, 1948), p. 181.
3. George Ernest Wright, *American Journal of Archeology*, XLIII (1939), pp. 458-563.
4. W. F. Albright, "The Old Testament and Archeology", in *Old Testament Commentary* (Philadelphia, 1948), p. 149.
5. Medeleine S & J. Lane Miller, *Encyclopedia of Bible Life* (New York, 1944), p. 176.
6. Albright, *From the Stone Age to Christianity*, p. 224.
7. Ibid., p. 223.
8. Albright, in *Old Testament Commentary*, p. 149.

CAPÍTULO XIX

1. Theodore H. Robinson, *A History of Israel* (Oxford, 1932), Vol. 1, p. 201.
2. Frederic Thieberger, *King Solomon* (London, 1947), p. 78.
3. Albright, "The Old Testament & Archeology" in *Old Testament Commentary*, p. 149.
4. Cf. G. E. Wright & F. V. Filson, *Westminster Historical Atlas to the Bible*, p. 42, Plate VI; p. 110.
5. Cf. M. S. & J. L. Miller, *Harper's Bible Dictionary*, p. 467.
6. Albright, *Archeology and the Religion of Israel*, p. 127.

CAPÍTULO XX

1. Robinson, op. cit., p. 246.
2. Ibid., e I Reis 14: 25, 26.
3. Ibid., p. 256.
4. Cf. Millar Burrows, *What Mean These Stones?* (New Haven, 1941), p. 39.
5. *Archeology and the Religion of Israel*, p. 135.
6. Albright in *Old Testament Commentary*, p. 150.
7. Albright, *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, LXXXIII (oct. 1941), p. 21.
8. Nelson Glueck, *The Other Side of the Jordan* (New Haven, 1940), p. 98.
9. Albright, *Archeology and the Religion of Israel*, pp. 148 f, p. 217, N. 67.

CAPÍTULO XXI

1. Paul Heinisch, *History of the Old Testament* (Collegeville, Minnesota, 1952), p. 224.
2. Albright, *From the Stone Age to Christianity* p. 229.
3. Cyrus H. Gordon, *Introduction to Old Testament Times* (Ventnor, N. J. 1953), p. 180.
4. Albright, "The Old Testament and Archeology", in *Old Testament Commentary*, p. 151.

5. Albright, *Bulletin fo the American Schools of Oriental Research*, LXXXVII (Oct. 1942), pp. 23-29, XC (April, 1943), pp. 32-34.
6. Finegan, op. cit., pp. 157 f.
7. A. T. Olmstead, *History of Assyria* (New York, 1923), p. 77
8. Cf. Luckenbill, op. cit., se. 590
9. Ibid., sec. 658 f.
10. Aram and Israel, p. 77, Albright, *Bulletin of the American Schools*, LXXXVII, p. 26).
11. Luckenbill, op. cit., sec. 590.
12. Ibid., sec. 735.
13. Ibid., sec. 739.
14. Albright, *Bulletin of the American Schools*, LXXXVII, p. 28, note 16.

CAPÍTULO XXII

1. Luckenbill, op. cit., secs. 735, 740.
2. James A. Montgomery, *The Book of Kings in International Critical Commentary* (New York, 1951), p. 437.
3. Luckenbill, op. cit., sec. 816.
4. Ibid., sec. 801.
5. Ibid., sec. 815.
6. Ibid., sec 816.
7. Ibid., sec. 777.
8. Ibid., sec. 801.
9. Ibid., sec. 816.
10. Ibid., sec. 830.
11. Luckenbill, op. cit., Vol. II, sec. 4
12. Ibid., sec. 55.

CAPÍTULO XXIII

1. Luckenbill, *The Annals of Sennacherib* (Chicago, 1924), p. 24. Oriental Prism Inscription, Col. I, linhs 20-28.
2. Luckenbill, *Ancient Records of Assyria and Babylonia* (Chicago, 1927), Vol. II, sec. 240.
3. Layard, *Discoveries Among the Ruins of Nineveh and Babylon*, pp. 126-128.
4. Albright, *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, CXXX (Apr. 1953), pp. 8-11.
5. Finegan, op. cit., pp. 178 f.
6. J. P. Free, *Archeology and Bihle History* (Wheaton, III., 1950), p. 209.
7. Luckenbill, *Ancient Records of Assyria and Babylonia*, secs. 501, 502.
8. Ibid., sec. 795.
9. M. S. & J. L. Miller, op. cit., p. 683.
10. Ibid., p. 683.
11. Ibid., p. 116.

CAPÍTULO XXIV

1. Lickenbill, *Ancient Records of Assyria and Babylonia*, secs. 577, 583.
2. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, C, p. 22, note 30.
3. G. Ernest Wright, *The Old Testament Against Its Environment* (Chicago, 1950), p. 80.
4. Lickenbill, op. cit., sec. 690.
5. Ibid., sec. 646.
6. Ibid., sec. 647.
7. Price, op. cit., p. 364.

8. M. S. & J. L. Miler, op. cit., p. 838.
9. Harry Torczyner, Lachish I, *The Lachish Letters* (Oxford, 1938).
10. Albright in *Bulletin of the American Schools*, LXXXII, pp. 20f.
11. Gordon, op. cit., p. 189.
12. Caiger, op. cit., p. 194.
13. Albright, *Old Testament Commentary*, p. 164.
14. R. S. Haubert, "Lachish-Frontier Fortress of Judah", *Biblical Archeologist* (Dec., 1938), p. 30.

CAPÍTULO XXV

1. Albright, op. cit., p. 164.
2. Finnegan, op. cit., p. 189.
3. Albright, *Biblical Archeologist*, V. 4 (Dec. 1942), pp. 49-55.
4. Albright in *Old Testament Commentary*, p. 165.
5. Torrey, op. cit., p. 84.
6. Stephen Caiger, *Bible and Spade* (Oxford, 1947), p. 172.
7. Price, op. cit., Figure 102, p. 358.
8. Free, op. cit., p. 228.
9. Pfeiffer, *Old Testament Introduction* (New York, 1941), pp. 758 f.
10. Finnegan, op. cit., pp. 189 f.
11. *Ibid.*, p. 190.
12. Leo Oppenheim in *Ancient Near Eastern Texts*, ed. by J. Pritchard (Princeton, 1950), p. 306.
13. R. P. Dougherty, *Nabonidus and Belshazzar* (New Haven, 1929), p. 174 f.
14. *Ibid.*, p. 200.
15. Free, op. cit., p. 235.

CAPÍTULO XXVI

1. Robert W. Rogers, *Cuneiform Parallels to the Old Testament* (New York, 1912), p. 381.
2. Sir Frederic Kenyon, *The Bible and Archeology* (New York, 1940), p. 141.
3. Rogers, op. cit., p. 383.
4. Geo. Barton, *Archeology and the Bible* (7th ed., Philadelphia, 1937), pp. 449-453.
5. Aage Bentzen, *Introduction to the Old Testament* (Copenhagen, 1948), Vol II, p. 192.
6. *Ibid.*
7. Free, op. cit., p. 245.
8. Price, op. cit., p. 408.
9. Albright, *Old Testament Commentary*, p. 158.

ÍNDICE DOS NOMES PRÓPRIOS DO CONTEÚDO

- A - deus da luz - 69
 Ababal - 85
 Abdi-Heba - 47, 74, 76
 Abdom - 91
 Abel - 19
 Abel-Bete - Maaca - 131
 Abias - 121
 Abimacl - 50
 Abimeleque - 90, 91
 Abirão - 2, 116
 Abissínia - 42
 Abou Quemal - 63
 Abraão - 5, 21, 35, 38, 39, 49, 54, 55, 65
 Acaba - 106
 Acabe - 8, 116, 123, 124
 Acade - 44, 45, 155
 Acádia - 13, 21, 44, 69, 152
 Acádio - 5, 49
 Acasias - 124
 Acaz - 130, 131
 Acmeta - 157
 Acnaton - 47, 74
 Adade - 24, 34, 89
 Adadidri - 124
 Adadninari III - 125, 127, 129
 Adão - 19, 21
 Adapa - 16, 18, 19, 28
 Aden - 50
 Ader - 59
 Adom de Ascalom - 161
 Adorão - 50
 Adrameleque - 136
 Afis - 128
 Ano Novo, Festival do - 152
 Agade - ver Acade
 Agricultura - 19
 Águas de Merom - 93
 Águas de Siloé - 138
 Agui - 69
 Ai - 7, 82
 Alashia - 41
 Alepo - 9
 Alexandre, o Grande - 39, 154, 155
 Aliá - Baal - 87
 Almodá - 50
 Amalequitas - 101
 Amarna - 5, 16, 35, 43, 47, 49, 74, 115
 Amenemai I a IV - 55
 Amenotepe I - 73
 Amenotepe II - 55, 71, 72, 76
 Amenotepe III - 18, 92
 Amenotepe IV - 18
 Amizaduga - 28
 Amonitas - 94, 98
 Amorita - 35, 38, 47
 Amós - 129
 Amum - 73
 Amose - 69, 73
 Ana - 95
 Anais de Tiglete Pileser III - 129
 Anate - 38, 87, 88, 141
 Anatote - 106
 Andorinha - 32
 Anfíctonia - 95, 96
 Angorá - 101
 Ansã - 152, 154
 Astarte - 88
 Antilibano - 97, 98
 Antropologia - 43
 Anu - 12, 14, 18, 24, 27
 Anubis - 67
 Anunaque - 12, 14, 24, 34
 Apócrifos - 3, 160
 Ápries - 144
 Apsu - 11, 13, 118
 Arã - 50
 Arábá - 59, 76
 Arábia - 42, 43, 50
 Árabe - 49
 Aramaico - 49
 Arameu - 50, 97
 Arã Damasco - 50
 Arã Naamim - 97
 Arã Zobá - 96, 97
 Araque - el Emir - 159
 Ararate - 32, 40, 51, 136
 Araru - 13
 Arasamnu - 152
 Arca - 29, 30
 Arca - Tel - 48
 Arco-Íris - 31
 Arcantu - 48
 Arfaxade - 50
 Arnom - 98
 Arpade - 136
 Arqueologia - Definição - 1
 Arqueologia - Bíblica, Moderna - 1, 2
 Arqueologia - Autêntica a Bíblia - 4, 6
 Arqueologia - Ilustra e Explica a Bíblia - 6, 7
 Arqueologia - Suplementa a Bíblia - 7, 9
 Arqueu - 48
 Arrapachitis - 50
 Arslã Tas - 126
 Artaxerxes I - 149, 156, 158
 Arvada - 48
 Arvade - 48
 Arvadeu - 48
 Árvore da Vida - 19
 Asa - 121
 Asafe - 109
 Ascuz - 40
 Asdode - 87, 134
 Aserá - 8, 88, 141
 Aserim - 88
 Asnapar - 156
 Asnanuque - 155
 Asquenaz - 40
 Assembléia dos deuses - 24, 27
 Assir - 66
 Assíria - 45
 Assíria, Império - 40, 45, 46, 96
 Assíria, Inscrição - 43
 Assíria, Língua - 49
 Assíria, Leis - 78
 Assiriologia - 35
 Assur - 14, 45, 78, 155
 Assurbanipal - 10, 18, 23, 28, 40, 136, 140, 147
 Assurbanipal II - 46, 124
 Assurnirar - 129
 Astarote - 38, 88, 116
 Astarote - Carnaim - 59
 Astarte - 38, 88, 116, 141
 Astíages - 150
 Asurdã III - 129
 Atalia - 123
 Atargatis - 88
 Athirata-Yammi - 88
 Atrahasis - 26
 Atrahasis, Epopéia - 28
 Azarias - 130
 Azeca - 144, 145, 148
 Baal - 87
 Baal - Berite - 65
 Baal-Shamem - 87
 Baal-Zefom - 70
 Baal, Culto - 141
 Baal, Epopéia Ugarítica, 87
 Baalitis - 8, 96
 Baalu - 141
 Baasa - 121
 Bad ed-Dra - 58
 Babel - 44, 51, 53
 Babilônia, Cidade - 5, 10, 153
 Babilônia, Crônica - 143
 Babilônia, Império - 10, 42, 45
 Babilônia, Noé - 23
 Babilônia, Primeira Dinastia da - 14, 28
 Bab-ilu - 45

- Babuínos - 114
 Baco - 69
 Badtibira - 21
 Bagidá - 78
 Bahrein, Ilhas - 32
 Baluá, Monólito - 96
 Bani-Hasã - 109
 Banu-lamina - 64
 Baraque - 93
 Bar-Hadade - Bir-Hadade - 121
 Basã - 98
 Beduínos - 51, 64
 Behistun, Inscrição - 2, 157
 Bel, Templo - 108, 150, 155
 Belá - Zoar - 59
 Belsazar - 5, 152, 155
 Belus - 50
 Bene Hamor - 65
 Ben-Hadade I - 9, 121, 125
 Ben-Hadade II - 9, 122, 127, 128
 Benjamitas - 64
 Berlim - 65
 Beritus - 85
 Berossus - 21, 22, 148
 Berseba - 46, 58
 Bete-Haraquem - 145
 Betel - 8, 95, 119
 Bete-Reobe - 50
 Bete-Seã - 8, 74, 82, 92
 Bete-Semes - 74, 144
 Bete-Zur - 156
 Betume - 24, 30, 35, 53
 Bezzeros de Ouro - 120
 Biblos - 2, 96
 Bina-Istar - 64
 Birs-Ninrud - 53
 Bit-Adini - 137
 Bit-Hunria - 123, 131
 Bitis - 67
 Bogazqueui - 2, 16, 47, 101
 Boaz - 117
 Borsippa - 53, 132, 150
 Bosa - 114
 Bovinos de Baal - 120
 Bronze - 19
 Bronze, Idade - 58, 59
 Bruxelas - 65

 Cubur, Canal de - 147
 Cudes - 59, 73, 97
 Caftor - 46, 97
 Caftorim - 46
 Caím - 19, 21
 Calá - 44, 124
 Calama - 45
 Calcolítica, Idade - 20
 Caldaico, Império - 55
 Caldeus - 50, 55, 134
 Calné - 44, 45
 Calno - 45
 Cambises I - 152, 156
 Camitas, Nações - 42
 Camose - 73
 Cãnis - 50, 78
 Cama - 25, 32
 Canaã - 35, 37, 39, 81, 84
 Canal de Suez - 70
 Cananeus - 38
 Cananeus, Culto dos - 88, 89
 Cananeus, Música dos - 109
 Cananeus, Panteão dos - 86
 Cananeus, Religião dos - 38, 85, 89
 Cãnon - 3, 161
 Cântico de Débora - 110
 Cão, Filho de Noé - 35
 Capadócia - 40, 113
 Capadócia, Tábua - 50, 78
 Captara - 46
 Carcar - 8, 124
 Carmânia - 151
 Carmelo - 74
 Carnaque - 112, 121
 Carquemis - 47, 57, 143
 Carro - 113
 Cartagineses - 90
 Cartago - 38, 39
 Casa da Grande Abundância - 57
 Casa de Onri - 123
 Casluhim - 46
 Cáspio, Mar - 32, 40, 154
 Cáti - 95
 Caucaso - 40, 154
 Caus-Malson de Edom - 131
 Causgabri de Edom - 142
 Cavalos e Carros, Comércio de - 113
 Cedro - 25, 32, 156
 Cedros do Libano - 156
 Cedrom, Vale de - 104
 Celesíria - 98
 César Augusto - 57
 Chalcol - 109
 Chemós - 123
 Cheretitas - 106
 Chipre - 41
 Churupaque - 6, 21, 22, 24
 Cixares - 40
 Cidade de Davi - 105
 Cidade da Planície - 59
 Cidade de Refúgio - 106
 Cilícia - 40
 Cimérios - 40
 Cipreste, Madeira de - 22
 Cirenaica - 43
 Cirene - 43
 Ciro - 150-155
 Ciro, Decretos de - 154
 Citas - 40
 Civilização, Berço da - 17
 Cnunhotepe - 66
 Cobre, Mineração de - 115
 Com el-Sultão - 74
 Comida da Vida - 18
 Concerto - 65
 Confusão das Línguas - 51, 52
 Conquista - 47, 81, 84
 Corsabade - 5, 117, 132
 Cortesãs Sagradas - 87
 Corvo - 32
 Cosar - hotar - 88
 Cós - 42
 Crescente Fértil - 17, 43, 113
 Criação, Tábuas da - 10, 16
 Crianças, Sacrifícios de - 88
 Cristianismo - 3
 Cronista - 156, 161
 Cue - 113
 Cuiunjique - 23, 45, 133
 Culto, Objetos de - 38
 Culto, Vasos de - 25
 Cuneiforme - 2, 10, 21
 Curu - 95
 Cus - 38, 43
 Cusã-Risataim - 91, 92
 Cusitas - 42

 Dã - 75, 95, 119
 Dalaías - 159
 Dagom - 87
 Damasco - 50, 57, 73, 111, 113, 119, 121, 126
 Damasco, Queda de - 130, 131
 Daniel - 147
 Daniel, Livro de - 5, 150, 152
 Dara - 109
 Dardana - 41
 Dario I - 43, 157
 Dario II - 149
 Davi - 8, 64
 Davi, Império de - 98
 Davi, Seu Reino - 103, 110;
 Davidum - 64, 106
 Debir - 82, 83
 Débora - 91, 93
 Delfica, Anfictionia - 95
 Delta - 43, 46, 68
 Demônios - 101
 Demonismo - 141
 Deportação de Judá - 147, 148
 Deri - 155

- Deusa da Fertilidade - 38
 Deus-Lua - 56, 57
 Deus-Sol - 22
 Deuteronômio - 142
 Diáspora - 161
 Dibom - 123
 Dicla - 50
 Difate - 41
 Dilmum - 23, 32
 Dilúvio, as Semelhanças das
 Narrativas Babilônica e Bí-
 blica - 27-32
 Dilúvio, As Diferenças - 33, 34
 Dilúvio, Narrativa Suméria -
 22
 Dilúvio, Explicação das Seme-
 lhanças - 34, 36
 Dinamarca, Expedição - 8
 Diodorus - 108
 Djede, Pilar de - 177
 Dodanim - 41
 Dor - 82
 Dotã - 58, 73
 Drama - 156
 Duodécima Dinastia Egípcia -
 66, 68
 Dur-Sharrukin - 5
- Ea - 11, 14, 18, 23, 26, 32
 Ebal, Monte - 93
 Éber - 49, 51, 64
 Ecallu - 29
 Echatana - 157
 Ecom - 74
 Edom - 50, 59
 Edomita - 49, 96
 Efode - 107
 Egípcia, Dinastia - 42
 Egípcia, Religião - 39
 Egípcio, Exército - 46
 Egiptologia - 42
 Egito - 42, 43
 Egito Superior - 43, 46
 Eglom - 91, 92
 El - 86, 87
 Elã - 20, 49
 Elate - 114
 Elefantino, Papiro - 2, 156
 El Hai - 86
 Eli - 94, 96
 Eliaquim - 143, 149
 Eliasibe - 160
 El Elyon - 86
 El Quedá - 93
 El Shaddai - 86
 Elteque - 106, 135
 Elisá - 41
 Elohim - 86
- Elom - 91
 En Dor - 101
 Enlil - 12, 14, 23-27
 Ennugi - 27
 Enoque - 6
 Enuma Elish - 10
 Epifanéia - 48
 Epônimas - Listas Assírias -
 131
 Ereque - 20, 23, 44, 45, 52
 Ereshkigal - 16
 Eridu - 6, 18, 20, 21
 Eridu, História da Criação -
 13, 14
 Esagila - 12, 142, 150
 Esar-Hadom - 40, 144, 133,
 140, 142, 147
 Esdras - 158
 Esfinge - 17, 72, 116
 Esnuma - 20, 55, 78
 Espírito - 34
 Espírito Familiar - 101
 Estaol - 94
 Ester - 157, 158
 Estória Egípcia dos Dois
 Irmãos - 67
 Estrabo - 43, 50
 Estrada do Rei - 59
 Estrelas, Adoração de - 141
 Estratigráfica, Escavação - 7
 Esua - 94
 Etã - 70, 109
 Etana - 28
 Etbaal - 123
 Etiópia - 43
 Etiópico - 49
 Etnologia - 43
 Etrusca, Anficionia - 95
 Et Tel - 7, 82
 Eufrates - 17, 42, 44, 49, 73
 Eunucos, Sacerdotes - 38
 Eusébio - 27, 85
 Evil Merodaque - 6, 144, 151
 Execração de Textos - 65
 Êxodo - 55
 Êxodo, Data do - 71, 75
 Êxodo, Objeções à Data Bí-
 blica - 77
 Êxodo, Rota do - 69, 70
 Êxodo, Vários Pontos de Vista
 71
 Exorcistas, Rituais - 71
 Ezequias - 133, 134, 137, 138
 Ezequiel - 40, 148
 Ezequiel, As Profecias de - 149
 Ezriom-Geber - 51, 114, 115
- Faraó - Neco - 142, 161
 Fauim - 66
- Faurim - 61
 Fé - 4
 Fenícia - 38, 46
 Fenícia, Língua - 49
 Fenícias, Inscrições - 41
 Fenícios - 38, 46, 98
 Fenícios, Comerciantes - 43,
 81
 Ferro - 19, 20, 100
 Ferro, Idade do - 100
 Fertilidade, Culto da - 120
 Fertilidade, Figura da Deusa -
 38
 Figuras da Deusa da Fertili-
 dade - 38
 Filístia - 46, 81
 Filisteus - 8, 64, 81, 84, 97
 Filo de Biblos - 85
 Finéias - 66, 69, 96
 Fogo, Altares de - 117
 Fonte da Virgem - 104
 Fonte do Grande Abismo -
 3, 30
 Frota de Refinaria - 114
- Gadial - 151
 Gate - 74
 Gaza - 46
 Geba - 73
 Gebal - 8, 85
 Gedalias - 148
 Gênesis - 35, 37
 Gerar - 46, 58, 74, 97
 Gerezim, Monte - 93
 Gesém, o Árábio - 159
 Gesur - 50, 98
 Geter - 50
 Geza - 159
 Gezer - 74, 82, 93, 106, 112,
 114
 Gibeá - 5, 7, 8, 58, 100, 116
 Gibeom - 95
 Gibeonitas - 84
 Gibetom - 106
 Gibraltar - 41
 Gideão - 91
 Giges - 40
 Gilboa, Monte - 97, 102
 Gileade - 59
 Gilgal - 95, 101
 Gilgamech, Européia de - 18,
 23
 Gimirraia - 40
 Giom - 17, 42, 104, 137
 Girsaseus - 47
 Gobrias - 152
 Gogue - 40
 Golfo de Suez - 70

- Gômer - 40
 Gômer, Rio de - 133
 Gomorra - 58
 Gosem - 68
 Gozã - 132, 136
 Grgo - 39, 40
 Gudea - 156
 Gugu, Rio - 40
 Gutium - 152, 155

 Hã, Cidade - 59
 Habiru - 49, 64, 74
 Habur, Rio - 50, 57
 Hadade - 87
 Hadade, o Edonita - 111
 Hadadezer - 111, 119
 Hadadezer de Zobá - 111
 Hadaru - 131
 Hadramaut - 43, 50, 84
 Hadraque - 128 (251?)
 Hagar - 62
 Hala - 132
 Halaf, Cerâmica - 20
 Halis, Rio - 81, 101, 111
 Hama - 48
 Hamate - 47, 48, 73, 92, 128, 137
 Hamurábi - 10, 16, 45, 63
 Hamurábi, Código de - 2, 49, 78, 79, 80
 Hanani - 158
 Hananias - 160
 Hanum - 92
 Harã - 8, 49, 50, 54, 63, 137
 Harmabe - 92
 Harranu - Estrada - 57
 Hasmoneus - 105
 Hatsepsute - 73
 Hatuxach - 47
 Haurã - 59, 96 (?)
 Havilã - 43, 51, 114
 Hazael - 124, 125
 Hazarmavé - 43, 50
 Hazor - 91, 111, 113, 114
 Huzreque - 128
 Hebraica, Bíblia - 52
 Hebraico, Texto - 160
 Hebreus - 49, 64
 Hebrom - 58, 81, 95, 104
 Heliópolis - 117
 Hemã, o Zeraíta - 109
 Hena - 136
 Heródoto - 40, 50, 113, 150
 Hesbom - 91
 Hete - 47
 Heveu - 47
 Hezion - 121, 122
 Hezeos, Período dos - 41, 55, 68, 73, 74, 76
 Hiel de Betel - 75
 Hieróglifos - 5
 Heirombalus - 85
 Hilacu - 40
 Hititas - 47, 111
 Hirão de Tiro - 51, 103, 114, 116
 Hititas, Documentos - 49, 101
 Hitita, Império - 47
 Hititas, Leis - 78
 Hititas, Monumentos - 2
 Hofni - 66
 Hofra, Faraó - 144
 Homero - 40, 46, 87
 Horebe, Monte - 78
 Horita - 47
 Hur - 50
 Hums - 96 (?), 106
 Hurriã - 47
 Hursagcalama - 45

 Iahud - 6, 144
 Ibleã - 106
 Ibsã - 91
 Ibse - 66, 68
 Idade da Pedra - 20
 Idade do Bronze Média - 58
 Iemem - 114
 Ijom - 131
 Indo-ariano - 73
 Indo-europeu - 42
 Indo-germânico - 40
 Inib-Sarrim - 63
 Inspiração - 2, 3, 6, 15, 35
 Instituto Oriental da Universidade de Chicago - 5, 132, 135
 Iônios - 40
 Irã - 49
 Ircata - 48
 Irrigação Agrícola, Cultura de - 80
 Iruleni de Hamate - 124
 Isin - 55, 78
 Israelitas - 49
 Israelitas - 49
 Israelitas, Leis - 78
 Istar - 25, 27, 63, 116
 Istar, Porta de - 5, 150
 Iva - 136

 Jabal - 19, 109
 Jabes Gileade - 99
 Jabim - 91, 93
 Jaboque - 98 (?)
 Jacó - 55, 62
 Jacó - Nome em Cuneiforme - 65

 Jafé - 37 - 41
 Jafetitas, Povos - 38 - 41
 Jair - 91
 Janoa - 131
 Jaós - 143
 Jaquim - 117
 Jardins Suspensos da Babilônia - 150
 Javã - 40, 41
 Jebel Curuntul - 74
 Jebel Musa - 78
 Jebel Usdum - 59
 Jebus - 47
 Jebuseus - 47, 84, 104, 105
 Jedutum - 109
 Jefté - 91
 Jeorão - 123, 124
 Jeocaz - 125, 130, 143
 Jeoaquim - 6, 143, 147, 148
 Jerá - 50
 Jeremias - 8, 9, 40
 Jericó - 74, 75, 123
 Jeroboão I - 119 - 122
 Jeroboão II - 128, 129
 Jerusalém - 47, 58
 Jerusalém, Capital de Israel - 105
 Jerusalém Capturada por Davi - 104, 105 (?)
 Jerusalém, Coligação de - 92
 Jezabel - 123
 Jezreel - 92, 93
 Jó - 50
 Joás - 127
 Joanã - 158
 Jocneão - 106
 Jocsã - 43
 Joctã - 43, 50
 Joctanitas - 43, 51
 Jônatas - 99, 103
 Jó, Poço de - 104
 Jope - 156
 Jordão, Vale do - 59
 Josefo - 41, 104, 148, 160
 Josias - 142, 143
 Josué - 38, 39
 Jubal - 19, 109
 Judaísmo - 3
 Judá no Egito - 147
 Judá Sob o Domínio Persa - 154 - 161
 Juízes, Eventos Fixados na Cronologia - 92, 94
 Juízes, Período dos - 8, 90

 Kingu - 11, 12
 Kit (Kiti) - 41
 Kitiom - 41

- Kulkul - 109
 Kul-tepe - 50

 Labachi-Marduque - 151
 Labão - 62
 Lagás - 62
 Lago Belá - 70
 Lago Tinsá - 68, 70
 Lago Uan - 40
 Lagos Amargos - 70
 Lahamu - 11
 Lahmu - 11
 Laís - 73, 76
 Lараque - 6, 21
 Larnaca - 41
 Larsa - 55
 Lehabim - 46
 Lei de Talião - 79
 Leis Matrimoniais de Nuzei - 62
 Levit. - 66
 Levitas, Cidade dos - 106
 Libna - 136
 Lídia - 40, 50, 152
 Lídios - 50
 Lipit-Istar - 78
 Livro do Concerto - 78, 79
 Ló - 98 (?)
 Lu'as - 128
 Lude - 46, 50
 Ludim - 46
 Lullu - 12
 Lululândia - 62

 Maaca - 50, 98 (?)
 Mabbul - 31
 Madei - 40
 Magia - 101, 141
 Mágicos - 68
 Magogue - 40
 Magurgur - 29
 Malaquias - 160
 Manai - 40
 Manassés - 140, 142, 160
 Manre - 58
 Maol, Filhos de - 109
 Marada - 44
 Marduque - 10 - 15, 151, 154, 157
 Marduque, Templo de - 150
 Mar-Humri - 123
 Mari - 45, 60, 63 - 65, 125, 127
 Mari, Cartas de - 2, 8, 57, 145
 Mariaba - 50
 Marisa, Túmulo de - 117
 Mar Mediterrâneo - 41
 Mar Morto - 58, 59
 Mar Morto, Rolos do - 2

 Mar Negro - 32, 40, 154
 Mar Salgado - 59
 Mar Vermelho - 42, 43, 70
 Más - 50
 Matanias - 144, 148
 Mat-Cati - 47
 Medos - 40, 152
 Megido - 5, 73, 82, 105, 114
 Megido, Estábulos em - 114
 Megido, Marfim encontrado em - 109
 Melcarte - 117
 Meluca - 114
 Menaém - 129
 Menes - 42
 Mênfis - 43, 66
 Merari - 66
 Merneptá - 71, 92
 Merneptá, Ode Triunfal de - 93
 Memodaque-Baladã - 134
 Mesa (Mesha) - 9, 112, 123
 Mes-Ane-Pada - 56
 Meseque - 40
 Mesopotâmia - 35
 Messiânica, Predição - 4
 Meternu - 155
 Matusalém - 6
 Micmás - 99
 Midia - 59, 72
 Midianitas - 49, 91, 93
 Migdal - 53
 Migdol - 68, 70
 Milo - 119
 Milqui - Asapa de Gebail - 142
 Mineano - 49
 Mini - 40
 Mispá - 58
 Mitani - 92, 116
 Mitinti - 135
 Mizraim - 38, 42, 46, 113
 Mizri - 43
 Moabe - 9
 Moabita, Pedra - 2, 9, 96 (?), 123
 Moisés - 5, 15, 35, 66
 Moisés Comparado com Davi - 103
 Moisés, Significado do Seu Nome - 69
 Moloque - 141
 Monolítica, Inscrição - 124
 Monte Gerizim - 160
 Monte Hermom - 98 (?)
 Mordecai - 157
 Mosaica, Era - 63
 Mosaicas Instituições -
 Mossul - 19, 132, 133

 Mote - 87
 Museu Arqueológico Turco - 138 (?)
 Museu Britânico - 124, 132, 135
 Museu Otomano Imperial de Constantinopla - 139 (?)
 Música Sacra - 108

 Nabateanos - 43
 Nablus - 93
 Nabonido - 5, 55, 142, 151, 152
 Nabopolassar - 148, 150
 Nabu - 132, 151, 155
 Nabucodonosor II - 6, 134, 147, 151
 Nabunaide - 151, 152
 Nabunaide, Crônicas de - 152
 Nacur - 57
 Nadabe - 122
 Naftali - 131
 Naftuhim - 46
 Nulal - 106
 Nanar - 53, 56, 57
 Naor - 55, 57, 63
 Napoleão, Expedição de - 1
 Narã-Sim - 142
 Naus de Társis - 114
 Nebi Iunus - 133
 Nebo - 53, 150, 151
 Nebuzaradã - 148
 Necromancia - 102, 141
 Neemias - 158 - 160
 Neguebe - 81
 Neo-Babilônico, Império - 55, 147
 Neolítica, Idade - 19
 Neriglisar - 151
 Nilo, Rio - 68
 Nilo, Vale do - 69
 Nincarra - 18
 Ninhursague - 22
 Nínive - 8, 10, 14, 19, 23, 45, 46, 96, 133, 147
 Ninrode - 8, 42, 44, 45
 Nin-Gal - 56
 Nin-Maradda - 44
 Ninurta - 27, 34
 Nipur - 8, 22, 96, 149
 Nisanu - 136
 Nisir, Monte - 25, 32
 Nisroque - 136
 Nitócris - 152
 Noé - 21, 28, 29, 32
 Noé, Profecia de - 37, 39
 Nobe - 8, 106
 Nora - 114

Numrude - 124, 125, 126
Núbia - 42, 69
Nuzu - 62, 63
Nuzu, Tábuas de - 78

Obal - 50
Obelisco Negro - 8, 125
Obeliscos - 117
Ocultismo - 101, 102, 141
Ofel - 104, 137
Ofir - 51, 114
Ofra - 93
Ogue - 82
Ópis - 152
Orontos, Rio - 8
Orontos, Vale do - 124
Osafas - 145
Oséias - 132
Osíris - 117
Osnapar - 140
Otniel - 91, 92
Outeiro - 7

Padã-Arã - 97
Padi - 135
Pael - 92
Pafladônios - 41
País de Gales - 47
Palestina - 38, 43, 46, 81
Palestina, Fundo de Exploração da - 104, 137, 145
Paliga - 57
Palmira - 108, 113, 137
Pananu de Samal - 131
Papiro, Mar de - 70
Papiro d'Orbineu - 67
Papiro, Pantanal de - 70
Passur - 66
Patros - 46
Patriarcas, Longevidade dos - 6
Patriarcas, Período dos - 54, 55
Patrussim - 46
Peca - 130
Pelegue - 50, 51, 57
Peleste - 46
Peletita - 106
Pellstim - 46
Peloponeso - 40, 41
Pontateuco, Leis do - 79
Peres-Usá - 107
Período Intertestamentário - 160
Pérsia - 149
Pérsico, Golfo - 32
Persépolis - 157
Pergueu - 69
Pi-Hairote - 70

Pi-Hator - 70
Pilares de Hércules - 117
Pileana, Anfictionia - 95
Pim - 100
Pirâmide - 42
Pirâmide, Textos - 42
Pisom - 17
Pitom - 70, 75
Planície de Esdrelom - 58
Planície Marítima - 97
Platéia - 157
Poço de Santa Maria - 104
Poço de Siloé - 138
Poço do Rei - 138
Politeísmo - 33
Porfírio - 85
Porta das Águas - 160
Porta dos Cavalos - 160
Porta das Ovelhas - 160
Porta do Peixe - 160
Porta Velha - 160
Potifar - 67
Povos Marítimos - 46
Primogenitura, Direito de - 63
Profecia - 37
Profeta - 146
Psaméticus - 145
Pseudo-adivinha de En-Dor - 101, 102
Pseudo-epígrafos - 3, 160
Ptá - 109
Ptolomeu - 160
Ptolomeu II Filadelfo - 159
Ptores - 46
Pul - 129
Pulu - 129
Pur - 158
Pute - 38, 43
Putiel - 66
Puzur-Amurri - 24
Qalat Sharquat - 45
Qatna - 8, 96
Qubbah - 108
Quenafas - 6
Quircuque - 62, 78
Quiriate-Baal - 107
Quiriate-Jearim - 8, 107
Quiriate-Séfer - 82, 148
Quis - 21, 22, 42, 44
Quitim - 41
Raabe - 74
Raamá - 43
Rabe-Sáris - 135
Rabsaque - 135
Rainha de Sabá - 115
Ramá - 100
Ramsés - 69, 70, 75

Ramsés II - 71, 84, 97
Ramsés IV e V - 93
Ras Shamra, Textos de - 2, 5, 16, 65, 86, 141
Re - 93
Rebit-Ninua - 46
Redenção - 3, 51
Recmire - 73
Refains - 59
Reino Antigo - 42
Reino do Norte - 147
Reino Médio do Egito - 42, 55 66
Reino Novo do Egito - 42, 55
Remo - 69
Reobe de Aser - 106
Reobote-Ir - 45
Resém - 45
Resepe - 88
Réu - 57
Rezefe - 137
Rezim - 129, 130
Rezm - 96 (?), 111, 119
Ribla - 137, 144
Rifate - 41
Rifeanas, Montanhas - 41
Rio Pequeno Zab - 45
Rio Quebar - 148
Roboão - 119
Rodanim - 41
Rodes - 41
Roma - 160
Romanos, 38
Rômulo - 69
Rosetta, Pedra - 1
Rusafá - 137
Sabá - 43, 50, 114, 115
Sabá, Estela de - 125
Sabaca - 136
Sábado - 17
Sabai - 43
Sabcana, Língua - 49
Sabeus - 50
Sabtá - 43
Sabteca - 43
Salá - 50
Salamina - 157
Salim - 88
Salomão - 111, 116
Salomão, o Mar de - 118
Salomão, O Templo de - 116 - 118
Salomão, Prosperidade da Época de - 112, 116
Salmaneser I - 46
Salmaneser III - 8, 124, 140
Salmaneser IV - 129

- Salmaneser V - 5, 132
 Saltério - 110
 Saltério, Autoria Davídica do - 110
 Saltério, Data da Composição do - 161
 Saltério, Influência Cananéia do - 110
 Salum - 129
 Samaria - 5, 122
 Samaria, Cerco de - 132
 Samaria Escavações em - 123, 129
 Samaria, Queda de - 132
 Samaritano, Cisma - 160
 Samaritano, Pentateuco - 160
 Sambalá - 158
 Samsi-Adade V - 125
 Sanchuniatom - 85
 Sangar - 91
 Santuário Central - 95
 Santuário Portátil - 108
 Sara - 62
 Sarcófago de Airão - 116
 Sardenha - 41
 Sarezer - 136
 Sargão I da Acádia - 69
 Sargão II - 5, 40, 132
 Sargomburgo - 5
 Sansão - 91, 94
 Saul - 8, 46, 99, 102
 Sebá - 43
 Sebanos - 43
 Sefarvaim - 136, 137
 Salefe - 50
 Selemias - 151, 159
 Selêucidas - 160
 Selo da Tentação - 18
 Sem - 37
 Sema, Servo de Jeroboão - 128
 Semaías - 151
 Semareu - 48
 Semíramis - 129
 Semitas - 49 - 51
 Senaqueribe - 133 - 136, 147
 Senjirli - 47
 Senjirli. Monólito - 141
 Senuosret I-III - 55, 66
 Seranim - 96
 Serugue - 57
 Sesbazar - 155
 Sete - 6, 21
 Sete, O Número - 13
 Séti I - 92
 Séti II - 68, 93
 Sião - 47, 105
 Sião, A Fortaleza de - 105
 Sianu - 48
 Sibilas - 101
 Sicília - 41
 Sidom - 46
 Sidônios - 46, 116, 156
 Sili-bel - 135
 Silo - 5, 8, 95, 97
 Siloé, Inscrição de - 137, 138
 Siloé, Túnel de - 137
 Sim - 96, 151, 155
 Sina Schiffer - 96 (?)
 Sinai - 68, 78
 Sinai, Península do - 78
 Sinear - 11, 43, 44, 51
 Sineu - 48
 Siom - 82
 Sipar - 6, 13, 22, 142, 152
 Siptá - 93
 Siquém - 58, 93
 Siquemitas - 65
 Sfria - 47
 Síria-Palestina - 47
 Sírrio-Fenícia, Arte e Arquitetura - 116, 117
 Sisaque - 112, 120, 121
 Sfsera - 93
 So (Sibe) - 132
 Sodoma - 38, 58
 Sodomitas - 87
 Somália - 43
 Subotu - 98
 Subiluliuma - 47
 Sucote - 68, 70
 Sulmã - 88
 Suméria - 21, 45
 Suméria, Lista dos Reis - 21, 44
 Sumério, Templo - 57
 Sumérios - 11, 19, 52
 Sumério-Acádio, Império - 55
 Sumur - 48
 Surá - 94
 Susa - 20, 49, 78, 151, 155, 160
 Susã - 49, 157
 Susiana - 49
 Taarca - 140
 Tabali - 40
 Tabor, Monte - 93
 Tabrimom (Tab-Ramã) - 121, 122
 Tadmor - 113
 Tanaque - 74, 82, 106
 Tânis - 68, 70, 75, 120
 Tarbisu - 46
 Tarni-Lim - 64
 Társis - 41, 114, 115
 Társis, Navios de - 114
 Tartā (Tartannu) - 134, 135
 Tatenai - 157
 Táurus, Cordilheira do - 49
 Taxação - 112
 Taylor, Prisma de - 135
 Tebas - 72, 73, 76, 117, 120
 Tecoá - 145
 Tegarama - 41
 Tehom - 13
 Tel (Thel) - 7, 70
 Tel Abib - 7, 149
 Tel Abu Seifah - 68
 Tel Arca - 48
 Tel Arpachia - 7, 20
 Tel Asmar - 20, 100
 Tel Beite Misrim - 144
 Tel Chagar Bazar - 20
 Tel ed-Duweir - 20
 Tel El-Azar - 107
 Tel el-Queleifé - 115
 Tel el-Mascutá - 70
 Tel el-Nasbé - 105
 Tel el-Armana - 7
 Tel el-Ful - 7, 100, 116
 Tel el Hesi - 114
 Tel Erfade - 137
 Tel Gezer - 7
 Tel Halafe - 20, 57, 136
 Tel Hariri - 63, 106
 Tel Hassuna - 19
 Tel Melá - 7
 Tel Obeide - 20
 Tel er-Retabé - 70, 75
 Tel Tainate - 116
 Tel Zacaria - 145
 Telassar - 136
 Tema - 151, 152
 Temenos - 56, 57
 Templo, Músicos do - 109
 Tenda-santuário - 108
 Tepe Gaura - 19
 Terá - 55, 58, 63, 65
 Terafim - 63
 Terceira Dinastia de Ur - 55
 Termópilas - 157
 Tetragrama - 145
 Tiamate - 11, 15
 Tiglate-Pileser III - 48, 123, 129, 137, 147
 Tiglate-Pileser I - 40, 78, 96, 129, 130
 Tigre - 17, 22, 32, 42
 Tigre-Eufrates, Vale do - 45, 49
 Tijolos, Fabricação de - 73
 Til-Maquiri - 57
 Til Turaqui - 57
 Tiraca (Taarca) - 136, 141

Tiras - 40
 Tírios - 41, 46
 Tiro, Exército de - 46
 Tiropenano, Vale - 105
 Tirza - 121, 122
 Tisri - 153
 Tiro - 39, 41, 46, 88, 97
 Tobe - 98 (?)
 Tobias, o Amonita - 159, 160
 Togarma - 40, 41
 Toí, Rei de Hamate - 103, 111
 Tola - 91
 Torá - 80, 160
 Torre de Babel - 52
 Touro, Deus - 120
 Touro, Inscrição de - 124
 Transjordânia - 76, 82, 91
 Tributo - 112
 Tróia, Guerra de - 85
 Trasenoi - 40
 Tubal - 19, 109
 Túmulo dos Reis de Davé - 105

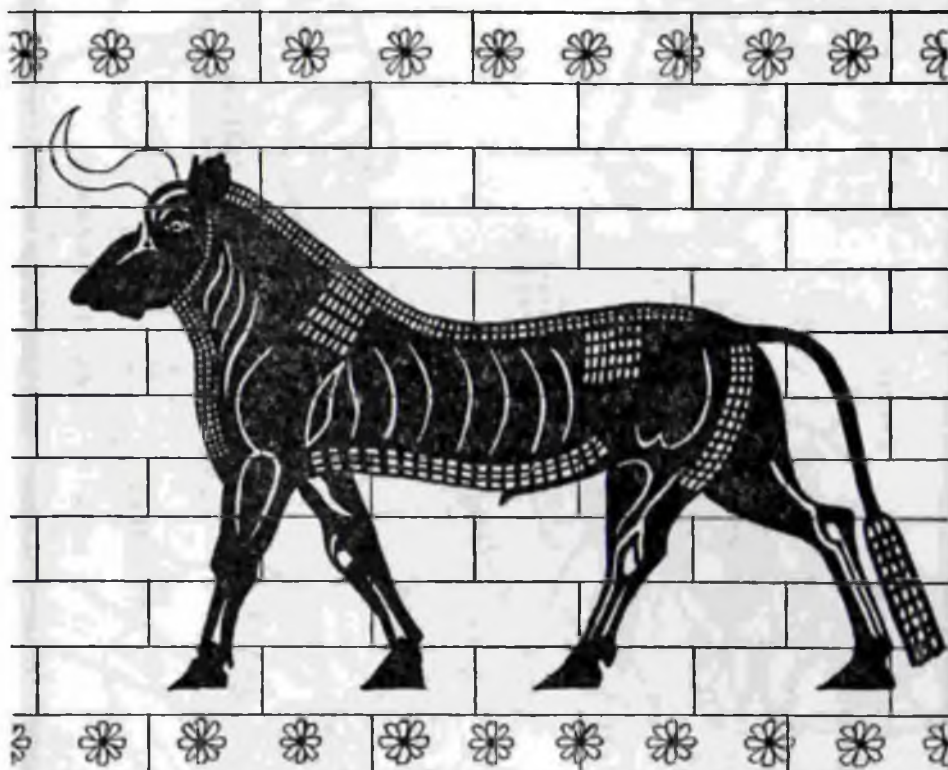
Ubar-Tutu - 24
 Ugarite - 38, 65, 101
 Ugarítica - 5, 49
 Ugarítica, Poesia - 85, 86
 Ugbaru - 152
 Uligarra - 14
 Ur - 20, 21, 50, 53, 55, 57, 100, 151
 Urano - 86

Urartu - 130
 Urbi - 135
 Ur-Namu - 56
 Ursalim - 47
 Uruque - 23, 45, 52
 Utnapistim - 23, 33
 Uz - 50
 Uzá - 107
 Vadi el Seirar - 94
 Vadi Tumilate - 68
 Vadi Arabá - 115
 Vale do Himom - 104
 Vale do Savé - 59
 Vale do Jordão - 58
 Vale do Rei - 59
 Vale Sidim - 59
 Vale de Soreque - 94
 Vasti - 157
 Velho Testamento, Contribuições da Arqueologia ao Estudo do - 4 - 9
 Velho Testamento, Significado do - 2 - 4
 Voltumna - 95
 Warka - 23, 45, 53
 Warren, Cisterna de - 104
 Weld-Blundell, Prisma - 21
 Welcome-Maston, Expedição Arqueológica - 145
 Welsh - 47
 Xenofontes - 153

Xerxes - 157
 Yahweh - 143, 151
 Yahwehismo - 79, 101, 140
 Yam Suph - 70
 Yansam - 93
 Yaukim - 6, 151
 Yhwh - 145
 Zab, Rio - 50
 Zacarias - 129
 Zalgara - 14
 Zambá - 155
 Zaquir de Hamate - 128
 Zeboim - 58
 Zebulom - 65
 Zedequias - 144, 148, 149
 Zeno, Papiro de - 159
 Zeus - 87
 Zigurate - 45, 52, 53, 118
 Zigurate de Nabucodonosor - 150
 Zigurate de Ur - 55
 Zigurate de Ur-Namu - 56
 Zilu - 68
 Zimri-Lim - 63
 Ziuzudra - 22, 28, 29, 32
 Zoã - 58, 68, 75
 Zoar - 58
 Zobá - 50, 96, 119
 Zorá - 94
 Zorobabel - 155
 Zozer - 67
 Zuzins - 59

SEÇÃO DE MAPAS, ESQUEMAS E ILUSTRAÇÕES

Nº 1



Touro em tijolos vitrificados, do palácio de Sargão II (722 - 705A. C.). (De Nínive, de Victor Place, placa 30.)

Nº 2

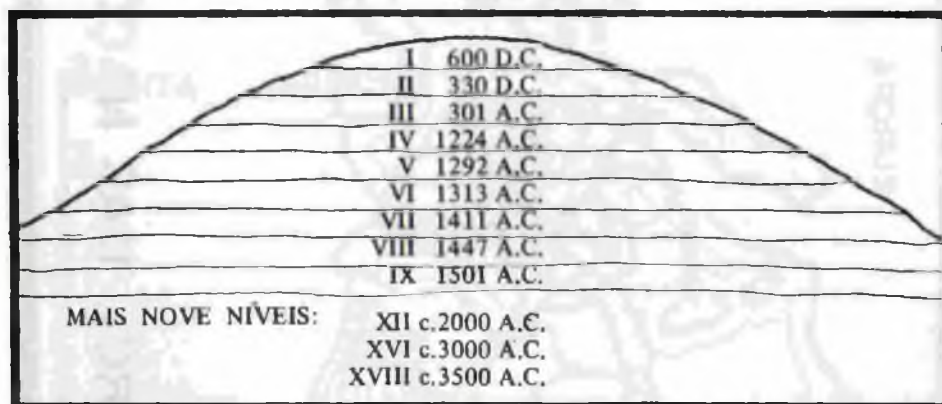
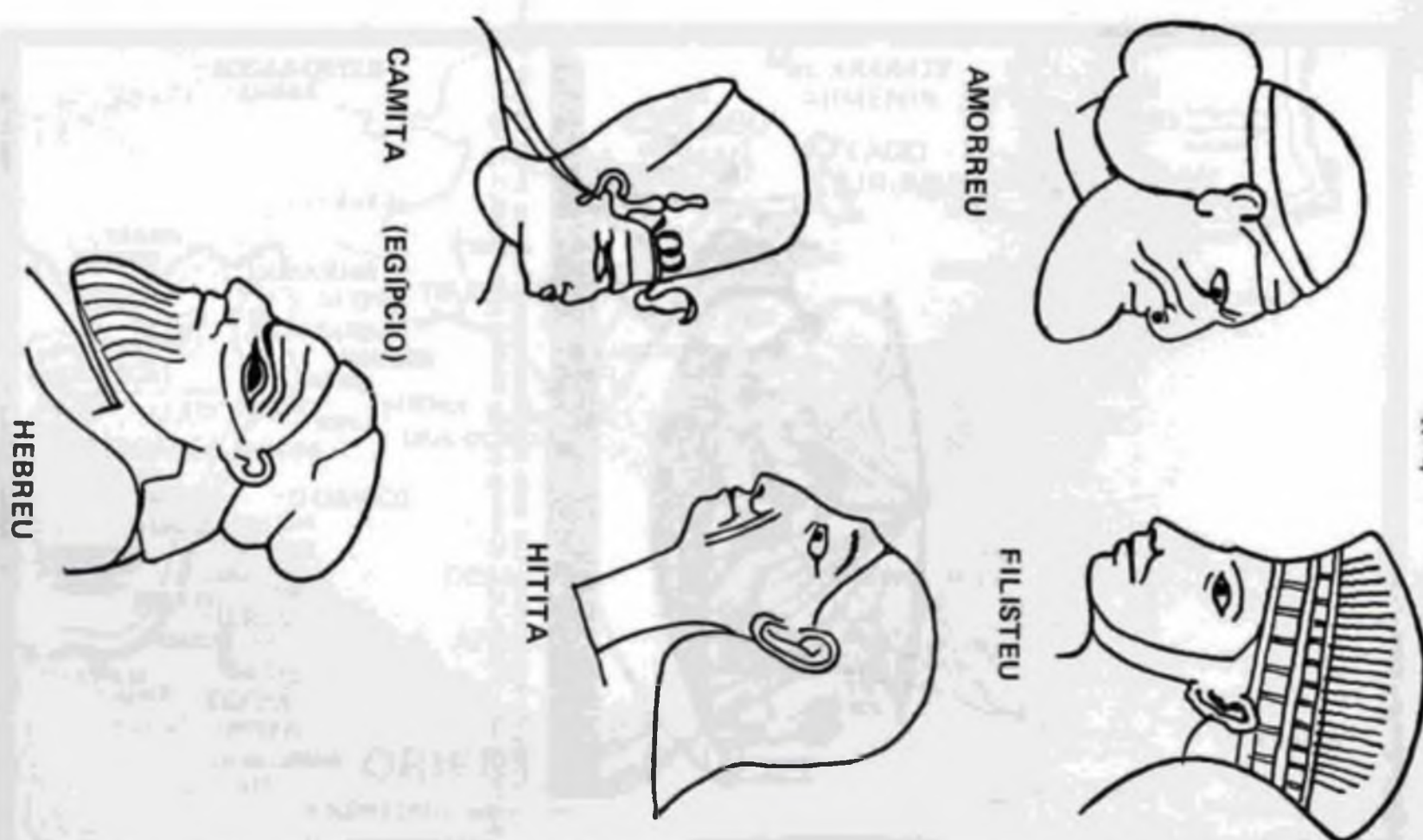
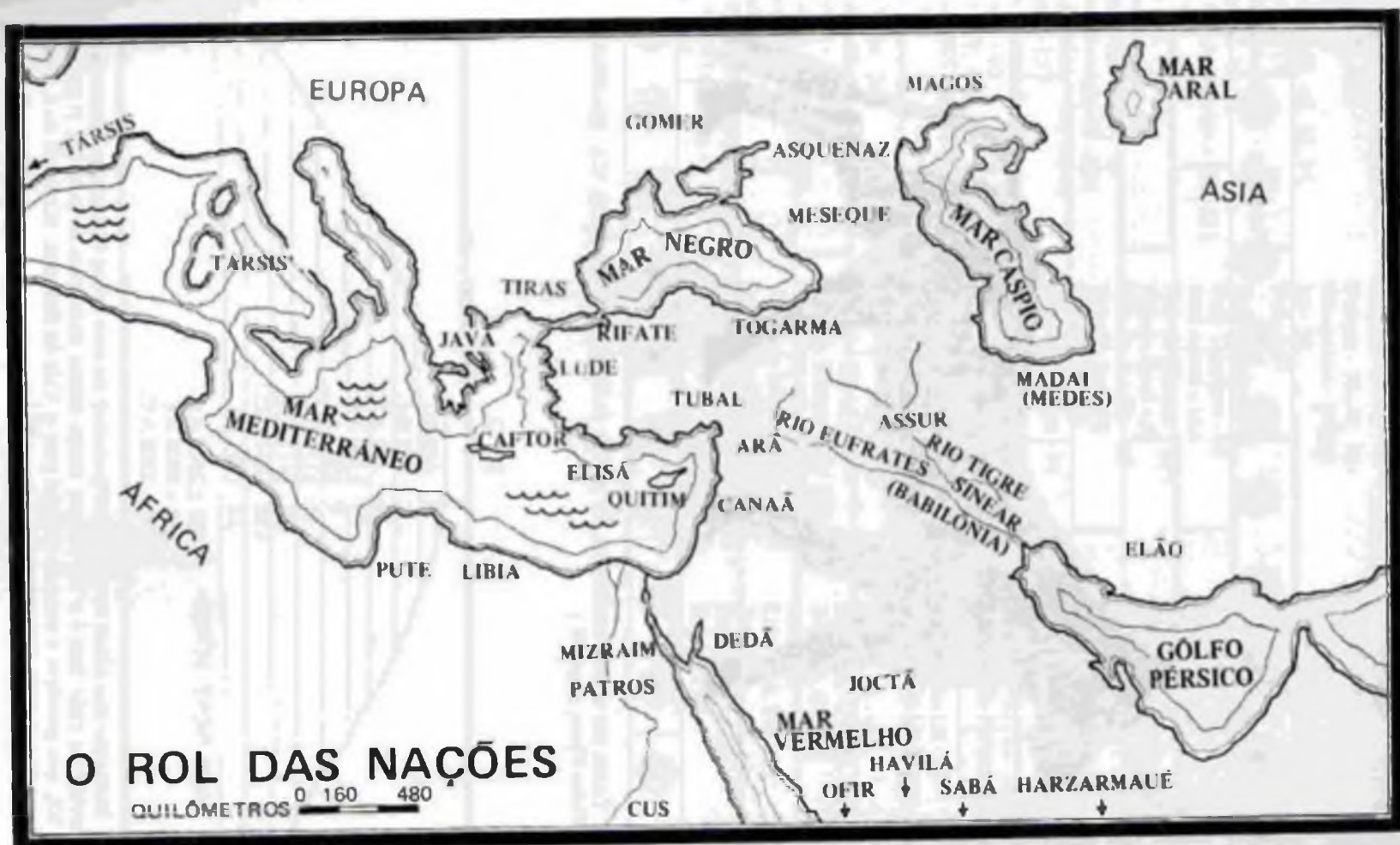


Ilustração dos níveis ocupacionais (estratos) de uma colina formada por escombros arqueológicos (tel). Este é o Tel Beisan, antiga cidade fortificada de Bete-Seã (I Samuel 31: 10), que guardava a entrada oriental para o Vale de Esdrelon. (Cortesia de J. Free, Archeology and Bible History, p. 8)





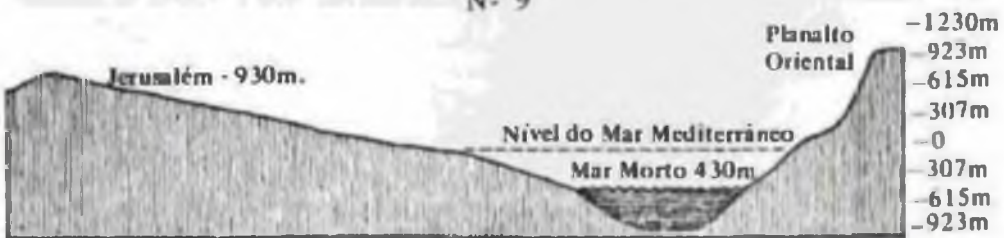
Nº 7



Cerâmica do Tel el-Obeide, perto da cidade de Abraão, Ur, na Mesopotâmia inferior. Desenho. (Cortesia do Museu da Universidade da Pensilvânia.)



Ur na Época Abraâmica, mostrando a área do Temeos e os portos do movimento do empório do Rio Eufrates. (De Ancient Times, por James Breasted, cortesia de Ginn & Co.)



Corte transversal do Vale do Jordão, mostrando o Mar Morto. (Cortesia de John Garstang, The Story of Jericho (Londres, 1948), fig. 1)

Nº 10



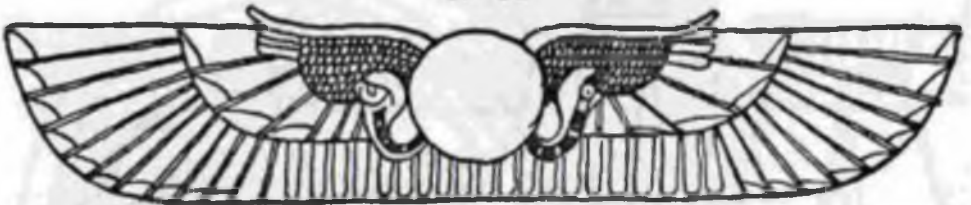
Mapa da Região do Mar Morto Inferior, mostrando as cidades da "planície do Jordão" (Gênesis 13:10).

Nº 11



Vaso horita de Nuzu. Os nuzu eram hurrianos, os horitas do Velho Testamento, há muito perdidos. Este é um bom exemplo da sua arte. Os seus arquivos revelam íntima relação com os costumes patriarcais catalogados em Gênesis. (Cortesia de The Biblical Archeologist, III, 1, fig. 1.)

Nº 12



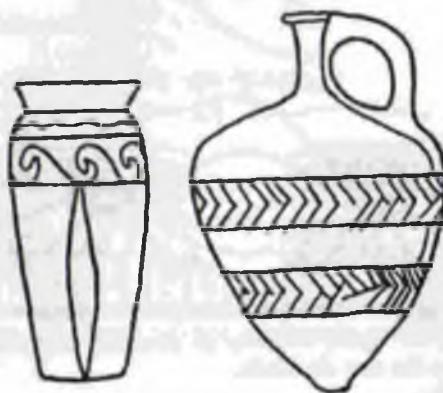
Disco do Sol alado, do Egito, símbolo do deus-sol, ostentando Ureus, a serpente sagrada, de ambos os lados das asas de falcão.

Nº 13

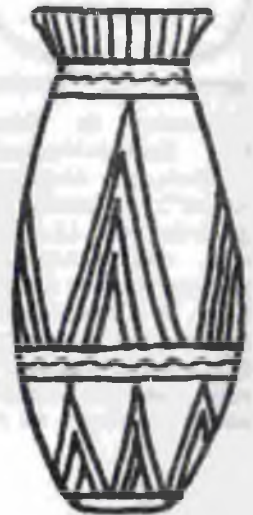


Camafeus do século XVII A. C. Estes ornamentos ou amuletos em forma de besouro (*Scarabaeus sacer*), trazendo o nome de um deus ou de um rei, eram comuns entre os antigos egípcios. Pensava-se que eles proporcionavam proteção e boa sorte.

Nº 14



Exemplo da arte dos hicsos em Jericó. Cidade III. (Cortesia de J. e J. B. E. Garstang, *The Story of Jerico*, fig. 15.)



Esquerda: O Faraó arqueiro. De um camafeu.

Direita: exemplo de arte hitita em Jericó, Cidade III. (Cortesia de J. Garstang, The Story of Jericho, figuras 22 e 15, respectivamente.)

Nº 17



Sinetes reais egípcios em forma de camaféu, dos últimos reis de Jericó. (De J. e J. B. E. Garstang, *The Story of Jericho*, fig. 18.)

Nº 18



Cartucho de Ramsés II (Ramsés-Meriamom, "Ramsés, o amado de Amom"), o grande conquistador do 13 século A.C., muitos imaginaram que esse fôsse o faraó do Egito. F. Champollion, o antigo egipetólogo francês, deu o nome "cartucho" a estes ovais que contém os nomes ou títulos de reis.

Nº 19



Um vaso pintado da cidade de Láquis em Palestina. (Cortesia do *The Biblical Archeologist*, II, 1, fig. 2.)

Nº 20



DET. HA - AM - MU - RA - BI

Nome de Hamurábi em escrita cuneiforme. O primeiro sinal é um demonstrativo, denotando nome de homem.

Nº 21



Desenho de um vaso de guerra e mercante fenício, copiado de uma representação existente na parede do Palácio de Senaqueribe em Nínive (700 A. C.). Este tipo de navio era comum após 1000 A. C. Para subsídio quanto a amplitude e prosperidade do comércio fenício, veja Ezequiel 27. (Cortesia de *The Biblical Archeologist*, I, 2, fig. 10.)

Nº 22



Camafeus reais egípcios que serviam de sinetes para os últimos reis de Jericó. (De J. Garstang, *The Story of Jericho*, fig. 18.)



Tipos de cerâmica da Idade de Bronze Posterior, em uso à época da conquista de Jericó, feita pelos israelitas. De Jericó, Cidade IV; ca. 1425 A. C. O vaso à esquerda, achado com camafeus de Amenótepe, provém do túmulo 4. (Cortesia de J. e J. B. E. Garstang, *The Story of Jericho*, fig. 20.)



Esquerda: Um fenício diante do candelabro sagrado.

Direita: Um deus fenício no trono angélico.

Desenho artístico da cena de um leão atacando uma gazela, gravada em um copo de ouro de Ras Shamra – Ugarite. Encontrado nas ruínas a sudoeste do templo de Baal. A cena ilustra o estilo misto de arte em Ugarite, composta de elementos miceneanos, egípcios e sírios. (Cortesia de Claude F. A. Schaeffer, *The Cuneiform Texts of Ras Shamra – Ugarit*, p. 22, fig. 6.)

y d n d n . ' a l m n t .
 y t p t . t p t . y t m

Exemplo de escrita ugarítica em alfabeto cuneiforme:

"Ele decide a causa da viúva, Ele julga o pedido do órfão", – The Legend of Daniel, II, V, 7b – 8. (Cortesia de The Biblical Archeologist, II, 7, fig. 5)



Esquerda: Monólito de Baal, deus cananeu da tempestade, brandindo uma clava e empunhando um relâmpago estilizado.

Direita: Monólito de Ras Shamra, com o grande deus cananeu El recebendo homenagem do Rei de Ugarite (século XIV A. A.). (Desenhado segundo as placas XXXII e XXI, respectivamente, dos Cuneiform Texts of Ras Shamra – Ugarit. Cortesia de Claude F. Schaffer.



Esquerda: Desenho artístico de um pendente de ouro da deusa da fertilidade nua, de Ras Shamra. A prostituta sagrada está de pé sobre um leão. As serpentes simbolizam a sua fecundidade. Seus tufos de cabelos em espiral, e a postura geral, identificam o seu culto.

Direita: Outro desenho de um pendente de ouro da deusa da fertilidade. Os carneiros, evidentemente, simbolizam vigor sexual). (Cortesia de Claude F. A. Schaeffer.



Cartucho de coroação de Ramsés II, contendo o título de Usermare — Setepnere "Forte na verdade, o Escolhido de Re"

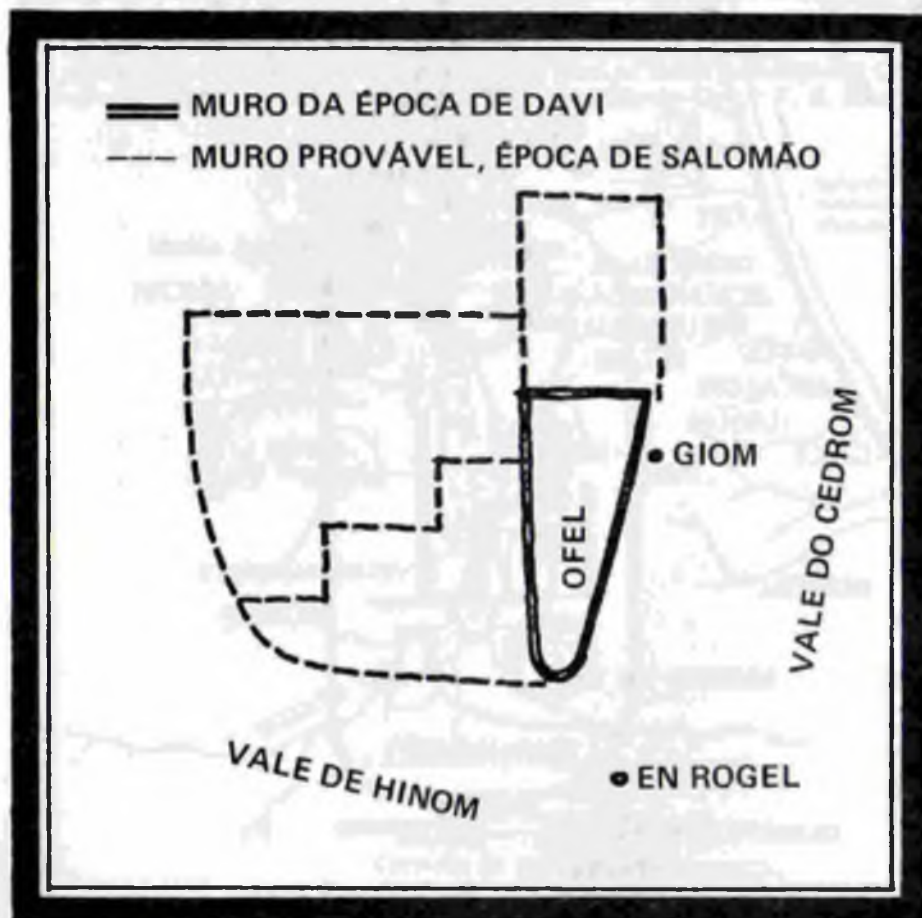


Nº 30



Guerreiros filisteus
posteriores à época de
Senaqueribe. (De A. H.
Layard. *Monuments of
Nineveh*, Vol II, 33.)

Nº 31



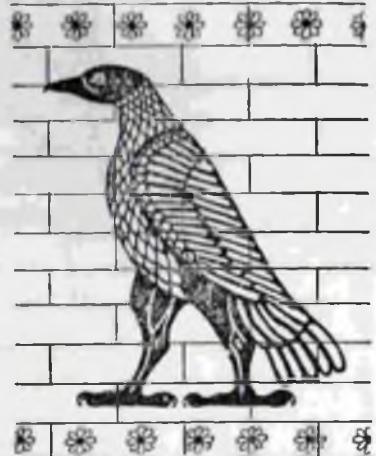
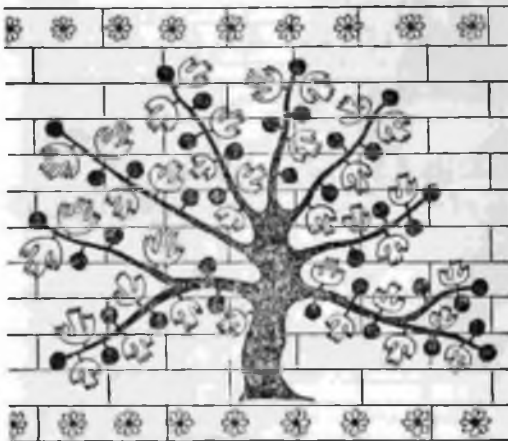
Mapa de Jerusalém na época da conquista de Davi.

Nº 32



Exemplo de arte assíria. Touro alado com cabeça humana; em parte homem, em parte leão ou touro, em parte águia. Esta criatura era colocada pelos reis assírios e hititas para proteger entradas. (De Perrot e Chipiez, Histoire de l' Art dans l' Antiquité, Tomo II, op., página 542.)

Nº 33



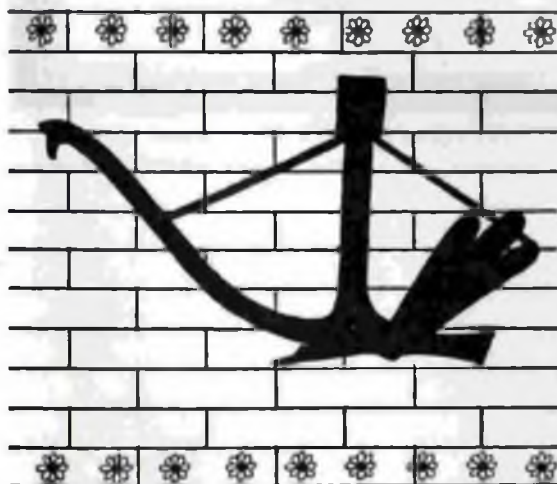
Esquerda: Árvore em tijolo vitrificado, do palácio de Sargão II.
Direita: Corvo em tijolo vitrificado, do palácio de Sargão II. (Placas 31 e 30 respectivamente, de Nínive, por V. Place.)



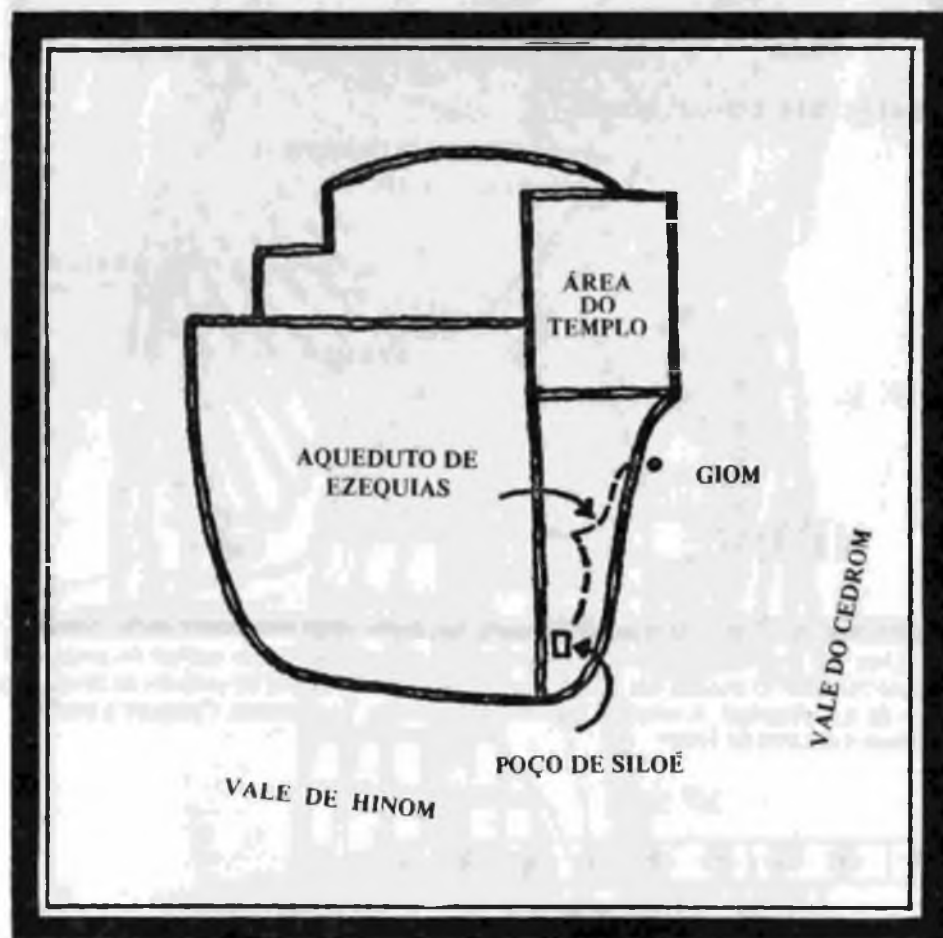
Gênio alado em tijolo vitrificado, do palácio de Sargão. (De V. Place, Nínive, placa 16.)



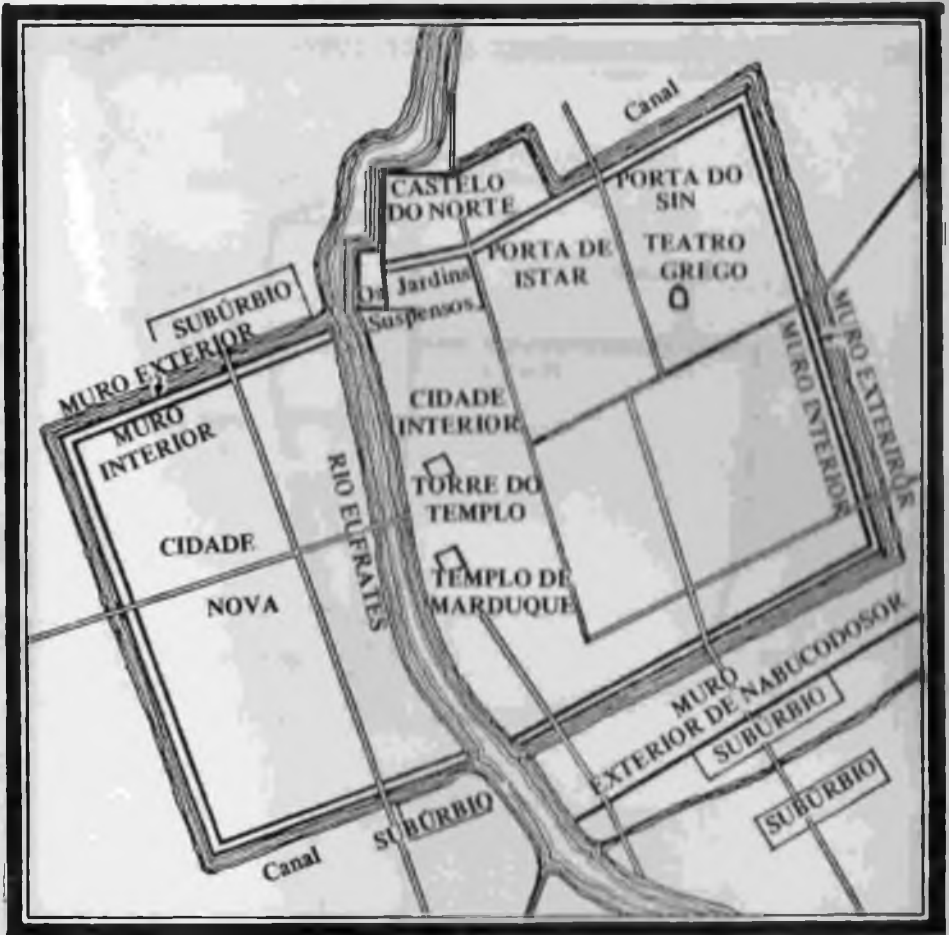
Uma das maiores entre as cidades antigas, por muito tempo capital do poderoso Império Assírio. O outeiro (de despojos arqueológicos) continha os palácios de Senaqueribe e de Assurbanípal. A cidade é importante no Velho Testamento. Compare a profecia de Naum e o Livro de Jonas.



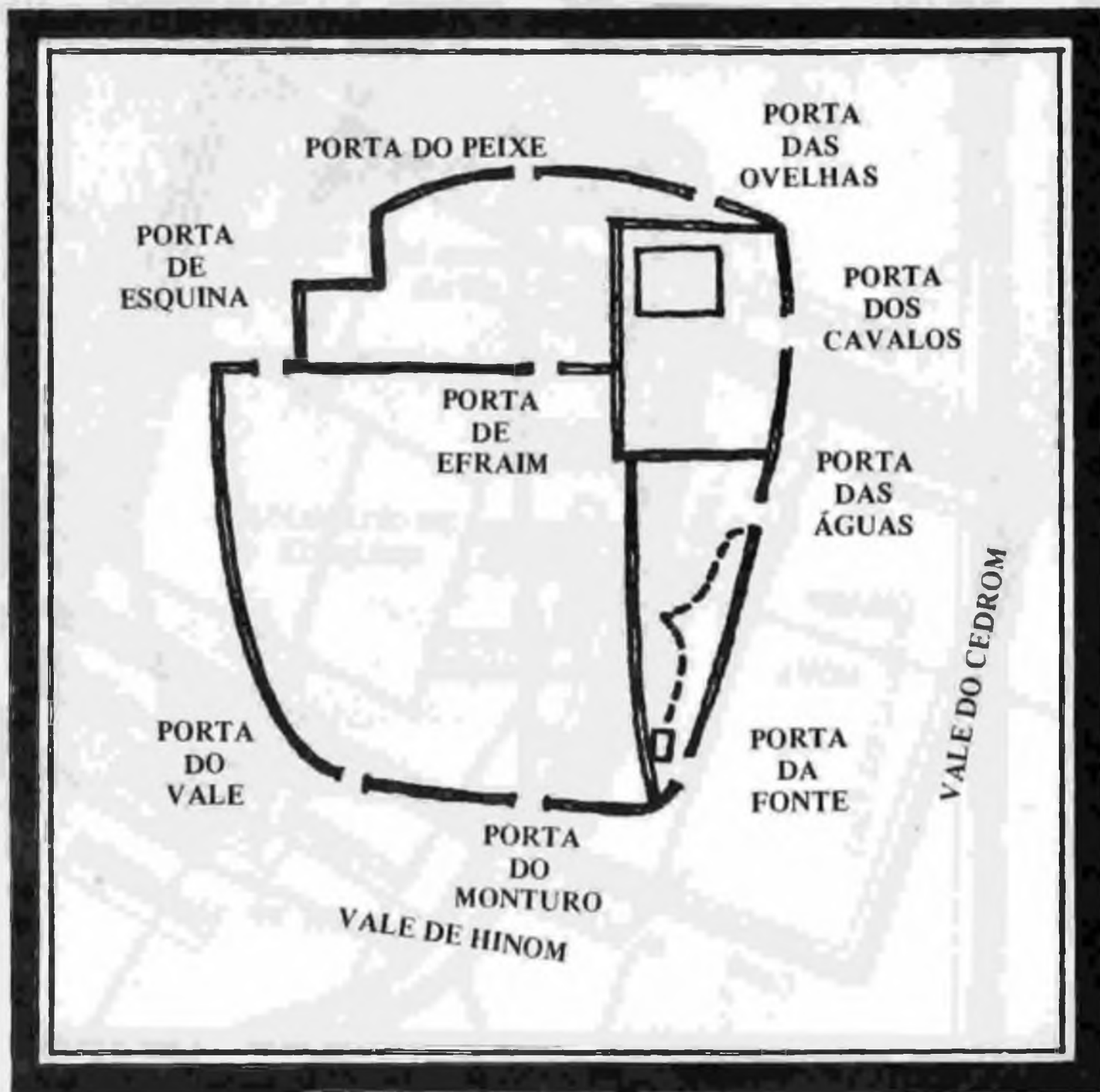
Arado assírio em tijolo vitrificado, da parede do palácio de Sargão II. (De V. Place, Nínive, placa 31.)



Jerusalém no tempo de Ezequias (ca. 700 A.C.).



A Babilônia na época dos caldeus como reconstruída das escavações e mapas nas tábuas de barro descobertas nas ruínas desta grande metrópole. Depois de E. Unger (James Breasted, *Ancient Times*, cortesía de Ginn e Co.)



Planta de Jerusalém no tempo da restauração dos muros por Neemias (444 A.C.).

ARQUEOLOGIA DO VELHO TESTAMENTO

Esta obra vem suprir uma das mais prementes necessidades do povo de língua portuguesa, pois o que temos sobre o assunto é quase nada. De excelente valor para professores de seminários e institutos bíblicos, pastores, seminaristas, e tantos quantos sejam apaixonados por esta matéria tão empolgante, que é a **arqueologia**.

Destaques de importância primordial para os que crêem na inspiração das Escrituras Sagradas, são tratados de forma vibrante e convincente, chegando às raias do **fantástico**. Eis alguns: Criação, dilúvio, o rol das nações, a historicidade dos patriarcas Abraão, Isaque e Jacó, a estada de Israel no Egito, o êxodo, a tomada da Palestina, e muitos outros.

O autor, Merrill F. Unger, ThD., PhD., é professor no Seminário Teológico de Dallas, e grande autoridade no assunto.

Temos certeza que Deus vai abençoar e usar muito esta obra, pois a finalidade única dela é **honrar** e **comprovar** a verdade e infalibilidade da Palavra de Deus, as Escrituras Sagradas. Os editores em português.

LITERATURA EVANGÉLICA



PARA O BRASIL